UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus Presidente Prudente

TAYNARA MARCONDES DE LIZ

ENTRE COCOS E CERCAS:

Quebradeiras de Coco Babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

Presidente Prudente

2025

TAYNARA MARCONDES DE LIZ

ENTRE COCOS E CERCAS:

Quebradeiras de Coco Babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da UNESP , Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Orientador(a): Profª. Drª. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente

2025

Liz, Taynara Marcondes de
L789e

Entre cocos e cercas : quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins / Taynara Marcondes de Liz. -- Presidente Prudente, 2025
206 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Coorientador: Luciano Laurindo dos Santos

1. Quebradeiras de coco babaçu. 2. Reservas extrativistas. 3. Bico do Papagaio. 4. Amazônia Oriental. 5. Mulheres rurais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE TAYNARA MARCONDES DE LIZ, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CÂMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE.

Aos 01 dias do mês de julho do ano de 2025, às 14h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de TAYNARA MARCONDES DE LIZ, intitulada **"Entre Cocos e Cercas: quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins"**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp, Prof. Dr. GUILHERME DOS SANTOS CLAUDINO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação - FCTE/Unesp, Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais / Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: **APROVADA**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPAN
Data: 02/07/2025 21:17:52-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "Entre Cocos e Cercas: quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio e os desafios para a consolidação do território na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins"

AUTOR: TAYNARA MARCONDES DE LIZ
ORIENTADORA: ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL
COORIENTADOR: LUCIANO LAURINDO DOS SANTOS

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPAN
Data: 02/07/2025 10:37:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciencias e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

gov.br Documento assinado digitalmente
GUILHERME DOS SANTOS CLAUDINO
Data: 02/07/2025 10:46:03-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. GUILHERME DOS SANTOS CLAUDINO (Participaçao Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação - FCTE/Unesp

gov.br Documento assinado digitalmente
LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA
Data: 02/07/2025 17:09:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participaçao Virtual)
Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais / Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Presidente Prudente, 01 de julho de 2025

Figura 2 - Quebradeira de coco e seu marido retornando da coleta para o trabalho da quebra de coco na área de abrangência da REENT

Fonte: Elaboração própria (2023).

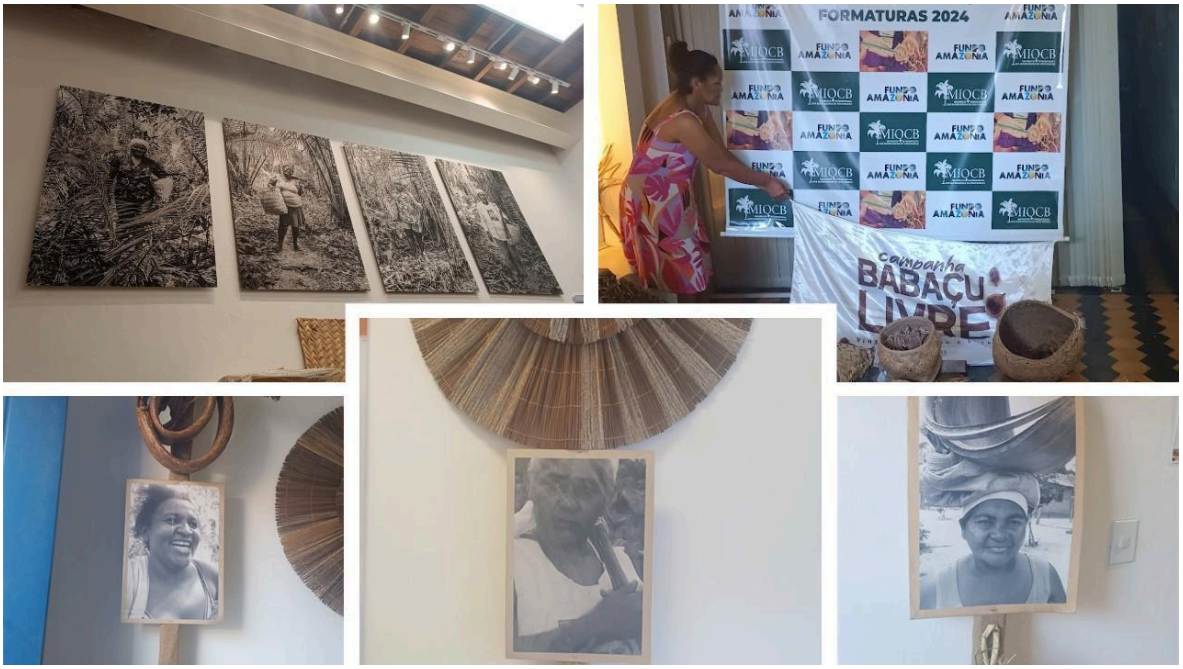
Valiosa Attalea Speciosa!

Babaçu, riqueza da terra,
Vem da palmeira, da mata dos cocais,
Um presente que o vento espalhou.
No sertão brota forte e sincero,
Com suas folhas que o sol abraçou.
Sua palmeira se ergue altaneira,
No Norte e Nordeste a reinar.
Campos verdes que a vida sustenta,
Tesouro que insiste em ficar.
O coco, que ao chão se desprende,
Guarda amêndoas de grande valor.
Dá sustento, alimento e esperança,
Dá óleo, sustenta o labor.
A casca que o fogo aquece,
A palha que cobre um lar,
O pózinho que vira farinha,
Nada se perde nesse lugar.
De manhã, pelo campo elas seguem...
Recolhendo o que a terra ofertou.
Com machado ou pedra nas mãos,
Cada coco um sonho guardou.
A amêndoa seca ao sol
Pra durar, pra vender, pra curar.
Virar óleo, perfume, tempero,
Ser vida pra se alimentar.

Mas é luta é também resistir.
“Se tentam tomar o que é nosso,
É coragem que faz nos unir.”
Que nunca se esqueça na vida,
Que sempre se dê seu louvor
Sem as mãos das quebradeiras,
O babaçu não teria valor.
Attalea Speciosa
Seu nome já nos diz tudo
Attalea, Attalea Atallea,
Palmeira da mais valiosa!

TAYNARA MARCONDES DE LIZ

Figura 3 - Registros da visita na sede do MIQCB



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Dedico este trabalho a todas as quebradeiras de coco do Brasil e mulheres que seguem na luta pelos seus direitos sociais, civis e territoriais.

AGRADECIMENTOS

"Isso não é uma pesquisa, volte e faça uma pesquisa melhor". "Eu não faria essa pesquisa se fosse você". "Espero pesquisas melhores que essas apresentadas aqui nos próximos eventos".

Há dois anos, eu renunciava a um trabalho num órgão ambiental para mergulhar em uma jornada que até então era um sonho, mais pessoal do que profissional, um mestrado. Muitos não entenderam a minha decisão. Mesmo diante de tanta desvalorização que a pesquisa sofre nesse país, mesmo diante de tanta desinformação de muitos, quando me perguntavam o que eu estava fazendo exatamente? Do que eu trabalhava? Mas, pesquisa é trabalho? Quando você vai trabalhar de verdade? Eu ainda assim me propus a viver isso. E não imaginaria que esta jornada viria a ser o maior desafio de toda a minha vida. Um desafio acadêmico, profissional, mas acima de tudo, um desafio pessoal!

Viajar sozinha para a Amazônia Oriental, num território historicamente marcado pela violência e conflitos rurais para realizar uma pesquisa socioterritorial com mulheres extrativistas do extremo norte do Tocantins, sendo uma geógrafa de origem paranaense, exigiu-me uma reconstrução e uma reflexão de tudo o que até então eu achava que sabia sobre a geografia. Eu precisei me reeducar, culturalmente, politicamente, socialmente. Eu precisei me re-geograficizar. De tudo o que eu pedi que a Geografia me desse, nunca imaginei a sua releitura e ressignificação. Mas, precisei fazê-la. E mesmo diante de tantos desafios, que às vezes pareciam intermináveis, um processo doloroso, silencioso e solitário muitas vezes, eu redescobri o meu amor pela Geografia pela segunda vez. Sabe quando você tem um amor e se reencontrasse em outras vidas, você ainda se apaixonaria novamente? Pois bem! Eu me re-apaixonei pela Geografia no mestrado.

Mas claro, foi um amor entre tapas e beijos. De chegar a pensar em desistir e abandoná-la. De chegar a me culpar ferozmente todas as vezes que eu recebi as críticas dolorosas naquele evento. De pensar que toda a minha dedicação nesses anos na Geografia foi em vão. Eu cheguei a duvidar de mim! Eu acordava e dormia duvidando de mim. Mas nada como o tempo de dois anos para cicatrizar algumas feridas.

Hoje, concluo uma etapa na minha vida. Conquisto um sonho que anos atrás estava pendente. Mas posso afirmar com toda certeza: o mestrado foi a terapia mais dolorosa de toda a minha vida! E após tantos erros, acertos, críticas e palavras dolorosas e incertezas...

e dois anos e meio que pareciam dez anos intermináveis, hoje eu não sou mais a mesma Taynara de dois anos atrás...hoje eu sou uma Taynara re-geograficizada!

Então, depois desse desabafo intenso, devo primeiramente agradecer àquelas pessoas que me falaram as frases dolorosas e teceram julgamentos sobre minha pesquisa, pois graças a elas eu me propus a não desistir e seguir em frente até o final deste trabalho. E devo agradecer à Ciência Geográfica, por me ensinar todos os dias. E por me fazer acreditar que no final de tudo, cada lágrima, cada suor, cada noite mal dormida, o aprendizado final, ainda assim é gratificante.

Agradeço imensamente à minha orientadora, a professora Rosângela, que desde o início da minha loucura em mergulhar nessa pesquisa, me acompanhou e me recebeu de braços abertos como sua orientanda. Agradeço por me orientar e até me acalmar com emails bonitos, elogiosos e confortantes, nos momentos em que eu já quase havia desistido de mim. E por me dar dicas e sugestões quando precisei. E agradeço aos colegas do Grupo de Estudos de Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) da UNESP, que me acompanharam durante esses dois anos do mestrado, dando dicas, conselhos, orientações e, claro, momentos de risadas e descontração para tornar o mestrado mais leve.

Agradeço também ao meu coorientador Luciano Laurindo dos Santos, que foi a luz do fim do túnel quando aceitou me coorientar e me acompanhar numa jornada desafiadora na viagem ao Bico do Papagaio. Com sua expertise, conhecimento e experiência na área, me auxiliou com orientações importantes no trabalho de campo e na pesquisa.

Agradeço ao meu companheiro, melhor amigo e o grande amor da minha da vida, João Alves, que esteve comigo nos dias bons e ruins, nas reclamações diárias e foi o maior responsável por não me deixar desistir e desacreditar do meu potencial. A cada julgamento e crítica que me doía, ele me recompensava com elogios em dobro. Quando minha luz se apagou, foi você quem me ajudou a brilhar novamente!

Agradeço algumas mulheres importantes da minha vida: minha avó materna Terezinha Marcondes, minhas tias maternas Maria José Marcondes e Maria Helena Marcondes, minha prima socióloga e mestre Maryana Marcondes, que frequentemente ouviram minhas reclamações de cansaço e angústia e estiveram presente nessa jornada de dois anos de mestrado, fazendo-me sempre não desistir dos objetivos e com ajudas cotidianas. Mary, que foi minha inspiração feminista e socióloga, ensinou-me a gostar de ler bons livros, ajudou-me a passar numa universidade com aulas incríveis e é uma referência. E claro,

Andreza Pandolfo, eu e a Mary com um copo de cerveja e risadas para descontrair. Agradeço à minha prima Amanda Marcondes, pesquisadora e doutoranda em Artes Cênicas na UEL, que sempre foi uma inspiração feminista e pesquisadora, sendo uma das primeiras mulheres a me ensinar a estudar, escrever, ler e ser uma menina questionadora. Agradeço à tia Rosangela Marcelino, que também me acompanhou no mestrado, que sempre foi uma mulher que nunca desistiu dos seus objetivos e metas, mesmo diante dos obstáculos de uma sociedade machista e patriarcal. Uma inspiração para mim e para muitas mulheres.

Agradeço às minhas amigas da Geografia: Rafaela Vieira Naiwerth, Larissa Figueiredo e Nathalya Mayer Chagas que estiveram presentes desde o TCC até o mestrado, Rafa e Lari escrevendo artigos científicos, Nat fazendo reuniões no meet comigo para ouvir meus desabafos, acompanhando-me desde o ensino médio até hoje.

Agradeço à Luciana Battini, que dividiu apartamento comigo em Presidente Prudente durante todo o mestrado e reapareceu na minha vida dando novas ressignificações à nossa amizade, sua presença foi importante durante todo o mestrado, dando conselhos de quem já passou por ele. Agradeço à amiga Josirene Pereira, quando me disse uma vez "eu acredito na sua capacidade Tay, vai", essa frase foi importante pois me deu forças para iniciar este mestrado na UNESP, mesmo com minhas inseguranças.

Não posso deixar de agradecer à minha querida tia (e mãe muitas vezes), Rosmary Marcondes, moradora de Palmas, no Tocantins, a principal responsável por me apresentar esse estado anos atrás, quando eu ainda era uma menina. Cresci conhecendo e viajando todos os anos para Tocantins, que veio a se tornar o *lócus* de estudo da minha dissertação de mestrado. Além disso, em um momento desafiador durante um evento de Geografia em 2023, quando me senti profundamente desestabilizada emocionalmente, foi ela quem me acolheu e me ofereceu conforto quando mais precisei. Seu apoio foi essencial e sou imensamente grata por sua presença em minha vida. E por isso merece estar registrado.

Agradeço ao amigo e filho da nossa família Pipers, Sérgio Silva, o nosso amigo mestre, sênior e programador, que me acompanhou cotidianamente e ouvia meus desabafos e angústias da pesquisa, sempre me dando conselhos e contando histórias de quem já enfrentou um mestrado. Agradeço ao amigo e professor de geografia Eleandro Dias que me acompanhou na graduação na UEL e no meu TCC e segue presente na minha vida e no mestrado. Agradeço por ter sido um dos melhores amigos homens que tive até hoje. Uma referência de professor, pai e pessoa.

Agradeço a minha gata Mia que esteve comigo todos os dias durante a escrita dessa dissertação, me dando carinhos. Agradeço ao RBD, minha banda favorita, que me presenteou com uma turnê em 2023, justo no momento mais difícil dessa pesquisa e me deu forças para continuar vivendo e escrevendo essa dissertação. *"No pares nunca de soñar"*

Por fim, agradeço à CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior) por financiar minha pesquisa entre os meses de agosto de 2023 e fevereiro de 2024, por meio do processo N° 88887.884696/2023-00. Agradeço imensamente à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pelo apoio financeiro, concedido por meio do Processo nº 2023/09119-2 e por reconhecer a importância dessa pesquisa e viabilizar, a partir do financiamento, a publicação de artigos e participação em eventos importantes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 001.

O presente trabalho também foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. Processo nº 2023/09119-2, no período de vigência: 01/03/2024 a 31/05/2025.

Figura 4 - Quadro em homenagem a Raimunda Quebradeira

Fonte: Elaboração própria (2023).

> “O reconhecimento só me fez ter ainda mais responsabilidade. A luta continua. Eu não quero morrer matada, quero morrer na cama, sou feita do pó da terra, e é pra lá que voltarei” (Raimunda Quebradeira, 2018).

RESUMO

As quebradeiras de coco babaçu são trabalhadoras rurais, majoritariamente mulheres que vivem e dependem do extrativismo do coco babaçu *(Attalea speciosa)* para sua subsistência e geração de renda. Elas estão concentradas principalmente nos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí, onde atuam na coleta e quebra manual do coco para a extração de seus derivados, como óleo, farinha, carvão e sabonetes. Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar os impactos socioterritoriais decorrentes da consolidação do decreto de criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) na manutenção do modo de vida extrativista das quebradeiras de coco babaçu, situadas na microrregião do Bico do Papagaio, extremo norte do Tocantins, *lócus* deste estudo. A pesquisa fundamenta-se no conceito de socioterritorialidade e na análise de políticas públicas na Amazônia, buscando compreender como essas mulheres concebem essa reserva extrativista atualmente, além de identificar os desafios enfrentados para a consolidação de seu modo de vida e as estratégias desenvolvidas para sua manutenção. Sustentado no método do estudo de caso e orientado pela abordagem qualitativa, este estudo foi desenvolvido com base em diferentes estratégias metodológicas, destacando-se a utilização de diário de campo, observações diretas e indiretas, bem como a realização de entrevistas qualitativas semiestruturadas. A análise dos dados obtidos foi conduzida segundo o método de categorização proposto por Bardin (2011), por meio do qual foram identificadas unidades de registro e de sentido, com base na recorrência de elementos presentes nos relatos dos entrevistados. Os resultados evidenciam que a criação da REENT, formalizada pelo decreto n° 535 de 1992, não foi acompanhada de políticas públicas eficazes para garantir a integração efetiva das quebradeiras e suas famílias, resultando em impactos socioterritoriais predominantemente negativos. A ausência de desapropriação de terras, regularização fundiária e medidas voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais limitou a implementação efetiva da reserva. Como principal consequência, constatou-se o aumento da dependência das quebradeiras de coco em relação aos fazendeiros, que detêm a posse das terras e restringem o acesso às árvores de babaçu apenas para a coleta. Diante desse cenário, as mulheres extrativistas e suas famílias permanecem morando em povoados próximos, sem terras próprias, garantindo sua subsistência por meio de programas sociais, do comércio local e de um extrativismo fragilizado. As implicações deste estudo evidenciam a urgência de políticas públicas mais eficazes e integradas, que atendam às demandas locais das quebradeiras de coco babaçu. É fundamental que essas políticas promovam o uso sustentável

da reserva extrativista, em consonância com os interesses, saberes e necessidades atuais dessas mulheres rurais, valorizando seu protagonismo e garantindo condições dignas para a reprodução de seus modos de vida.

Palavras-chave: Quebradeiras de coco babaçu; Amazônia; socioterritorialidade; reserva extrativista; mulheres extrativistas.

ABSTRACT

The *quebradeiras de coco babaçu* are rural workers, mostly women, who depend on the extraction of the babaçu coconut (*Attalea speciosa*) for their livelihood and income generation. They are mainly located in the Brazilian states of Maranhão, Tocantins, Pará, and Piauí, where they manually collect and break coconuts to extract derivatives such as oil, flour, charcoal, and soap. This master's dissertation analyzes the socio-territorial impacts of the creation of the *Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins* (REENT – Extractive Reserve of the Far North of Tocantins) on the maintenance of the extractivist lifestyle of *quebradeiras* in the Bico do Papagaio microregion. Grounded in the concept of socio-territoriality and the analysis of public policies in the Amazon, the study investigates how these women currently perceive the reserve, the challenges they face in sustaining their livelihoods, and the strategies they develop. Using a case study method and a qualitative approach, the research employed field diaries, direct and indirect observations, and semi-structured interviews. Data analysis followed Bardin's (2011) content categorization method, identifying recurring elements in the participants' narratives. The findings show that the establishment of REENT by Decree No. 535 of 1992 was not supported by effective public policies for integrating the *quebradeiras* and their families. The absence of land expropriation, land tenure regularization, and sustainable resource use policies hindered the reserve's implementation. As a result, the *quebradeiras* remain dependent on landowners who limit access to babaçu trees. These women and their families continue to live in nearby settlements without land ownership, relying on social programs, local trade, and weakened extractivism. The study emphasizes the urgent need for integrated and effective public policies that support the sustainable use of the extractive reserve, respecting the knowledge, needs, and leadership of these rural women to ensure dignified conditions for preserving their traditional ways of life.

Keywords: *Quebradeiras de coco babaçu*; Amazon; socio-territoriality; extractive reserve; women extractivists.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Registros entre cocos e cercas na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins 1

Figura 2 – Quebradeira de coco e seu marido retornando da coleta para o trabalho da quebra de coco na área de abrangência da REENT 6

Figura 3 – Registros da visita na sede do MIQCB 8

Figura 4 – Quadro em homenagem a Raimunda Quebradeira 13

Figura 5 – Mapa da Microrregião do Bico do Papagaio e a Região de Transição entre Cerrado e Amazônia 43

Figura 6 – Mapa dos Municípios da Microrregião do Bico do Papagaio 44

Figura 7 – Mapa da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins 46

Figura 8 – Palmeiras de Babaçu na Área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins 47

Figura 9 – Entrada do Município de Carrasco Bonito 49

Figura 10 – Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Carrasco Bonito 49

Figura 11 – Mapa das Redes das Principais Influências 51

Figura 12 – Município de Buriti do Tocantins 51

Figura 13 – Mapa do roteiro pensado no Pré-campo 55

Figura 14 – Planejamento pré-campo 55

Figura 15 – Sistematização das relações socioterritoriais 57

Figura 16 – Mapa do Trajeto do Trabalho de Campo 58

Figura 17 – Levantamento e sistematizações pós-campo 61

Figura 18 – Mapa Conceitual do espaço, território, territorialidade 77

Figura 19 – Esquema Tempo e Território 78

Figura 20 – Linha do Tempo da História Socioterritorial do Bico do Papagaio 85

Figura 21 – Entrevista em trabalho de campo com a sindicalista Maria Senhora em Esperantina 98

Figura 22 – Sede administrativa do MIQCB em São Luís, Maranhão 107

Figura 23 – Registros dentro da sede do MIQCB 108

Figura 24 – Registros da pesquisadora na sede do MIQCB 109

Figura 25 – Quebradeiras da sede do MIQCB 111

Figura 26 – Quebradeiras demonstrando a quebra de coco na sede do MIQCB 112

Figura 27 – Visita à Igreja Católica São Miguel de Arcanjo durante o trabalho de campo, em São Miguel do Tocantins 114

Figura 28 – Fachada da casa de Raimunda Quebradeira 116

Figura 29 – Casa de Raimunda Quebradeira em Sete Barracas 117

Figura 30 – Museu de Raimunda Quebradeira em Sete Barracas 117

Figura 31 – Retrato de Raimunda Quebradeira, registrada em uma das casas visitadas durante o trabalho de campo no Bico do Papagaio 118

Figura 32 – Entrevista com Raimundo Nonatto, em Carrasco Bonito 132

Figura 33 – Atores sociais envolvidas na criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins 137

Figura 34 – Mapa da percepção das quebradeiras de coco sobre a REENT. 139

Figura 35 – Imagem de satélite da localização da Tobasa em Tocantinópolis - TO 141

Figura 36 – Objetos da Tobasa dentro da Reserva Extrativista 143

Figura 37 – Troncos de babaçus cortados pela Tobasa 144

Figura 38 – Imagem de satélite da localização da empresa Suzano Papel e Celulose 145

Figura 39 – Estrada Rural em Caxeado 157

Figura 40 – Casas de alvenaria e taipa em Caxeado 157

Figura 41 – Casal na RENT 158

Figura 42 – Casa de Martiana e seu Joca 159

Figura 43 – Amêndoas, carvão e estercos do Babaçu 160

Figura 44 – Martiana quebrando coco 161

Figura 45 – Casas construídas pelas quebradeiras na REENT 162

Figura 46 – Centro dos Firmino (TO) 165

Figura 47 – Azeite de babaçu comprado no campo 165

Figura 48 – Vendas e comércios locais nos povoados 167

Figura 49 – Azeites de babaçus comprados no trabalho de campo 167

Figura 50 – Sistematização dos resultados das entrevistas nos povoados 168

Figura 51– Desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco nas comunidades da REENT 169

Figura 52 – Total de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês anterior 177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações Gerais do Município de Carrasco Bonito 48

Quadro 2 – Fases, Data e Duração do Trabalho de Campo 52

Quadro 3 – Relação de contatos estabelecidos no pré-campo 54

Quadro 4 – Plano de Trabalho Resumido (Planejamento Diário das Atividades) 54

Quadro 5 – Perguntas norteadoras das entrevistas 56

Quadro 6 – Pontos dos trajetos do Trabalho de campo 58

Quadro 7 – Relação dos entrevistados no Trabalho de campo (ordem do trajeto) 59

Quadro 8 – Entrevistadas nos Povoados 138

Quadro 9 – Entrevistados nos Povoados 156

Quadro 10 – Dados do Bolsa Família no Município de Carrasco Bonito 175

Quadro 11 – Total de Benefícios Variáveis Familiares 175

Quadro 12 – Análise dos resultados a partir das categorias e unidades da pesquisa 179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENT	Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins
ASMUBIP	Associação de Mulheres no Bico do Papagaio
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CPT	Comissão Pastoral da Terra
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMB	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
PAEs	Projeto de Assentamentos Agroextrativistas
PBF	Programa Bolsa Família
PIN	Plano de Integração Nacional
RDS	Reservas de Desenvolvimento Sustentável
REENT	Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins
RESEX	Reserva Extrativista
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STRs	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 O QUE PRECISA VIR ANTES DA PESQUISA 24
1.1 A PESQUISADORA POR TRÁS DA PESQUISA 24
2 A PESQUISA 27
2.1 INTRODUÇÃO 27
3 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA 32
3.1 JUSTIFICATIVA 32
3.2 PROBLEMA DE PESQUISA 37
3.3 OBJETIVO 37
3.4 METODOLOGIA (MÉTODO, ABORDAGEM E TÉCNICA) 37
3.4.1 Estudo de Caso, Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo 38
3.4.2 Caracterização geográfica da área de estudo 42
3.4.3 Fases e etapas do trabalho de campo 52
3.5 ANGÚSTIAS, DESAFIOS E OBSTÁCULOS DA PESQUISA 61
4 LENTE TEÓRICA E CATEGORIA DE ANÁLISE 65
4.1 O ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA 65
4.2 ENTRE MODELOS: CONFLITOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA 67
4.2.1 Terra, Resistência e Autonomia: A Luta dos Seringueiros e o Surgimento das Reservas Extrativistas na Amazônia 69
4.3 TERRITÓRIO E, TERRITORIALIDADE: ABORDAGENS E RELAÇÕES 74
4.3.1 Território, territorialidade e redes 75
4.3.2 Comunidades Tradicionais e Relações Territoriais: Definições e Conflitos 79
5 AS LUTAS SOCIOTERRITORIAIS NO BICO DO PAPAGAIO 84
5.1 SOCIOTERRITORIALIDADE DO BICO DO PAPAGAIO 84
5.2 CONFLITOS TERRITORIAIS NO BICO DO PAPAGAIO (1970-2016) 89
5.2.1 A Guerrilha do Araguaia: um marco histórico 90
5.2.2 A Expansão de Novos Sujeitos e a Chegada das Rodovias 91
5.2.3 A Perseguição aos Posseiros e o Papel da Igreja 93
5.2.4 A Violência e a Resistência das Comunidades 94
5.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DAS MULHERES RURAIS: AS MULHERES DO BICO DO PAPAGAIO 94
5.4 “O COCO TÁ NA TERRA” DE POSSEIRAS ÀS QUEBRADEIRAS DE COCO: A LUTA SECULAR POR TERRITÓRIOS 97
5.5 O MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS 105
5.6 A RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS: CONSOLIDAÇÃO, HISTÓRIA E LUTAS 119
5.7 DA ENTREVISTA COM O EX-GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS 121

6 A RESERVA EXTRATIVISTA E AS QUEBRADEIRAS DE COCO NO BICO DO PAPAGAIO 128
6.1 QUEM SÃO OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA REENT? 129
6.2 COMO AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU CONCEBEM A REENT? 138
6.3 A TOBASA E A SUZANO COMO ATORES EMPRESARIAIS NO TERRITÓRIO 140
6.4 QUAIS OS MAIORES DESAFIOS EM TORNO DA CONSOLIDAÇÃO DA REENT SÃO ENFRENTADOS PELAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU ATUALMENTE? 150
6.5 POR QUE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SEGUE SENDO UM DESAFIO HÁ MAIS DE 20 ANOS? 171
6.6 EXISTEM INTERESSES ANTAGÔNICOS E DIALÉTICOS QUE ATUAM NO TERRITÓRIO DA REENT ATUALMENTE? QUAIS SÃO ELES? 172
6.7 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS NO TERRITÓRIO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E REPASSE AO MUNICÍPIO DE CARRASCO BONITO 174
7 A RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS E AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: DESAFIOS SOCIOTERRITORIAIS 178
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS 186
REFERÊNCIAS 189
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO ICMBIO 195
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - RAIMUNDO NONATTO 197
ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - MARIA SENHORA 200
ANEXO D - FIGURA 5: MAPA DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO E A REGIÃO DE TRANSIÇÃO ENTRE CERRADO E AMAZÔNIA 203
ANEXO E - FIGURA 6: MAPA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO 204
ANEXO F - FIGURA 7: MAPA DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS 205
ANEXO G - FIGURA 11: MAPA DAS REDES DAS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS 206
ANEXO H - FIGURA 16: MAPA DO TRAJETO DO TRABALHO DE CAMPO 207
ANEXO I - FIGURA 34: MAPA DA PERCEPÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO SOBRE A REENT 208

1 O QUE PRECISA VIR ANTES DA PESQUISA

Antes da introdução, antes da pesquisa, antes de tudo, há um caminho percorrido, marcado por sentimentos e vivências. Por trás da pesquisa, existe uma pesquisadora tão densa e complexa quanto o tema que se propôs a desvendar.

1.1 A PESQUISADORA POR TRÁS DA PESQUISA

Escrever e relatar a minha experiência durante essa pesquisa é como se eu estivesse abrindo o meu diário pessoal, acadêmico e profissional de todos os desafios, obstáculos, angústias, mas também, as conquistas, momentos de alegrias e realizações que adquiri durante esses anos desde o início de 2023, quando eu ingressei nessa pós-graduação. Entrar em uma pós-graduação em uma universidade nova, a qual eu não conhecia ninguém, nenhum professor ou professora, nenhum colega, foi de fato um desafio, mas nada foi tão desafiador do que seguir a pesquisa que inicialmente me propus a fazer.

O pouco do que sei (ou achava que sabia) sobre mim, me permite afirmar que sempre estive muito dedicada e muito apaixonada pela academia desde a graduação em Geografia na Universidade Estadual de Londrina até o mestrado. Modéstia à parte, durante os anos que estive na Geografia, a única certeza que tinha sobre mim é que eu era inteligente academicamente, então a minha autoestima estava totalmente centrada em tudo o que era na graduação. E foi por isso que decidi enfrentar uma pesquisa que, futuramente, me traria enormes dúvidas sobre minha capacidade e em alguns momentos, abalasse minha autoestima acadêmica.

De fato, eu sempre fui de me aventurar em temas polêmicos, difíceis e de querer fazer o diferente da maioria e isso me custou bastante. Fazer o mestrado era um sonho mais pessoal do que profissional. Eu realmente sonhava em ter um mestrado. Porque mais do que geógrafa, eu sou muito sonhadora. Sonhava em escrever, em publicar, em querer ser reconhecida por algo que sempre amei...escrever e em ter algo publicado, em fazer o que amo mesmo sabendo que a área da pesquisa no Brasil é totalmente desvalorizada. E foi por isso que optei por viver da pesquisa. E mergulhar em um tema complexo.

A escolha do tema da pesquisa foi totalmente solitária. Tentei seguir a área do TCC, mas também, relacionar com a importância ambiental o debate territorial e contra hegemônico, pois a formação dialética sempre esteve presente comigo. Mas, o projeto de mestrado ainda me causava uma certa insegurança, tendo em vista que optei por fazer uma

pesquisa extremamente longe, sem conhecer nenhum contato próximo da região. Ao conversar com a orientadora, ela me orientou que eu pesquisasse e fosse atrás para entrar em contato com as quebradeiras de coco ou alguém que pudesse viabilizar a pesquisa rapidamente. Caso não fosse possível, eu teria que mudar totalmente o tema da pesquisa...aflição total. Eu fui atrás, investigando pesquisadores que já haviam feito a pesquisa no território. Depois de algum tempo, encontrei um professor, que já havia utilizado seu livro no meu TCC sobre o Bico do Papagaio.

E foi assim que, junto a uma orientação da professora e coorientação deste professor, consegui dar andamento a este estudo. Confesso que fazer uma pesquisa na Amazônia Oriental, no interior do Tocantins, em uma região totalmente desconhecida, está na lista de um dos maiores obstáculos da minha vida. O choque cultural, o dialeto, o modo de vida e uma realidade totalmente diferente, exigiu-me uma reflexão e uma reconstrução da visão sobre os diversos Brasis existentes. Foi de fato um exercício mais que profissional e acadêmico, um exercício pessoal.

Mas, as dificuldades só estavam por começar. Em alguns eventos científicos, mais precisamente em um deles, deparei-me com algumas críticas à pesquisa que me fizeram muito mal a ponto de querer desistir. Críticas como o fato de eu ser sulista e fazer pesquisa em outra região do país, críticas às metodologias escolhidas para fazer trabalho de campo. Foram críticas que levei muito a sério. Mas eu estava apenas no segundo semestre do mestrado e conforme os meses foram passando, eu fui amadurecendo a investigação, fui participando de outros eventos científicos e conversando com outros pesquisadores para obter mais pontos de vista. De fato, a participação em diferentes eventos, o compartilhamento de ideias com vários pesquisadores, foi essencial para amadurecer a pesquisa, mas também amadurecer pessoalmente. O processo de desenvolvimento da pesquisa do mestrado foi para mim uma terapia difícil e dolorosa.

Somado a isso, construir uma pesquisa coerente com a linha da minha orientadora, que dialogue com as sugestões do coorientador e que atenda também à minha concepção, foi outro desafio. Mas foi um exercício que hoje eu vejo como positivo. Aprender a entender os diferentes pontos de vista. Aprender a encarar as críticas e sugestões de maneira madura e nem sempre encarar os julgamentos como uma verdade absoluta sobre minha capacidade. Na verdade, essa lição eu ainda estou aprendendo aos poucos.

Fazer o trabalho de campo, realizar as entrevistas, investir numa pesquisa qualitativa e construir uma análise minuciosa sobre o campo, foi um trabalho árduo, mas não nego a dizer que foi gostoso e gratificante em muitos momentos. Trabalhar na transcrição dos áudios pouco a pouco, ouvir, escrever e descrever as falas, analisar e reanalisar as ideias, corrigir, propor ideias e hipóteses e tentar encontrar uma resposta para uma realidade territorial, que historicamente vem sendo atravessada pelos interesses capitalistas e pela negligência do Estado, foi de fato um processo transformador para mim. Mas que me fizeram hoje chegar à conclusão de que eu não sei nada. E cada vez mais eu sei menos ainda sobre o Brasil.

Hoje, dois anos após ingressar no mestrado, posso afirmar que não sou a mesma pessoa. Amadureci como pesquisadora, mas acima de tudo, eu entendi na prática que a pesquisa nunca é algo acabado. Então, o que proponho aqui neste trabalho não serão respostas acabadas, tampouco verdades absolutas, mas um pouco do que vivenciei, estudei, pesquisei, vi e analisei sobre um território com complexidades particulares, mas que ao mesmo tempo, também apresentam elementos territoriais semelhantes e em comum a vários outros no Brasil. Espero que o leitor sinta-se em casa e que essa pesquisa possa tocar, nem que seja um por cento do coração de quem se propuser a ir até o final deste trabalho.

2 A PESQUISA

Esta pesquisa surge das indagações e questionamentos acerca da realidade socioterritorial do norte do Tocantins, quando iniciada uma pesquisa na monografia do Curso de Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), ao investigar as lutas socioterritoriais da Microrregião do Bico do Papagaio. A partir das pesquisas introdutórias voltadas às lutas no Bico do Papagaio, surge a motivação para entender o território agora interrelacionado e interdisciplinar, que relacione as questões ambientais, territoriais, fundiárias, conflitos agrários e os impactos sociais na vida das mulheres rurais do Bico do papagaio: as quebradeiras de coco babaçu.

2.1 INTRODUÇÃO

Falar sobre esse trabalho é, antes de tudo, mergulhar na vida que pulsa em torno das palmeiras de babaçu e de seus frutos. O coco babaçu está presente no cotidiano de muitas comunidades como um símbolo de resistência, sustento e conexão com a terra. Nativo do Brasil, ele cresce livre por entre matas e quintais, especialmente no Maranhão, Piauí, Pará e no extremo norte do Tocantins, onde molda jeitos de viver e de cuidar do mundo. Considerado o segundo produto florestal não madeireiro mais comercializado no Brasil, o babaçu movimenta cerca de 120 mil toneladas por ano, gerando aproximadamente 120 milhões de reais, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (Carrazza; Ávila; Silva, 2012). Sua versatilidade permite a produção de uma ampla gama de itens a partir de diferentes partes do fruto — como farinha, óleo, carvão vegetal, sabões, cosméticos, biocombustíveis, entre outros — revelando-se como uma fonte estratégica de geração de renda, sobretudo para milhares de mulheres extrativistas conhecidas como quebradeiras de coco (Santos; Santos, 2024).

Entretanto, para além de sua importância econômica, o babaçu é também um símbolo de resistência, territorialidade e afirmação identitária das mulheres que o coletam e o transformam. No território do Bico do Papagaio, região marcada historicamente por conflitos agrários e por uma intensa reconfiguração das relações de poder, a atividade extrativista do coco babaçu se entrelaça à luta por reconhecimento, permanência, justiça social e ambiental. A territorialidade das quebradeiras de coco babaçu, mulheres extrativistas, nesse contexto se vê tensionada por dinâmicas de acumulação de capital, pela ausência de políticas públicas efetivas e pelo avanço de interesses privados sobre terras tradicionalmente ocupadas, resultando em um cenário de constantes disputas e apagamentos sociais e territoriais.

Neste cenário, a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), situada em uma área de transição entre a Amazônia e o Cerrado, foi inicialmente celebrada como uma política pública voltada à garantia dos direitos das famílias extrativistas. No entanto, desde sua instituição, a reserva permanece, na prática, como uma figura jurídica inoperante, sem regularização fundiária, desapropriação efetiva ou estrutura de gestão. A ausência de implementação concreta da REENT evidencia não apenas a fragilidade das políticas ambientais quando dissociadas da justiça social, mas também o contínuo desamparo das populações que deveriam ser beneficiadas por tais instrumentos.

Ao nos debruçarmos na pesquisa, identificamos que o Bico do Papagaio é um território marcado historicamente por conflitos agrários e que carrega suas marcas históricas até os dias atuais, porém sob novas dinâmicas e novas relações de poder que vão se apropriando dos territórios, de modo particular, sob a lógica da acumulação do capital, do descaso à população tradicional, sobretudo às mulheres extrativistas da região, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu.

Somado a isso, considerando que a abordagem trabalhada aqui são as políticas públicas nesse território, o enfoque da pesquisa recai sobre a relação com que as quebradeiras de coco babaçu do norte do Tocantins têm com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) criada, em teoria, em prol das famílias tradicionais, situada nas regiões de transição entre a Amazônia e o Cerrado; e como essas mulheres e famílias extrativistas percebem e concebem essa resex (reserva extrativista), considerando que, desde a criação do decreto da REENT, ela só existe no papel, não havendo nenhuma política concreta de fato para sua regularização fundiária ou desapropriação das terras para fins de uso sustentável das famílias.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender quais atores sociais estiveram envolvidos na criação da Reserva Extrativista (Resex) e quais foram os impactos socioterritoriais decorrentes desse processo para a vida das quebradeiras de coco babaçu. Além disso, investiga-se por que, mesmo após sua implementação, a Resex não beneficiou integralmente as famílias que dependiam do coco babaçu e quais consequências isso tem gerado para as dinâmicas agrárias, territoriais e para as políticas públicas voltadas a esse território. Outros elementos também foram analisados com o propósito de identificar as políticas públicas atualmente existentes na região e sua efetividade na manutenção do trabalho tradicional das quebradeiras de coco babaçu. Nesse sentido, busca-se compreender os desafios

enfrentados por essas mulheres e famílias extrativistas na preservação de seu modo de vida e território. Por fim, a pesquisa investiga quais atores, empresas e interesses atuam na região e de que forma impactam sua dinâmica social, econômica e ambiental.

A luta pela regularização fundiária dessa reserva extrativista vêm sendo uma das principais reivindicações dos movimentos sociais da região. No entanto, é uma luta que ainda não foi vencida pelas quebradeiras. E somado a isso, novos atores sociais se instalam na região, assumindo discursos políticos, ideológicos e econômicos que dificultam a continuidade da luta pela regularização fundiária da resex.

Em setembro de 2023, realizamos uma pesquisa de campo no território, incluindo visitas *in loco* e entrevistas com as principais lideranças do Bico do Papagaio, que há anos estão à frente das lutas sociais na região. As entrevistas e os dados produzidos foram analisados e sistematizados ao longo do desenvolvimento da pesquisa, permitindo a identificação de diferentes narrativas. É importante destacar que o contato direto com os sujeitos da pesquisa possibilitou um redirecionamento do estudo. Para compreender a luta pela regularização fundiária da REENT, tornou-se essencial investigar os elementos que a precedem e a maneira como as quebradeiras de coco da região percebem esse processo. Ou seja, não basta apenas explicar por que a regularização fundiária da reserva extrativista ainda não foi concretizada, mas também compreender qual tipo de uso essas mulheres e suas famílias de fato necessitam e almejam para garantir um manejo sustentável da área, bem como os fatores que impactam a ausência dessa sustentabilidade.

Deparamo-nos então com uma complexidade de fatores e elementos que adentram questões ambientais, agrárias e fundiárias, bem como a luta pela terra e território e, sobretudo também, as questões que envolvem a interseccionalidade. Ao compreender que a maioria das lutas no território da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins são protagonizadas por mulheres rurais, majoritariamente negras e oriundas da migração nordestina para o antigo estado de Goiás, atual Tocantins, torna-se essencial considerar a racialidade como um elemento central na análise. Isso se deve ao fato de que a geografia das lutas sociais não pode dissociar ou invisibilizar as mulheres, especialmente as mulheres negras, que desempenham um papel elementar na construção histórica desses movimentos.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar os impactos socioterritoriais da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins na manutenção da vida e do território das quebradeiras de coco babaçu, no Bico do Papagaio. Ademais, propõe

construir uma análise com base na luta pelo território e nos desafios e contradições inerentes ao contexto fundiário da região vivenciados pelas quebradeiras. Para isso, buscamos direcionar nossa investigação para responder às seguintes perguntas: qual impacto a criação desta reserva extrativista trouxe para a vida das quebradeiras de coco babaçu? Quais desafios as quebradeiras enfrentam atualmente na busca pela luta dos territórios? Quais estratégias elas utilizam atualmente? E, se hoje existem políticas públicas para elas e quais são?

A dissertação está estruturada em cinco seções que abordam de maneira progressiva os elementos teóricos, metodológicos e empíricos do estudo. Estruturam-se dessa forma: Inicialmente, os (1) Elementos Teóricos e Metodológicos, onde são apresentadas a justificativa, o problema da pesquisa, os objetivos, a metodologia adotada, a caracterização geográfica da área de estudo, além das fases e etapas da pesquisa, bem como os desafios enfrentados durante o processo. Em seguida, (2) a Lente Teórica e Categoria de Análise é detalhada, explorando o papel do Estado e das políticas públicas na Amazônia, com foco no desenvolvimento territorial e no ordenamento territorial, além de analisar as políticas públicas de Estado e as Reservas Extrativistas. A discussão se aprofunda nas relações entre território e territorialidade destacando as redes de territorialidade.

Nesse sentido, o estudo avança para a próxima seção (3) As Lutas Socioterritoriais no Bico do Papagaio, com ênfase nas mulheres que lutam pelo território. Este capítulo explora a presença das mulheres no campo, a histórica luta de posseiras que se tornaram quebradeiras de coco, e o protagonismo do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Também é discutida a consolidação, história e lutas relacionadas à Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, apresentando a discussão obtida a partir da entrevista realizada com o ex-gestor da REENT. Na seção seguinte, (4) A Reserva Extrativista e as Quebradeiras de Coco no Bico do Papagaio é apresentada a análise das entrevistas realizadas com as quebradeiras de coco durante o trabalho de campo.

Na seção cinco, apresentamos os resultados da pesquisa, retomando seus objetivos e questões centrais. Com base no método de categorização e codificação de Bardin (2011), analisamos sistematicamente as respostas coletadas, destacando categorias emergentes. Essa abordagem permitiu compreender as dinâmicas socioterritoriais das quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio e os impactos da criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Por fim, nas Considerações Finais, são sintetizadas as principais conclusões da pesquisa, seguidas pelas Referências que fundamentam o estudo e pelos Apêndices, que oferecem suporte adicional à análise desenvolvida. Nos Anexos, são apresentados todos os mapas elaborados e construídos pela autora, já incluídos ao longo do trabalho. Eles foram reunidos novamente ao final, em formato paisagem, com o objetivo de proporcionar melhor visualização e resolução.

3 ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo trabalharemos a justificativa, a problemática, os objetivos, a metodologia utilizada para a elaboração desta pesquisa, os caminhos teóricos e as etapas da pesquisa, a fim de abordar o delineamento do trabalho.

3.1 JUSTIFICATIVA

Este trabalho é fruto de reflexões sobre a invisibilidade de sujeitos e sujeitas marginalizados, silenciados e estigmatizados no campo, que não encontramos nos livros de História ou Geografia e que dificilmente entenderemos a realidade alicerçada nos territórios rurais do Norte do Brasil, se não a vivenciamos.

As experiências vividas no Bico do Papagaio durante esta pesquisa revelam um aprendizado antropológico, geográfico e territorial inigualável, que nos faz derrubar todas as hipóteses ou conclusões precipitadas sobre o que achamos ou pensamos dos territórios historicamente marcados pela violência no campo, extrema pobreza e ausência de políticas públicas, especialmente sobre o modo de vida das mulheres que necessitam do coco babaçu para sua sobrevivência. Essas mulheres, em sua grande maioria, são negras, pobres, inseridas no entendimento das interseccionalidades de raça, gênero e classe, e que são alvos da inércia do Estado, das políticas públicas, e da dinâmica do avanço da fronteira agrícola e da capitalização das terras.

Questões ligadas à terra e sua inter-relação com a dimensão socioeconômica são contempladas por inúmeros estudos na Geografia. Considerando as dimensões continentais do Brasil e as inúmeras possibilidades de recortes espaço-temporais, essa temática não foi esgotada. A forma como esses elementos se articulam em determinadas localidades, conferindo a elas dinâmicas e processos muito específicos, dá fôlego a novas pesquisas, como a que desenvolvemos.

Entendemos, então, que foi fundamental construir ferramentas teóricas, metodológicas e políticas que ajudem geógrafos e geógrafas, a sociedade civil organizada e outros atores sociais a lutar contra a ofensiva capitalista e neoliberal, que insiste em macular a função social da terra ao tratá-la como mero recurso para obtenção de lucro via especulação ou uso intensivo e predatório, repercutindo em impactos negativos, bem como na destruição do meio ambiente e dos modos de vida de comunidades tradicionais, como as que vivem do extrativismo.

No contexto da estrutura fundiária brasileira, marcada por uma distribuição concentrada e desigual, onde o Estado se mantém inerte frente à demanda social por mudanças nessa realidade, em regiões como o Norte do Tocantins, observam-se desafios particulares, marcados pela resistência de povos tradicionais, camponesas e camponeses que lutam pela terra e pelos seus territórios extrativistas.

Além do exposto, partindo do pressuposto de que o Bico do Papagaio se caracteriza por ser um território que reflete a lógica dos conflitos agrários, as escolhas metodológicas nos procedimentos investigativos e na sistematização das ideias são coerentes com uma orientação filosófica e teórica, que decorre exatamente do lugar com o qual nos identificamos na estrutura das classes (Paulino, 2008).

Faz-se necessário justificar também as escolhas dos recortes, além do espacial, que já foi apresentado, o temporal e o social. A análise compreenderá o período de 1988 até os dias atuais (2024), com enfoque no recorte temporal da década de 1990, quando se consolida o decreto das Reservas Extrativistas no Brasil. Essa escolha foi motivada por considerar o recorte espaço-temporal da criação do estado de Tocantins em 1988, com ênfase na região do Bico do Papagaio e na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, período em que, enquanto recorte social, os conflitos agrários e a discussão agrária na Amazônia se intensificaram no Brasil.

Esta pesquisa se diferencia das demais, pois apresenta a seguinte particularidade: a inter-relação da discussão do território sob uma perspectiva crítica indissociada ao debate ambiental e territorial. Aqui, consideramos a do desenvolvimento territorial apresentado por Marcos Aurélio Saquet (2011), que deve ser compreendido a partir de uma abordagem histórica, crítica e multidimensional. Para Saquet (2011), o território não pode ser entendido apenas como um espaço físico, mas como um conjunto de relações sociais, políticas, culturais e naturais que se entrelaçam e se transformam constantemente. Essa compreensão mais ampla do território é essencial para a construção de projetos de gestão e desenvolvimento territorial que sejam democráticos e participativos, buscando atender às demandas locais em termos de educação, saúde, segurança, preservação ambiental e identidade cultural.

A ideia central do autor é que os processos de desenvolvimento territorial não são lineares nem homogêneos. Pelo contrário, são dinâmicos, contraditórios e carregados de conflitos. As mudanças que ocorrem no território, seja no espaço urbano ou rural, refletem a interação de múltiplos fatores que devem ser analisados de forma interativa e dialética. A

superação de velhos modelos de desenvolvimento, sem necessariamente eliminá-los, abre caminho para novas formas e significados que dialogam com as necessidades contemporâneas. Assim, uma perspectiva territorial envolve entender o território como algo que vai além de uma simples delimitação geográfica ou administrativa. Dessa forma, o território não é estático, mas sim um produto histórico e relacional, marcado por conflitos e disputas pelo uso e controle dos recursos naturais e pelo significado atribuído ao espaço (Saquet, 2011). A perspectiva territorial de Saquet, portanto, sugere um olhar interdisciplinar e crítico sobre o espaço, capaz de orientar políticas públicas e projetos de desenvolvimento mais justos, sustentáveis e inclusivos.

Isso implica analisar como as relações de poder entre o Estado, os capitalistas rurais e as comunidades tradicionais moldam e reconfiguram o território da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) e da região do Bico do Papagaio. As políticas de interiorização econômica na Amazônia, o avanço da fronteira agrícola e a especulação fundiária são elementos que afetam diretamente essas relações e impactam o modo de vida das comunidades extrativistas.

Essa abordagem relacional permite compreender como o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço socialmente produzido, cujas disputas e conflitos refletem o histórico de opressão e marginalização das quebradeiras de coco. Assim, a pesquisa pode investigar como o território da REENT está sendo apropriado ou transformado, e de que forma as comunidades tradicionais resistem às pressões externas e mantêm suas práticas culturais e econômicas ligadas ao extrativismo.

A transformação do território no Bico do Papagaio, então, foi entendida nesta pesquisa, como resultado de processos históricos específicos, em que o avanço do capitalismo no campo e a resistência das comunidades tradicionais criam um campo de tensões e conflitos. A análise dos conflitos agrários, da concentração fundiária e da ausência de políticas públicas pode revelar a multiplicidade de fatores que estruturam o desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) local. Além disso, apresentamos uma caracterização da região do Bico do Papagaio como parte deste recorte espacial da Reserva Extrativista, atrelado às políticas de interiorização econômica na Amazônia.

Nesse contexto, esta pesquisa se justifica por sua contribuição científica em três esferas principais: social, científica e pessoal. A primeira, para a sociedade como um todo, ao evidenciar a sórdida relação entre a concentração fundiária, os conflitos de terra que geram

mortes e a desestabilização de modos de vida tradicionais e camponeses ligados ao extrativismo numa relação mais sustentável com a natureza, bem como a degradação do meio ambiente sob o uso indiscriminado de agrotóxicos e/ou desmatamento para a criação de pastagens.

Observa-se que a discussão fundiária se mantém como uma problemática atual nas pautas políticas em escala nacional e, nesse sentido, a relevância social e acadêmica desta pesquisa contribui para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes aos interesses dos sujeitos que necessitam desses territórios, bem como serve de respaldo para as demandas de movimentos sociais que lutam por justiça social e ambiental, e pela manutenção de seus territórios, sumariamente atacados por aqueles que veem a terra como mero valor de troca.

Além disso, o trabalho permite avaliar os impactos sócio territoriais encontrados na Microrregião do Bico do Papagaio, após a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, no Bico do Papagaio, permitindo trocas estratégicas de planejamento e gestão desse território, que, conforme nos lembra Becker (2014), é a prática estratégica, científico-tecnológica e a coerência de variadas decisões para atingir uma finalidade, seguindo uma lógica econômica e um princípio das relações de poder, ou seja, a absorção de conflitos.

A segunda potencialidade da pesquisa, no âmbito científico, reside em sua contribuição ao pensamento geográfico, ao investigar as relações de poder entre diferentes atores sociais, como o Estado, os capitalistas rurais e as quebradeiras de coco babaçu que dependem exclusivamente do trabalho extrativista nas comunidades circunvizinhas à Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT). Essa análise permite compreender como esses atores produzem e transformam o espaço, sendo este entendido, a partir de uma perspectiva marxista, como um produto histórico das relações sociais específicas de uma sociedade estratificada em classes sociais.

O espaço do Norte do Tocantins, sobretudo da REENT, da Microrregião do Bico do Papagaio, difere-se de outros em virtude dos elementos que o constituem. Por conseguinte, a articulação que se estabelece entre eles ainda não foi geograficamente analisada em profundidade. O que se tem até hoje são estudos e pesquisas voltados às relações de redes de identidades e territorialidades no Bico do Papagaio, como a tese de doutorado de Luciano Laurindo dos Santos, publicada em 2019 e intitulada “Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio”. Porém, estudos atuais que se dedicam a analisar a relação das quebradeiras de coco babaçu que vivem em torno da Reserva Extrativista do Extremo Norte

do Tocantins, após o ano de 2020, não existem. Assim, esta pesquisa pode desvelar novas racionalidades e processos produtores do espaço geográfico e, consequentemente, revelar novas frentes de análise, abordando as relações atuais das quebradeiras de coco com a reserva.

Quanto à motivação pessoal, essa pesquisa é a continuidade das reflexões iniciadas na minha monografia, apresentada como um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em que, durante a pesquisa, observei a potencialidade de explorar novas frentes de análise, neste caso, a formação de outros territórios inseridos na microrregião do Bico do Papagaio.

Como relevância profissional, na atuação de geógrafa e geógrafos em órgãos ambientais e outros setores sociais, esta pesquisa pode oferecer uma base sólida para a elaboração e implementação de políticas públicas que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais, considerando as especificidades territoriais e sociais da microrregião do Bico do Papagaio e dos territórios extrativistas brasileiros. Ao evidenciar as relações de poder e os conflitos agrários que afetam as comunidades tradicionais, a pesquisa proporciona uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados por essas populações e suas práticas extrativistas. Essa análise crítica pode orientar ações e programas que busquem mitigar os impactos negativos da exploração econômica e promover a conservação ambiental de maneira inclusiva, respeitando as demandas locais.

Além disso, a pesquisa pode ser uma ferramenta valiosa para sensibilizar e mobilizar atores sociais, contribuindo para a formação de parcerias entre órgãos ambientais, comunidades locais e movimentos sociais. Assim, os resultados deste trabalho podem enriquecer a atuação geográfica em órgãos ambientais, fortalecendo a integração entre a conservação da natureza e a promoção de justiça social e ambiental.

Finalmente, coloco como principal relevância, inserida dentro de todas as demais esferas citadas, a importância da visibilidade dessas mulheres quebradeiras de coco, afirmando que seus territórios e seu modo de vida devem ser temas conhecidos e visibilizados em todas as esferas da sociedade e em todos os lugares, reafirmando sua cultura, suas tradições e cristalizando suas memórias na História e na Geografia do Brasil.

3.2 PROBLEMA DE PESQUISA

Ao longo desta pesquisa, apresentamos os caminhos percorridos para se alcançar os objetivos propostos. Para tanto, propomos algumas perguntas que orientaram a busca pelas respostas:

a) Quais atores estiveram envolvidos na criação da reserva extrativista?

b) Como as quebradeiras de coco babaçu concebem a reserva extrativista?

c) Quais interesses estão por trás da consolidação da política pública da reserva extrativista?

d) Quais são os desafios atuais que as quebradeiras de coco enfrentam com relação à Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins?

3.3 OBJETIVO

Geral:

Analisar os impactos socioterritoriais atuais que a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins trouxe para a manutenção da vida e dos territórios tradicionais das quebradeiras de coco babaçu.

Específicos:

a) Compreender quais movimentos e atores estão relacionados às lutas socioterritoriais no Bico do Papagaio e à criação do decreto da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins;

(b) Analisar como as quebradeiras de coco percebem e concebem a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins e como se dão as relações socioterritoriais nesta reserva;

(c) Identificar os desafios e estratégias atuais das quebradeiras para a consolidação dos seus territórios.

3.4 METODOLOGIA (MÉTODO, ABORDAGEM E TÉCNICA)

Apresentaremos neste tópico metodológico, o método, a abordagem e as técnicas utilizadas na pesquisa, levando em conta as particularidades do objeto de estudo, os elementos sensíveis do trabalho de campo e o melhor método para a construção das análises dos resultados.

3.4.1 Estudo de Caso, Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo

O método científico deste trabalho é o estudo de caso, pois ele nos ajuda a compreender fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, possibilitando uma investigação das características holísticas dos eventos reais (Yin, 2001). O estudo de caso utiliza diversas técnicas comuns em pesquisas históricas, mas diferencia-se por incluir também a observação direta e uma série sistemática de entrevistas, permitindo-nos lidar com uma variedade de evidências, que podem aparecer nos relatos das entrevistas, nas observações e em outros documentos, além do estudo histórico convencional (Yin, 2001).

Segundo Yin (2001), o estudo de caso é uma pesquisa empírica que examina um fenômeno atual em seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. Este método enfrenta uma situação tecnicamente singular, onde há mais variáveis de interesse do que pontos de dados disponíveis. Como resultado, ele se baseia em várias fontes de evidências, buscando a convergência dos dados.

Gil (2002) afirma que não há consenso entre os pesquisadores sobre as etapas a serem seguidas no desenvolvimento de estudos de caso. Contudo, com base no trabalho de autores como Robert K. Yin (2001) e Robert E. Stake (2000), é possível estabelecer um conjunto de etapas que geralmente podem ser seguidas na maioria dos estudos de caso: a formulação do problema; a definição da unidade de estudo; a determinação do número de casos; a elaboração do protocolo; a coleta de dados; a avaliação e análise dos dados; e a preparação do relatório.

Nesta pesquisa, o caso estudado é a dinâmica agrária em torno da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), localizada na microrregião do Bico do Papagaio, no município de Carrasco Bonito, no Estado de Tocantins. O estudo de caso busca entender a dinâmica agrária do território da reserva e as relações socioterritoriais das quebradeiras de coco com a reserva atualmente.

A abordagem escolhida para este trabalho é a pesquisa qualitativa, que permite compreender detalhadamente os significados dos sujeitos investigados e a complexidade do fenômeno. Na pesquisa qualitativa, o pesquisador se envolve ativamente no ambiente de estudo, buscando compreender as perspectivas, os significados, as experiências e as interações dos participantes (Lima e Moreira, 2017). A produção dos dados é geralmente realizada por meio de técnicas como entrevistas, trabalhos de campo e levantamento de dados documentais. Os dados produzidos são analisados de forma interpretativa, buscando identificar padrões,

temas, relações e significados subjacentes. Paulilo (2016, p.135) afirma que a abordagem qualitativa:

> [...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e se adequa ao aprofundamento da complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é, portanto, empregada para a compreensão de fenômenos caracterizados por alta complexidade interna.

A investigação qualitativa foca na interpretação das informações dos entrevistados e atribui importância significativa ao contexto investigado. Com base na proposta da metodologia de campo, há uma gama de possibilidades que dependem das características socioculturais dos sujeitos pesquisados. Nesta pesquisa, utilizamos do levantamento bibliográfico e documental, do trabalho de campo, diário e caderno de campo, entrevistas formais e informais, e registros fotográficos. É importante ressaltar que, em pesquisas qualitativas como esta, a metodologia também se constrói ao longo da vivência no campo. Seguem as etapas utilizadas na pesquisa:

a) Levantamento Bibliográfico

O processo de revisão bibliográfica envolveu a análise de referências que ajudam a estudar as concepções de território, territorialidades, o Estado e as políticas públicas no Bico do Papagaio.

Para a historicização das lutas pela terra no Bico do Papagaio e da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, respectivamente os autores como Luciano Laurindo dos Santos (2019; 2020; 2021) e Dayane Rouse Neves Sousa (2015, 2016) . Também realizamos análises documentais em fontes secundárias, como documentos de arquivos públicos, estatísticas de censos, relatórios de pesquisas, documentos históricos originais, mapas, filmes, documentários, ou qualquer outra fonte que, durante o processo de pesquisa, se mostrou valiosa para a compreensão da realidade territorial estudada. Abordamos as principais legislações pertinentes, tais como:

- Decreto nº 6.040: Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável;
- Decreto nº 535: Cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins;
- Lei nº 9.985: Regulamenta o Art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;

- Lei nº 11.284/2006 estabelece normas para a criação, gestão e proteção das unidades de conservação no Brasil, visando à conservação da biodiversidade e ao uso sustentável dos recursos naturais;
- Decreto nº 6.040/2007 Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Os bancos de dados mais importantes para esta pesquisa incluíram:

- Instituto Socioambiental (ISA), que contém dados sobre as Unidades de Conservação no Brasil;
- Site do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO);
- Site do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que representa os interesses sociais, políticos e econômicos desse grupo, dando visibilidade às mulheres.

b) Trabalho de Campo

Utilizamos a observação direta em trabalho de campo. Este procedimento permitiu apreender aspectos da realidade do território e compreender os elementos geográficos envolvidos. Consideramos o trabalho de campo um elemento fundamental da investigação geográfica, pois, como assevera Kayser (1985, p. 31), "a pesquisa de campo é um meio e não um objetivo em si mesmo. É a pesquisa indispensável à análise da situação social." No contexto desta pesquisa, o trabalho de campo engloba dimensões mais amplas, incluindo interação direta, imersão e experiência vivencial". Essa imersão ocorreu de maneira gradual: primeiro conversamos e conhecemos as quebradeiras de coco nas comunidades, depois, em alguns casos, fomos em estabelecimentos comerciais locais e compramos os azeites de babaçu, para viabilizar uma aproximação com as quebradeiras antes de iniciar as entrevistas.

c) Entrevistas e Diários de Campo

A viagem ao Bico do Papagaio para a realização do trabalho de campo ocorreu no período de 7 a 21 de setembro de 2023, sendo os dias de imersão no campo e coletas de entrevistas no território da REENT. No município de Carrasco e nos povoados, foram realizadas as visitas nos dias 8 e 9 de setembro, cujas datas foram as únicas as quais conseguimos encontrar as quebradeiras de coco e outros entrevistados em suas casas. Vale ressaltar que a imersão estava prevista para ocorrer ao longo das semanas até o dia 21 de setembro, no entanto, nos territórios e comunidades as quais estivemos, as quebradeiras se

recusaram a dar entrevistas em outras datas. Além disso, duas entrevistas previamente agendadas para o período do trabalho de campo foram canceladas, pois duas quebradeiras de coco com as quais havíamos entrado em contato não responderam às mensagens para confirmar a realização na data prevista. Apesar dessas limitações, elaboramos diários de campo estruturados, nos quais organizamos informações detalhadas sobre as entrevistas realizadas e os perfis dos entrevistados, garantindo a sistematização dos dados produzidos.

O roteiro das entrevistas foi elaborado de forma a permitir sua realização tanto de maneira formal quanto informal. Optamos por entrevistas informais, por serem mais flexíveis e possibilitam uma interação mais natural e fluida entre o pesquisador e o entrevistado. Mesmo nas entrevistas informais, utilizamos as perguntas do roteiro para direcionar os questionamentos.

Vale enfatizar que ao longo do trabalho de campo, foram necessárias mudanças de estratégias na abordagem para as entrevistas. Inicialmente, apresentamos os papeis do comitê de ética e cadernos e canetas para as entrevistas. No entanto, ao longo do trabalho de campo, percebemos que a abordagem com canetas e papeis estavam assustando as entrevistadas e assim tivemos que repensar o modo. Demos a continuidade sem papel, canetas ou diários de campo. Somente com nossas vozes e depois, após finalizarmos as conversas e entrevistas, guardávamos tudo o que lembrávamos da conversa e anotávamos posteriormente no carro. Esse método nos exigiu tamanha atenção, sistematização dos pensamentos, agilidade para lembrar e anotar e reflexões profundas após as entrevistas.

Realizamos uma entrevista com uma importante liderança que participou das mobilizações das quebradeiras no Bico do Papagaio. Também entrevistamos a principal liderança da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT) e conseguimos uma conversa com a liderança da Associação de Mulheres no Bico do Papagaio (ASMUBIP) e do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQ). Além disso, conhecemos algumas famílias dos povoados Caxeado, Vinte Mil, Centro dos Firmino e Centro dos Ferreiras que estão localizados no Município de Carrasco Bonito. Conversamos também com algumas quebradeiras que atualmente trabalham com a venda do óleo e vivem da quebra do coco babaçu.

O trabalho de campo e as entrevistas consistiram em uma viagem ao Bico do Papagaio, realizada no segundo semestre de 2023, abrangendo os municípios de Esperantina, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito e São Miguel do Tocantins, localizados próximos à

Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. Esta fase teve como objetivo conhecer as mulheres envolvidas na luta pela terra no Bico do Papagaio, na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins e nas atividades das quebradeiras de coco babaçu, bem como realizar entrevistas para obter os principais elementos da pesquisa. Durante esta fase, realizamos entrevistas com as principais lideranças e, a partir das indicações de cada uma, percorremos o território procurando para entrevistar as pessoas consideradas relevantes para a pesquisa, com base no método "bola de neve".

Para a análise dos resultados desta pesquisa, utilizamos o método de análise de conteúdo de Bardin (2011), que propõe investigar os resultados por meio da construção de interpretações e concepções acerca do objeto estudado. Este método segue um processo rigoroso, com as seguintes etapas: (1) pré-análise; (2) exploração do material (categorização ou codificação); e (3) tratamento dos resultados (Sousa; Santos, 2020).

A primeira etapa da análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), é a pré-análise, na qual se organiza o material que será utilizado na pesquisa. São sistematizadas quatro etapas: (a) leitura dinâmica ou flutuante; (b) seleção dos documentos; (c) reformulação de objetivos e hipóteses; e (d) criação de indicadores.

Na segunda etapa, ocorre o que Bardin (2004) denomina de categorização ou codificação do estudo, em que há a descrição analítica e a classificação das categorias, acompanhando a analogia dos objetivos da pesquisa. Nesta fase, faz-se a categorização, o agrupamento e reagrupamento das unidades ou temas, utilizando a estratégia da repetição das palavras para criar as unidades de registro. Na terceira fase, o tratamento dos resultados busca os significados por meio de uma reflexão crítica e analítica, com o objetivo de obter o conteúdo do material coletado. Bardin (2011, p. 41) caracteriza esta fase como uma operação lógica, na qual se admite uma proposição por meio da ligação com outras proposições já entendidas como verdadeiras.

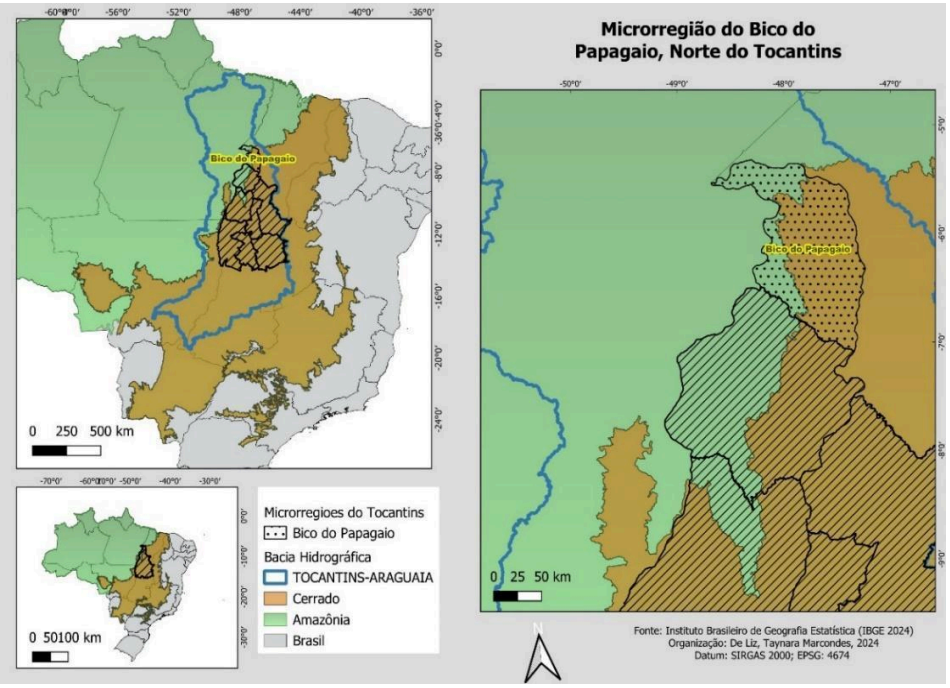
Destacamos, então, a utilização do método de categorização das palavras que mais se repetiram nas entrevistas, o que possibilitou propor uma análise crítica relacionando os autores e as teorias da pesquisa com as categorias resultantes.

3.4.2 Caracterização geográfica da área de estudo

Este estudo teve como recorte espacial a Microrregião do Bico do Papagaio, localizada na zona de transição entre o Cerrado e a Amazônia, dentro da Bacia Hidrográfica

Tocantins-Araguaia, no extremo norte do Estado do Tocantins (Figura 1). O foco principal da pesquisa foi o território da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), inserida nessa Microrregião do Bico do Papagaio e situada no município de Carrasco Bonito, bem como nos povoados próximos, como Centro dos Firmino, Centro dos Ferreira, Vinte Mil e Caxeado (Figura 5 e 6).

Figura 5 - Mapa da Microrregião do Bico do Papagaio e a Região de Transição entre Cerrado e Amazônia



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Contudo, é importante destacar que algumas entrevistas e análises de campo abrangeram outros territórios próximos, uma vez que as redes de comunicação, as lideranças e as influências relevantes para os objetivos da pesquisa ultrapassam os limites de Carrasco Bonito, estendendo-se aos municípios de Esperantina, Buriti do Tocantins, Augustinópolis, Sítio Novo e São Miguel do Tocantins (Figura 6). Assim, as Figuras 5 e 6 apresentam, respectivamente, o mapa da Microrregião do Bico do Papagaio e a área de transição entre o Cerrado e a Amazônia, bem como o mapa dos municípios abrangidos pelo trabalho de campo.

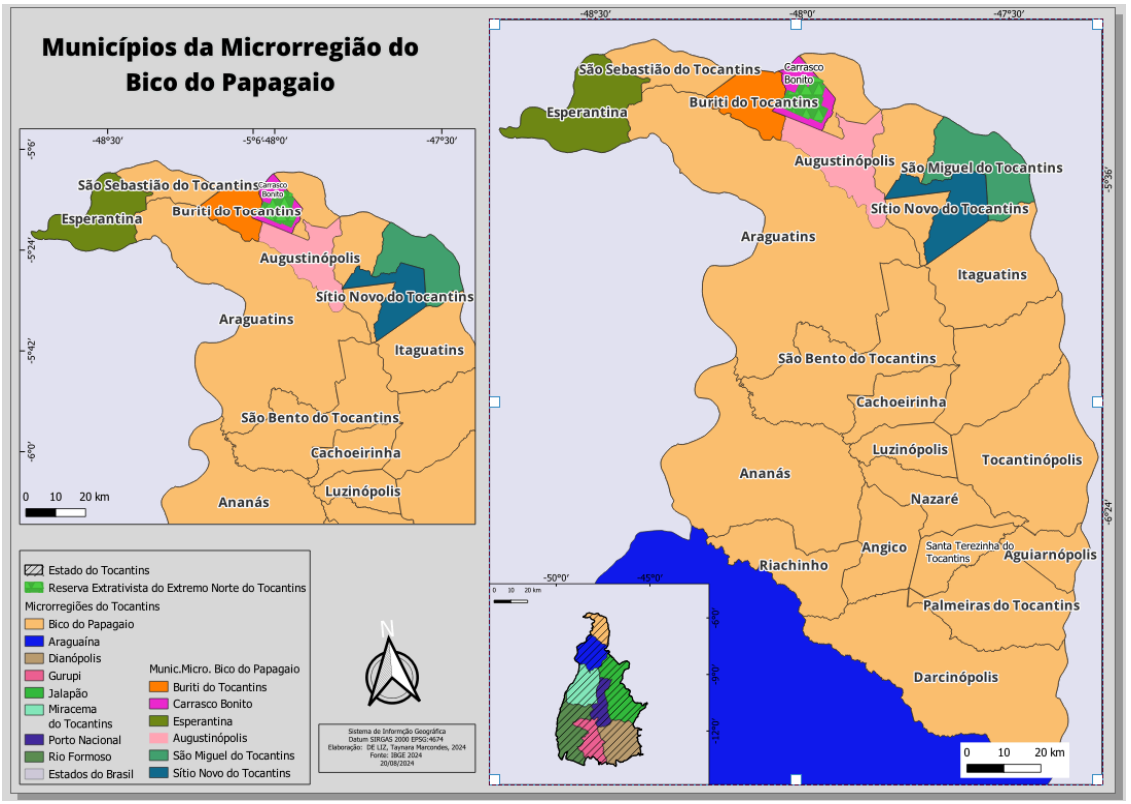
Vale ressaltar que a formação fundiária dessa região se intensificou especialmente entre as décadas de 1950 e 1980, período em que surgiram significativos conflitos agrários, muitos dos quais resultaram em confrontos diretos com forças repressoras (Almeida, 2015). Além disso, o Bico do Papagaio se caracteriza até hoje por diversas formas de regionalização,

que se concretizam de acordo com as demandas do planejamento a ser realizado. Almeida (2015) explica que:

> A primeira, Microrregião do Bico do Papagaio é uma determinação política para fins administrativos, recorte que considera o extremo norte do Tocantins com 25 municípios. A segunda regionalização, Norte do Tocantins, com 37 municípios procura inserir um maior número de municípios, já que a intenção deste recorte busca considerar as relações de fluxos na produção e no consumo entre os municípios. A regionalização criada pelo governo federal, Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio, incorpora tanto municípios do estado do Tocantins, como dos estados do Maranhão e do Pará. São 66 municípios que partilham características políticas, econômicas e até culturais semelhantes (Almeida, 2015, p. 432).

Porém, existe outra definição de regionalização oficial (IBGE), que inclui a microrregião do Bico do Papagaio dentro da Mesorregião Ocidental do estado do Tocantins, podendo, portanto, ser interpretada como uma sub-região desta última.

Figura 6 - Mapa dos Municípios da Microrregião do Bico do Papagaio



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

> O Estado de Tocantins possui 139 municípios e foi dividido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em duas mesorregiões – ocidental e oriental – e em oito microrregiões. A mesorregião ocidental é formada por cinco microrregiões: Araguaína, Bico do Papagaio, Gurupi, Miracema do Tocantins e Rio Formoso e a mesorregião oriental é constituída pelas microrregiões de Dianópolis, Jalapão e Porto Nacional (Medeiros, Santos e André, 2018, p. 51)

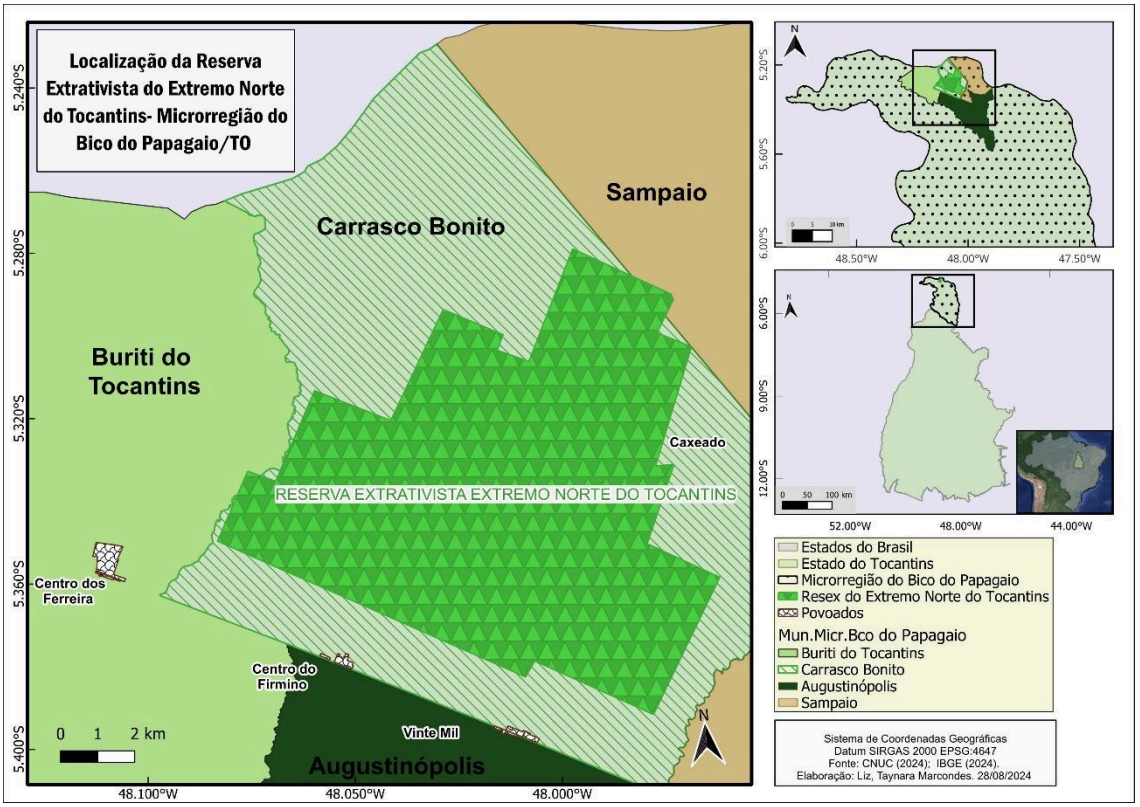
Essa última divisão regional, que define o Tocantins em cinco microrregiões, pode ser observada no mapa da figura 6, onde damos ênfase para o Bico do Papagaio e seus municípios.

Sendo assim, considerando que uma investigação científica exige a definição de recortes específicos e que o Bico do Papagaio se caracteriza por uma complexidade de divisões regionais, essa pesquisa se limitou às análises ao Estado do Tocantins e, excluiu os estados vizinhos que fazem parte da segunda regionalização mencionada, a da Mesorregião diferenciada do Bico do Papagaio, centralizando o foco espacial somente para a Microrregião (Figuras 5 e 6).

Segundo a divisão territorial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a Microrregião do Bico do Papagaio é constituída por 25 municípios do Tocantins, sendo eles: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis, ilustrados na Figura 6. Sendo os municípios de Esperantina, Buriti do Tocantins, Carrasco Bonito, Augustinópolis, Sítio Novo do Tocantins e São Miguel do Tocantins os municípios integrantes da pesquisa.

Inserida no município de Carrasco Bonito e na microrregião do Bico do Papagaio, a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) é uma Unidade de Conservação (UC), criada no ano de 1992, por meio do Decreto nº 535, de 20 de maio. Com uma área aproximada de 9.280 ha (nove mil e duzentos e oitenta hectares), a REENT faz divisa com os municípios de Buriti do Tocantins, de Carrasco Bonito, Sampaio e Augustinópolis. Segundo o Instituto Socioambiental (ISA, 2023) e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBIO, 2019), a REENT também se localiza na área de transição entre os biomas brasileiros Amazônia e Cerrado, nas coordenadas geográficas 5°21'4.97"S, 48° 0'42.13"O , próximo ao Rio Tocantins, conforme ilustrado na Figura 7.

Figura 7 - Mapa da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A Reserva Extrativista (Resex) do Extremo Norte do Tocantins foi criada com o intuito de consolidar um projeto que previa a exploração do babaçu e a produção do óleo para fins de comercialização e foi criada a partir da organização e da mobilização das populações extrativistas que faziam parte da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT) (ICMBIO, 2023). Isto se dá devido à principal vegetação característica da Resex ser a palmeira babaçu que possui uma influência nos modos de vida das populações da região que, historicamente, vivem do extrativismo do babaçu.

A figura 8 mostra a abrangência das palmeiras babaçu na REENT na microrregião do Bico do Papagaio.

Figura 8 - Palmeiras de Babaçu na Área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins

Fonte: Elaboração própria (2023).

A Resex do Extremo Norte do Tocantins foi criada a partir do movimento das quebradeiras de coco babaçu, que foi liderada pela trabalhadora Raimunda Gomes da Silva, popularmente conhecida como Dona Raimunda Quebradeira de Coco, sendo ela quem assume a luta política pelo direito à extração do coco babaçu e da luta pela terra (Oliveira; Sousa, 2016). Sobre as quebradeiras de coco, Oliveira e Souza ainda explicam:

> As quebradeiras de coco babaçu constituem um conjunto de mulheres identificadas por uma forma de trabalho comum (coleta e quebra de coco babaçu e atividades correlatas de beneficiamento do fruto) e cuja identidade é objetivada em movimento social, sendo integrantes de famílias de trabalhadores rurais nativos do Maranhão ou migrantes do Nordeste que vivenciaram um processo histórico de ocupação da zona ecológica do babaçu (vasta região que abrange diversos Estados-membros do Brasil: Piauí, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Pará) (Oliveira e Sousa, 2016, p.1).

Cerca de 90% do território do município de Carrasco Bonito está incluído na área da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. E embora com as limitações impostas pelos órgãos ambientais, ainda está sendo possível a prática da produção de alimentos nessas propriedades que se encontram incluídas nessa reserva, o que justifica a escolha do município de Carrasco Bonito e dos demais territórios no entorno dela para o recorte da pesquisa (Prefeitura de Carrasco Bonito, 2023).

Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2022), Carrasco Bonito possui atualmente 3.318 habitantes, numa área total do município de 190,352 km², possuindo uma área urbanizada de 1,21 km², conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1- Informações Gerais do Município de Carrasco Bonito

Informações de Carrasco Bonito	Coluna1
Prefeito	Gilvan Bandeira da Silva [2021]
Gentílico	carrascoense
Área Territorial	190,352 km² [2022]
População residente	3.318 pessoas [2022]
Densidade demográfica	17,43 hab/km² [2022]
Escolarização 6 a 14 anos	97,9 % [2010]

Adaptado de: IBGE Cidades (2024).

O município de Carrasco Bonito é composto pela área urbana e área rural. Na área rural se encontram fazendas e povoados rurais como: Vinte Mil, Centro dos Firmino, Centro dos Ferreira e Caxeado (Figura). Esses povoados constituem a centralidade da nossa pesquisa, uma vez que as famílias residentes neles têm seus modos de vida influenciados diretamente pela Resex e estão inseridas na dinâmica agrária do Bico do Papagaio, bem como enfrentam desafios para a consolidação do modo de vida rural e tradicional, os quais identificamos ao longo dessa pesquisa.

As figuras 9 e 10 registradas durante o trabalho de campo, mostram a entrada do município de Carrasco Bonito, a estrada com as paisagens de palmeiras babaçus presentes, bem como a sede do sindicato dos trabalhadores rurais do município.

Figura 9 - Entrada do Município de Carrasco Bonito

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 10 - Sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Carrasco Bonito

Fonte: Trabalho de Campo (2023).

Salientamos que o foco desta pesquisa não constitui o levantamento populacional desses povoados, mas sim a análise dos seus sujeitos e a relação com a terra, território e a reserva extrativista. Assim, os dados abrangidos aqui fazem parte da pesquisa mais recente encontrada que se dedicou a fazer o levantamento do percentual da população destes povoados com relação à reserva. Segundo Sousa (2015, p.7):

> No ano de 2014, havia aproximadamente 893 pessoas que mantinham relação com a Resex do Extremo Norte, correspondendo a 237 famílias, que estavam distribuídas em quatro povoados do entorno da Reserva, sendo eles: Vinte Mil (23,08% das famílias), Centro dos Ferreiras (20,98% idem), Cacheado (17,48% idem) e Centro do Firmino (13,29% idem). Além de mais outras famílias residirem (24,48%) na sede do município de Carrasco Bonito (UFV/ICMBio, 2014).

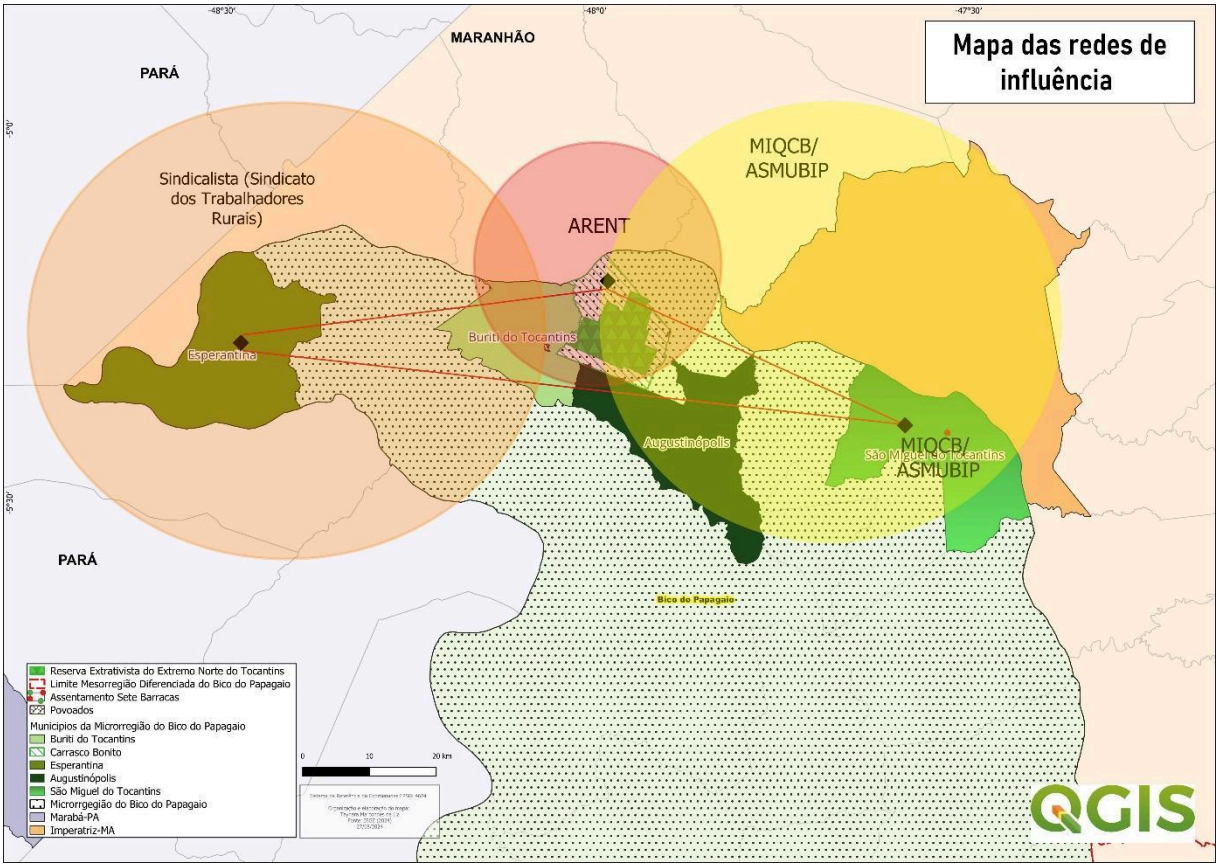
Consideramos o fato de que esses dados populacionais podem ter sofrido alterações significativas e afirmamos ser importante apresentar um panorama geral, destacando a distribuição dessas famílias que possuem relação com a Resex. Além disso, esse panorama geral foi importante para as análises realizadas após o trabalho de campo nesses povoados.

Destacamos então a importância dessa caracterização geográfica pois, se por um lado, tem o intuito de fazer o recorte com uma certa intenção metodológica aos povoados próximos da REENT, por outro lado, para atingir os objetivos da pesquisa, foi necessário extrapolar os limites do município e deste recorte. Isto se dá devido às redes de lideranças envolvidas na luta pelos territórios e na dinâmica agrária e das políticas públicas da Resex, que estão no Bico do Papagaio como um todo, estabelecendo linhas de conexões representadas pela Figura 11 e, reiterando as redes de influência que os municípios do Bico do Papagaio possuem.

No mapa da Figura 11, observa-se que as redes de influência importantes e significativas para a nossa pesquisa se concentraram nas lideranças sindicalistas, da associação e do MIQCB. A relação entre essas influências contribuiu para o entendimento da dinâmica territorial e agrária no território da REENT que contempla os povoados.

A Figura 12, por fim, ilustra o momento em que chegamos em Buriti no Tocantins, a qual se localiza entre os municípios de Esperantina e São Miguel do Tocantins próximo à Carrasco Bonito.

Figura 11 – Mapa das Redes das Principais Influências



Fonte: IBGE (2024).

Figura 12 - Município de Buriti do Tocantins

Fonte: Elaboração própria (2023).

Dessa forma, o mapa apresentado na Figura 11 evidencia que as principais redes de influência relacionadas à dinâmica territorial da REENT concentram-se nas lideranças sindicalistas, nas associações locais e no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). A articulação entre esses diferentes agentes revela-se fundamental para compreender os processos de organização social, mobilização política e manejo do território nos povoados que compõem a reserva, permitindo uma leitura mais aprofundada sobre as estratégias de resistência e afirmação territorial das populações extrativistas

3.4.3 Fases e etapas do trabalho de campo

O trabalho de campo na microrregião do Bico do Papagaio teve a duração de 15 dias, no entanto, a fase do pré-campo iniciou-se cinco meses antes do início do trabalho de campo.

Quadro 2 - Fases, Data e Duração do Trabalho de Campo

Fases do trabalho de campo	**Data (início e término)**	**Duração**
Pré-campo	01/04/2023- 02/09/2023	5 meses
Pesquisa de campo no Bico do Papagaio	05/09/2023-20/05/2023	15 dias
Pós- Campo	12/09/2023-06/03/2025	1 ano e 6 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As fases que caracterizaram o trabalho de campo desta pesquisa são: (a) pré-campo; (b) trabalho de campo; (c) pós-campo. Na primeira fase (a) do pré-campo, as etapas realizadas foram: (1) levantamento documental e geográfico da área; (2) investigação de pesquisadores, líderes, associados e outros inseridos no debate sobre o Bico do Papagaio e da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins; (3) elaboração e planejamento detalhado do roteiro do trabalho de campo; (4) elaboração do roteiro de entrevistas; (5) sistematização e organização das ideias e propostas.

Na segunda fase (b) da Pesquisa de Campo no Bico do papagaio foram realizadas as seguintes etapas: (1) realização dos trajetos do campo entre Marabá (PA) até Imperatriz (MA), com paradas nos pontos importante; (2) entrevistas gravadas e caderno de campo; e (3) registros fotográficos.

Na terceira fase (c) da pesquisa pós-campo, as etapas efetuadas foram: (1) reorganização do diário de campo; (2) transcrição das entrevistas gravadas por meio do gravador do celular particular; (3) organização das fotografias; (3) análises e tabulação dos principais elementos obtidos no trabalho de campo.

a) Pré-campo

Etapa 1- Levantamento documental e geográfico da área: nesta primeira etapa, foi realizado o levantamento dos principais documentos necessários para a realização do trabalho de campo e entrevistas:

(1) Envio do projeto de pesquisa e da proposta de campo para o Comitê de Ética da Universidade, a partir da Plataforma Brasil;

(2) Envio do projeto para a plataforma SISBIO (Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade), para obter a autorização a fim de entrar na reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins;

(3) Levantamento dos principais pontos geográficos a serem estudados e observados no campo.

Etapa 2- Estabelecimento de Redes e Conexões com Atores-Chaves no Bico do Papagaio e REENT:

Nesta segunda etapa, o trabalho foi direcionado à construção de redes de contato e ao estabelecimento de conexões com os principais docentes e estudantes que tiveram pesquisa sobre a REENT, além de secretaria do Meio ambiente e ex-gestor envolvidos, com o objetivo de viabilizar o trabalho de campo, conforme apresentado no quadro 3.

Durante este período, estabeleceu-se um contato inicial via *WhatsApp* com uma pesquisadora que já havia realizado uma dissertação de mestrado na região da reserva, o que possibilitou obter uma visão preliminar sobre a área a ser estudada, bem como sobre os possíveis desafios e dificuldades que poderiam ser enfrentados no campo. A partir dessa interação, foram adquiridos contatos valiosos, incluindo o ex-gestor da reserva, que proporcionou uma primeira conversa e compartilhou informações relevantes sobre a RESEX.

Quadro 3- Relação de contatos estabelecidos no pré-campo

Nome	Envolvimento/ Associação	Tipo de contato
Marcelo Romarco de Oliveira	Professor do Departamento de Economia Rural - DER - Universidade Federal de Viçosa Orientador de dissertação de mestrado sobre a REENT	Email do currículo Lattes
Dayane Rouse Neves Sousa	Autora da dissertação de mestrado publicada no ano de 2014, sobre a REENT.	Email e Whatsapp
Lino Rocha	Ex-gestor da REENT	Whatsapp
Secretária do Meio Ambiente (que não aceitou se identificar)	Carrasco Bonito	Whatsapp

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

As conversas realizadas com a autora da dissertação de mestrado mais recente sobre o tema foram fundamentais para orientar e direcionar os contatos subsequentes, permitindo assim a construção de uma rede confiável e segura para a pesquisa.

Etapa 3- Planejamento do Roteiro de Campo: Municípios e Lideranças:

Nesta etapa, foram cuidadosamente planejados os municípios a serem visitados e identificadas as possíveis lideranças a serem entrevistadas. Esse planejamento detalhado envolveu a seleção criteriosa das localidades relevantes para a pesquisa e a definição das figuras-chave que poderiam fornecer importantes percepções sobre o tema em estudo.

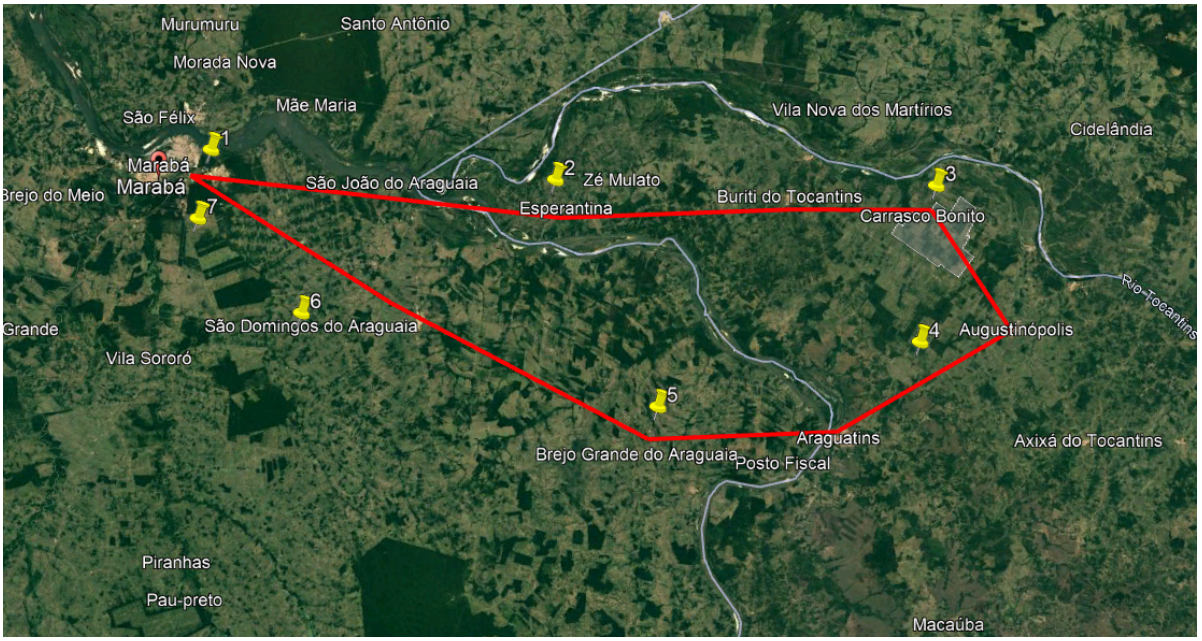
Quadro 4 - Plano de Trabalho Resumido (Planejamento Diário das Atividades)

Data	Atividades
01 - 02/09/2023	Duração da viagem- Chegada em Marabá
03 - 4/09/2023	Elaboração de um roteiro específico das regiões a serem visitadas
05/09	Início do Campo- Ponto 1; Ponto 2 e Ponto 3
07/09	Ponto 1- Ponto 3- Ponto 4
08/09	Ponto 4- Ponto 5
12/09	Ponto 5- Ponto 6
14/09	Ponto 6- Ponto 7

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

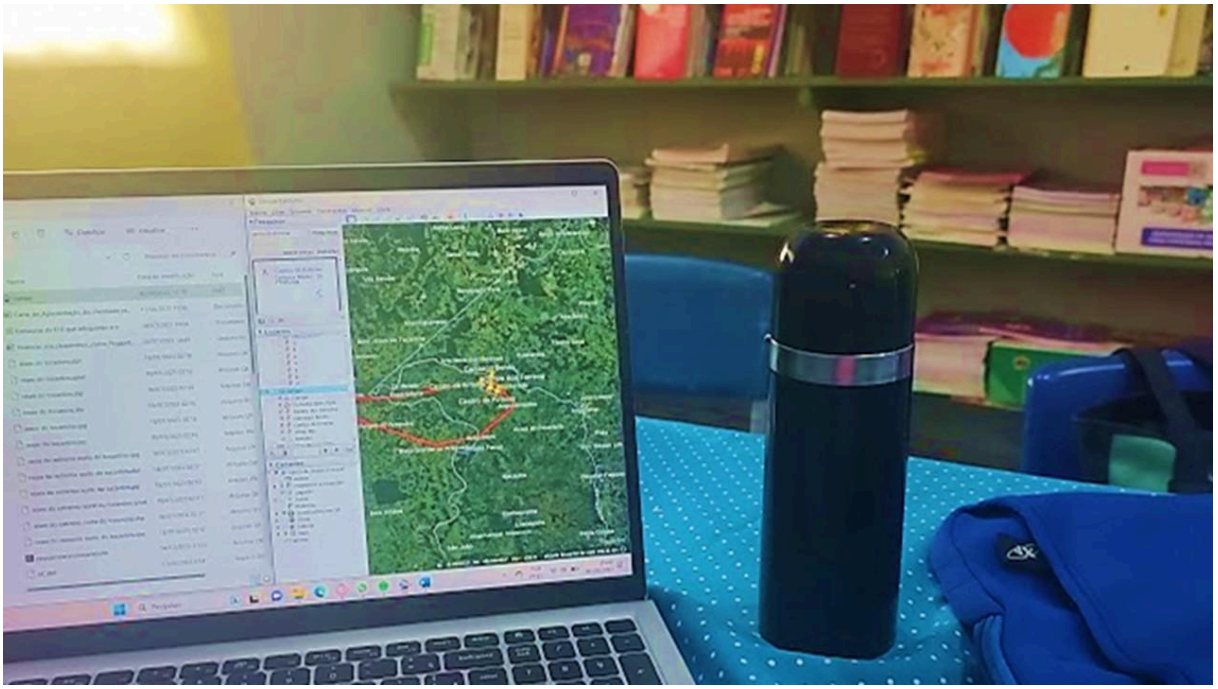
No quadro 4, associado à Figura 13, observamos o planejamento prévio do roteiro do campo. É possível observar que, neste momento do pré-campo, em que foi elaborado o roteiro, as rotas eram diferentes e durante o trabalho de campo houve a necessidade de alteração dos trajetos, devido aos imprevistos e às indicações para entrevistas de pessoas que encontramos durante o campo. A figura 13 ilustra esse momento.

Figura 13 - Mapa do roteiro pensado no Pré-campo



Adaptado de: Google Earth (2023).

Figura 14- Planejamento pré-campo



Fonte: Elaboração própria (2023).

Etapa 4- Elaboração do roteiro das entrevistas:

Nessa fase foram definidas dezesseis principais perguntas orientadoras para a realização das entrevistas e diários de Campo.

Quadro 5- Perguntas norteadoras das entrevistas

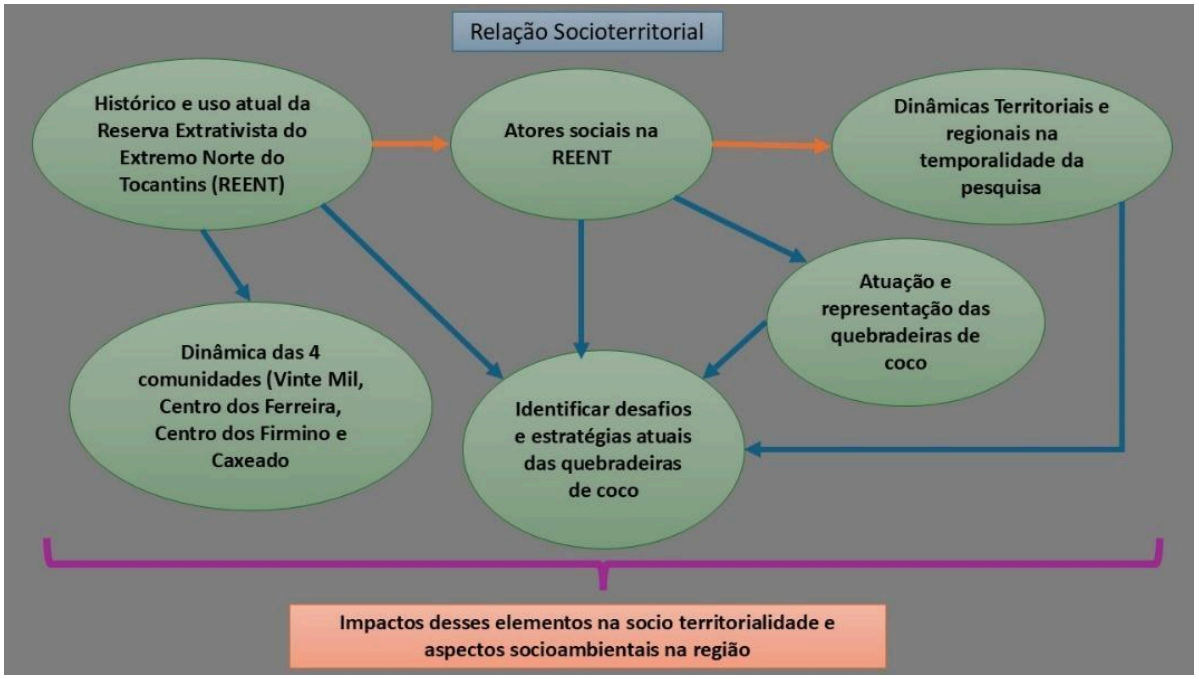
Roteiro de Perguntas para a Entrevista
1. Qual a história da Reserva?
2. Quem são os atores sociais que atuam na Reserva? Tem empresas? ONG's?
3. Por que as duas comunidades saíram da Reserva? Foram para onde?
4. Há conflitos de interesses? Partidos, igrejas, movimentos, empresas...?
5. Quais são as entidades que representam vocês (quebradeiras) hoje?
6. Histórico das comunidades, Centro dos Ferreira, Centro dos Firmino, Vinte Mil e Caxeado. Como e quando foram construídas e por quê? Por que vieram para cá? São assentados? Do que vivem?
8. O babaçu já foi mais importante antigamente? Como está envolvida a geração atual?
9. Como são as casas, moradias e habitação (políticas públicas)
10. Já se envolveram com algum conflito pela terra?
11. Logística da Reserva, quem entra, como entra?
12. Como anda a luta pela Regularização Fundiária? Vai ser benéfico? Por quê?
13. Como é a dinâmica das comunidades? Vivem de quê?
14. Os jovens quebram coco também?
15. Quais desafios e dificuldades atuais?
16. As políticas públicas existem e se existem, como elas funcionam aqui hoje?

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

Etapa 5- Sistematização e Organização das ideias e proposta:

Nesta etapa, elaboramos um fluxograma de organização e sistematização dos principais pontos e objetivos a serem alcançados no trabalho de campo, a partir das observações e das entrevistas. Esse fluxograma pode ser observado na Figura 15.

Figura 15 – Sistematização das relações socioterritoriais



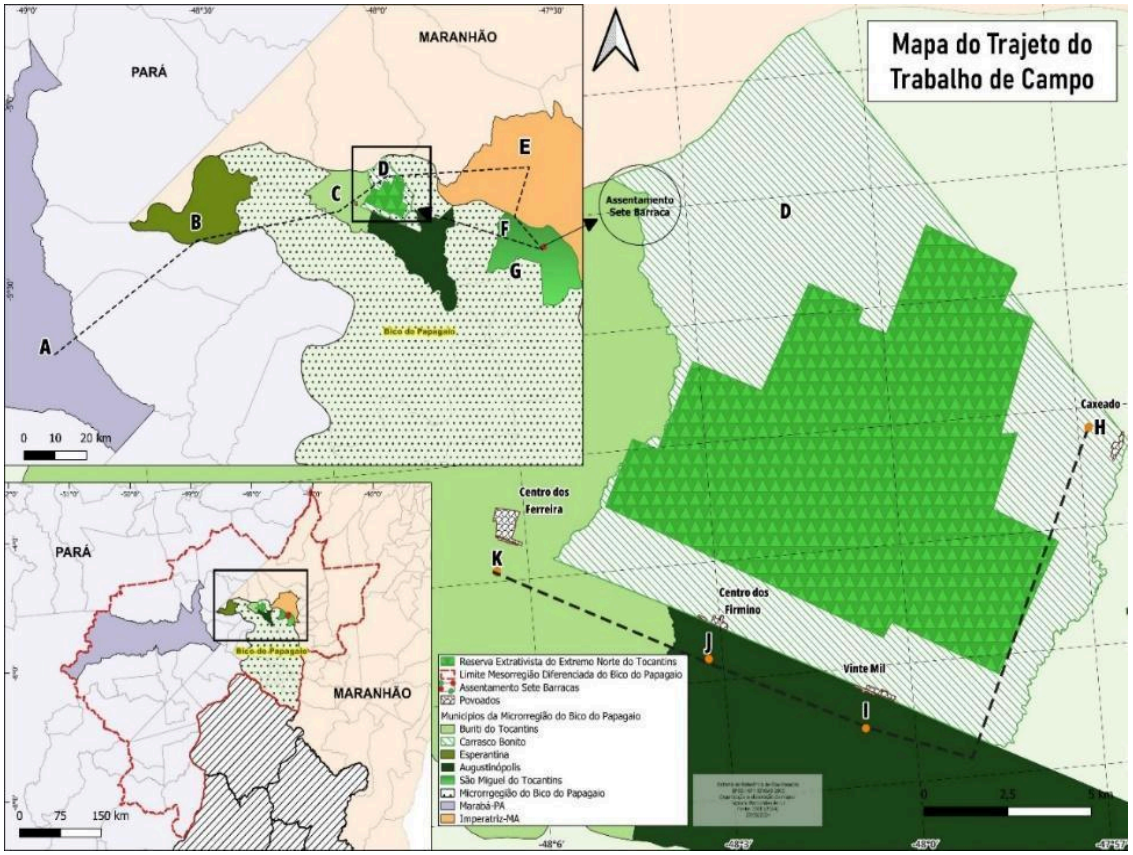
Fonte: Elaborado pela autora (2023).

b) Trabalho de Campo - Pesquisa de Campo no Bico do Papagaio

Etapa 1- Mapeamento e Trajeto do Campo:

Nesta etapa, foram realizados os trajetos de campo entre Marabá (PA) e Imperatriz (MA), incluindo as paradas em pontos estratégicos. Durante essa fase, foram identificadas e registradas as coordenadas geográficas desses pontos, com o objetivo de elaborar um mapeamento detalhado do percurso. O mapa resultante, que ilustra o trajeto e as paradas importantes, está disponível na Figura 16. A Figura 16 mostra os pontos do trajeto do trabalho de campo, que se inicia no ponto A em Marabá (PA) e segue em direção aos municípios tocantinenses, conforme mostra o quadro 6 com a descrição dos pontos e suas respectivas localidades.

Figura 16 - Mapa do Trajeto do Trabalho de Campo



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 6 - Pontos dos trajetos do Trabalho de campo

PONTOS	MUNICÍPIOS	TRAJETOS
A	MARABÁ (PA)	**A-B**
B	ESPERANTINA	**B-C**
C	BURITI DO TOCANTINS	**C-D**
D	CARRASCO BONITO	**D-E**
E	IMPERATRIZ	**E-F**
F	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	**F-G**
G	SETE BARRACAS	**G-H**
H	CAXEADO	**H-D**
I	VINTE MIL	**D-I**
J	CENTRO DOS FIRMINO	**I-J**
K	CENTRO DOS FERREIRA	**K-A**

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Etapa 2- Entrevistas, Caderno de Campo e Registro Fotográfico:

Nesta etapa, realizamos entrevistas de acordo com as paradas que realizamos no trabalho de campo. A relação dos entrevistados segue no Quadro 7.

Utilizamos o método “bola de neve”, que consiste inicialmente na busca por um entrevistado importante e a partir dessa primeira pessoa, solicita-se indicações por meio de referências e novos contatos para dar continuidade na amostragem (Vinuto, 2014). Assim, após as indicações das referências, dando ênfase para escolha de famílias e mulheres que vivem exclusivamente da quebra do coco babaçu, identificamos que os desafios atuais dessas famílias perpassam pela ausência do acesso à terra, uma vez que não são famílias assentadas.

O critério adotado para a escolha dos entrevistados foi de acordo com os objetivos da pesquisa e da sistematização das ideias propostas no pré-campo. Adotamos os seguintes critérios: (a) lideranças mais idosas que estiveram à frente das conquistas históricas antes, durante e após a REENT; (b) lideranças das principais associações que atuam no Bico do Papagaio voltado às quebradeiras de coco; (c) famílias ou mulheres que vivem exclusivamente do coco babaçu para a sobrevivência; (d) famílias que residem próximo à REENT.

Quadro 7 - Relação dos entrevistados no Trabalho de campo (ordem do trajeto)

Nome/ anonimato	Município/ Povoado	Sexo	Idade	Cor	Característica	Modalidade
Maria Senhora	Esperantina	F	74	Negra	Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ Asmubip	Entrevista gravada com TCLE
Raimundo Nonatto (Banana)	Carrasco Bonito	M	-	Negra	Liderança-ARENT	Entrevista gravada com TCLE
Naiá	São Miguel do Tocantins	F	68	Negra	Asmubip/MIQCB	Caderno de Campo
Attalea	São Miguel do Tocantins	F	65	Negra	Asmubip/MIQCB	Caderno de Campo
Seu Valdinei	Sítio Novo	M	-	Negra	Secretário Administrativo de São Miguel	Caderno de Campo
Seu Chico	Caxeado	M	48	Negra	Filho de quebradeira de coco	Caderno de Campo
Martiana	Caxeado	F	67	Branca	Quebradeira de Coco e comercializa	Caderno de Campo
Arecacea	Centro dos Firmino	-	75	Negra	Quebradeira de coco e comercializa óleo	Caderno de Campo
Orbínea	Vinte Mil	-	72	Negra	Quebradeira de coco	Caderno de Campo
Eva	Centro dos Ferreira	F	-	Negra	Quebradeira de coco	Caderno de Campo

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Nessa etapa das entrevistas, dois sujeitos aceitaram a gravação e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo a Maria Senhora e Raimundo Nonatto. Os demais não aceitaram a assinatura do Termo e nem a gravação da entrevista, o que nos levou a trabalhar com o caderno de campo. Isso justifica a não identificação dos nomes verdadeiros dos demais entrevistados, sendo criados então nomes fictícios. Dessa forma, utilizamos nomes fictícios para nos referirmos às quebradeiras de coco entrevistadas. Optamos por adotar como método, nomes científicos da palmeira babaçu, árvore de grande importância para a vida dessas mulheres, a fim de preservar suas identidades e, ao mesmo tempo, destacar a relevância simbólica dessa planta. No total, conseguimos conversar com 10 participantes durante o trabalho de campo que constam no quadro 7.

Em abril de 2025, foi realizada uma entrevista com o ex-gestor da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT), Lino Rocha, por meio de troca de mensagens via aplicativo *WhatsApp*. A interlocução teve como objetivo aprofundar a compreensão sobre aspectos específicos da criação e do desenvolvimento da unidade de conservação, contribuindo com informações relevantes para a análise do processo de implementação da reserva, bem como das dinâmicas territoriais e sociais a ela associadas.

c) Pós-campo

A Terceira Fase da pesquisa foi trabalhada logo no dia posterior ao término do trabalho de campo, ainda na região do Bico do Papagaio, a fim de relatar e organizar as principais ideias discutidas e percebidas no trabalho de campo.

(1) Reorganização do diário de campo: para reorganização do trabalho de campo, realizamos tópicos das frases e palavras que mais apareceram nas falas dos entrevistados(a)s, articulando com as perguntas realizadas. A reorganização também obedeceu ao método da categorização que corresponde à análise de conteúdo escolhida nesta pesquisa.

(2) transcrição das entrevistas gravadas: para a transcrição, foi utilizado um fone de ouvido e um notebook. A partir do banco de dados criado no drive, onde foram guardados os áudios das entrevistas gravadas, a transcrição foi possibilitada e realizada exatamente como as falas foram manifestadas pelos entrevistados.

(3) Organização das fotografias: realizada de acordo com as datas e as coordenadas geográficas coletadas de cada foto, por meio do aplicativo gratuito *Timestamp.* Com esse aplicativo é possível bater cada foto e automaticamente coletar as datas e coordenadas geográficas da foto.

(4) Levantamento bibliográfico nas Universidades do Bico do Papagaio: este levantamento teve o intuito de encontrar novas referências e livros sobre a temática na biblioteca da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, localizada em Marabá-PA, no Bico do Papagaio (Figura 17).

Figura 17- Levantamento e sistematizações pós-campo

Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesta seção, apresentamos as informações e os procedimentos detalhados do trabalho de campo, relatando o passo a passo dos trajetos, os entrevistados, pontos geográficos, bem como a metodologia e técnicas para as entrevistas. A seguir, serão apresentados os desafios e as dificuldades de ordem pessoal e subjetiva por parte da visão da pesquisadora.

3.5 ANGÚSTIAS, DESAFIOS E OBSTÁCULOS DA PESQUISA

Falar dos desafios e angústias deste trabalho é como escrever um diário de relatos e desabafos das experiências vividas durante o processo da pesquisa. Se trabalhar com pesquisas voltadas aos movimentos sociais já é por si só um grande desafio, arriscar-se num território marcado historicamente pela violência no campo, conflitos e disputas pela terra em meio à Amazônia Oriental, alimenta ainda mais os desafios, sobretudo porque estamos aqui nos referindo às mulheres, em sua maioria pretas e que carregam as marcas do patriarcado, do sexismo e do racismo nas suas lutas diárias.

Mas as angústias não param por aí. Ser uma pesquisadora branca e da região sul do Brasil também me coloca numa posição perigosa, alarmante e perturbadora. As perguntas que me faziam nos eventos científicos e nas universidades durante o processo da minha pesquisa eram frequentemente, e da mesma maneira, perturbadoras e provocativas: "O que te fez sair do sul para ir ao Bico do Papagaio pesquisar um território totalmente distante do seu?", ou mesmo, "Por que está fazendo uma pesquisa com mulheres pretas e rurais? Você sabe que é uma mulher branca e do sul, né? Vai ter um choque cultural gigantesco". E tive!

De fato, desde quando eu me lancei nesta pesquisa, tive consciência da importância de me colocar no lugar enquanto uma mulher e pesquisadora fora daquela realidade. Mas eu também não hesitei em exercer na prática o que eu mais acredito e amo, a Ciência Geográfica. E é na Geografia que eu aprendi e venho aprendendo que os multi territórios espalhados pelo Brasil devem ser estudados, entendidos e analisados por todos e todas. E que as histórias e geografias construídas ali, devem ser conhecidas e visíveis a todos e em todos os lugares. Concluí que o sul precisa conhecer o Bico do Papagaio. Precisa conhecer o norte do Tocantins. Precisa conhecer as regiões interioranas da Amazônia Oriental e precisa conhecer as mulheres brasileiras de outras regiões. As mulheres que fazem parte da construção do território desse país. E que sob a lógica perversa do capital, da colonização, do racismo e do machismo, detém uma história particular, uma territorialidade única e singular. Embora em sua territorialidade carreguem o conhecimento, a *práxis* da luta diária e a resistência, isso não pode ser esquecido ou negligenciado pelos geógrafos e geógrafas desse país. Eis aqui então o meu único e pequeníssimo papel enquanto geógrafa: escrever o que eu vivi e aprendi com essas mulheres e admitir que, na verdade, não sabemos nada e não conhecemos quase nada do nosso Brasil.

Corri vários riscos ao me desafiar nesta pesquisa e muitas vezes pensei em desistir. Porque o sentimento de que estava adentrando num território que não é meu, numa história que não é minha, é frequentemente perturbador. Mas ao desistir, apareceria outro sentimento também perturbador: como furar a bolha do regionalismo na pesquisa científica e fazer com que outros territórios sejam visíveis em outras partes e por outras pessoas? Quando digo regionalismo científico, refiro-me aos temas das pesquisas que geralmente se concentram sobre a nossa própria região, sem considerar estudos sobre outros territórios. Utilizar a Geografia para colocar em prática minha indignação é a ferramenta que encontrei para iniciar um processo de superação.

Por vários momentos fui indagada se eu sabia onde estava pisando e por vários momentos fui desafiada a me colocar no meu lugar e fazer outra pesquisa. Não negarei que isso por muito tempo foi doloroso. Mas, mesmo que as provocações tenham sido difíceis de engolir, eu as agradeço porque são válidas, legítimas e reais. Às vezes para que consigamos amadurecer pessoalmente e profissionalmente, precisamos ouvir palavras difíceis de engolir.

Não irei discutir aqui aquilo que não me cabe. Não tomarei os espaços e os locais de fala e da vivência das violências raciais destas mulheres. Não apresentarei nenhum juízo de valor fora daquilo que poderei contribuir e com certeza muito provavelmente em algum momento, eu ainda vou errar. Porque o processo do trabalho da pesquisa nos revela o quanto somos frágeis e impotentes diante de algumas realidades. Mas, caberá a mim aqui, apresentar uma realidade pontual, que sob os acontecimentos políticos, históricos e territoriais, molda uma realidade concreta naquele território, alvo dos interesses capitalistas rurais, dos interesses estrangeiros e da inércia do Estado mediante as políticas públicas mal implementadas e até as políticas públicas não implementadas. Caberá a mim enquanto geógrafa, estabelecer uma análise dos elementos territoriais que formam a dinâmica agrária do Bico do Papagaio, atrelados aos desafios e estratégias das quebradeiras de coco babaçu.

Chamo a atenção para o fato de que, devido a alguns fatores, essa pesquisa tem suas limitações. E tem também algumas lacunas. De fato, a tentativa de aproximação com as comunidades estudadas na pesquisa foi feita, porém com algumas dificuldades. As tentativas de estabelecer contatos com os movimentos do Bico do Papagaio iniciaram um ano antes do trabalho de campo e, mesmo assim, não conseguimos toda a aproximação que planejamos. Este fato justifica uma das limitações e lacunas desta pesquisa: um envolvimento pontual com as comunidades. Somado a isso, ressalto as desconfianças por parte das mulheres, as quais tentamos contato anteriormente, durante e depois do trabalho de campo. Não conseguimos vivenciar o território por mais tempo. Mas, dentro dos objetivos propostos para este trabalho, o campo realizado foi capaz de responder às principais indagações e conseguir elementos capazes de construir uma sistematização das ideias.

Encerrar este texto é como fechar um diário repleto de relatos e reflexões sobre as experiências vividas durante todo o processo desta pesquisa. É também um processo contínuo, onde os desafios acadêmicos, científicos e pessoais seguem sendo parte da formação enquanto geógrafa, professora e pesquisadora. E mesmo sabendo que ainda posso cometer erros, estou

determinada a continuar contribuindo para a construção de um conhecimento mais amplo e inclusivo sobre nosso país. Afinal, é esse o meu papel enquanto geógrafa e pesquisadora.

4 LENTE TEÓRICA E CATEGORIA DE ANÁLISE

Nesta pesquisa, nos dedicamos à análise do papel do Estado na formulação, implementação e regulação das políticas públicas na Amazônia. O Estado desempenha um papel central na definição do uso da terra, na proteção ambiental, no desenvolvimento socioeconômico e na promoção do bem-estar social na região. Portanto, compreender como o Estado opera na Amazônia é essencial para avaliar o impacto das políticas públicas e identificar lacunas e oportunidades de melhoria.

Apresentaremos a abordagem teórica sobre o Estado e as políticas públicas com foco na Amazônia, destacando os principais elementos do ordenamento territorial, os sujeitos rurais e a trajetória das lutas sociais. Essa leitura teórica servirá de base para discutir os elementos constituintes do recorte espacial desta pesquisa, fundamentados no ordenamento territorial e na atuação do Estado em relação aos territórios amazônicos e às ações dos movimentos e comunidades locais. Utilizaremos, como arcabouço teórico, os delineamentos construídos por Bertha Becker (2005) e Carlos Walter Porto Gonçalves (2006) ao longo da trajetória da Geografia da Amazônia.

4.1 O ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA

Entendemos por ordenamento territorial, o que Becker (2004) e Santos (2007) afirmam no seu livro "*Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial"*, em um sentido amplo e multidimensional. Para Becker (2004) e Santos (2007), o território não é apenas um espaço físico, mas uma base ativa e simbólica que interage com a sociedade. O ordenamento territorial, portanto, não se refere apenas à organização do espaço pelo Estado, mas envolve uma complexa relação entre política, economia e sociedade, abrangendo aspectos ambientais, urbanos e regionais.

Os referidos autores ainda argumentam que território é uma "escala privilegiada da ação política", e deve ser considerado como o território usado, ou seja, um espaço moldado pela ação humana, econômica e política. Esse conceito de "território usado" integra o controle de poder e a intervenção econômica com a base material e simbólica do espaço, o que reflete a dinâmica entre a globalização e as territorialidades locais. Dessa forma, o ordenamento territorial é uma prática que precisa incorporar essas múltiplas dimensões e interações de atores sociais e políticos, superando a visão simplista de gestão técnica do espaço.

Além disso, Becker (2004) e Santos (2007) apresentam uma abordagem transescalar, reconhecendo que as questões territoriais estão interligadas em diferentes níveis, do local ao global, e que o sucesso das políticas de ordenamento territorial depende da consideração dessas interconexões.

Assim, o ordenamento territorial é visto como um arranjo espacial dinâmico, que engloba tanto a organização do território físico, quanto às práticas sociais, políticas e econômicas que se desenvolvem nesse espaço, sempre em diálogo com as escalas locais e globais e com os múltiplos atores que nele atuam.

As políticas públicas na Amazônia têm um impacto direto na vida das comunidades locais e na conservação do meio ambiente. Questões como o desmatamento, a expansão agrícola, os conflitos fundiários e a exploração de recursos naturais estão intrinsecamente ligadas às políticas públicas adotadas pelo Estado. A Amazônia brasileira é constituída por um gigantesco patrimônio de terras e de capital natural. Este fato configura a região como palco de disputas e conflitos pelo território, com diferentes atores sociais, impulsionando também, fronteiras diferentes.

No entanto, as disputas territoriais na Amazônia não se limitam apenas a interesses econômicos, mas envolvem também questões socioambientais e culturais. Por exemplo, a presença de comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na região acrescenta uma camada de complexidade às dinâmicas territoriais, uma vez que esses grupos muitas vezes têm uma relação ancestral com a terra e dependem dela para sua sobrevivência física e cultural.

Para entender melhor o que Becker (2007) explica ao construir a linha teórica dos conflitos na Amazônia como ponto importante para abordagem do Estado e das políticas públicas, inserimos a sistematização construída por ela, entre a fronteira do capital e a fronteira de recursos. Para Becker (2007), o primeiro conflito do uso do território amazônico é explicado por meio da atuação da globalização inserida na fronteira do capital, enquanto na fronteira de recursos, está presente o interesse dominante em nível nacional. Isso significa que, na fronteira do capital, os conflitos são influenciados principalmente pela globalização, envolvendo interesses econômicos internacionais e o acesso aos recursos naturais da região. Por outro lado, na fronteira de recursos, os conflitos são caracterizados pelo interesse nacional em relação à exploração e à gestão dos recursos naturais da Amazônia. Em todos esses

elementos, o Estado aparece como um dos principais atores sociais, tendo as políticas públicas como ponto chave para tentativa de solução desses conflitos.

No entanto, no interior desse debate que permeia a globalização, Becker (2007) afirma que as contradições surgem como consequências intrínsecas, pois se, por um lado, prevalecem os interesses voltados à conservação e ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais, por outro, há uma pressão do mercado que incentiva o desmatamento da floresta, como observado atualmente com o aumento do valor da soja no mercado global. De modo implícito a esses conflitos, surge um outro, agora ainda mais significativo. O conflito entre os interesses privados, que corresponde à alta do lucro na pecuária, no corte da madeira e da soja e os interesses coletivos, sociais e ambientais, que correspondem à sustentabilidade dos ecossistemas florestais, uma vez que a terra e as florestas constituem bens públicos (Becker, 2007).

O maior e mais urgente problema é o das novas frentes de expansão,

> (....) há o risco de serem aceleradas e expandidas com a implementação de novas obras de infraestrutura gerando um novo arco de desmatamento do sul do Amazonas ao centro do Pará, envolvendo o já conhecido processo de ocupação desordenada, o desmatamento e os conflitos de terra, com a expulsão de populações tradicionais e pequenos produtores locais com o afluxo de migrantes não absorvidos (Becker, 2007, p. 126).

Aqui se explicam as novas frentes e conflitos que foram avançando sobre as fronteiras de recursos entre 1970 e 1985, o que caracteriza uma reordenação territorial pautada em uma ocupação regional inédita que demandou do Estado, novas ações para o controle das consequências. Este avanço representou novas configurações no território do Bico do Papagaio, em que emergem os conflitos entre as populações tradicionais, campesinos e os interesses privados contemporâneos.

A apresentação desses elementos que explicam os conflitos do uso do território nos dará base para construir o delineamento desta pesquisa, tendo em vista que, no território das quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio, procuramos investigar as evidências dos embates entre as fronteiras de capital e as fronteiras de recursos e as contradições desses conflitos. A reserva extrativista ali implantada configura uma política pública de Estado que implica a presença da atuação de atores sociais diferentes e interesses contraditórios.

4.2 ENTRE MODELOS: CONFLITOS E DESAFIOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

O final do século XX no Brasil foi marcado pelo declínio do que Becker (2007)

denomina de modelo exógeno, que se caracteriza por uma visão externa ao território, dando ênfase para as relações das metrópoles exteriores. Isso é explicado por dois fatores:

> Por um lado, o esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e da intervenção do Estado na economia e no território. Por outro lado, neste mesmo ano, um novo processo tem início com a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros[1], simbolizando um movimento de resistência das populações à expropriação da terra que, somado à pressão ambientalista internacional e nacional resgatou o modelo endógeno sob várias formas (Becker, 2007, p.141).

Assim, o projeto ambientalista propõe corredores ecológicos para a proteção ambiental, caracterizados por mosaicos de áreas protegidas. Entretanto, em 1996 ocorreu uma mudança que marca o retorno do modelo exógeno, em que o Governo Federal retoma o Programa Brasil em Ação, implementando corredores de transporte e corredores de conservação. Este fato marca uma característica própria no desenvolvimento regional da Amazônia: a implementação do modelo exógeno atrelado ao modelo endógeno, sob a orientação de políticas públicas paralelas e conflitantes (Becker, 2007).

Isso quer dizer que o período é marcado pela tentativa de implementar políticas públicas que expressam interesses opostos. Becker (2007) denomina a coexistência dessa nova configuração como a incógnita de *heartland* e explica que isto marcou um conjunto de interesses compartilhados pela sociedade nacional, incorporando alguns valores fundamentais historicamente construídos como: o desenvolvimento econômico, a paz, a coexistência com a diversidade cultural e a autonomia. No entanto, as políticas públicas para a Amazônia passam a ser paralelas, desarticuladas e conflitantes, uma vez que:

> (...) ambas visam o desenvolvimento numa estratégia territorial seletiva, mas o desenvolvimento previsto por uma pela outra, mais que diversos, são opostos. Uma baseia-se no favorecimento de novos investimentos para infraestrutura e outra está direcionada para as populações locais e a proteção ambiental (Becker, 2004, p. 127).

Mas, a problemática do modelo endógeno das políticas ambientais não evidencia significativo desenvolvimento e crescimento quando falamos sobre as experiências voltadas à proteção da natureza, pois:

> São também isoladas, mas carecem de base econômica competitiva, acessibilidade aos mercados, capacidade gerencial e escala de atuação, uma vez que são individualizados, não estando em rede, à exceção dos corredores ecológicos. (...) Territorialmente, domina o endógeno, em extensas áreas isoladas associadas a

[1] O Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) constitui-se em uma entidade *sui generis,* pois, ao mesmo tempo que amplia os marcos de atuação dos sindicatos, mantém um vínculo de representação política de base sindical: nenhum dirigente do CNS podia ser de fora do movimento sindical. Sendo assim, "[...] evitam a desvinculação da base social e territorial tão comum às chamadas organizações não governamentais que tendem, quase sempre, a ter direções muito personalizadas e sem representação política delegada por quem quer que seja" (Gonçalves, 2012, p. 128).

> populações e recursos naturais locais. Mas as relações com os centros externos de poder- nacional e internacionais- são intensas, embora não dependentes de articulações territoriais, físicas e sim de telecomunicações (Becker, 2007, p. 128).

Ou seja, as redes de telecomunicações passaram a ser utilizadas de maneira diferente entre os atores opostos. No caso das populações locais, o acesso às redes de comunicação se torna exclusivamente para a busca de apoios externos para a sua sobrevivência.

No que se refere às quebradeiras de coco babaçu, fica evidente que estão inseridas na realidade dos obstáculos do modelo endógeno, em que os desafios encontrados historicamente para a manutenção dos seus territórios são viabilizados também pela configuração desse desenvolvimento regional, caracterizado pelo isolamento e dificuldade de acessibilidade aos mercados. Mas, se isso se dava no contexto do final do século XX, será que ainda podemos afirmar que tais desafios caracterizam atualmente a luta das quebradeiras? É o que esta pesquisa tentou responder.

Podemos observar como essa transição reflete não apenas mudanças econômicas e políticas, mas também transformações sociais e ambientais significativas. O declínio do modelo exógeno e o resgate do modelo endógeno não apenas alteraram as dinâmicas territoriais e econômicas, mas também deram voz às comunidades locais e ressaltaram a importância da sustentabilidade ambiental. Esse movimento de resistência e resgate pode ser visto como parte de um processo mais amplo de reconhecimento da diversidade cultural e ambiental e de busca por modelos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis.

4.2.1 Terra, Resistência e Autonomia: A Luta dos Seringueiros e o Surgimento das Reservas Extrativistas na Amazônia

As reservas extrativistas no Brasil são fruto da luta dos seringueiros na Amazônia na busca pela conservação das florestas e contra a expansão do latifúndio e dos projetos de colonização do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) (Becker, 2007). Os seringueiros constituem uma importante voz anti-repressão e de resistência, iniciando os movimentos da luta pela terra na Amazônia.

O conceito de Reserva Extrativista (Resex) emergiu na década de 1980, impulsionado por um movimento social amazônico que articulava as reivindicações de seringueiros e castanheiros expulsos de seus territórios tradicionais com a resistência contra a destruição das florestas. Essa ação coletiva, que se alinhou a movimentos sociais globais

contra a devastação florestal, resultou em uma proposta inovadora para a gestão territorial na Amazônia (Almeida, 2004a). Os sindicalistas que lutaram contra a destruição das áreas de seringueiras e castanheiras reivindicaram a criação legal de Reservas Extrativistas – territórios assegurados aos seringueiros sem divisão em lotes e com tamanhos variando entre 300 e 500 hectares, de acordo com a realidade extrativista da região (Porto-Gonçalves, 2012).

Em dezembro de 1987, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) determinou que as Resex deveriam ser terras públicas, com usufruto exclusivo para os moradores tradicionais, seguindo o modelo das Terras Indígenas para evitar a reconcentração fundiária e a especulação do agronegócio. Chico Mendes, uma figura emblemática dessa luta, destacou-se ao defender a ideia de que a terra deveria permanecer sob o domínio da União, com usufruto pelos seringueiros, em vez de ser atribuída como propriedade individual (Mendes, 1989).

Esse conceito de Resex reflete uma alternativa à tradicional concessão de títulos de propriedade individual, sendo inspirado pelas experiências de sindicatos e associações de seringueiros durante as décadas de 1970 e 1980. O objetivo era evitar a degradação ambiental associada à venda e ao desmatamento nos seringais, que resultava em um efeito dominó prejudicial à ocupação sustentável (Allegretti, 2008). A proposta de Chico Mendes e outros líderes foi modelar as Resex de forma semelhante às Reservas Indígenas, garantindo que esses territórios permanecessem como parte do patrimônio nacional e fossem geridos de maneira coletiva.

Dessa forma, as Reservas Extrativistas, junto com as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e os Assentamentos Agroextrativistas passaram a constituir um importante componente do regime territorial brasileiro, garantindo direitos coletivos às comunidades que tradicionalmente ocupam biomas de importância nacional. Segundo Allegretti (2008), estas áreas incluem seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, coletores de babaçu, ervateiros de faxinais e outros grupos que utilizam os recursos do território com tecnologias de baixo impacto. Assim, a criação das Resex introduziu um modelo de pluralismo territorial, posicionando as terras públicas usufruídas por comunidades tradicionais entre a propriedade privada e as terras públicas geridas diretamente pelo Estado (Allegretti, 2008).

Segundo Bertha Becker (2005), as RESEX constituem uma forma de resistência socioambiental, onde o uso sustentável dos recursos naturais está associado à valorização do modo de vida das populações locais e à preservação da floresta em pé. Essas reservas são

criadas em áreas públicas, onde o direito de uso é concedido às comunidades tradicionais por meio de contratos de concessão.

Por sua vez, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) compartilham princípios semelhantes às RESEX, mas incluem maior flexibilidade para atividades econômicas que conciliam conservação ambiental e desenvolvimento humano. Porto-Gonçalves (2006) destaca que as RDS representam uma alternativa ao modelo predatório de desenvolvimento, reconhecendo a importância dos saberes locais e do protagonismo das comunidades para a gestão sustentável dos territórios.

Já os Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) são uma categoria de assentamento rural criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que visa atender populações que dependem do uso de recursos naturais de forma sustentável. Esses assentamentos combinam práticas agrícolas com atividades extrativistas, promovendo segurança alimentar e sustentabilidade econômica. Segundo Porto-Gonçalves (2006), os PAEs são uma estratégia importante para integrar a reforma agrária ao debate ambiental, pois conciliam a produção familiar com a conservação dos recursos naturais.

Na década de 1990, o extrativismo ganhou destaque como alternativa para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, integrando aspectos como o combate à pobreza, a inclusão social e a valorização das culturas locais. Nesse sentido, as Resex foram estabelecidas para mitigar conflitos territoriais e promover um desenvolvimento que equilibra a prudência ecológica com a justiça social (Allegretti, 1994).

Para tanto, com o intuito de resistir aos projetos de mercantilização das terras na Amazônia, inicia-se, com os seringueiros, um processo que Becker (2007) e Gonçalves (2012) caracterizam como “empate”, na tentativa de impedir os fazendeiros de derrubar as árvores e plantar pastos. Essa luta foi denominada e chamada pelos fazendeiros de *invasão*. Esse termo foi criado pelos fazendeiros para se dirigirem a qualquer ação que os seringueiros praticavam para impedir que entrassem nas suas terras. A partir daí, os fazendeiros paulistas justificavam qualquer ação de repressão que praticavam contra os seringueiros, alegando que estavam se defendendo de uma *invasão* (Gonçalves, 2012). Esse conceito é até hoje utilizado tanto na Amazônia quanto em outros lugares do Brasil.

Nesse sentido, o *empate* corresponde ao movimento dos seringueiros para impedir novas práticas de desmatamento nas áreas extrativistas e teve como principal líder, Chico Mendes, iniciando no estado do Acre e estendendo-se a outros estados entre os anos de 1978 e

1988. Os seringueiros adotaram inicialmente a estratégia do *empate* como forma de conter o desmatamento. Posteriormente, outra estratégia foi a obtenção, em 1985, da Concessão dos Direitos Reais de Uso Coletivos sobre os seringais pelos seus habitantes, o que resultou na extinção dos projetos de colonização apoiados pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) (Becker, 2007).

Paralelamente a isso, Gonçalves (2012) afirma que, ao ampliarem o escopo da luta dos trabalhadores rurais além da questão da terra, os seringueiros se envolveram na defesa do seu modo de vida, que incluía a conservação da floresta. Isso os aproximou dos ecologistas, que também defendiam a floresta por diferentes motivos. Ao se aliarem a um movimento global que buscava proteger a floresta, os seringueiros se posicionaram como protagonistas dessa defesa, destacando a frase de Chico Mendes: "Não há defesa da floresta sem os Povos da Floresta"(Gonçalves, 2012).

Essa abordagem trouxe uma nova perspectiva ao debate político sobre ecologia, integrando de forma orgânica as dimensões sociais e ecológicas. Gonçalves (2005, p. 128) afirma:

> A proposta das Reservas Extrativistas é o coroamento dessa identidade seringueira. Quem conhece de perto a experiência dos seringueiros sabe que a qualificação extrativista está longe de ser a defesa de uma determinada atividade de modo exclusivo. A própria análise feita anteriormente demonstra que, desde a crise que atingiu o seringal a partir de 1912, o seringueiro só sobreviveu na floresta porque deixou de ser um extrator exclusivo, pois começou a praticar a agricultura junto à sua colocação, transformando-se em um produtor agroextrativista.

Essa citação destaca a evolução da identidade seringueira ao longo do tempo. Não se trata apenas de defender uma atividade extrativista exclusiva, mas sim de reconhecer a transformação dos seringueiros em produtores agroextrativistas.

Assim como a demarcação de terras indígenas, o modelo das Reservas Extrativistas (Resex) representa um marco histórico significativo. Essas reservas representam a concessão de terras pelo governo federal à população cabocla, estabelecendo um modelo de gestão que foi concebido com base em uma estreita relação entre sociedade e Estado. Essa abordagem não apenas reconhece o direito dessas comunidades à terra, mas também busca integrar seus saberes e práticas tradicionais na gestão sustentável dos recursos naturais (Becker, 2012). Dessa forma, as Resex não apenas protegem o meio ambiente, mas também promovem a autonomia e o desenvolvimento socioeconômico das populações locais, fortalecendo sua identidade e cultura. Assim, Becker (2007, p. 107) afirma que:

> Combina o poder da União como proprietário de terra e responsável pela Resex, com o poder da comunidade, através das associações de moradores que são responsáveis pelos contratos de uso e dos grupos de famílias, encarregados da gestão econômica e dos recursos. Certamente, esse modelo é um dos experimentos que mais preserva a biodiversidade, embora o extrativismo seja uma fraca base econômica para a sustentação da população. Hoje, intensifica-se o movimento para agregar valor à extração da seringa, castanha, frutos, e mesmo da madeira através do manejo florestal.

Esse movimento para diversificar as atividades econômicas dentro das Resex não apenas reduz a dependência de uma única fonte de renda, mas também promove práticas ambientalmente conscientes, alinhadas com a conservação de longo prazo dos recursos naturais.

Posteriormente, já no final do no mês de julho de 2000, foi estabelecido o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei nº 9.985 de 18/07/2000). Becker (2007) explica que a finalidade desse sistema foi delinear as categorias de Unidades de Conservação (UCs) e os respectivos Sistemas de Manejo aplicáveis a cada uma delas. O escopo do SNUC abrange áreas de domínio público federal, estadual e municipal, bem como áreas protegidas de natureza privada, e distingue dois grupos fundamentais de UCs, sendo eles:

> a) as de proteção integral, tais como parques nacionais, reservas biológicas ou Estações Ecológicas, que tem como objetivo prioritário a preservação, contando com um regime de proteção restrita, que proíbe atividades produtivas e a exploração de recursos naturais; b) as de uso sustentável, tais como as reservas extrativistas ou reservas de desenvolvimento sustentável, que permitem a utilização e a exploração direta dos recursos naturais dentro de certas condições acordadas e estabelecidas em um plano de manejo (Becker, 2007, p. 109).

Nesse sentido, a Reserva Extrativista (Resex) estabelece um arranjo no qual as famílias desfrutam individualmente dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, compartilham a propriedade de forma comunitária, sob a supervisão do Estado, porém com a gestão participativa por parte de organizações da sociedade civil.

O objetivo primordial é garantir a utilização sustentável dos recursos naturais, criando assim as bases institucionais não apenas para o desenvolvimento sustentável, mas também para uma sociedade com estruturas que promovam a autogestão. Reconhecendo a interdependência entre sociedades e grupos sociais, a relação institucional com o Estado possibilita o diálogo e a negociação de pactos regulatórios com a comunidade circundante (Gonçalves, 2012). Além disso, os seringueiros emergem como um ator político significativo, constituindo-se como um movimento social.

Portanto, a proposta das Reservas Extrativistas (Resex) visa à criação de áreas de domínio público para uso coletivo, permitindo às comunidades tradicionais o acesso e a

gestão dos recursos naturais com regras estabelecidas pelo poder público (Allegretti, 2008). No entanto, vale ressaltar que o reconhecimento legal da Resex não se traduz em uma implementação sem desafios. As Resex no Brasil são mais do que instrumentos de conservação ambiental, elas são mecanismos para garantir o direito de uso do território às comunidades tradicionais, respeitando seus modos de vida específicos (Cunha, 2001). A legitimação dessa categoria enfrenta uma série de conflitos e tensões entre diversos atores sociais, incluindo o Estado e interesses privados, como aqueles representados pelos fazendeiros, grileiros e grandes empresas.

Dito isto, apesar das expectativas positivas, a economia extrativista enfrenta desafios como a baixa competitividade dos produtos florestais, a falta de infraestrutura e de apoio técnico. Isso tem levado as populações locais a adotarem práticas agrícolas e pecuárias, refletindo uma falha em alinhar a questão ambiental com o desenvolvimento social e resultando em desgaste socioambiental (Freitas *et al.*, 2018; Haddad *et al*., 2019). O potencial do extrativismo ainda é pouco explorado, dependendo do aprimoramento das práticas e da valorização do saber ecológico das populações locais, fundamentais para a sustentabilidade do sistema (Guimarães Júnior *et al*., 2021).

Foi a partir desse contexto socioterritorial e político que a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins emerge como um exemplo concreto da implementação do modelo discutido. Localizada em uma região rica em recursos naturais e habitada por comunidades tradicionais, essa reserva foi estabelecida com o objetivo de conciliar o usufruto individual das famílias com a propriedade comunitária dos recursos naturais. No entanto, a Resex em questão só foi implementada no papel, pois atualmente não exerce a sua função e não beneficia as comunidades tradicionais no território.

4.3 TERRITÓRIO E, TERRITORIALIDADE: ABORDAGENS E RELAÇÕES

A compreensão das dinâmicas sociais, culturais e econômicas que permeiam as comunidades tradicionais, especialmente na Amazônia, exige uma análise do território e da territorialidade. Esta seção explora esses conceitos, considerando que o território não é apenas um espaço físico, mas sim um produto social que se constrói historicamente, culturalmente e socialmente a partir das interações humanas e suas práticas cotidianas. Ao examinarmos as complexas relações entre as comunidades, suas territorialidades e os conflitos emergentes,

buscamos destacar a importância do território como elemento fundamental para o reconhecimento e a valorização das identidades locais.

Partindo da perspectiva teórica proposta por Saquet (2015), entendemos que território e espaço, embora indissociáveis, manifestam-se de maneiras distintas nas nossas vivências e nas práticas científicas. O território é, assim, um constructo social que reflete a apropriação e organização do ambiente por diferentes grupos, revelando a interdependência entre as dimensões simbólicas, sociais e materiais que o constituem. As territorialidades, por sua vez, emergem dessas interações e são moldadas por relações de poder, redes sociais e identidades culturais.

Ao longo desta seção, abordaremos as práticas de desterritorialização e reterritorialização das comunidades, especialmente das quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio. Este enfoque nos permitirá compreender como essas práticas se manifestam frente às pressões externas e às transformações socioeconômicas, e como a luta por reconhecimento e direitos territoriais se torna central para a manutenção da identidade e modos de vida dessas comunidades. Assim, as discussões sobre território e territorialidade se entrelaçam com as práticas sociais e os conflitos que emergem na busca por dignidade e sustentabilidade, ressaltando a necessidade de uma abordagem integrada que considere tanto as dimensões históricas, quanto contemporâneas dessas questões.

4.3.1 Território, territorialidade e redes

Partiremos da lente teórica e conceitual do território e da territorialidade para delinear e sustentar esta pesquisa. Afinal, como debater as comunidades tradicionais, Amazônia e conflitos, sem considerar o território e as territorialidade ali existentes? Consideramos que o território é um produto social que foi constituído historicamente, culturalmente e socialmente, resultando das relações espaço-temporais. Assim, este debate aborda questões epistemológicas e ontológicas, buscando esclarecer essas distinções ao longo do texto.

Saquet (2015) nos ajuda a pensar sobre o território e espaço, na medida em que diferem, mas são indissociáveis. Para o autor, o território é uma construção coletiva e complexa, que inclui diversas territorialidades. Essa ideia é discutida e demonstrada em Saquet (2003 e 2001), onde se destaca a diferença entre território e espaço geográfico com base em três características principais: relações de poder, redes e identidades. Esses processos

espaço-temporais moldam áreas específicas do espaço, seja através de áreas isoladas, redes interconectadas ou locais específicos. Em outras palavras, o território se forma por meio de áreas distintas e padrões de rede. Para Saquet (2015, p. 81):

> O território é considerado produto histórico de mudanças permanentes ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas.

O ser humano interage e transforma tanto o espaço natural quanto o social, onde ele habita, trabalha e vive, de maneira objetiva e subjetiva. O território é resultado dessa interação, sendo um espaço que é natural, social e historicamente organizado e produzido.

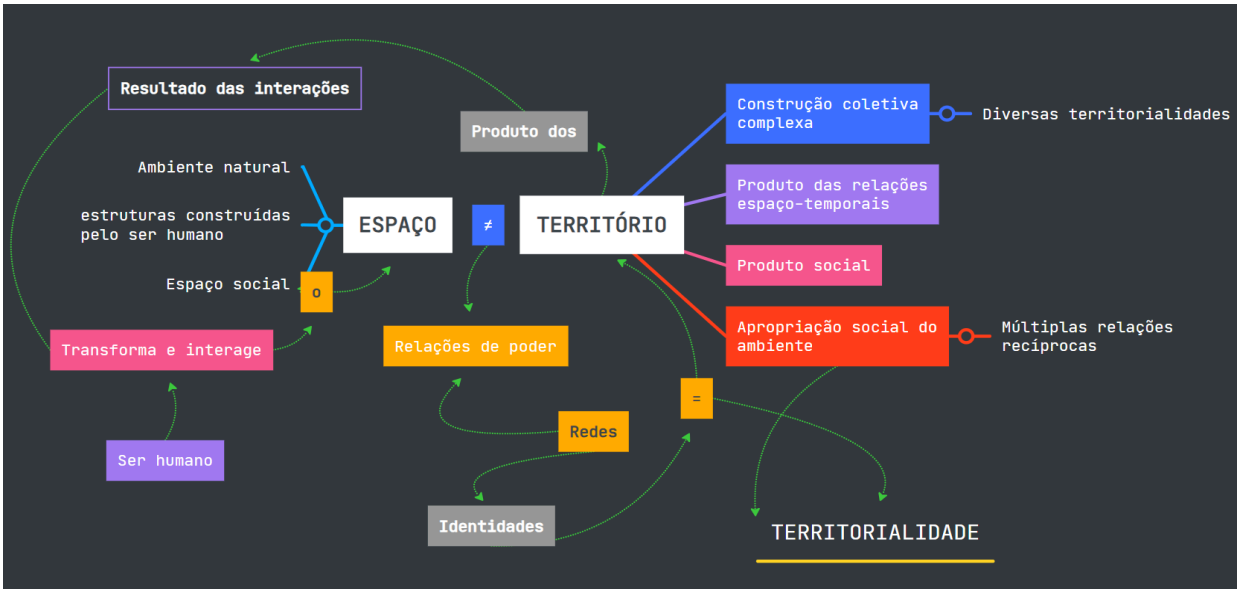
A paisagem é a expressão visível e percebida desse processo de organização territorial. Na discussão anteriormente mencionada, as concepções de espaço e território se entrelaçam, tanto em termos de interpretação quanto na realidade concreta. O território é formado por ações históricas que se desdobram em momentos distintos e sobrepostos, resultando em paisagens variadas (Saquet, 2015). O espaço então abrange tanto o ambiente natural, quanto o ambiente socialmente organizado, incluindo estruturas construídas pelo homem e elementos naturais, e existe uma unidade entre esses aspectos da natureza e da sociedade.

Saquet (2015) ainda aprofunda sua análise sobre os conceitos de espaço, território e territorialidade, destacando sua interdependência, tal como demonstramos no esquema da Figura 18. Ele argumenta que o espaço não deve ser entendido de maneira estática ou como um simples cenário natural. Para ele, o espaço é um ambiente natural em constante transformação, sendo modificado por estruturas construídas pelo ser humano, resultando em um espaço social.

O território, por sua vez, é descrito como uma construção coletiva, sendo um produto das relações espaço-temporais e um produto social, surgido a partir da apropriação social do ambiente por diferentes grupos. Saquet (2015) explica que o território não se limita a uma delimitação física, mas abrange dimensões simbólicas, sendo construído pelas relações entre redes sociais, poder e identidades. Nesse sentido, a territorialidade, segundo o autor, emerge como o resultado dessas relações complexas entre espaço e território, envolvendo redes sociais, identidades culturais e relações de poder. Ela se manifesta por meio das práticas, estratégias e ações que os grupos desenvolvem para garantir o controle, a defesa e o uso do território, refletindo tanto o poder quanto as interações e disputas que ocorrem nesse ambiente. Portanto, a territorialidade é fundamental para entender as dinâmicas que

configuram o espaço geográfico, sendo moldada pelas relações sociais e pelas redes que conectam os grupos em sua interação com o ambiente.

Figura 18 - Mapa Conceitual do espaço, território, territorialidade

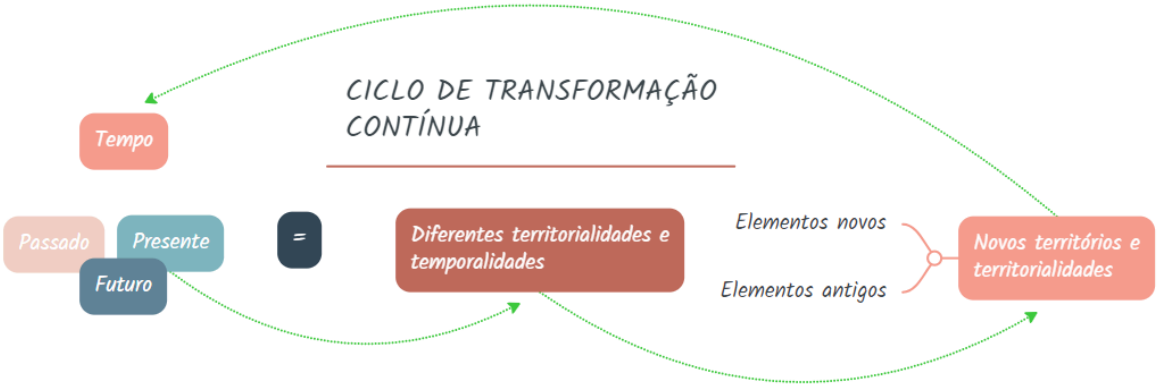


Fonte: Adaptado de: Saquet (2015).

Os processos sociais são complexos e abrangem diversas escalas e períodos, permeando todas as facetas da vida diária. Esses processos envolvem tanto continuidades quanto rupturas, representando um fluxo histórico e relacional constante, conforme apresentado na Figura 18.

Saquet (2015) ainda explica que o tempo, nessa perspectiva, é concebido como uma trajetória contínua, na qual passado, presente e futuro coexistem, refletindo diferentes temporalidades e territorialidades. Essa dinâmica de desterritorialização e reterritorialização, ilustrado na Figura 19, gera constantemente novos territórios e territorialidades, que incorporam elementos tanto dos antigos quanto dos novos, perpetuando assim um ciclo de transformação contínua.

Figura 19- Esquema Tempo e Território



Fonte: Adaptado de: Saquet (2015).

Essa perspectiva é fundamental ao relacionar-se com as territorialidades no Bico do Papagaio, pois permite compreender como as práticas e identidades territoriais se desenvolvem ao longo do tempo. A dinâmica de desterritorialização e reterritorialização, conforme descrita por Saquet (2015), é especialmente relevante na região do Bico do Papagaio, onde mudanças sociais, econômicas e ambientais constantes impactam as formas de ocupação e uso do território pelas comunidades, como as quebradeiras de coco babaçu (Santos, 2020) .

Para explicar como se processa essa desterritorialização e reterritorialização das quebradeiras de coco, considera-se que o movimento das quebradeiras reflete uma luta constante por reconhecimento e direitos. Essa luta envolve a apropriação de novos espaços no entorno da reserva, enfrentando pressões externas, como a exploração econômica e a degradação ambiental. Ao mesmo tempo, as quebradeiras reconfiguram suas práticas tradicionais e suas relações com o meio, adaptando-se às novas condições socioeconômicas, o que evidencia uma reterritorialização em resposta às mudanças que afetam seu modo de vida (Santos, 2020).

Ou seja, a desterritorialização das quebradeiras de coco babaçu ocorre quando essas mulheres enfrentam a perda de acesso às suas áreas tradicionais de exploração devido à pressão de atividades econômicas externas, como a agropecuária e o desmatamento, bem como a ausência de acesso à terra, que podem desvalorizar suas práticas e modos de vida. Essa perda não se refere apenas à diminuição do espaço físico, mas também à fragmentação de suas redes sociais e culturais, dificultando a transmissão de saberes e a coesão comunitária.

Em resposta, as quebradeiras se reterritorializam ao adaptar suas práticas de produção e buscar novos espaços de atuação, como a luta pela formalização de reservas extrativistas que reconhecem seus direitos territoriais. Além disso, elas criam redes de apoio e cooperação que fortalecem sua identidade e visibilidade, promovendo a comercialização do óleo de babaçu e outros produtos em mercados locais e regionais. Esse processo de reterritorialização, portanto, não apenas recupera o acesso a recursos essenciais, mas também reafirma o valor cultural e social de suas práticas, permitindo que se organizem e lutem por seus direitos de forma mais efetiva. No entanto, nem sempre essas cooperações são eficazes e conseguem enfrentar totalmente os desafios da ausência do acesso à terra e das políticas públicas. Isso exige novas práticas e estratégias das quebradeiras, evidenciando que a reterritorialização é contínua e não um processo estático.

Essas mudanças geram constantemente novos territórios e territorialidades, que incorporam elementos tanto do passado quanto do presente, perpetuando um ciclo de transformação contínua na região (Santos, 2020). Assim, entender as diferentes temporalidades e territorialidades é essencial para compreender a dinâmica socioespacial e socioterritorial e as práticas das comunidades no Bico do Papagaio.

4.3.2 Comunidades Tradicionais e Relações Territoriais: Definições e Conflitos

As discussões acerca das comunidades tradicionais no Brasil revelam ambiguidades e desafios conceituais que permeiam as ciências sociais e políticas públicas. Para entender melhor esse debate, utilizaremos as reflexões de Diegues (2000) a partir do seu livro "*Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil"*.

Segundo Diegues (2000), a dificuldade central reside na definição de populações e comunidades tradicionais, que muitas vezes estão associadas a modos de vida específicos, com forte ligação ao ambiente natural, sem, contudo, se enquadrarem em uma única categoria ou terminologia. A análise das definições e suas implicações permite uma compreensão mais ampla das tensões entre essas comunidades e a sociedade envolvente.

As comunidades tradicionais são, por definição, grupos sociais que mantêm uma relação histórica e cultural com seus territórios, com características próprias e distintos modos de produção (Diegues, 2000). No Brasil, há certo consenso quanto ao uso do termo "população indígena", que se refere a grupos étnicos que preservam a continuidade cultural desde antes da chegada europeia à América (Diegues, 1983). As populações indígenas, por

esse entendimento, têm seu direito histórico a territórios reconhecidos, em contraste com as populações não indígenas.

Todavia, a complexidade aumenta quando se trata de populações "nativas", "tribais" e "tradicionais", termos muitas vezes usados de forma intercambiável, mas com significados distintos em contextos globais. Diegues (2000) explica que os documentos internacionais, como os da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN, na sigla em português, ou IUCN) e o Banco Mundial, inicialmente usavam o termo "povos tribais", com base na vida dos povos indígenas amazônicos. No entanto, em 1991, o Banco Mundial reformulou sua política para incluir "povos nativos", aplicando-se a grupos com vínculo territorial, autoidentificação cultural e sistemas produtivos voltados para a subsistência. Para Diegues (2000), essa mudança reflete a necessidade de maior flexibilidade nas definições que englobam diversos contextos socioculturais ao redor do mundo.

O vínculo entre as comunidades tradicionais e seus territórios é fundamental para a sua reprodução cultural e social. Dasmann (1989) propôs a distinção entre povos dos ecossistemas, que estabelecem relações de simbiose com a natureza, e os povos da biosfera, que estão integrados a uma economia global, de alto consumo e impacto ambiental. Concordamos com Diegues (2000) quando defende que essa visão, embora simplificadora, aponta para o fato de que as comunidades tradicionais mantêm uma relação distinta com a natureza, baseada no respeito aos ciclos naturais e no uso sustentável dos recursos.

A perspectiva marxista, por sua vez, associa as culturas tradicionais a modos de produção pré-capitalistas, onde o trabalho e a natureza ainda não são tratados como mercadorias (Diegues, 2000). Essas comunidades, segundo Godelier (1984), desenvolvem sistemas econômicos que priorizam a reprodução social e cultural, em oposição à lógica capitalista de acumulação de bens e lucro. O uso dos recursos naturais, nesse contexto, segue regras sociais que buscam preservar a solidariedade familiar e comunitária, diferentemente das sociedades capitalistas, que frequentemente exploram os recursos de forma predatória.

Porém, Diegues (2000) argumenta que a relação entre essas populações e seus territórios vai além da simples ocupação física. Para Godelier (1984), o território representa uma porção da natureza sobre a qual uma comunidade reivindica direitos estáveis de acesso e uso dos recursos naturais. Esse território não é apenas fonte de subsistência, mas também um espaço simbólico que define a identidade coletiva e organiza as relações sociais dentro da comunidade.

Para as comunidades pesqueiras, por exemplo, o território se estende ao mar, com marcas de posse invisíveis ou físicas, como pesqueiros descobertos e conservados por gerações (Maldonado, 1993). Nas comunidades agrícolas, o território é mais fixo, com áreas de cultivo sendo demarcadas coletivamente. No caso das comunidades caiçaras, a Mata Atlântica desempenha um papel vital, fornecendo materiais para construção, pesca e alimentação, reforçando a interdependência entre o ambiente e a sobrevivência dessas populações (Diegues, 1988).

Contudo, Diegues (2000) explica que a fluidez desses territórios e a ausência de demarcações claras muitas vezes geram conflitos com as autoridades conservacionistas. Áreas que parecem não ser utilizadas, como terras em pousio ou áreas de estuário, são frequentemente declaradas unidades de conservação, ignorando os usos tradicionais desses espaços pelas comunidades locais (Diegues, 2000). Ou seja, o debate de Diegues (2000) nos ajuda a entender que a tensão entre as comunidades tradicionais e as políticas de conservação reflete uma incompreensão dos modos de vida e dos sistemas de manejo tradicional dos recursos naturais. Essas práticas, longe de serem formas de exploração desenfreada, representam saberes profundos e complexos sobre o uso sustentável dos ecossistemas. Nossa concepção teórica vai ao encontro de Diegues (2000), quando afirma que as autoridades governamentais e conservacionistas muitas vezes falham em reconhecer a legitimidade desses sistemas, resultando em conflitos que poderiam ser evitados com uma maior valorização dos saberes tradicionais.

Tudo isso resulta no fato de que as comunidades tradicionais desempenham um papel crucial na preservação dos ecossistemas, mas enfrentam desafios constantes para garantir o reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais. Para Diegues (2000), a conceituação dessas populações, embora ambígua, deve ser revista à luz de suas práticas e saberes, promovendo um diálogo entre o saber científico e o tradicional que possibilite a coexistência pacífica e sustentável dos diferentes modos de vida.

Partimos do pressuposto teórico de Diegues (2000), quando argumenta que o território é mais do que o espaço de reprodução econômica e das relações sociais. Ele também se apresenta como um *lócus* fundamental para as representações simbólicas e mitológicas das sociedades tradicionais. Para essas populações, a relação íntima com o meio ambiente natural estabelece uma conexão profunda que envolve tanto a dependência dos ciclos naturais quanto

a incorporação desses ciclos em seus sistemas de explicação do mundo, muitas vezes vinculados a mitos e crenças religiosas.

Diante dessa perspectiva, Diegues (2000), apresenta a ideia de que essas sociedades possuem certas características marcantes: (a) uma relação simbiótica com a natureza e seus ciclos, refletida em seu modo de vida; (b) um profundo saber da natureza e estratégias de manejo transmitidas oralmente por gerações; (c) uma noção clara de território como espaço de reprodução econômica e social; e (d) a importância das atividades de subsistência e da unidade familiar nas atividades produtivas (Mourão, 1971).

Além disso, essas comunidades têm uma tecnologia simples, com impacto ambiental limitado, e mantêm formas tradicionais de organização social e trabalho, predominando a produção artesanal. As relações econômicas e políticas, porém, são muitas vezes limitadas, e o poder político frequentemente se concentra em grupos urbanos (Mourão, 1971).

A noção de "sociedades tradicionais" utilizada para descrever esses grupos refere-se àqueles que historicamente reproduzem seus modos de vida de maneira relativamente isolada, com base em formas específicas de cooperação social e manejo sustentável dos recursos naturais. Isso abrange desde povos indígenas até comunidades caiçaras, quilombolas, ribeirinhas e extrativistas (Mourão, 1971).

Contudo, a definição dessas populações tradicionais também enfrenta desafios e limitações. Embora o reconhecimento dos direitos territoriais e culturais dessas sociedades tenha avançado, especialmente com a Constituição Federal de 1988, que garantiu direitos coletivos e territoriais às populações indígenas e tradicionais, a visão de "tradição" muitas vezes imposta pela antropologia clássica carrega consigo um certo grau de rigidez. Barth (1969) e Oliveira (1976) discutem como essas culturas são frequentemente vistas sob uma ótica de imutabilidade, onde qualquer mudança cultural, principalmente a incorporação de elementos da modernidade, é percebida como uma perda de autenticidade.

Essa perspectiva impõe dificuldades para essas populações, já que, se forem consideradas tradicionais e imutáveis, sua capacidade de autodeterminação pode ser negada; por outro lado, ao adotar aspectos da modernidade, perdem legitimidade em sua identidade cultural (Diegues, 2000). Nesse sentido, a definição de “tradicionalidade” pode se tornar um mecanismo de exclusão, levando, em alguns casos, a expulsão de comunidades de seus

territórios quando não correspondem exatamente às características esperadas de uma sociedade tradicional (Barth, 1969; Oliveira, 1976).

No entanto, a identidade dessas sociedades não pode ser compreendida apenas pelos traços culturais que se manifestam na superfície. O núcleo da identidade cultural reside em uma visão de mundo particular, que permeia as práticas e emoções da comunidade, frequentemente invisíveis aos olhos das sociedades dominantes. Essa visão é moldada historicamente pelas condições sociais e naturais em que essas sociedades estão inseridas, e suas práticas são constantemente reinterpretadas de acordo com as pressões externas, como a expansão capitalista (Diegues, 2000).

Bourdieu (1983) enfatiza que os hábitos culturais são produtos de esquemas de ação historicamente construídos e reproduzidos. Contudo, esses significados não são estáticos e eles são reavaliados à medida que se realizam na prática. As mudanças socioculturais que essas comunidades enfrentam, muitas vezes provocadas por forças externas, são orquestradas de maneira criativa e adaptativa, permitindo a continuidade de suas tradições, ainda que sob novas formas (Diegues, 2000).

Por fim, é fundamental reconhecer que essas sociedades tradicionais, ao enfrentarem as pressões da modernidade e do mercado, não se limitam às reações passivas. Elas reinventam seus modos de vida e suas tradições, adaptando-se às novas condições políticas e econômicas, mas sempre mantendo uma base de autonomia e identidade que lhes permite continuar existindo enquanto comunidades culturalmente diferenciadas. Contudo, conforme reitera Diegues (2000), essa autonomia é limitada pelo espaço político que conseguem manter no contexto mais amplo da sociedade, um desafio contínuo para sua sobrevivência.

5 AS LUTAS SOCIOTERRITORIAIS NO BICO DO PAPAGAIO

Nesta seção, serão apresentadas as discussões teóricas que fundamentam a compreensão da socioterritorialidade da região do Bico do Papagaio, com foco nas principais transformações territoriais, políticas e econômicas que moldaram sua história e ocupação. Foram analisados temas como a expansão agrícola, a atuação do Estado e a implementação de políticas de infraestrutura, com destaque para a construção e o impacto das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica. Além disso, foram discutidos os principais conflitos agrários que marcaram a história da região, como a Guerrilha do Araguaia, bem como a luta e a territorialidade das mulheres rurais do Bico do Papagaio, evidenciando seu protagonismo e atuação nas dinâmicas socioterritoriais da região.

5.1 SOCIOTERRITORIALIDADE DO BICO DO PAPAGAIO

A análise das relações de poder e territorialidade no Bico do Papagaio requer uma compreensão profunda das dinâmicas socioeconômicas que moldaram esta região ao longo do tempo. O conceito de socioterritorialidade permite explorar como diferentes grupos sociais se apropriam do território, articulando suas práticas e representações em um contexto marcado por tensões e conflitos (Santos, 2019).

Santos (2019) argumenta que a discussão sobre a socioterritorialidade no Bico do Papagaio deve considerar a influência das dinâmicas históricas, sociais e econômicas que moldam as práticas de apropriação do território. Assim, o Bico do Papagaio emerge como um espaço de resistência e reinvenção, onde as práticas sociais e as lutas territoriais se entrelaçam em um cenário de complexidade e desafios constantes.

Conforme destaca Santos (2019), com a queda dos preços da borracha no início do século XX, a economia amazônica enfrentou um período de estagnação. Contudo, a transição para a exploração de outros produtos, especialmente a castanha, ofereceu uma alternativa viável. Velho (1981) aponta que a exploração da castanha no médio Tocantins se destacou como o principal produto de exportação do Pará, aproveitando a infraestrutura estabelecida durante a época da borracha. A produção de castanha cresceu significativamente entre 1920 e 1926, refletindo não apenas a adaptação econômica da região, mas também a dinâmica social envolvida na coleta e comércio deste produto. Apresentamos na Figura 20, a linha do tempo da socioterritorialidade do Bico do Papagaio.

Figura 20 - Linha do Tempo da História Socioterritorial do Bico do Papagaio

Adaptado de: Santos (2019).

Conforme destaca Santos (2019), com a queda dos preços da borracha no início do século XX, a economia amazônica enfrentou um período de estagnação. Contudo, a transição para a exploração de outros produtos, especialmente a castanha, ofereceu uma alternativa viável. Velho (1981) aponta que a exploração da castanha no médio Tocantins se destacou como o principal produto de exportação do Pará, aproveitando a infraestrutura estabelecida durante a época da borracha. A produção de castanha cresceu significativamente entre 1920 e 1926, refletindo não apenas a adaptação econômica da região, mas também a dinâmica social envolvida na coleta e comércio deste produto.

Os castanheiros, muitos deles migrantes, formavam uma classe de trabalhadores que, embora livres, eram frequentemente dependentes de comerciantes locais para a viabilidade econômica de suas atividades. Este sistema de relações, caracterizado pela exploração e dependência, perdurou até a década de 1920, quando as pressões políticas começaram a moldar novas estruturas de poder na região (Santos, 2019). A partir de 1925, a transformação no sistema de exploração da castanha foi impulsionada pela política local e pelas necessidades do coronelismo, que buscava consolidar seu poder na região. O

arrendamento dos castanhais, anteriormente públicos, emergiu como uma estratégia para garantir a lealdade política dos comerciantes e, consequentemente, o controle sobre a produção local. Velho (1981) descreve como essa nova fase marcou o início de uma estrutura de poder oligárquico que perpetuou a exploração dos trabalhadores.

Na década de 1960, a política de integração nacional promovida pelo governo militar (1964-1985) trouxe novas mudanças, alterando a dinâmica da economia local. A terra, anteriormente controlada por comerciantes de castanha, passou a ser compartilhada com empresas capitalistas e com iniciativas de colonização pública e privada (Santos, 2019). Emmi (1987) argumenta que essa mudança inaugurou novas formas de associação entre poder econômico e político, deslocando o foco da economia extrativista para a colonização e a pecuária.

Dessa forma, Santos (2021) explica que, o Bico do Papagaio , experimentou um processo de territorialização que se intensificou a partir da década de 1970. Becker (1998) destaca que, antes desse período, a terra não era valorizada como mercadoria e os conflitos de territorialidade eram escassos. As oligarquias regionais, representadas pelos aviadores (financiadores) do sistema de aviamento[2] da borracha e pelos seringueiros, dominavam o cenário socioeconômico, com a propriedade da terra concentrada em mãos de poucos.

Meira (2018) ainda explica que a dívida contraída com os aviadores se tornava uma armadilha, pois os seringueiros eram forçados a continuar trabalhando longas jornadas para tentar pagar o que deviam. No entanto, devido aos preços altos das mercadorias e à falta de uma moeda forte na região, a dívida se perpetuava, criando um ciclo de dependência e subordinação econômica. Esse modelo de exploração mantinha os trabalhadores em uma situação precária, dificultando sua ascensão social e econômica, já que as dívidas nunca eram totalmente quitadas. Ao mesmo tempo, os aviadores exerciam uma forte influência sobre a economia local, aproveitando-se da vulnerabilidade dos trabalhadores para manter o controle sobre a produção e os recursos da região (Meira, 2018).

[2] O sistema de aviamento, segundo Meira (2018) foi uma forma de organização econômica e social que predominou na Amazônia durante o ciclo da borracha, caracterizando-se pela troca de trabalho por mercadorias. Esse sistema envolvia os aviadores, que eram os intermediários responsáveis por fornecer aos trabalhadores, especialmente os seringueiros, produtos essenciais para suas atividades e para a sobrevivência no ambiente isolado das regiões amazônicas. Os aviadores, comerciantes ou empresários, ofereciam mercadorias como alimentos, ferramentas, roupas e medicamentos, mas a troca não era simples. O valor das mercadorias era muito elevado, e os trabalhadores, conhecidos como seringueiros, contraíram dívidas para poderem continuar seu trabalho nos seringais (Meira, 2018).

O sistema de aviamento, portanto, reforçou as desigualdades sociais e econômicas, dificultando o desenvolvimento da Amazônia, já que a maior parte da riqueza gerada pelo trabalho nas seringueiras ficava concentrada nas mãos dos aviadores e poucos empresários (Meira, 2018). Essa estrutura de exploração foi uma das características marcantes do ciclo da borracha e teve impactos profundos nas relações de trabalho e na organização territorial da região, perpetuando a desigualdade e a exploração das populações locais.

O advento das políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo federal alterou drasticamente a dinâmica da ocupação da terra, culminando em uma reconfiguração territorial e nas relações sociais no Bico do Papagaio (Santos, 2019).

A configuração do Bico do Papagaio era marcada por um isolamento quase total até a década de 1960, quando a presença do Estado se manifestava de maneira discreta. A ausência de rodovias e a dependência de rios e caminhos estreitos para a circulação criavam um cenário de tranquilidade e autonomia para os povos locais, cujas vidas eram entrelaçadas à terra que habitavam. No entanto, o panorama começou a mudar com a crescente intervenção do Estado, especialmente após o golpe militar de 1964, que desencadeou uma série de projetos destinados à exploração econômica da região, alterando drasticamente as relações socioterritoriais (Santos, 2021).

Conforme argumenta Santos (2021), após a década de 1970, o Bico do Papagaio emergiu como um microcosmos de conflitos territoriais que refletiam as tensões sociais, econômicas e políticas da Amazônia brasileira. Nesse período, a região abrigou uma diversidade de sujeitos sociais — indígenas, posseiros, garimpeiros, castanheiros, quebradeiras de coco, empresários, pecuaristas e sem-terra — que disputaram o uso e controle da terra. Essa diversidade de identidades coletivas não apenas caracterizou a luta por território, mas também evidenciou as complexas inter-relações entre as diferentes formas de apropriação e uso do espaço (Santos, 2021).

Com a entrada de novos atores sociais, incluindo grandes grupos econômicos do Centro-Sul do Brasil e interesses estrangeiros, o valor da propriedade da terra se elevou. A transição de um sistema de dominação baseado em relações fluviais para um modelo de ocupação pautado pelas rodovias trouxe consigo um novo ritmo de vida e novas lógicas de exploração, refletindo as tensões entre diferentes formas de apropriação territorial (Santos, 2019). Assim, os conflitos entre camponeses, indígenas e grupos dominantes se

intensificaram, gerando uma territorialidade exacerbada que moldou as práticas sociais e as políticas estatais na região (Becker, 1998).

Nesse sentido, o conceito de territorialidade, conforme discutido por Claude Raffestin (1993), revela-se fundamental para compreender as dinâmicas do Bico do Papagaio. Para o autor, o território é resultado da ação humana mediada pelas relações de poder, sendo a territorialidade uma forma de organização social do espaço. Já Bertha Becker (1995) enfatiza que o socioterritório é construído a partir das práticas cotidianas dos grupos sociais, que imprimem seus valores, saberes e resistências no território vivido. No contexto amazônico, especialmente no Bico do Papagaio, essas concepções ajudam a interpretar como comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco, constroem territorialidades próprias, articulando identidade, pertencimento e estratégias de resistência frente às pressões do capital e às transformações impostas pelo Estado e por grandes grupos econômicos.

Isso significa dizer que a socioterritorialidade se revela essencial para entender como as diferentes comunidades no Bico do Papagaio resistem e se adaptam às transformações impostas por forças externas. As territorialidades locais são construídas não apenas a partir de uma luta por recursos, mas também por meio da afirmação identitária e da construção de redes de solidariedade que permeiam a vida cotidiana. A socioterritorialidade abrange as relações sociais, econômicas e políticas que se manifestam no espaço, refletindo a complexidade das interações entre os atores sociais e o território (Santos, 2019).

Santos (2019) afirma que a transição para uma economia baseada na pecuária e na mineração significou uma nova ordem social, onde o poder dos antigos comerciantes foi desafiado pela chegada de garimpeiros, grileiros e empresas de mineração. Esses novos atores trouxeram consigo uma série de transformações sociais, uma vez que os castanhais foram substituídos por pastagens e áreas de exploração mineral. O garimpo, uma resposta à falta de oportunidades econômicas estáveis, tornou-se uma estratégia de sobrevivência para muitos trabalhadores na Amazônia. Becker (1998) destaca que a mobilidade do trabalho é um dos principais fatores que impulsionam a "corrida" pelo ouro, com muitos trabalhadores se deslocando sazonalmente entre o garimpo e atividades agrícolas. A presença crescente de garimpeiros, muitos dos quais eram migrantes do Nordeste, alterou a estrutura social da região, introduzindo novas dinâmicas de exploração e resistência.

Dentro desse contexto de transformação, as quebradeiras de coco emergem como um grupo significativo, refletindo a resiliência e a luta das comunidades locais. A exploração

do babaçu, tradicionalmente realizada por mulheres, não só sustenta economias locais, mas também promove a organização social e a defesa dos direitos territoriais (Santos, 2019). O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é um exemplo de como a mobilização social pode gerar mudanças nas políticas públicas e fortalecer a identidade comunitária.

Santos (2019) comenta que a utilização do babaçu gera um conflito significativo entre as quebradeiras de coco e a indústria Tobasa Bioindustrial, a principal consumidora das amêndoas desse fruto. O cerne da discórdia reside no princípio do aproveitamento integral do babaçu, defendido com veemência pelas quebradeiras por meio do MIQCB, conforme indicado por Dias (2005). Essa exclusão nas discussões dos sindicatos dos trabalhadores rurais no início da década de 1990 evidenciou uma realidade de opressão e desvalorização das mulheres, características enraizadas na sociedade brasileira que, até hoje, refletem a herança da cultura colonizadora europeia (Santos, 2019).

No entanto, as mulheres sindicalizadas começaram a se reunir em um fórum específico, como descreve Dias (2005), para discutir questões de cidadania, gênero e os aspectos socioeconômicos relacionados à quebra do coco babaçu. Esse espaço permitiu que as mulheres expressassem suas necessidades e vontades, que, embora convergissem com as dos homens em relação ao acesso à terra, diferiam em temas relacionados à liberdade feminina. A comunicação entre grupos de mulheres nos estados de Tocantins, Pará, Maranhão e Piauí fortaleceu o movimento, que busca assegurar o reconhecimento e a defesa dos direitos territoriais, além de propor alternativas de renda e autonomia para as quebradeiras de coco.

Assim, a socioterritorialidade no Bico do Papagaio revela-se como um campo fértil para a análise das relações de poder, identidade e resistência, onde a luta por território é marcada por um emaranhado de interesses e práticas que vão além da mera apropriação econômica. Ao considerar as múltiplas dimensões da socioterritorialidade, é possível compreender a complexidade das interações sociais e políticas que moldam a realidade dos sujeitos que habitam essa região.

5.2 CONFLITOS TERRITORIAIS NO BICO DO PAPAGAIO (1970-2016)

O território conhecido como Bico do Papagaio, localizado no extremo norte de Tocantins e sul do Pará, foi palco de intensos conflitos territoriais entre 1970 e 2016, envolvendo uma diversidade de atores, desde indígenas, posseiros, camponeses e

comunidades quilombolas, até empresas, pecuaristas, grileiros e o próprio Estado. Durante esse período de quase meio século, a luta pela terra, o controle territorial e as transformações econômicas e sociais da região foram marcados por eventos que moldaram profundamente a configuração e a identidade territorial local.

5.2.1 A Guerrilha do Araguaia: um marco histórico

A Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) entre meados da década de 1960 e 1974, ocorrido na região do Bico do Papagaio, abrangendo partes dos atuais estados do Pará, Maranhão e Tocantins (antigo Goiás). Inspirada na estratégia da guerra popular prolongada, utilizada na Revolução Chinesa, a guerrilha tinha como objetivo combater a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 e instaurar, a partir do campo, uma democracia popular. Para isso, buscava mobilizar camponeses e moradores locais, convidando-os a se unir à luta revolucionária contra o regime autoritário (Peixoto, 2011).

Os militantes começaram a se estabelecer na região no final da década de 1960, formando destacamentos e buscando conquistar a confiança da população local. A escolha pela região foi estratégica, dado o isolamento geográfico, a complexidade do território e a presença de comunidades camponesas, vistas como aliadas em potencial (Peixoto, 2011). No entanto, o movimento enfrentou dificuldades, como a desconfiança de parte da população e a intensa repressão promovida pelo governo militar.

Entre 1972 e 1974, o Exército brasileiro intensificou as operações de combate à guerrilha, como as missões "Papagaio", "Sucuri" e "Marajoara". Essas ações envolveram as Forças Armadas e agentes infiltrados, que utilizaram táticas de tortura, coerção e extermínio, com o objetivo de eliminar completamente os guerrilheiros. Militares como o general Antônio Bandeira e o agente Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, desempenharam papéis centrais nessas operações (Peixoto, 2011). As ações do Exército não se limitaram aos guerrilheiros, afetando também camponeses e indígenas da região, que, muitas vezes, foram envolvidos involuntariamente no conflito devido ao conhecimento do território. Relatos apontam que essas populações foram obrigadas a colaborar com as operações militares, guiar tropas e sofreram práticas de expulsão e violência, culminando na perda de terras e graves violações de direitos humanos (Sousa, 2017).

A Guerrilha do Araguaia se tornou um marco histórico, sendo considerada a maior resistência armada rural contra a ditadura militar no Brasil. Apesar de sua derrota militar, o movimento expôs as práticas repressivas do regime, simbolizando a luta de setores da esquerda brasileira por justiça social e democracia. Segundo Peixoto (2011), a partir de 2009, familiares de desaparecidos e a Justiça Federal impulsionaram esforços para localizar restos mortais e revelar a verdade sobre os eventos, destacando o impacto histórico e social desse episódio.

5.2.2 A Expansão de Novos Sujeitos e a Chegada das Rodovias

Simultaneamente à guerrilha, novos sujeitos, como empresários, pecuaristas e grileiros, começaram a chegar à região, impulsionados pelas recém-inauguradas rodovias Transamazônica (BR-230) e Belém-Brasília (BR-010).

Nos anos 1940 e 1950, o governo federal iniciou esforços de mobilização com o objetivo de promover o desenvolvimento dessa área, considerada atrasada economicamente. Por ser uma porta de entrada para a Amazônia, a região atraiu missionários, viajantes e trabalhadores em busca de novas oportunidades nas terras do Araguaia-Tocantins (Santos, 2019). A partir das décadas de 1970 e 1980, o Bico do Papagaio foi intensamente impactado pela política de integração nacional promovida pelo regime militar, especialmente por meio do Plano de Integração Nacional (PIN). Este plano visava incorporar a Amazônia ao território econômico e social do país, implementando uma infraestrutura que incluía hidrelétricas, estradas, telecomunicações e urbanização (Machado, 1992). A região, com suas terras disponíveis, tornou-se palco de movimentos de povoamento e colonização, recebendo uma expressiva migração de trabalhadores rurais provenientes do Maranhão e Piauí, que buscavam terras para viver e trabalhar (Santos, 2019).

Contudo, a promessa de uma nova vida e oportunidades de mobilidade social ascendente revelou-se ilusória para muitos. A chegada de grandes fazendeiros do sul do Brasil, incentivados por políticas fiscais do Estado, alterou significativamente a dinâmica local. Esses grandes proprietários de terras investiram na agropecuária, ampliando suas propriedades e intensificando os conflitos fundiários (Lopes, 2009). Pequenos agricultores e posseiros enfrentaram crescentes desafios, sendo frequentemente expropriados ou perseguidos em suas tentativas de assegurar um pedaço de terra.

Lia Machado (1992) conceitua a "fronteira agrícola" como um espaço de criação do novo, marcado pela introdução de técnicas modernas, infraestrutura e sistemas de comercialização que, em tese, trariam melhorias na qualidade de vida da população marginalizada. No entanto, no caso do Bico do Papagaio, essa expectativa não se concretizou de forma ampla. A região tornou-se um cenário de disputa entre diferentes sujeitos, como posseiros, empresários do agronegócio, ribeirinhos e consórcios energéticos, refletindo a complexidade das dinâmicas territoriais e os impactos das políticas de ocupação voltadas à integração da Amazônia (Machado, 1992; Lopes, 2009).

A implementação de políticas públicas estruturantes deu lugar a uma lógica de integração e internacionalização, como evidenciado pela construção de rodovias estratégicas. Segundo Santos (2019), a BR-230, conhecida como Transamazônica, inaugurada em 1972, com 4.223 km de extensão, conecta Cabedelo (PB) a Lábrea (AM), cruzando o Bico do Papagaio no sentido Leste-Oeste. Já a BR-010, a rodovia Belém-Brasília, inaugurada em 1960, com 1.959 km, percorre o eixo Norte-Sul, interligando Belém (PA) e Brasília (DF). Essas rodovias foram concebidas como parte de uma estratégia logística para viabilizar a exploração dos recursos naturais da Amazônia. Como ressalta Serra (2008, p. 54), a abertura de estradas na Amazônia "transformou profundamente as dinâmicas territoriais, permitindo que o Estado consolidasse o controle sobre vastas áreas e intensificasse a ocupação humana direcionada pela lógica do capital."

A construção dessas rodovias alterou significativamente o Bico do Papagaio. O transporte que antes era realizado de forma lenta, por barcos ou no lombo de animais, foi substituído por caminhões, ônibus e trens, acelerando a circulação de pessoas e mercadorias. Essa infraestrutura tornou a região mais atrativa, levando milhares de migrantes ao norte do estado de Goiás e ao sudeste do Pará em busca de terras para ocupação e produção (Santos, 2019).

Nas últimas décadas, a expansão das territorialidades nessa mesorregião esteve intrinsecamente ligada aos incentivos estatais e aos interesses internacionais, sobretudo no contexto da produção de *commodities*. Para Oliveira (2012, p. 6), "a transformação de toda a produção agropecuária, silvicultura e extrativista em produção de mercadorias para o mercado mundial" caracteriza a dinâmica atual, destacando produtos como soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja e etanol, além do boi gordo. Essa lógica

transformou o Bico do Papagaio em um espaço central para a exploração e exportação de recursos.

No setor econômico, os destaques da mesorregião perpassam os setores primários, como a mineração na Serra dos Carajás, com a extração de hematita e magnetita, e a pecuária extensiva de corte. Já no setor secundário, sobressai-se a geração de energia hidrelétrica, especialmente com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984, que se tornou um marco no pioneirismo energético e na integração econômica da Amazônia. Santos (2019) afirma que a região se consolidou como um espaço de intersecção entre lutas sociais, expansão capitalista e reconfiguração territorial.

Assim, o processo de ocupação do Bico do Papagaio exemplifica o paradoxo das políticas de integração nacional durante o regime militar: enquanto promoviam infraestrutura e atraíam fluxos migratórios, também resultavam em exclusão, desigualdades e conflitos agrários.

5.2.3 A Perseguição aos Posseiros e o Papel da Igreja

Mesmo após o término da Guerrilha do Araguaia em 1974, o Exército continuou atuando na região, impondo um controle rigoroso sobre os posseiros e camponeses. O Major Curió, uma figura central nesse período, criou sindicatos rurais que, embora fossem nominalmente voltados para os trabalhadores, estavam sob o controle direto dos militares e atuavam para manter o controle sobre os movimentos sociais. Cleudineuza Maria, líder sindical e coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), descreveu o papel repressivo desses sindicatos e a luta dos trabalhadores rurais para conquistar o controle dessas organizações (Cleudineuza, 2018).

Em paralelo, a Igreja Católica, influenciada pelas resoluções do Concílio Vaticano II e as Conferências de Medellín e Puebla, começou a apoiar ativamente os posseiros em suas lutas. A partir dessa intervenção, os posseiros passaram a se organizar de forma mais efetiva, desafiando o poder dos grileiros e pecuaristas que controlavam as terras (Pereira, 2013). A atuação da Igreja foi importante para a resistência e a mobilização dos trabalhadores rurais, proporcionando apoio moral e logístico às comunidades expropriadas.

5.2.4 A Violência e a Resistência das Comunidades

As comunidades quilombolas e os migrantes também foram alvos dessa expropriação e violência. Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Raimunda Quebradeira, e Antônio Pereira, líder da comunidade quilombola Carrapiché, relataram os episódios de violência que marcaram suas vidas e a luta por terras. Segundo seus relatos, fazendeiros e grileiros frequentemente utilizavam ameaças e intimidação para expulsá-los de suas terras, com o apoio velado ou direto das forças militares (Gomes, 2017; Pereira, 2017).

Essas comunidades, assim como muitos migrantes que chegaram ao Bico do Papagaio na década de 1970, enfrentaram uma dura realidade. Ao contrário das expectativas de encontrarem terras desocupadas, depararam-se com um território intensamente disputado, onde os grandes latifundiários detinham o controle das melhores áreas. Esse cenário criou um ciclo de expulsões e migrações forçadas, impactando profundamente a vida de milhares de famílias que, como Raimunda e Antônio, viram seus sonhos de possuir terra e autonomia serem brutalmente interrompidos (Santos, 2019).

5.3 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DAS MULHERES RURAIS: AS MULHERES DO BICO DO PAPAGAIO

Aqui abordaremos o conceito de território e da territorialidade das mulheres rurais, com foco nas mulheres do Bico do Papagaio, no norte do Tocantins. O texto explora a importância de entender as especificidades das mulheres rurais, como as quebradeiras de coco babaçu, e suas lutas históricas e atuais pelo direito à terra e ao território. Discutiremos como a participação dessas mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas molda e transforma o espaço rural, destacando a diversidade de experiências e a necessidade de políticas territoriais que considerem essa pluralidade. Além disso, examinaremos as contradições e desafios que essas mulheres enfrentam em suas lutas, reconhecendo a heterogeneidade de posições dentro dos movimentos sociais, desde sindicalistas até quebradeiras de coco.

Apesar das desigualdades de gênero que enfrentam, as mulheres rurais têm particularidades em suas vidas e trabalho. Maria Luíza Oliveira de Francisco (2011) observa que, recentemente, os estudos de gênero na Geografia começaram a incorporar a mulher no contexto espacial, reconhecendo seu papel ativo como agente social nas atividades produtivas e reprodutivas, que, por sua vez, moldam e transformam o espaço.

Este papel é desempenhado em conjunto com outros membros da família. Francisco (2011) destaca que a maioria dos estudos geográficos sobre áreas rurais realizados anteriormente ignorava a perspectiva de gênero, marginalizando a experiência das mulheres rurais e o impacto do gênero na organização da vida rural.

Um ponto central na discussão é a participação na gestão territorial sem um verdadeiro sentimento de pertencimento ao território. Mulheres rurais vivenciam seu gênero em relação ao espaço em que vivem, o que é evidente nas falas de líderes dos movimentos voltados às quebradeiras de coco babaçu no Tocantins, que destacam a importância de considerar a diversidade de experiências e contextos ao elaborar políticas territoriais (Godoi e Aguiar, 2018). A forma como essas mulheres quebradeiras de coco vivenciam e expressam seu gênero é influenciada pelo contexto rural e pelas especificidades desse espaço.

Godoi e Aguiar (2018) sugerem que as políticas territoriais devem ser adaptadas para refletir as diferentes realidades e necessidades dos diversos contextos em que as mulheres se encontram. Isso implica que tais políticas precisam reconhecer e incorporar a diversidade das experiências das mulheres em diferentes ambientes para serem eficazes e justas.

Nesse contexto, é importante entender que a territorialidade das mulheres é construída com base em particularidades e especificidades, muitas vezes marcadas por interseccionalidades e pela busca por uma política territorial que leve essas especificidades em consideração. Segundo Akotirene (2019), a interseccionalidade é uma abordagem analítica que visa entender como diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo, classismo e outras exclusões estruturais, se combinam de maneira simultânea e complexa na experiência de grupos marginalizados socialmente. Esse conceito, derivado dos estudos de Kimberlé Crenshaw (2004), possibilita uma análise que revela as diversas camadas de desigualdade enfrentadas por mulheres negras, indígenas e outros grupos, especialmente no contexto de disputas territoriais e socioeconômicas.

Sobre a interseccionalidade, Akotirene (2019, p. 27.) explica:

> A interseccionalidade nos instrumentaliza a enxergar a matriz colonial moderna contra os grupos tratados como oprimidos, porém não significa dizer que mulheres negras, vítimas do racismo de feministas brancas e do machismo praticado por homens negros, não exerçam técnicas adultistas, cisheterossexistas e de privilégio acadêmico.

Portanto, é essencial que as políticas territoriais levem em conta essas especificidades nas decisões, reconhecendo as diversas dimensões que moldam as vivências dessas mulheres. A interseccionalidade, ao evidenciar a complexidade das opressões e

privilégios que se cruzam, ressalta a importância de políticas que considerem as particularidades das experiências e identidades das mulheres rurais. Ao reconhecer que as experiências de mulheres negras não são homogêneas e que desigualdades como racismo, sexismo, adultismo e cisheterossexismo podem se intercalar e se sobrepor, as políticas precisam ser orientadas a compreender e atender às necessidades dessas mulheres em suas individualidades.

No caso das quebradeiras de coco babaçu, essa abordagem se mostra particularmente relevante, pois sua luta territorial não se limita à resistência contra as opressões externas, impostas por empresas ou políticas públicas excludentes, mas também à superação das dinâmicas internas que podem reproduzir desigualdades. Dessa forma, o uso do termo "mulheres rurais" neste estudo reconhece a diversidade de experiências, enfatizando as características específicas de grupos como as quebradeiras de coco, cujo protagonismo reforça a necessidade de estratégias que promovam justiça social e equidade de maneira integral.

Ao usar o termo “mulheres rurais” nessa pesquisa não se pretende homogeneizar as identidades, mas sim reconhecer a pluralidade das mulheres em diferentes contextos rurais, como agricultoras familiares, quebradeiras de coco e quilombolas. Esse termo é utilizado como uma ferramenta para agregar coerência discursiva, sem ignorar a diversidade e as diferentes formas de nomeação e experiência (Godoi & Aguiar, 2018). Neste trabalho, em particular, referimo-nos às quebradeiras de coco babaçu, cuja luta territorial é marcada pelo protagonismo de mulheres predominantemente negras na Amazônia Legal, sob um modo de vida rural e tradicional.

As quebradeiras de coco babaçu formam um grupo étnico-racial distribuído pelo Brasil, com presença significativa nos estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. Seu modo de vida está diretamente associado ao uso das palmeiras de coco babaçu, o que remete a dimensões de existência física e sociocultural. O uso integral das palmeiras de babaçu é central para a alimentação familiar, desde as amêndoas nutritivas extraídas dos cocos até os usos derivados, como a produção de óleo de cozinha, farinha, carvão vegetal, palhas para coberturas de casas e cestos, talos para construções e troncos como adubo (Sousa, 2023).

Portanto, a territorialidade das quebradeiras de coco babaçu está profundamente enraizada no uso e manejo dessas palmeiras, refletindo uma relação intrínseca com o território e o ambiente que habitam. Essa conexão direta com o território, manifestada através das práticas produtivas e culturais, é vital para a sustentabilidade dessas comunidades.

Assim, o conceito de territorialidade, nesse contexto, vai além do simples uso do território, envolvendo a manutenção e reprodução de práticas tradicionais que garantem tanto a subsistência quanto a preservação conservação do ambiente. As quebradeiras de coco babaçu exemplificam essa interrelação ao utilizar integralmente as palmeiras em sua vida cotidiana, desde a produção de alimentos até a construção de suas moradias. Esse uso sustentável dos recursos naturais é uma manifestação concreta de como a gestão e as políticas territoriais podem e devem ser orientadas por práticas que respeitem e conservem o ecossistema, ao mesmo tempo em que consideram as territorialidades particulares dessas mulheres.

Neste trabalho, foi proposto entender o processo histórico das mulheres rurais do Bico do Papagaio, norte do Tocantins, desde 1990 até os dias atuais e quais foram as iniciativas na busca pela atuação política na luta pelo território e os desafios enfrentados atualmente. Consideramos que, mesmo num território marcado pela luta em comum, há heterogeneidades de posicionamentos e visões, já que as contradições fazem parte dos movimentos sociais em geral e, principalmente, em se tratando de mulheres rurais, desde sindicalistas até quebradeiras de coco babaçu.

5.4 “O COCO TÁ NA TERRA” DE POSSEIRAS ÀS QUEBRADEIRAS DE COCO: A LUTA SECULAR POR TERRITÓRIOS

As transformações históricas das identidades socioterritoriais no Bico do Papagaio se estabelecem a partir das mudanças sociopolíticas e culturais, que afetam diretamente na luta pelos territórios extrativistas e na luta pela terra, sobretudo quando direcionamos essa análise às mulheres que construíram e constroem as lutas socioterritoriais no norte do Tocantins, tendo como principais demandas, a terra, a afirmação de suas identidades e o acesso livre aos seus babaçuais.

Identificamos como principal estratégia para entender as mudanças das identidades e das lutas das quebradeiras de coco babaçu, a escuta e a observação de suas falas, quando nos revelam suas memórias de como suas batalhas vêm sendo travadas e quais atores sociais e organizações políticas estão envolvidas.

Direcionamo-nos a um trabalho geográfico e socioterritorial de traçar a construção da luta política dos movimentos do Bico do Papagaio, desde as posseiras até as quebradeiras de coco babaçu, tendo em vista os aspectos da identidade e da subjetividade das narrativas das

quebradeiras e de suas memórias, que acreditamos ser uma ferramenta e um instrumento histórico imprescindível para este trabalho.

Mas antes, há que se atentar a uma importante observação característica deste trabalho. Aqui as narrativas coletadas no trabalho de campo foram trabalhadas a partir das entrevistas realizadas e das conversas informais consolidadas e registradas em nossos diários de campo. Além disso, é necessário ter em vista que durante o trabalho de campo, partimos por uma perspectiva de conhecer as diferentes lideranças inseridas no recorte territorial da pesquisa e que neste território e neste contexto do Bico do Papagaio, também há heterogeneidades no que dizem respeito à essas lideranças e aos posicionamentos que cada uma destas possui. Portanto, apresentaremos também algumas falas e defesas políticas que podem se contradizer entre os entrevistados. O que nos dá força para reiterar a complexidade desta pesquisa no Bico do Papagaio.

Para dar início à pesquisa empírica e buscar responder aos questionamentos da investigação, estabeleceu-se contato com uma liderança de destaque no movimento de luta pela terra no Bico do Papagaio, região norte do Tocantins. Trata-se de Maria Senhora Carvalho da Silva, cuja trajetória se entrelaça com as decisões e mobilizações políticas mais relevantes do território desde a década de 1980. Mantendo-se ativa até os dias atuais, Maria Senhora desempenha um papel central nas organizações políticas locais. Por expressa vontade, seu nome é aqui registrado, reconhecendo-a como uma protagonista fundamental e narradora privilegiada da história da construção política das mulheres no Bico do Papagaio (Figura 21).

Figura 21 - Entrevista em trabalho de campo com a sindicalista Maria Senhora em Esperantina

Fonte: Elaboração própria (2023).

Maria Senhora iniciou a conversa, fazendo um desabafo sobre a ausência da visibilidade sobre a realidade da Guerrilha do Araguaia, da história das lutas das quebradeiras

e das mulheres rurais no Bico do Papagaio do Norte do Tocantins. Concordamos com ela quando afirma que, apesar de muitos pesquisadores se dedicarem a estudar a histórica do território do Bico do Papagaio, ainda assim, a visibilidade a outras partes do Brasil é bastante notável. Parceira de luta da já falecida Raimunda Gomes da Silva, conhecida como Raimunda Quebradeira, Maria Senhora é nascida no Maranhão. Assim como se estabelece a lógica da migração da população nordestina para o norte do Tocantins, sua família veio para o Bico do Papagaio na busca por terra e pela sobrevivência, uma vez que o latifúndio já havia tomado parte significativa do Maranhão. Conforme entrevista concedida por Maria Senhora, no dia 7 de setembro de 2023,

> Nós somos de terra de dono né. Os meus bisavôs, tataravôs foram descendentes de escravos lá naquela região de Caxias, no Maranhão, não sei se vocês já viram falar. Nasci lá em Caxias. E a gente veio de lá correndo do latifúndio né. A gente trabalhava em terra de dono toda vida, pra sobreviver tinha que trabalhar alugado pra ele, quebrando coco, tinha que roubar os cocos que a gente quebrava, pra vender num preço melhor lá em Caxias... a gente entrava de noite pra passar na frente dos bate-paus dele e tinha vez que ele ainda dizia né... e pra gente vender num preço melhor né do que os preços dele (Senhora, 2023).

A história das mulheres maranhenses do Bico do Papagaio, tal como Maria Senhora e Raimunda Quebradeira, é marcada pela expansão das atividades econômicas no estado do Maranhão e pela busca de autonomia à lógica dos fazendeiros maranhenses (Santos, 2021). Porém, ao chegar no antigo norte de Goiás, atual estado de Tocantins, no início da década de 1970, as famílias maranhenses migrantes estranharam as dificuldades do acesso à terra, deparando-se com novos conflitos. Maria Senhora nos relata exatamente como vivenciou essas dificuldades:

> E aí o meu irmão veio pra cá, pro Goiás, meu irmão mais velho né. Aí depois trouxe a gente né em 67. A gente veio pra cá e eu já tinha duas meninas, duas fias, uma primeira e a segunda. E quando foi em 77, a gente chegou com uma história de terra devoluta, terra devoluta. Que maranhense é bixo besta né, pensa que a coisa era fácil né e aí nois cheguemos com tanta terra. Quando foi em 77 apareceu um dono lá dessa terra devoluta que a gente estava trabalhando com a polícia e botou nois pra correr (Senhora, 2023).

Aqui percebemos os fatos históricos narrados pela Maria Senhora desde o momento em que sua família migrou do Maranhão, após ouvirem sobre as terras devolutas do norte de Goiás em 1967. No entanto, a década de 1970 foi marcada pela chegada do latifúndio no norte de Goiás e que veio acompanhado pela truculência da polícia e pela expropriação dos povos que ali moravam. As expectativas do povo maranhense migrante na busca pela sobrevivência e autonomia foram então quebradas pela expansão da fronteira agrícola.

Algumas famílias migrantes entenderam então que, só conseguiriam a autonomia se passassem a comprar algum lote de terras no norte de Goiás. Conforme a dinâmica da população, o território foi se reorganizando no Bico do Papagaio e novas frentes de migração nordestina começaram a surgir.

> Ai viemos pra cá e a gente aprendeu né. Aqui nois cheguemos, compramo uma terrinha que eu tenho ela até hoje, lá no lote 19 e ficamos aqui, na verdade que quando virou o Tocantins, saiu pra Tocantins, todo aquele povo que tinha aqui no Tocantins ou ele era do Maranhão, ou era do Piauí ou...ou...do sul de Minas, do nordeste, não sei qual é o lugar mais pobre de Minas, eu sei que a pobreza de Goiás ficou tudo pra Tocantins né. Só era esse povo né, era maranhense, piauiense, tudo acostumada com o cabresto de gente (Senhora, 2023).

Assim, a década de 1980 no Bico do Papagaio foi importante para a construção política das mulheres rurais. Além disso, a prática da quebra do coco era uma atividade que fazia parte das famílias desde antes da chegada no norte do estado de Goiás e a sobrevivência dos filhos dependia exclusivamente do trabalho das mulheres quebradeiras, como relata Maria Senhora:

> [...] minha mãe criou oito filhos quebrando coco, meu pai, meu pai era assim ele, quando a mamãe tava grávida ele peitava lá pro garimpo, Xiqueirão, pra cá Xambioá, quando a mamãe ganhava menina ele voltava pra lá, quando ela emprenhava de novo, ele tornava voltar. Nessa coisa ali, ela criou 8 sozinha desse jeito (Senhora, 2023).

É possível observar nesse relato como a prática da quebra do coco era uma tradição cultural entre as famílias e protagonizada pelas mulheres, tornando-se uma prática essencial para a sobrevivência dos filhos. Este fato decorre também pela característica da abundância de árvores da palmeira de babaçu na região, possibilitando o extrativismo do coco babaçu.

Quando os grandes conflitos tiveram início na década de 1980, o norte goiano vivenciou uma intensa disputa pela posse de terras, na qual posseiros e posseiras enfrentaram grileiros, fazendeiros e políticos locais na luta pelas terras devolutas (Santos, 2021). Nesse contexto surgiu a influência da Igreja Católica e de importantes figuras para apoiarem os posseiros.

> Os inúmeros casos de violências, como queimas de casas, roças, lesões corporais, homicídios, somados a perdas de posses eram acontecimentos diários. Não tendo a quem recorrer, estes sujeitos viam na figura de padres e freiras a única força capaz de lhes ajudar nessa empreitada (Santos, 2021, p. 192).

A Igreja Católica tornou-se então um importante ator social durante esses conflitos, atuando como suporte e com orientações a fim de direcionar também os posseiros às

lutas. As mulheres então fizeram parte dessa construção política atuando junto à igreja, organizando-se politicamente e coletivamente.

> Aí tinha um padre aqui, o bispo dom Cornélio e uma irmã que chegou também Amada, a Bia e a Lurdinha. Elas diziam, é o seguinte olha, a ferramenta de vocês é o sindicato, ou vocês criam o sindicato do trabalhador rural ou não vão ter ninguém por vocês. Aí foi que a gente começou essa discussão (Senhora, 2023).

Maria Senhora neste relato, evidencia o grande papel que a igreja teve para orientá-las no processo de organização do sindicato rural dos trabalhadores no Bico do Papagaio e deixa claro que, a luta haveria de ser pelas vias do sindicato, caso contrário, não conseguiriam a conquista da terra.

Ela relata ainda que, devido ao fato de sua família ter adquirido um lote ao chegar na região, não sofreu perseguições diretas, uma vez que sua terra possuía documentação legalmente reconhecida. No entanto, suas tias e irmãs foram expulsas pela polícia por não deterem a posse legal das terras, o que a motivou a engajar-se ativamente na organização política das famílias, apoiando-as na resistência contra a perseguição e na luta pelo direito à terra.

> A gente carregava comida pra eles, a gente organizava a busca a retomada, que a gente chamava, o embate né. A gente organizava o embate, lá no Axixá. Lá no Axixá nós organizamos os homens daqui pra ir lá no Axixá numa briga que tinha lá por causa da terra e do fazendeiro. E ai a dona Raimunda lá no Sete Barraca também. Isso aqui foi tudo nos anos 80, que começou essa grilagem e essa briga (Senhora, 2023).

Chama atenção nesse relato de Maria Senhora o ativismo político das mulheres nessa luta no Bico do Papagaio e apresenta a relevância do papel das posseiras na coletividade política. Ela ainda oferece uma importante informação histórica a ser registrada, referente à chegada do Padre Josimo no território do Bico do Papagaio, afirmando que:

> Em [19]83 o padre Josimo chegou. Aí o povo fala "não, Josimo incentivou", não, quando Josimo chegou já existia isso aqui. Apesar dele ser bem de Xambioá, mas ele não tava aqui, ele tava estudando pra lá e só veio pra cá quando virou padi. Só quando virou padi que ele veio pra cá. 83 que ele veio. E nós já tava aqui desde 80 (Senhora, 2023).

Maria Senhora desmistifica então algumas informações que são faladas pelo povo na região, de que o Padre Josimo incentivou a luta pela terra no Bico do Papagaio, afirmando que, quando ele chegou no território, a luta já estava acontecendo.

O padre exerceu um papel importante no Bico do Papagaio. Segundo Santos (2021), com o regresso de Josimo Tavares ao extremo norte goiano, agora como padre e coordenador recém-nomeado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), os posseiros ganharam um aliado de peso em sua luta pela garantia de suas terras. O padre, com sua formação

teológica profundamente voltada para o serviço aos excluídos e aos mais pobres, encontrou nos posseiros uma comunidade necessitada de apoio. Naquele momento, Santos (2021) explica que a condição de excluídos recaía sobre os posseiros, e a Igreja, através da CPT, passou a desempenhar um papel fundamental na organização e mobilização desses trabalhadores rurais. Assim, com o auxílio da igreja católica foram organizadas associações e sindicatos, fortalecendo a resistência e a capacidade de negociação dos posseiros em sua luta pela posse legítima de suas terras.

A primeira organização social criada no Bico do Papagaio foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município de Augustinópolis, localizado no antigo norte goiano, no início da década de 1980. Na conversa com Maria Senhora, ela retrata como a sede do sindicato foi estabelecida em Augustinópolis e o centro das atividades dos fazendeiros na região.

Segundo a entrevistada, houve grande pressão para criar o sindicato lá, inclusive com episódios de violência, como tiros dentro da igreja durante uma reunião do movimento. O bispo decidiu trancar a igreja após esse incidente, só reabrindo seis meses depois, no mesmo dia em que o sindicato foi formalizado.

Maria Senhora nos conta que em Augustinópolis (anteriormente conhecida como São Sebastião), os políticos, liderados por Siqueira Campos, começaram a criar núcleos urbanos como Augustinópolis, Praia Norte e Sampaio, com o objetivo de enfraquecer os sindicatos. Sampaio é o local onde o padre Josimo foi morar. Com a transformação dessas áreas em núcleos urbanos, quando chegou a vez de Buriti se tornar município, foi criado um sindicato regional, aproveitando uma brecha na lei. Assim, a organização sindical que antes estava apenas em São Sebastião e Buriti foi expandida para incluir Esperantina, garantindo representatividade para as áreas afetadas pela criação dos novos núcleos urbanos.

Na década de 1990, a luta política das mulheres do Bico do Papagaio passou por uma transformação significativa, influenciada pelo surgimento de algumas indignações por parte das mulheres devido ao silenciamento que elas passaram a sofrer nos sindicatos (Santos, 2021). Sobre essa transformação e novas organizações que passaram a surgir na década de 1990, Maria Senhora explica:

> Moça isso foi uma besteira que depois...depois... muitas, muitas de nós se arrependeu né...criar...porque o babaçu tava sendo destruído e os...os sindicatos não fazia nada...né...aí em vez de nóis ir pra dentro do sindicato virar presidente do sindicato, não, nós vamos criar uma associação de quebradeira...óia que, que besteira é essa (Senhora, 2023).

Maria Senhora apresenta uma crítica às decisões políticas das mulheres na década de 1990, decisões das quais ela mesma participou. A decisão de criar uma associação de quebradeiras, a Associação das Mulheres do Bico do Papagaio- ASMUBIP, na visão dela, deslocou a luta das mulheres, fazendo-as se distanciarem dos sindicatos. Ela ainda nos conta com detalhes que, foi a partir dessa associação que se originou a identidade de quebradeiras de coco babaçu.

> Então a...a...identidade de quebradeira surge aí né...com a diferença dentro do sindicato. Por que eles não se preocupavam com a derrubada do babaçu. Surge aqui...mesmo sendo sócia do sindicato. E depois, virou muita mulher presidente. Axixá virou mulher presidente, Praia norte foi mulher presidente, Augustinópolis foi mulher presidente. Aqui é mulher presidente né...precisava nois ter criado a associação? Né...mas naquela época, foi um...acho que nois não tivemos assessoria com mais pensamento né e acabou nóis criando...e os homens também participa né, porque os homens também quebra coco, mas não quer dizer que quebra, né... (Senhora, 2023).

Os elementos que aparecem nesse relato de Maria Senhora se trata de desabafos e de autocríticas. Nesse sentido, são fundamentais para tecermos algumas análises das contradições e complexidades sobre as organizações políticas da luta pela terra no Bico do Papagaio e a atuação e protagonismo das mulheres rurais.

Em primeiro lugar, é possível perceber que os interesses divergentes entre os movimentos de luta pela terra demandaram das mulheres uma associação que as representassem. Este fato marcou a construção da identidade das quebradeiras de coco babaçu, a partir do momento em que a necessidade de afirmação do trabalho da quebra do coco e da importância do babaçu, ultrapassaram os limites da unicidade da luta pela terra entre os posseiros, exigindo que a luta pelo babaçu fosse essencial. Em segundo lugar, a luta pelo babaçu passou a ser protagonizada por aquelas que estão majoritariamente inseridas na quebra de coco, por sua vez, as mulheres quebradeiras se tornam protagonistas dos espaços políticos municipais, tornando-se prefeitas de alguns municípios do Bico do Papagaio, segundo os relatos da entrevistada. Em terceiro lugar, a decisão de criação da associação de mulheres fora do sindicato que, depois de anos, Maria Senhora avalia como uma política negativa e prejudicial para a luta pela terra, é justificada pela ausência de assessoria que desse uma orientação mais eficaz às quebradeiras.

No entanto, deve-se ressaltar aqui que o posicionamento crítico de Maria Senhora sobre a construção da associação de mulheres não é defendido por outras mulheres do Bico do Papagaio, representando conflitos entre visões diferentes dessa decisão.

> Foi negativa...hoje né...porque não precisava ter. Apesar que tem muita mulher que discorda do meu, do meu ponto de vista né, mas não precisava ter, ter criado outra organização né...nois tinha que ter criado só o MIQCB né, só esse, que era muita maior. É 3, 4 estados, né então ai, pra dar cobertura pra cá, né era só isso. Aí criou associação de quebradeira aqui, associação de quebradeira lá no, no bacabau e dai por diante né. Falei com um bocado de mulher lá, falei "mulher, por que que vocês não vão pro sindicato, toma conta desse sindicato gente, porque em vez de querer criar uma entidade de quebradeira? (Senhora, 2023).

Essa heterogeneidade das visões apresentada no relato representa a complexidade das dinâmicas do território das quebradeiras de coco babaçu no Tocantins, fazendo surgir mais questionamentos e perguntas sobre a realidade territorial. Se, de um lado, há a importância de autoafirmação da identidade das quebradeiras e da visibilidade das mulheres, do outro, a luta pela terra também passou a ser secundária nesse contexto.

> Eu...toda...toda votação eu voto contra...como que hoje...a quebradeira ela, é lavadora, é cozinheira e ela é quebradeira, então ela larga isso aqui tudinho pra virar só quebradeira? E o coco tá na terra! Cada vez que tem uma votação eu voto contra, tem mulher que vira o diabo, mas ela não quer ir pro sindicato, é só brigar...eu fui pro sindicato não fui porque era...foi bom não...era bom não, eu fui porque, não foi porque foi mil maravilhas...não! eu fui porque eu respeitei, é...cobrei meu lugar (Senhora, 2023).

Aqui ela expressa sua resistência em votar a favor de questões que podem comprometer a atividade das quebradeiras e demonstra uma postura de defesa dos interesses da comunidade, mesmo que isso signifique desafiar determinadas propostas. Sua reflexão sobre a complexidade de abandonar outras responsabilidades para se dedicar exclusivamente à quebra de coco ilustra as dificuldades enfrentadas por essas mulheres em conciliar diferentes aspectos de suas vidas.

O relato também destaca a ambiguidade das experiências no sindicato, indicando que a participação nessa instituição nem sempre é uma solução evidente para os desafios enfrentados pelas quebradeiras. Ao mesmo tempo, revela-se uma atitude de respeito e busca por reconhecimento por parte dessas mulheres que decidem envolver-se nessa estrutura organizacional.

> Porque cada vez que a gente fala pras mulheres ir pro sindicato...agora tem aqui a estrada do arroz que tem uma forte organização das quebradeiras de coco que briga por essa identidade e quebradeira e não quer ir pro sindicato, porque diz que o sindicato de Imperatriz é machista, num pra lá, num ajuda e vocês estão lá...Se candidata gente, nesse sindicato bota trabalho de base, porque elas fazem trabalho de base para associação porque que não faz pro sindicato? Né? (Senhora, 2023).

É perceptível que a indignação e o desabafo dessa mulher que, desde a década de 1980, está à frente da luta pela terra no Bico do Papagaio, é legítimo e recheado de camadas e críticas compreensíveis. Mas, também é compreensível que, diante das dificuldades do

silenciamento e do machismo existente nos sindicatos, as quebradeiras de coco buscassem alternativas para a construção de suas lutas longe das estruturas machistas e patriarcais.

"O coco tá na terra" é a frase que transborda os limites da luta contra a derrubada dos babaçuais e a luta pela terra. Maria Senhora nos dá uma aula sobre a importância de lutar pela terra dentro de territórios com babaçuais. Não somente lutar pela terra e não somente lutar pelo coco. Mas, lutar pela terra do coco. Afinal, o território de babaçus é território das quebradeiras de coco babaçu.

A luta não é tão simples. Em meio a essa heterogeneidade de desafios, ao longo da década de 1990, crescem os movimentos das mulheres quebradeiras de coco babaçu e surge o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com o intuito de abranger os estados que possuem quebradeiras de coco babaçu. Inicia-se, então, uma nova luta política, a luta das mulheres, pela igualdade de gênero e representatividade. Potencializando assim, novos discursos, novas demandas sociais que transformam e modificam o direcionamento da luta das quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio.

5.5 O MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU E O PROTAGONISMO DAS MULHERES RURAIS

Apresentaremos as principais características do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), a trajetória do movimento até os dias atuais e quais motivos levaram as quebradeiras de coco a buscarem a construção desse movimento. Abordaremos, num contexto geral, quais estados o MIQCB tem atuado e quais as principais propostas políticas e pautas que o movimento tem trabalhado para conquistar.

Consideramos importante apresentar esses elementos, tendo em vista que a história do MIQCB está diretamente relacionada com as dinâmicas territoriais e agrárias do Bico do Papagaio e porque a atuação das quebradeiras no norte do Tocantins possui relação com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Ressaltamos que apresentaremos a discussão teórica do MIQCB e, em seguida, daremos enfoque para a regional do MIQCB localizada em Tocantins. Apresentaremos alguns relatos obtidos nas entrevistas acerca da construção do MIQCB e as contradições que aparecem nos relatos das entrevistas, de acordo com os diferentes entrevistados. Perceberemos uma heterogeneidade de posicionamentos e visões num mesmo território, fato este que nos revela que a criação e atuação do MIQCB é visto por diferentes atores com visões

diferenciadas. Isto nos exigiu realizar mudanças com relação à metodologia dos entrevistados, quando percebemos que dentro do mesmo território, com sujeitos rurais constituído por sindicalistas, quebradeiras de coco e diretores de associações, há narrativas antagônicas sobre o mesmo tema.

a) O MIQCB do Maranhão: a sede administrativa

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu é uma organização política que defende os interesses sociais, políticos e econômicos das mulheres rurais, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu, nos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins. Dentre as principais lutas das quebradeiras, estão a conservação e o livre acesso às palmeiras babaçu, árvore nativa da região destes estados, cujo trabalho manual da quebra do coco babaçu representa o modo de sobrevivência destas mulheres rurais.

O MIQCB surge neste contexto em que, segundo Bolonhês e Oliveiras (2013), as quebradeiras de coco se organizaram em clubes de mães dentro de suas próprias comunidades rurais e surgiram como contraponto aos sindicatos dos trabalhadores rurais dominados por homens, já que a participação das mulheres nos cargos de direção dos sindicatos era proibido na época. Em um contexto machista, onde a opressão era comum, o objetivo desses encontros era integrar as mulheres nos sindicatos para que pudessem expressar suas vontades e necessidades, especialmente em questões relacionadas à liberdade feminina.

Segundo Shiraishi Neto (2017), as lideranças do MIQCB sempre buscaram entender os processos legais que afetavam seu meio ambiente e suas comunidades, especialmente no que diz respeito ao Direito Ambiental e Agrário. Seu objetivo era propor ações legais para proteger os recursos naturais e garantir o acesso livre às áreas onde o babaçu cresce. Devido à natureza de abrangência regional dos sindicatos, o acesso das mulheres a essas organizações facilitou o diálogo entre líderes femininas de diferentes comunidades, antes dificultado pela distância e falta de transporte. Isso levou ao surgimento de organizações informais regionais, que promoviam debates para conscientizar as mulheres rurais sobre suas realidades e apresentar outras possibilidades de vida (Bolonhês; Oliveiras, 2013).

A sede administrativa do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu fica localizada em São Luís, no estado do Maranhão, no centro histórico do Município, na rua da Palma, número 489 (Figura 21). Denominada de Casa Palmeira de Babaçu Dada e Dijé (Figura 22), a sede do MIQCB em São Luís serve como ponto de encontro para lideranças, espaço para planejamento de estratégias e, mais recentemente, tem

se envolvido em debates sobre políticas de segurança alimentar, bioeconomia e a criação de novas reservas extrativistas.

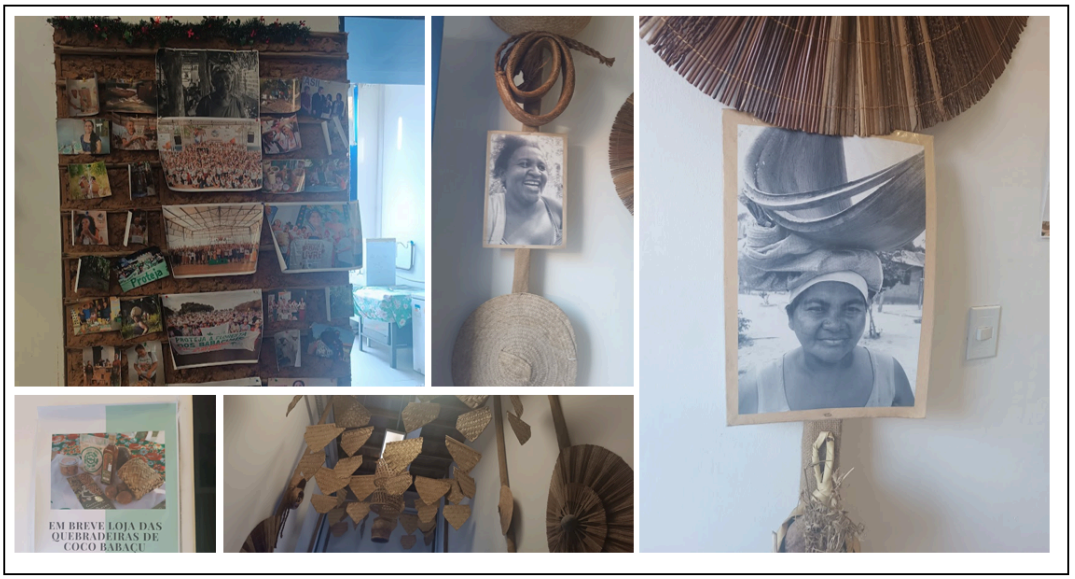
Com o crescimento das demandas por reconhecimento de territórios e apoio à produção sustentável, o MIQCB tem fortalecido sua presença política, utilizando a sede em São Luís como um centro de articulação com autoridades governamentais e organizações não governamentais, tanto em nível nacional quanto internacional. Um dos focos recentes tem sido a luta pela ampliação das reservas extrativistas e o combate ao avanço de grandes projetos agropecuários que ameaçam o modo de vida tradicional das quebradeiras.

Figura 22- Sede administrativa do MIQCB em São Luís, Maranhão

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em junho de 2024, a partir de um trabalho de campo realizado durante o Encontro Nacional de Geografia Agrária no Maranhão, realizamos uma visita na sede administrativa do MIQCB, a fim de conhecer e conversar com as quebradeiras de coco babaçu que fazem parte do movimento e estão à frente das principais lutas atualmente. A figura 22 apresenta a fachada da sede administrativa das quebradeiras de coco babaçu registrada no decorrer do trabalho de campo.

Figura 23 - Registros dentro da sede do MIQCB



Fonte: Elaboração própria (2023).

A Figura 23 apresenta os quadros e retratos existentes no interior da sede do MIQCB. É possível observar que esses retratos fazem parte da estratégia das quebradeiras para concretizar as memórias das mulheres que sempre estiveram na luta e tornar evidente os seus rostos poeticamente.

A partir das conversas e falas realizadas pelas quebradeiras na sede do MIQCB, elas relataram que atualmente, o MIQCB vem promovendo diversas oficinas e capacitações voltadas à sustentabilidade econômica das quebradeiras, buscando fortalecer a autonomia das mulheres envolvidas na cadeia produtiva do babaçu. Essas atividades envolvem desde a produção de derivados do coco, como o óleo e o sabão, até debates sobre a preservação das florestas de babaçuais. Em um dos relatos que foi realizado, uma das principais lideranças do MIQCB da sede afirmou:

> Essas mulheres não conseguem garantir o seu modo de vida, porque nos nossos territórios, muitas vezes controlados por grandes propriedades de terra, a gente vai catando o que tem. A nossa relação com a Palmeira é muito íntima, sabemos o dia que o coco vai cair, mas quando não temos esse acesso, tudo muda. Eles dizem que a gente tem que pegar tudo, como se fosse uma limpeza, e isso cria uma outra realidade, muito dolorosa para o nosso modo de vida. Além disso, existe uma desproporção na colheita, é como se pegássemos pouco e ficássemos com menos do que deveríamos, enquanto os donos das terras continuam com o controle. Essa é a luta, o nosso modo de vida está sendo afetado pela falta de acesso às terras e pelo uso desigual do território, principalmente com o desmatamento e a expansão das grandes propriedades (Liderança do MIQCB, 2024).

A fala evidencia como a relação ancestral com o ambiente natural, simbolizada pelas palmeiras de babaçu, está sendo comprometida por dinâmicas de controle territorial

impostas por grandes proprietários rurais. Essa mudança no uso da terra reflete uma transformação não só econômica, mas também cultural e ambiental, que ameaça diretamente a sustentabilidade das práticas extrativistas das mulheres babaçuenses.

Na sede do MIQCB foi possível ter acesso a uma cartilha que apresenta as principais características e objetivos do movimento (Figura 24). Na cartilha, é possível observar que as quebradeiras sempre apresentam suas estratégias e objetivos pautados na centralidade do protagonismo das mulheres e na busca pela equidade de gênero na luta.

Figura 24 - Registros da pesquisadora na sede do MIQCB

Fonte: Elaboração própria (2024).

A garantia do modo de vida das quebradeiras de coco depende do acesso livre aos territórios onde as palmeiras crescem e dos quais elas retiram o coco para sua subsistência. No entanto, a crescente concentração fundiária e a expansão de grandes propriedades restringem esse acesso, criando um conflito direto entre os interesses dos proprietários de terra e os das comunidades extrativistas.

A narrativa da quebradeira de coco babaçu que nos recepcionou no MIQCB, evidencia a desigualdade imposta a essas mulheres, que, ao serem impedidas de acessar os territórios, sofrem uma série de dificuldades para coletar os frutos de forma justa e equilibrada. A expressão "é como se fosse uma limpeza", usada pela quebradeira, demonstra o esforço intensivo e as condições precárias de coleta em que elas são forçadas a pegar tudo o que encontram, muitas vezes em condições desfavoráveis.

Esse cenário revela uma realidade marcada pela injustiça ambiental, em que os direitos das comunidades tradicionais são desrespeitados, e sua relação de reciprocidade com a natureza é interrompida. As mulheres babaçuenses possuem um conhecimento profundo sobre o ciclo de vida das palmeiras, conhecendo os períodos de colheita e como manejar os recursos de maneira sustentável. Porém, esse saber local é marginalizado pelo poder de quem controla a terra, transformando uma prática cultural e econômica em uma luta diária pela sobrevivência.

Além disso, a fala revela um aspecto importante da desigualdade regional. Em algumas áreas, a escassez de palmeiras torna a coleta ainda mais difícil, o que exacerba a competição por esse recurso e gera uma desigualdade ainda maior entre as quebradeiras de coco. Essas disparidades regionais refletem a falta de políticas públicas que assegurem o direito dessas mulheres ao território, dificultando a organização e a resistência frente às imposições do agronegócio e da expansão das grandes propriedades rurais.

As quebradeiras de coco relatam que o principal obstáculo é o difícil acesso aos territórios onde as palmeiras se encontram, frequentemente controlados por grandes proprietários de terras de terra. Essa dificuldade impacta diretamente a subsistência dessas mulheres, que possuem uma relação próxima com as palmeiras, conhecendo em detalhes o ciclo dos frutos e demonstrando um saber tradicional enraizado no ambiente e nas práticas dos territórios. Além disso, se deparam com conflitos recorrentes ao tentarem acessar as áreas controladas por fazendeiros. Há uma imposição de regras e limites sobre o que podem colher, e muitas vezes a quantidade de coco disponível é restrita, criando uma desigualdade significativa na colheita.

A Figura 25 mostra o registro fotográfico da pesquisadora com as duas quebradeiras palestrantes que nos recepcionou na sede do MIQCB. Na primeira foto, conseguimos fazer o registro com uma delas e, na segunda, é apresentada a segunda palestrante quebradeira, arrumando o *banner* e a bandeira do MIQCB para as fotos.

Figura 25 - Quebradeiras da sede do MIQCB

Fonte: Elaboração própria (2024).

As restrições comentadas pelas quebradeiras no trabalho de campo alteram drasticamente o modo de vida tradicional dessas mulheres quebradeiras, impondo uma realidade dolorosa e marcada por limitações severas. A falta de acesso à terra é um dos principais problemas, exacerbado pela expansão de grandes propriedades e pela transformação dos usos da terra. Diante desses desafios, as mulheres quebradeiras estão engajadas em lutas constantes pela terra, buscando garantir o acesso aos recursos naturais essenciais para a manutenção de sua atividade. Elas participam de campanhas de resistência, enfrentando inclusive violência e repressão ao longo desse processo. Essa luta pelo território é vital para a continuidade de seu modo de vida e para a preservação de suas tradições.

A luta das quebradeiras de coco, mencionada pelas quebradeiras no MIQCB do Maranhão, é um reflexo da resistência das comunidades tradicionais contra o avanço de um modelo de desenvolvimento que exclui suas práticas e saberes. As campanhas e resistências dessas mulheres, que muitas vezes enfrentam repressão e violência, evidenciam a importância de se discutir a justiça social e ambiental. Garantir o acesso à terra e o respeito às práticas tradicionais não é apenas uma questão de direitos econômicos, mas também uma questão de preservação cultural e ambiental.

A Figura 26 apresenta o registro fotográfico das quebradeiras do MIQCB em São Luís, quando elas dedicaram seu tempo para mostrar seu trabalho da quebra do coco babaçu.

Enquanto elas quebravam o coco, explicavam e relatavam suas dificuldades e obstáculos e seus objetivos atuais da luta.

Figura 26 - Quebradeiras demonstrando a quebra de coco na sede do MIQCB

Fonte: Elaboração própria (2024).

Nos grupos de discussão promovidos pelo MIQCB são abordados temas essenciais, incluindo os direitos das mulheres em um contexto machista, os direitos das trabalhadoras rurais e uma vida digna. Dessa forma, o MIQCB não apenas representa as quebradeiras de coco, mas também se torna uma escola de formação cidadã, contribuindo para a transformação social e o avanço dos direitos das mulheres no campo.

Essas ações refletem o compromisso contínuo do MIQCB em São Luís com a defesa dos direitos das comunidades extrativistas, a proteção dos recursos naturais e a busca por políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável na região. Em um cenário histórico e geográfico marcado pela complexidade e pela luta por recursos e território, o MIQCB surge como uma proposta da voz feminina em defesa da justiça social, dos direitos ambientais e da igualdade de gênero.

Nesse sentido, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB) representou e ainda representa importante força de resistência e protagonismo das mulheres no campo, especialmente na região do Bico do Papagaio, no Tocantins. Além de sua atuação na produção de coco, azeite, farinha e sabonete, o MIQCB, nas suas redes sociais, sempre busca afirmar a importância de seu papel na promoção da educação e conscientização das trabalhadoras rurais.

Ao analisar as quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio, Santos (2019) ressalta que as diversas formas de ocupação do território, são o resultado de um processo histórico complexo. Diversos grupos sociais entraram em cena ao longo do tempo na região, estabelecendo redes e relações de poder, dentre eles as quebradeiras de coco. Entende-se que, essas relações de poder foram desencadeadas pelos novos projetos de reordenamento territorial que passaram a mercantilizar a terra, impulsionando os conflitos agrários nos territórios amazônicos, surgindo novas organizações e forças políticas e identidades territoriais.

Assim, apresentaremos e discutiremos o MIQCB no Bico do Papagaio, *lócus* central da nossa pesquisa, com base no trabalho de campo realizado no território.

b) O MIQCB em Tocantins, no Bico do Papagaio

Buscamos entender o funcionamento atual do MIQCB na regional de Tocantins, localizado no município de São Miguel do Tocantins. Neste município também se encontra a sede da Associação de Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP). Visitamos o município e conhecemos uma importante ativista membro da ASMUBIP e do MIQCB. Não iremos revelar seu nome verdadeiro, mas utilizaremos o nome fictício de Naiá. Apresentaremos algumas experiências das conversas que tivemos.

Após participarmos de uma missa na igreja principal de São Miguel (Figura 25) fomos até a casa de outra líder do MIQCB da regional de Tocantins, que denominaremos de Attalea. Foi por meio da Naiá, a primeira que conversamos, que conseguimos contato com Attalea. Ambas fazem parte das organizações das mulheres no Bico e atuam na igreja católica do município.

Em uma entrevista concedida no dia 8 de janeiro de 2023, Attalea nos diz muito sobre a importância do MIQCB para a luta das quebradeiras,

> Não é só pelo babaçu, debatemos pautas sobre os direitos das mulheres. No sindicato nós não tinha espaço para falar, os homens eram muito machistas, aí criamos um movimento só das mulheres pra gente discutir o que quiser. As pautas das mulheres nos sindicatos eram sempre as últimas (Attalea, 2023).

Attalea não quis dar muitos detalhes sobre o MIQCB e não hesitou em tecer algumas críticas às pesquisas das universidades que, muitas vezes, utilizam-se do tempo das quebradeiras para entrevistas e coleta de dados, mas não oferecem nenhum retorno concreto para os movimentos.

Ela comenta que “a gente fala sempre, vem um e outro querer fazer pesquisa, mas a gente não vê nada depois” (Attalea, 2023). Esses comentários destacam a importância de

uma colaboração mais significativa e transparente entre pesquisadores e movimentos sociais, onde os resultados das pesquisas possam ser compartilhados de volta com as comunidades envolvidas, contribuindo para uma maior compreensão mútua e para o fortalecimento das lutas em prol dos direitos e da justiça social.

Figura 27 - Visita à Igreja Católica São Miguel de Arcanjo durante o trabalho de campo, em São Miguel do Tocantins

Fonte: Elaboração própria (2023).

A figura 27 mostra a principal igreja católica localizada no município de São Miguel do Tocantins. Encontramos as lideranças da ASMUBIP e do MIQCB nesta igreja, as quais participavam ativamente das atividades religiosas na comunidade, segundo as quebradeiras entrevistadas.

Attalea e Naiá relataram que fizeram parte da construção da ASMUBIP, na busca pela visibilização das mulheres e pelo babaçu. Attalea explica que o movimento surgiu para enfrentar os casos frequentes de invasão de terras, que eram bastante comuns na década de 1990. Alguns proprietários consideravam a terra como sendo deles e desmatavam as áreas. Essas atividades destrutivas afetaram muitas áreas de babaçu, causando danos e gerando indignação entre as mulheres que contavam com a coleta de coco para sua subsistência.

Attalea não permitiu que registrássemos nenhuma foto sua e se recusou a nos levar no local da sede do MIQCB em São Miguel do Tocantins, tendo em vista que segundo ela, no dia estava fechada. Além disso, segundo ela, a sede da ASMUBIP estava inativa por tempo indeterminado, devido a problemas administrativos e burocráticos.

A experiência em São Miguel do Tocantins, no Bico do Papagaio, revela nuances importantes sobre o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e

sobre a Associação de Mulheres do Bico do Papagaio (ASMUBIP), especialmente em relação à luta das mulheres por seus direitos e pela preservação do babaçu. Durante a visita, destacaram-se as vozes de duas lideranças, Naiá e Attalea, que relataram a realidade enfrentada pelas quebradeiras e os desafios para a organização do movimento na região.

Naiá e Attalea, ambas ativas no MIQCB e ASMUBIP, trouxeram à tona questões além da defesa do babaçu, ressaltando a importância de lutar pelos direitos das mulheres. Attalea, em particular, sublinhou como o movimento surgiu em resposta à exclusão e à invisibilidade que as mulheres enfrentavam nos sindicatos, muitas vezes dominados por homens com atitudes machistas. Segundo ela, a criação do MIQCB possibilitou um espaço onde as mulheres poderiam debater suas demandas com autonomia, tornando o movimento essencial não só para a questão ambiental, mas também para a equidade de gênero.

Um ponto de destaque nas entrevistas foi a crítica de Attalea à relação entre as universidades e os movimentos sociais. Ela expressou frustração com pesquisas acadêmicas que, na sua visão, pouco retornam para as comunidades envolvidas. Essa crítica revela a necessidade de uma abordagem mais colaborativa e que reforce a troca de conhecimento entre pesquisadores e as populações locais. Os resultados das pesquisas devem ser apresentados de maneira acessível às comunidades, para que possam contribuir concretamente para o fortalecimento das suas lutas.

Outro aspecto abordado pelas lideranças foi a questão fundiária. Attalea recordou os frequentes casos de invasão de terras e desmatamento por proprietários que afetaram as áreas de babaçu, prejudicando a subsistência das quebradeiras. Apesar de ambas as quebradeiras não relatarem em nenhum momento que a luta pela terra no MIQCB de Tocantins vem sendo central, dando ênfase mais na luta pela equidade de gênero, os resultados da realidade no território nos levam a entender que a luta pelo babaçu deve estar diretamente ligada à luta pela terra, evidenciando como os interesses agrários na região podem ameaçar a sobrevivência de práticas extrativistas sustentáveis, bem como a quebra do coco babaçu é fundamental para a segurança alimentar e a autonomia econômica das mulheres da região.

Apesar da relevância do MIQCB e da ASMUBIP para a luta das quebradeiras, Attalea também indicou dificuldades enfrentadas pelas organizações. A sede do MIQCB em São Miguel estava fechada no dia da visita, e a sede da ASMUBIP estava inativa devido a problemas administrativos. Essas questões ressaltam os desafios internos de gestão e a

burocracia que impactam o funcionamento das organizações, afetando sua capacidade de atuação. Em síntese, a experiência em São Miguel do Tocantins mostrou a complexidade do MIQCB e da ASMUBIP na luta pelo babaçu e pelos direitos das mulheres. As entrevistas revelaram a necessidade de fortalecer essas organizações e garantir que o conhecimento gerado por meio de pesquisas seja aplicado para apoiar as comunidades locais, contribuindo para o avanço de suas pautas sociais e ambientais.

Ao concluirmos o trabalho na área urbana de São Miguel do Tocantins, fomos para Sete Barracas, assentamento localizado na zona rural do município (Figura 28).

Figura 28 - Fachada da casa de Raimunda Quebradeira

Fonte: Elaboração própria (2023).

O território do Assentamento Sete Barracas, situado no município de São Miguel do Tocantins, foi liderado pela falecida Raimunda Quebradeira. Conversamos com as quebradeiras que moram no assentamento, porém não quiseram dar entrevistas e nem muitos detalhes sobre o tema. Visitamos a casa de Raimunda Quebradeira de Coco, que hoje é um museu símbolo de suas lutas no território.

Figura 29 - Casa de Raimunda Quebradeira em Sete Barracas

Fonte: Elaboração própria (2023).

As figuras 28, 29 e 30 registradas durante o trabalho de campo, ilustram a casa de Raimunda Quebradeira de Coco, localizada no Assentamento Sete Barracas e que hoje funciona como um museu com os registros fotográficos e livros pertencentes à Raimunda.

Figura 30 - Museu de Raimunda Quebradeira em Sete Barracas

Fonte: Elaboração própria (2023).

Segundo os relatos das conversas obtidas no Assentamento Sete Barracas e em São Miguel do Tocantins, Raimunda Quebradeira de Coco foi uma liderança importante no movimento das quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio. Ela desempenhou um papel fundamental na luta pela conservação dos babaçuais e na defesa dos direitos das mulheres extrativistas, sendo uma das vozes mais influentes no MIQCB. Seu trabalho foi crucial para a consolidação de direitos territoriais e sociais para as quebradeiras de coco que, historicamente enfrentam desafios relacionados à expropriação de terras e restrições ao acesso aos babaçuais.

Segundo o Jornal local de Tocantins (T1 Notícias, 2020), no dia 7 de novembro de 2020, foi realizada a I Feira Agroecológica do Babaçu em São Miguel do Tocantins, em celebração ao Dia Estadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. O evento homenageou a líder Raimunda do Coco, pioneira e uma das principais fundadoras do MIQCB. Durante a feira, foram realizadas degustações e vendas de produtos derivados do babaçu, como bolos, brigadeiros e óleos, celebrando a agroecologia e o trabalho das quebradeiras. Emilia Alves da Silva Rodrigues, uma das organizadoras do evento, destacou a importância da data, especialmente porque marca dois anos do falecimento de Dona Raimunda, que deixou um legado de força, inspiração e luta coletiva para as mulheres do campo.

Figura 31 - Retrato de Raimunda Quebradeira, registrada em uma das casas visitadas durante o trabalho de campo no Bico do Papagaio

Fonte: Elaboração própria (2023).

A figura 31 mostra uma foto tirada durante o trabalho de campo no Bico do Papagaio que homenageia Raimunda Quebradeira. Vale dizer que, durante a visita *in lócus* em algumas residências, foi possível perceber a importância de Raimunda para as famílias do Bico do Papagaio, ouvindo sempre relatos em sua homenagem.

Dona Raimunda faleceu em 2018, aos 78 anos, e seu legado continua sendo lembrado e honrado pelas quebradeiras de coco, que veem nela um símbolo de resistência e união. Sua história também foi retratada em um filme que foi exibido na 16ª Mostra Internacional do Cinema Negro, que ocorreu no formato digital na plataforma do Museu da Imagem e do Som de São Paulo.

5.6 A RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS: CONSOLIDAÇÃO, HISTÓRIA E LUTAS

Nesta parte da pesquisa, abordaremos os elementos teóricos e históricos que constituíram a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, a partir da criação do decreto da Resex e dos atores envolvidos na sua criação. Apresentaremos neste subitem, os elementos e informações sobre a REENT que foram coletadas das referências mais recentes.

A Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) foi estabelecida pelo Decreto nº 535, de 20 de maio de 1992, como uma estratégia para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável na região amazônica do Estado do Tocantins (Sousa, 2015). Este decreto representou um avanço significativo na gestão territorial, refletindo o compromisso com a integração das práticas extrativistas e a proteção dos ecossistemas locais. A REENT é vinculada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), autarquia subordinada à Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República. O decreto estabelece um perímetro detalhado, com azimutes e distâncias que delimitam com precisão os limites da área protegida (BRASIL, 1992).

Nesse contexto, a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins foi criada em um momento crucial para a discussão global sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Esse período foi marcado pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) no Brasil, que destacou a urgência de enfrentar as questões ambientais e promover a sustentabilidade. Em resposta a essas

discussões, o governo brasileiro decidiu ampliar a criação de Reservas Extrativistas (Resex), que visam conservar os recursos naturais e garantir a continuidade das práticas tradicionais das populações que habitam esses territórios (Sousa, 2015).

Sousa (2015) destaca um evento importante na mobilização pelo reconhecimento dos direitos das famílias extrativistas de babaçu na região do Bico do Papagaio. Em 1986, foi criada uma área de assentamento rural, denominada Sete Barracas, que visava beneficiar essas comunidades. Contudo, nem todas as famílias foram contempladas com lotes no assentamento, o que gerou novas mobilizações. Oliveira e Sousa (2016), Silva (2011) e Vieira (2018) apontam que a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundamental para organizar e mobilizar os trabalhadores rurais e extrativistas em busca de uma "justiça social", definida pelo direito de uso do território.

Yohannes (2013) sugere que a pressa na criação da REENT estava relacionada à pressão internacional por uma política ambiental mais eficaz do governo federal. No entanto, a criação dessas áreas não foi acompanhada de um entendimento adequado por parte das comunidades locais sobre os objetivos e a implementação das Resex, o que gerou confusão e expectativas não correspondidas entre os moradores locais, que frequentemente confundiam as Resex com assentamentos rurais destinados à reforma agrária (Oliveira; Sousa, 2016).

Segundo Castilho (2009) e Oliveira e Sousa (2016), em 1993, surgiram movimentos organizados por proprietários das terras contra a Resex, que argumentavam sobre a utilização inadequada do solo pelas comunidades e o aumento dos conflitos com os fazendeiros.

Além disso, Sousa (2015) observa que em 1999, a população local se mobilizou para reverter o processo de revogação da REENT e outras UCs semelhantes. Apesar das dificuldades, a mobilização resultou na criação do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito (STTR-CB) em 1999 e da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT) em 2001, que garantiram a representação das comunidades extrativistas (Sousa, 2015; Oliveira, Sousa, 2016). Essa nova fase de organização levou à realização de um cadastro socioeconômico das famílias e ao estudo para a desapropriação das fazendas localizadas na área da Resex.

Segundo Oliveira e Sousa (2016), no ano de 2014, a Resex do Extremo Norte tinha aproximadamente 893 pessoas associadas, distribuídas em 237 famílias, ou seja, pessoas que vivem ao redor da reserva e entram nas fazendas inseridas na reserva para o extrativismo.

A principal atividade extrativista na Resex do Extremo Norte é a coleta de babaçu, um produto fundamental para a subsistência econômica das famílias locais. Mais de 82% das famílias que moram no entorno da reserva estão envolvidas na extração desse fruto, evidenciando a importância econômica desta atividade para a comunidade (UFV/ICMBio, 2014). Essas famílias extrativistas do coco babaçu são majoritariamente lideradas pelas quebradeiras de coco babaçu, sujeitas centrais da nossa pesquisa, as quais são protagonistas dos movimentos e organizações pelas reivindicações sociais nos seus territórios extrativistas.

Dando continuidade à análise sobre a consolidação, história e lutas da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, este subcapítulo incorpora uma importante contribuição empírica: a entrevista realizada com o ex-gestor da unidade. O objetivo dessa entrevista foi aprofundar a compreensão sobre três questões fundamentais: quais foram os critérios utilizados para a criação da REENT? Existiam pessoas morando na REENT antes do seu decreto? Como foi o processo da escolha da área? Participativa ou de cima para baixo?

A seguir, apresentamos os principais trechos e reflexões extraídas da entrevista, os quais complementam e enriquecem as informações já discutidas neste subcapítulo. As falas do ex-gestor contribuem para compreender, a partir de uma perspectiva interna, os processos de criação, gestão e resistência vivenciados na trajetória da REENT.

5.7 DA ENTREVISTA COM O EX-GESTOR DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS

Antes de dar início à reflexão das falas e relatos da entrevista realizada com o ex-gestor da REENT, devemos relembrar que a criação da Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, em 1993, deve ser compreendida no cruzamento entre dinâmicas territoriais históricas e interesses institucionais e políticos vigentes à época. Como mencionado anteriormente, a formação dessa unidade de conservação está profundamente conectada ao processo de ocupação da Amazônia Legal, impulsionado pelas políticas de integração nacional e colonização da década de 1970, notadamente pelo projeto da Rodovia Transamazônica, que desencadeou fortes fluxos migratórios para a região do Bico do Papagaio. Esses fluxos, por sua vez, alimentaram disputas fundiárias e conflitos agrários que reverberam até os dias atuais.

Ao iniciar o diálogo com o ex-gestor, o entrevistado evidencia essa historicidade:

> O trabalho de luta pela terra no meio do papagaio, ele é um trabalho que já vem desde o período de ocupação da Amazônia, projeto transamazônico e tudo isso desencadeou uma série de movimentos migratórios que acabaram chegando na região e que desencadeou conflitos (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

Essa dimensão conflitiva moldou não apenas a configuração fundiária da região, mas também os atores sociais e políticos que passaram a reivindicar direitos territoriais e reconhecimento institucional, especialmente por meio do movimento das quebradeiras de coco babaçu. Iniciaremos então com a primeira pergunta:

1. Quais foram os critérios utilizados na época para a escolha e criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins?

A criação da Reserva Extrativista (ResEx) do Extremo Norte do Tocantins está fortemente ligada à mobilização social das quebradeiras de coco babaçu e à atuação de organizações como o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT). Conforme relatado pelo ex-gestor na entrevista:

> Na época, o CNPT, que era coordenado pelo Gatão[3], isso no governo Fernando Henrique Cardoso, eu acho, tinha uma influência muito grande por causa daquele movimento em torno da figura de Chico Mendes, de unir os extrativistas e criar a unidade de conservação, porque era o período de criação do SNUC, e criar a unidade de conservação que pudesse partilhar esses espaços. Ou seja, as pessoas não vislumbravam no movimento de reforma agrária, por exemplo, como o caminho para atender aos anseios dos extrativista (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

Assim, o CNPT, por meio do Ibama, articulou um movimento que culminou em uma reunião em São Luís, da qual participou Dona Raimunda, liderança reconhecida e então presidente de uma associação de agroextrativistas da comunidade Sete Barracas — um assentamento do INGRE majoritariamente habitado por quebradeiras de coco. Segundo o entrevistado:

> Dona Raimunda recebeu do Gatão a incumbência de participar dessa reunião para poder reivindicar uma área que ampliasse a área de Sete Barracas, para fortalecer o trabalho das quebradeiras de coco de Sete Barracas. Então, baseado nisso, foi feita uma solicitação da criação de uma reserva de babaçu no Bico do Papagaio, aqui no estado do Tocantins, para atender a essa demanda, que foi uma indicação do CNPT (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

[3] Atanagildo de Deus Matos (Gatão): líder extrativista amazônico nascido em Oeiras do Pará, atuante desde os anos 1960 na organização comunitária e sindical rural. Foi um dos fundadores do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que presidiu entre 1995 e 1998, destacando-se na articulação de políticas públicas e na criação de Reservas Extrativistas na Amazônia.

Esse relato evidencia o papel estratégico desempenhado por lideranças locais e por instituições como o CNPT na mediação entre as demandas comunitárias e as políticas públicas. A atuação de Dona Raimunda, incentivada por Gatão, ilustra como o protagonismo feminino e a articulação de bases comunitárias foram fundamentais para impulsionar a criação de territórios voltados à proteção dos modos de vida tradicionais, como é o caso das quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio. Trata-se de um exemplo concreto de como o movimento extrativista atuou politicamente na territorialização de práticas sustentáveis e na construção de reconhecimentos oficiais.

Esses relatos demonstram como a criação de áreas protegidas voltadas ao extrativismo não partiu apenas de critérios técnicos ou ambientais, mas sobretudo de uma construção política impulsionada por sujeitos coletivos e lideranças locais. O caso de Sete Barracas e da mobilização por uma reserva de babaçu no Tocantins ilustra bem esse processo. Como afirmou o ex-gestor:

> Como era uma demanda do movimento social, ela ficou baseada muito mais no anseio das quebradeiras de coco do que de uma visão de preservação da Palmeira de Babaçu. Ela teve um viés e um caráter muito mais voltado para atender às necessidades do movimento de quebradeiras de coco Babaçu, que estava se organizando em torno do próprio CNS. E a dona Raimunda já fazia parte da coordenação do CNS à época, que é o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, antigamente era o Conselho Nacional dos Seringueiros (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

Nesse sentido, a proposta territorial emergiu do esforço organizado das próprias comunidades, especialmente das mulheres, em assegurar a continuidade de seus modos de vida e do uso tradicional dos recursos naturais.

Ainda segundo o relato,

> Aí posso dizer que o viés tem uma necessidade muito mais de movimento social do que do ponto de vista ambiental, porque você está tratando de um modo de vida, de uma cultura, de alguém que baseia o seu sustento todo mediante a exploração de um recurso natural que é considerado ecologicamente como mata secundária. A Palmeira de Babaçu vem abundantemente depois da retirada da mata primária, depois do desmatamento (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

.

A fala reforça a centralidade da dimensão sociocultural na formulação das unidades de conservação de uso sustentável, evidenciando que, para além da conservação da biodiversidade, tratava-se de garantir o reconhecimento e a permanência de práticas tradicionais historicamente marginalizadas nas políticas públicas ambientais.

Além disso, observamos que a atuação de Dona Raimunda se destacou não apenas por sua representatividade à frente das quebradeiras de coco de Sete Barracas, mas também

por sua capacidade de articulação política em nível nacional. Reconhecida como uma das principais lideranças extrativistas do Tocantins, a entrevistada a identifica como “herdeira de todo o legado do padre Josimo”, atribuindo a ela a responsabilidade de catalisar e encaminhar a Brasília as demandas pela criação de uma reserva para a preservação do babaçu no estado.

Esse processo evidencia que a proposta não foi concebida a partir de uma lógica estritamente ambiental, mas sim como uma estratégia de reconhecimento e valorização de um modo de vida tradicional. Como explica o entrevistado, “o viés tem uma necessidade muito mais de movimento social do que do ponto de vista ambiental”, pois tratava-se de assegurar o sustento e a cultura de populações cuja existência está diretamente ligada ao uso de um recurso natural – o babaçu – considerado ecologicamente como mata secundária. Nesse contexto, a palmeira surge de forma espontânea e abundante em áreas desmatadas, sendo, portanto, símbolo não apenas da resistência ecológica da floresta, mas também da resiliência sociocultural das quebradeiras de coco.

2. Existiam pessoas morando na área da Reserva antes do decreto da REENT?

O processo de delimitação territorial da Reserva Extrativista levou em conta, de forma significativa, a presença e a organização das comunidades do entorno, conforme o ex-gestor explica:

> Na discussão sobre a demarcação do perímetro da unidade, o que se considerou muito foram as comunidades do entorno. Você foi lá e acompanhou bem, existem aquelas cinco comunidades, incluindo a sede do município de Carrasco Bonito, que elas estão no entorno do perímetro da unidade. É uma unidade que as propriedades já eram ocupadas por fazendeiros, uma área que foi a época titulada pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguia-Tocantins), por causa dos conflitos intensos de disputa de terra que existiam lá na região, tanto no Bico do Papagaio quanto no Sul do Pará e aquela região mais oeste, sudoeste do Maranhão (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

A menção às cinco comunidades, incluindo a sede de Carrasco Bonito, reforça a importância do reconhecimento desses núcleos como parte ativa do processo. Ao mesmo tempo, o entrevistado aponta que se tratava de uma área já marcada por intensos conflitos fundiários, envolvendo a atuação de fazendeiros e a titulação de terras promovida pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguia-Tocantins) em contextos de disputa no Bico do Papagaio, sul do Pará e sudoeste do Maranhão. Assim, a demarcação do perímetro da unidade não apenas teve um viés técnico, mas esteve profundamente enraizada em disputas territoriais históricas e na tentativa de garantir segurança jurídica e territorial às comunidades tradicionais da região.

Sobre o GETAT, Lino explica:

> Foi um grupo executivo criado pelo governo militar de época, coordenado pelos militares para resolver os problemas de conflitos fundiários. Então, problemas como demarcação de área, assentamento de posseiros, populações em conflito. Ai o GETAT atuava. Nesse período o GETATatuou como substituto do INCRA e atendia essa região do Araguaia-Tocantins e substituía a atividades que eram coordenadas pelo INCRA. Depois o GETAT foi instinto, e o INCRA continuou com suas atividades normais.

Em seguida, o entrevistado nos responde à questão, relatando fatos importantíssimos e valiosos para a pesquisa:

> Mas assim, para a criação da unidade, eu posso te garantir que efetivamente existiam duas comunidades de pessoas, de quebradeiras de coco, de gente que habitava o interior do perímetro da unidade, o interior do território da unidade. Por que eu te digo isso? Porque tem, naquele caminho de Carrasco Bonito para Caxeado, ainda resquícios de uma comunidade que existia lá dentro, chamada de Centro do Gonçalo. O Centro do Gonçalo era habitado basicamente por uma família ligada a esse senhor chamado Gonçalo e tinham outros habitantes que moravam lá (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

Ao afirmar com segurança que "efetivamente existiam duas comunidades de pessoas, de quebradeiras de coco, de gente que habitava o interior do perímetro da unidade", o ex-gestor contribuiu com um dado empírico valioso, que reforça a legitimidade da demanda social que deu origem à reserva. A menção ao Centro do Gonçalo, cujos resquícios ainda podem ser observados na região entre Carrasco Bonito e Caxeado, aponta para uma dinâmica territorial historicamente enraizada, ainda que parcialmente apagada pela narrativa oficial e pela invisibilidade desses grupos. Sobre Centro do Gonçalo, ele ainda comenta:

> Era gente que prestava serviço nas terras dos fazendeiros, que plantava roça na terra de fazendeiro e que moravam lá mais próximo para ficar perto desses espaços de produção de alimentos. E que também utilizava o Palmeira do babaçu para complementar a renda e ajudar na sobrevivência das famílias (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

Ele menciona então, outra comunidade localizada no interior da reserva: que existia antigamente chamada de Vilinha:

> E no centro da reserva, tem uma outra comunidade chamada de Vilinha, ali caminhando do Centro do Gonçalo, por dentro do perímetro da unidade, para a comunidade de Vinte Mil, a gente passa por uma comunidade que existia antigamente chamada de Vilinha (Entrevista com o ex-gestor da REENT, 2025).

Tais registros são fundamentais para reforçar a historicidade da ocupação tradicional na área que hoje constitui a REENT, contrariando argumentos que reduzem a criação da unidade a uma ação meramente estratégica ou voltada exclusivamente à proteção

ambiental. Eles demonstram que havia, sim, uma presença concreta de famílias extrativistas que moldavam suas vidas em relação direta com o território, o que fortalece o caráter sociocultural da reserva e evidencia a legitimidade das demandas que motivaram sua criação.

Ao indagarmos por que essas pessoas saíram de dentro, ele comenta:

> Porque foram áreas que a Prefeitura Municipal de Carrasco Bonito acabou isolando-as do contato com o centro urbano mais desenvolvido. Abandonou a manutenção de estradas, abandonou a manutenção de escolas, lá na Vilinha ainda tem resquícios de uma escola que existia, era uma comunidade grande que tinha pelo menos umas 80 famílias morando, e principalmente pelo problema de acesso, de manutenção das estradas, essa comunidade foi completamente desativada, as pessoas foram embora, acabaram indo morar na 20 mil, acabaram indo morar lá no centro do Firmino, ou então mudaram para a sede do município, lá para Carrasco Bonito. E por isso a comunidade foi desativada, mas existiam as duas comunidades dentro do perímetro da reserva que poderiam muito bem ser consideradas como de pessoas que futuramente seriam beneficiárias da reserva.

O processo de migração forçada devido à falta de acesso e suporte, como a manutenção das estradas, desestabilizou a organização social local, fragmentando as comunidades e enfraquecendo o modo de vida tradicional. O entrevistado, contudo, destaca que, mesmo com a desativação da Vilinha, "existiam as duas comunidades dentro do perímetro da reserva que poderiam muito bem ser consideradas como de pessoas que futuramente seriam beneficiárias da reserva". Esse fator ressalta a negligência do poder público e os impactos diretos dessa falta de cuidado sobre a vida das populações tradicionais. Além disso, questiona-se a forma como o processo de criação da reserva poderia ter reconhecido essas comunidades como legítimas detentoras de direitos sobre o território. A narrativa evidencia a luta pela permanência e a resistência das famílias, ao mesmo tempo em que sublinha a importância da efetivação de políticas públicas que atendam às necessidades dessas populações, especialmente em relação à infraestrutura básica, que é crucial para a sobrevivência e o fortalecimento de suas práticas tradicionais.

3. Forma de escolha da área: participativa ou imposta? Como foi o processo da escolha da área? Participativa ou de cima para baixo?

O processo de escolha da área para a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins foi marcado por uma abordagem predominantemente de "cima para baixo", com pouca ou nenhuma participação das comunidades locais no planejamento da unidade de conservação. Segundo o entrevistado, a decisão sobre a localização da reserva foi tomada pelo CNPT (Conselho Nacional das Populações Extrativistas) em parceria com o IBAMA, sem envolver diretamente as populações de extrativistas de coco da região, como as de Sete Barracas, conforme relata:

> Em função dessa reunião que houve, né, e da influência e liderança da dona Raimunda, no caso do Tocantins, a Reserva Extrativista seria para compor uma ampliação de área lá do assentamento Sete Barracas, que aí o assentamento é rodeado por fazendas, as pessoas têm dificuldade de acessar as áreas de Babaçu em função dos conflitos que são latentes, mas, de vez ou outra, eles acabam vindo à tona. E aí, no caso de indicação da área, infelizmente ela não contou com o processo participativo ou indicação. Então, como a escolha da área se deu de forma enviesada, de cima para baixo, foi muito mais uma escolha do CNPT através do IBAMA, em que eles identificaram essa área próxima à Carrasco Bonito, que era uma área que tinha babaçu em abundância, e disseram que lá seria o local onde se implantaria a Reserva Extrativista do extremo norte do Tocantins, nessa região do Bico do Papagaio.

Ainda segundo o gestor a escolha da área para a criação da reserva causou grande descontentamento em Dona Raimunda, uma vez que a localização definida ficava a cerca de 60 quilômetros do Projeto de Assentamento Sete Barracas, dificultando o acesso das quebradeiras de coco da região à nova unidade. Diante dessa exclusão territorial, ele relata que Dona Raimunda acabou, em certa medida, se afastando do processo de criação da reserva.

Essa condução verticalizada do processo comprometeu não apenas a efetividade inicial da implantação da unidade, mas também desarticulou a mobilização de lideranças fundamentais à sua consolidação. A ausência de diálogo com as comunidades diretamente envolvidas no extrativismo do babaçu, como as de Sete Barracas — que já possuíam organização social, experiência prévia e estrutura para o beneficiamento do coco — fragilizou a legitimidade da reserva junto às populações locais. O distanciamento físico e simbólico entre a área escolhida e os sujeitos sociais que motivaram originalmente a demanda pela criação da RESEX evidencia a desconexão entre as decisões institucionais e os interesses e saberes dos povos da floresta. Como demonstrado, a exclusão desses grupos no momento decisório não apenas inviabilizou seu engajamento, como também resultou no afastamento de figuras históricas como Dona Raimunda, comprometendo por anos o potencial da unidade como instrumento de justiça territorial e valorização dos modos de vida tradicionais.

6 A RESERVA EXTRATIVISTA E AS QUEBRADEIRAS DE COCO NO BICO DO PAPAGAIO

Desenvolveremos, neste capítulo, a apresentação e a análise dos resultados obtidos em nossa pesquisa *in locus*, destacando os principais desafios enfrentados atualmente pelas quebradeiras de coco babaçu, bem como a relação que estabelecem com a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT). Daremos ênfase às falas e as informações coletadas por meio das entrevistas realizadas com as lideranças locais, que se constituem nos principais interlocutores deste trabalho.Inicialmente, propomos uma sistematização das ideias a partir de cinco perguntas norteadoras, em sua maioria derivadas dos principais problemas de pesquisa levantados.

As questões são as seguintes:

1. Quem são os atores sociais envolvidos na construção da REENT?
2. Como as quebradeiras de coco babaçu concebem a REENT?
3. A Tobasa e a Suzano como atores empresariais no território. Quais suas influências?
4. Quais são os maiores desafios em torno da consolidação da REENT enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu atualmente?
5. Por que a regularização fundiária segue sendo um desafio há mais de 20 anos?
6. Existem interesses antagônicos e dialéticos que atuam no território da REENT atualmente? Quais são eles?

Os interlocutores da nossa pesquisa são essenciais para validar os fatos e o debate, tendo em vista que, muitas vezes, a realidade atual só é compreendida e analisada em toda a sua integralidade e complexidade, quando adentramos no território e conversamos com os sujeitos sociais que ali vivenciam diariamente o território e os desafios. Para o entendimento dos processos históricos e das lutas sociais, conversamos e entrevistamos duas importantes figuras políticas que também são protagonistas na trajetória da REENT e nos ajudaram a compreender alguns elementos que só foram possíveis conhecer ao dialogar com eles.

A primeira é a sindicalista Maria Senhora, mencionada anteriormente, quando abordamos a atuação das mulheres rurais nas lutas socioterritoriais do Bico do Papagaio e o segundo sujeito social entrevistado é Raimundo Nonatto, que até o momento da realização da

entrevista era o presidente da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. Cabe relembrar que ambos entrevistados consentiram em ser identificados na pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo, portanto, os únicos participantes cujos nomes verdadeiros foram divulgados.

Em seguida, realizamos visitas *in lócus* nos povoados de Caxeado, Vinte Mil, Centro dos Firmino, Centro dos Ferreira, a fim de conhecer e conversar com as famílias extrativistas do coco babaçu que residem próximo da REENT. Encontramos algumas dificuldades durante as visitas *in lócus* nos povoados, uma vez que não conseguimos encontrar muitas quebradeiras de coco babaçu que vivem exclusivamente da quebra de coco. No entanto, apesar das dificuldades, foi possível construir uma linha teórica e análises para responder às perguntas propostas na pesquisa.

6.1 QUEM SÃO OS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA REENT?

É importante considerar que a contextualização histórica da REENT já foi apresentada no capítulo anterior, por meio da análise de informações teóricas previamente elaboradas e publicadas por outros autores, compondo o levantamento bibliográfico deste trabalho. No entanto, propomos agora focar exclusivamente nas narrativas de nossos entrevistados e sujeitos sociais, destacando que suas experiências e relatos subjetivos são fundamentais para afirmar a historicidade e a geograficidade da pesquisa.

a) Maria Senhora, liderança sindicalista no Bico do Papagaio.

A sindicalista Maria Senhora, que reside no município de Esperantina, descreveu a criação da reserva extrativista, em entrevista concedida no dia 8 de setembro de 2023, como um processo que emergiu durante a ECO 92, inspirado pela onda de criação de reservas como as do Acre, na época de Chico Mendes.

> Aquela época da Eco 92 tinha possibilidades do governo Collor... por incrível que pareça né... foi no tempo do Collor, tinha uma ideia de criar uma reserva, reserva lá dos Xapuri, do Acre, época do Chico Mendes, monte de... de reserva e aí teve essa abertura aí... bora criar uma reserva de babaçu né... e essa coisa, essa ideia foi saída das quebradeiras lá na ECO 92. Inclusive a Dona Raimunda tava lá, no evento. (Senhora, 2023).

Segundo ela, a iniciativa partiu das quebradeiras de coco babaçu presentes no evento, incluindo Dona Raimunda Quebradeira, mas que, inicialmente, não contou com o apoio do sindicato.

Maria Senhora ainda comenta que o presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), durante um sobrevoo pela região, escolheu a área que era composta por terras devolutas com pequenos posseiros.

> Ai o Collor voou aqui de avião, aqui na área, né? Aí teve o Ciríaco lá no Maranhão. Tô falando aqui da estrada do arroz que tá pra lá. Agora vi até um bocado de... de mulher daquela época... Aí nesse tempo eu era secretária de política das mulheres na federação daqui do Tocantins e participei de toda a criação dessas reservas: a reserva do Ciríaco, a reserva daqui, a reserva lá do Frexal (Senhora, 2023).

A Reserva de Frexal que Maria Senhora comenta, é uma reserva quilombola situada no Maranhão, segundo ela, muito bem organizada e onde só vivem comunidades quilombolas. Em seguida, quando perguntamos quem escolheu a área para delimitar a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, ela coment que:

> (...) Do presidente, "nois quer uma reserva lá no bico" inclusive Alfredo Wagner também tava lá nesse, nesse evento. Tinha um bocado de gente la nesse evento. Ele voou de avião e escolheu ali. E aquela área ali era terra devoluta com pequenos, pequenos proprietários, morando lá dentro. Por isso que hoje, o povo da reserva que realmente tem direito na reserva não mora na reserva.

Ou seja, Maria Senhora nos revela que a decisão foi influenciada diretamente pelo presidente da época, Fernando Collor de Mello. Senhora menciona também a presença de Alfredo Wagner e de outras pessoas importantes durante o evento. Segundo ela, o presidente sobrevoou a região e decidiu pela criação da reserva em uma área composta por terras devolutas, habitada por pequenos posseiros. Essa situação, segundo a entrevistada, explica por que atualmente muitos dos que têm direito à reserva não residem dentro de seus limites. Maria Senhora (2023) explica:

> Era gente lá da reserva. Gente da Vinte Mil. Centro dos Firmino. Era morador da reserva que tiveram que sair né, tiveram que sair! [...] A história do Vinte Mil e Centro dos Firmino vem da reserva! Eles foram expropriados de lá!

Esse fato é muito valioso para entender porque a lógica da formação dos povoados Vinte Mil e Centro dos Firmino, segundo Maria Senhora, se dá exatamente pelo fato de que a criação da REENT foi feita sem um devido planejamento territorial e sem a desapropriação dos fazendeiros, fazendo com que as comunidades ali existentes na área da reserva tivessem sido expropriadas.

A seguir será apresentado o diálogo da nossa entrevista exatamente como foi feita. A conversa foi transcrita literalmente a fim de entender minuciosamente os elementos da relação da REET com os povoados ao redor. Indagamos sobre a criação do povoado de

Caxeado, se também surgiu com a criação da REENT e Maria Senhora (2023) nos ajuda entender:

> Maria Senhora: Vem da reserva! Eles foram expropriados de lá!
> Entrevistadores: Caxeado também, né?
> Maria Senhora: Caxeado! Gente do céu, eu nunca tinha visto uma criatura, eu pensei, eu fiquei besta quando fui fazer um levantamento lá na reserva. Veio um agrônomo da Universidade do Maranhão e veio um da universidade... Da Bahia. E tinha eu como representante dos trabalhadores rurais. Gente, mas lá nesse Caxeado eu nunca tinha visto, e olha que fui criada na pobreza, pobreza de tá morrendo, né, mas eu nunca tinha visto gente daquele jeito lá naquele Caxeado... Eu tinha vontade de ir lá pra ver como é que tá esse povo lá. Oia, mas lá eles...
> Entrevistadores: Na época, era quando que você foi lá?
> Maria Senhora: Foi em 99, por aí.
> Entrevistadores: Então essas comunidades eram mais antigas lá?
> Maria Senhora: Sim, é antigo lá.
> Entrevistadores :Então, Caxeado não veio depois da reserva?
> Maria Senhora: Não! Caxeado já tava lá!
> Entrevistadores: Mas Centro do Firmino e Centro dos Ferreira foi depois?
> Maria Senhora: Centro dos Firmino e Ferreira também já estavam lá. Eram pequenas famílias que vieram do Maranhão e ficaram lá, na margem da rodovia. Aí depois da reserva, as famílias que estavam na reserva também foram pra lá!
> Maria Senhora: Só que lá no Caxeado eu não sei, toda vez que eu encontro com Nonatto é pra perguntar como que tá aquele povo lá. Porque são pequenas propriedades, que têm que ser desapropriadas porque o povo tal lá. Os fazendeiros são políticos, são prefeitos que estão lá. Dentro da Reserva. Só que eles já estavam lá quando construíram a reserva. Nunca conseguiu regularizar. Aí o povo também já estava lá, aí o que é que acontece? O povo fazia roça e o gado deles ia comer a roça do povo.
> Entrevistadores: Então, de uma certa forma, eles que expulsaram o povo de dentro da reserva, né?
> Maria Senhora: Exatamente!
> Entrevistadores: Não foi nem o Estado, né?
> Maria Senhora: Foram os proprietários! (Senhora, 2023).

Temos aqui um elemento de extrema relevância para essa pesquisa. Os fatos apresentados por Maria Senhora revelam a complexidade dos processos de formação de comunidades e expropriação de terras na área da reserva. A lógica da expulsão dos fazendeiros se relaciona diretamente com a criação da reserva e a subsequente tentativa de regularização fundiária, que muitas vezes falha em resolver os conflitos entre pequenos trabalhadores rurais e grandes fazendeiros. Esses fazendeiros, descritos como figuras políticas influentes, já ocupavam a área antes da criação da reserva, e a ausência de regularização formal perpetuou um cenário de disputa.

As famílias dos povoados, por outro lado, ao serem afetadas pela invasão das suas roças pelo gado dos fazendeiros, foram gradualmente forçados a deixar suas terras. A comunidade de Caxeado, mencionada pela entrevistada, é emblemática no processo. Embora já existisse antes da criação da reserva, a pressão exercida pelos fazendeiros e a falta de apoio

estatal eficaz contribuíram para a expulsão dessas famílias. A lógica aqui é que a criação da reserva, ao invés de proteger essas comunidades, acabou por acelerar a sua marginalização, com a expulsão sendo conduzida mais pelos fazendeiros do que pelo Estado.

Os povoados de Centro do Firmino e Centro dos Ferreira também se formaram a partir de famílias que vieram do Maranhão, e sua permanência na margem da rodovia indica uma resistência em face das adversidades. Contudo, a expansão dessas comunidades após a criação da reserva reflete o deslocamento forçado dos habitantes da reserva exacerbado pela ausência de políticas públicas adequadas para garantir o direito à terra e o uso sustentável dos recursos naturais. Essa dinâmica demonstra como a criação de reservas, apesar de seu objetivo de proteção de comunidades tradicionais, pode resultar em processos de expropriação e expulsão, quando não há uma mediação eficaz entre os interesses dos diferentes grupos envolvidos. Foi isso que ocorreu no território da REENT.

Durante a conversa, Maria Senhora menciona o nome de Raimundo Nonatto, um líder importante que também fez parte do processo de criação da REENT. Maria Senhora nos deu informações importantes para encontrá-lo. Fomos então até Carrasco Bonito no dia seguinte e conseguimos encontrá-lo em sua casa.

a) Raimundo Nonatto, Presidente da ARENT (Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins)

Em Carrasco Bonito, cujo município é sede administrativa da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, entrevistamos então Raimundo Nonatto, uma importante liderança na região, presidente da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT) até o momento da entrevista (Figura 32).

Figura 32 - Entrevista com Raimundo Nonatto, em Carrasco Bonito

Fonte: Elaboração própria (2023).

Raimundo Nonatto Pires de Sá, um ativo líder comunitário e sindicalista, tem sido uma figura central na luta pela criação e manutenção da reserva extrativista na região do Tocantins. Nascido em Caxias-MA, e residente em Garrafão do Norte-PA desde 1983, Raimundo traz uma perspectiva rica sobre a formação da reserva e os desafios enfrentados pelos moradores locais. Abordaremos a trajetória de Nonatto, destacando suas experiências pessoais e o impacto da reserva extrativista na vida das comunidades envolvidas.

Raimundo tem 54 anos e viveu experiências desafiadoras, incluindo a recuperação de múltiplos problemas de saúde, como a COVID-19 e infartos. Sua trajetória de vida reflete uma determinação em superar as adversidades e contribuir para sua comunidade. Em 1983, Raimundo se mudou para Garrafão do Norte em busca de melhores oportunidades na agricultura. Em seguida, a migração de sua família para a região norte de Goiás, atual estado do Tocantins, foi motivada também pela busca por condições mais favoráveis para a agricultura, contrastando com as limitações que enfrentavam no Maranhão (Nonatto, 2023).

Segundo a entrevista concedida no dia 8 de setembro de 2023, Raimundo desempenhou um papel significativo no movimento sindical e na organização de reservas extrativistas. Em 1991, participou da criação das reservas extrativistas e, em 2001, ajudou a fundar a Associação de Moradores de Garrafão do Norte, com o objetivo de organizar e incentivar a produção extrativista. Sua participação na política local também é notável, tendo se candidatado a prefeito em 2004. Ele comenta:

> Ajudei a criar o sindicato em 94, em 2000 eu criei a ARENT, em 91 foi criadao ada Reserva Extrativista, né? Na época 92. Em 2001, nós criamos a ARENT, para incentivar, para organizar os extrativistas. E de lá para cá nós estamos na batalha, nunca paramos. Nós já conseguimos um decreto, o decreto já caducou, já corrimos atrás, já reativamos de novo, e nós estamos na luta, a luta nossa não para. Tivemos várias audiências fora, e na batalha, a esperança sempre vai pro pessoal da Reserva (Nonatto, 2023).

De acordo com ele, vários atores desempenharam papéis essenciais na construção da REENT, pois:

> A principal força por trás da criação da REENT foram as quebradeiras de coco babaçu, que lutaram incansavelmente para garantir a proteção das áreas que utilizam para a coleta. Elas sempre foram a base da luta, com apoio de ONGs e movimentos sociais que deram visibilidade e suporte à causa. Além disso, os governos estadual e federal também foram envolvidos, embora o apoio tenha sido mais burocrático e demorado (Nonatto, 2023).

Ainda continua destacando que sem a mobilização das quebradeiras de coco e o apoio das ONGs, a criação da reserva não teria sido possível. O governo, apesar de sua

participação, enfrentou críticas pela lentidão no processo e pela falta de uma implementação mais efetiva.

Em seguida, Raimundo nos dá importantes informações que ajudam a compor os elementos constituintes dos atores sociais da REENT, haja vista que já entendemos que ele mesmo é um importante ator social envolvido na sua criação. Apresentaremos aqui uma sequência importante da entrevista, com a transcrição literal dos diálogos:

> Entrevistadores: Então a reserva começa naquele debate da ECO-92 com o Fernando Collor né? Você participou daquele debate?
> Raimundo Nonatto: não, não participei do debate. Aí foi decretado as reservas extrativistas do Brasil e a do Extremo norte do Tocantins foi premiada né.
> Entrevistadores: Nessa época tu tava em que movimento social? Sindicalista, associação. Qual?
> Raimundo Nonatto: Já tava no sindicato já. Só que quando foi criada a reserva extrativista aqui, não tinha sindicato aqui em Carrasco, só tinha sindicato em Sampaio. Aqui (Carrasco Bonito) era subdelegacia e o sindicato dos trabalhadores era só em Sampaio.
> Entrevistadores: então você participava do sindicato?
> Raimundo Nonatto: participava!
> Entrevistadores: nessa época vocês tinham uma terrinha?
> Raimundo Nonatto: Não...não, nós sempre fomos sem-terra, nóis não tem terra. Nunca tivemos terra. Sempre trabalhava na terra dos outros né, de avulso ai nas terras das famílias aqui no distrito. Ai depois que criou a reserva ficou mais difícil né, porque a gente era a favor da reserva e as famílias que tinha terra não queria a reserva né.
> Entrevistadores: mas como foi essa escolha de falar, a reserva vai ser ali?
> Raimundo Nonatto: Ah foi o governo. Nóis nem sabia, de repente caiu que nem uma bomba.
> Entrevistadores: vocês não foram consultados antes para falar sobre a reserva então?
> Raimundo Nonatto: Não fomos não, quando veio já veio com tudo. E aí já abracemos a causa né e tamo ai até agora.
> Raimundo Nonatto: e hoje nois tem 227 famílias cadastradas no registro da reserva, mas as famílias tão tudo no entorno porque quem tá dentro da reserva é os proprietário né (Nonatto, 2023).

A luta por uma reserva extrativista, portanto, trouxe desafios consideráveis, especialmente em relação à desapropriação e à resistência de fazendeiros locais. Raimundo comenta que a REENT foi decretada oficialmente em 1992, com o apoio de líderes políticos como Fernando Collor de Mello. No entanto, a criação dessa reserva gerou conflitos significativos com fazendeiros, que viam a desapropriação como uma ameaça aos seus interesses. Raimundo relata que a escolha da área para a reserva não foi consultada com as comunidades locais, o que gerou frustração e resistência.

A reserva abrange os territórios de Sampaio, Carrasco Bonito e Buriti, enfrentando desafios persistentes relacionados à regularização fundiária e à proteção ambiental. Esses aspectos corroboram os pontos levantados por Maria Senhora ao discutir as

problemáticas associadas à criação da REENT. Questionamos Nonatto sobre a lógica subjacente à expulsão dos povoados, mencionada por Maria Senhora, buscando compreender se, antes da promulgação do decreto de criação da REENT, já existiam famílias residindo na área da reserva e se essas foram forçadas a deixar o território após a implementação do referido decreto.

> Não, o tempo todo as famílias viviam sempre no entorno, nunca dentro. Dentro eram só fazendas. A gente usa o entorno do babaçu, mas agora que tá mais difícil porque eles derrubam os babaçus né. Usa veneno, derruba tudo pra acabar. Aí quando nós fazemos qualquer ação, os fazendeiro se organiza e mete moto-serra.

Esse diálogo mostra a divergência de informações obtidas sobre os povoados, pois o relato de Maria Senhora é que algumas famílias haviam sido expropriadas de dentro da reserva quando o decreto ocorreu, sem a devida desapropriação dos fazendeiros. Enquanto Raimundo Nonatto afirma que nunca existiram famílias morando dentro da reserva, somente no entorno.

Além disso, o fato de que alguns povoados haviam sido expropriados também é relatado numa das pesquisas publicadas que se dedicou a entender minuciosamente a REENT e os povoados. Essa pesquisa foi publicada no ano de 2015, e é uma dissertação de mestrado intitulada Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resex do extremo norte do estado do Tocantins, autoria de Dayane Rouse Neves Sousa.

Conforme apontado por Sousa (2015), há uma resistência significativa à eficácia desta Unidade de Conservação, principalmente promovida por fazendeiros e políticos locais. Ao longo dos anos, esses grupos têm se esforçado ativamente para a revogação do Decreto que criou a Reserva, além de usar outros métodos de intimidação contra as famílias, como a remoção dos moradores dos povoados Centro do Gonçalo e Vilinha, localizados na Reserva Extrativista do Extremo Norte. A estratégia era demonstrar a inexistência de famílias que praticavam a extração do babaçu para justificar a não necessidade de conservação dos babaçuais e, consequentemente, a eliminação da Reserva.

De acordo com Sousa (2015), na época da criação da Resex do Extremo Norte, havia 60 famílias vivendo em dois povoados dentro da UC: Centro do Gonçalo, na região central, e Vilinha, às margens do grotão próximo à Rodovia TO-201. Contudo, como os fazendeiros possuíam títulos de propriedade das terras, esses povoados pertenciam a eles, e as famílias não tinham permissão para usar a terra e os recursos naturais sem autorização.

> Assim sendo, o primeiro passo realizado por estes atores foi retirar os serviços básicos de educação e saúde dessas comunidades tradicionais e, ainda, parar de realizar a manutenção na estrada de acesso entre esses povoados e o município de Carrasco Bonito. Com a ausência desses serviços, algumas famílias mudaram-se daquele local, porém a maioria permaneceu em tais povoados. Por não terem sido todas as famílias que saíram das comunidades, os fazendeiros e os políticos destruíram e colocaram fogo nas casas, na escola e no posto de saúde, acabando com os dois povoados e expulsando violentamente essa população que residia na área da Reserva. Essas famílias, que foram expulsas de suas moradias, tiveram que migrar novamente para outro lugar, em alguns casos, para povoados que ficavam próximos ao local do território da Resex (Sousa, 2015, p. 54).

Assim, os povoados de Vilinha e São Gonçalo foram sendo desmantelados, ao passo que essas famílias começaram a ser expulsas e construir outros aglomerados urbanos, os quais hoje são os povoados estudados nesta pesquisa. Segundo Sousa (2015) até o momento da realização do trabalho de campo da pesquisa, o Decreto de criação ainda não havia sido revogado e a Reserva existia apenas "no papel". Ou seja, há divergências e contradições nos relatos. Há aqui mais de uma narrativa sobre a veracidade do fato de que existiam povoados dentro da REENT antes do decreto.

Enfim, a construção da REENT foi um processo complexo, envolvendo diversos atores sociais que desempenharam papéis importantes na sua formulação e implementação.

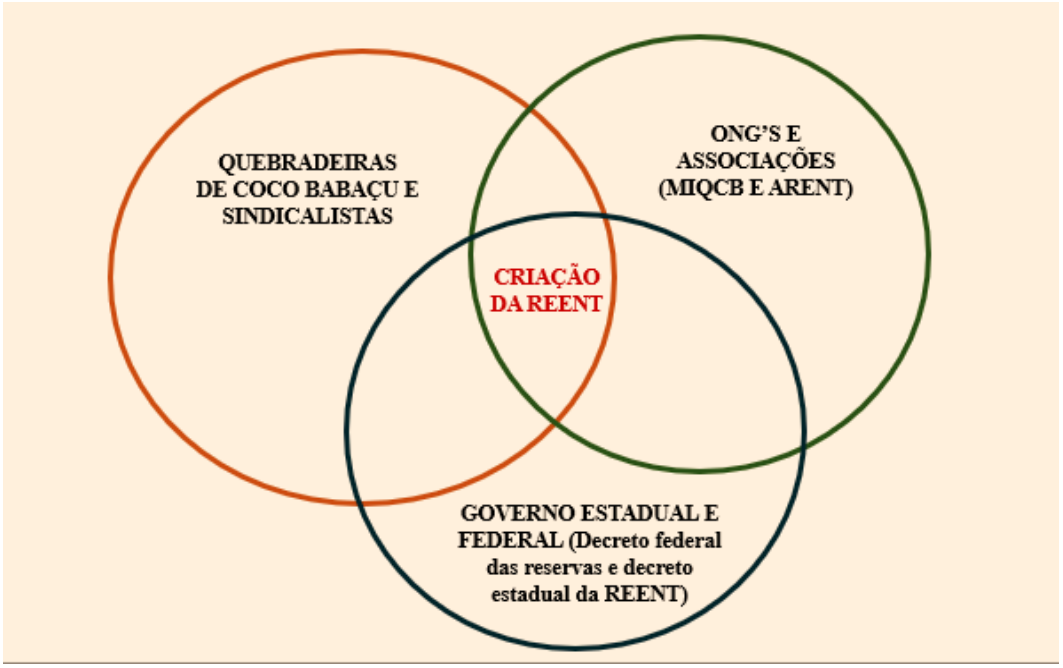
- Quebradeiras de Coco Babaçu: Representam um grupo central na formação da REENT. Suas atividades extrativistas e sua luta por direitos territoriais foram fundamentais para a criação da reserva. As líderes das quebradeiras de coco destacam que a REENT surgiu como uma resposta às ameaças de degradação ambiental e à necessidade de proteção das áreas de coleta.

- Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Associações: ONGs como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) desempenharam um papel importante no apoio e na articulação para a criação da reserva. Através de campanhas de sensibilização e apoio técnico, essas organizações ajudaram a mobilizar recursos e a fortalecer a voz das quebradeiras de coco. A Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins que, segundo o entrevistado Raimundo Nonatto (2023), presidente da ARENT, foi criada em 2001 para organizar as famílias extrativistas a lutarem pelo acesso aos babaçuais e para a consolidação do território da REENT.

- Governos Estadual e Federal: A atuação do governo foi decisiva na formalização da REENT. No entanto, a resposta governamental foi muitas vezes lenta e burocrática, o que gerou frustrações entre as comunidades locais. A colaboração entre os governos estadual e federal e os representantes das quebradeiras foi essencial para superar os obstáculos administrativos.

A Figura 33 apresenta a sistematização dos principais atores envolvidos na criação da REENT

Figura 33 - Atores sociais envolvidas na criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em síntese, a construção da REENT foi um processo marcado pela interação e conflito entre diferentes atores, cada um buscando influenciar o resultado de acordo com seus interesses e visões de desenvolvimento. A análise dos papéis desses atores revela a complexidade da governança territorial em áreas de reserva, onde a proteção ambiental e os direitos das populações locais precisam ser equilibrados de forma a garantir a sustentabilidade social, econômica e ecológica. A REENT, portanto, emerge como um espaço de resistência, mas também de contínua negociação, onde os atores envolvidos precisam constantemente reafirmar seus direitos e buscar formas de convivência que sejam justas e sustentáveis para todos.

Além disso, a criação da REENT também é contraditória, pois as quebradeiras lutaram para conseguir sua criação oficial, visando garantir os babaçus e sua atividade extrativista, mas passaram a ter dificuldades de acesso a ela, quando da criação do decreto. Com base na discussão apresentada sobre a construção da REENT, entende-se a participação assídua das quebradeiras de coco na sua construção. Mas, ainda há algo para observar nesse processo. Se as quebradeiras de coco historicamente fizeram parte desse marco político, como essas mulheres concebem hoje em dia a REENT? Qual é a percepção e a perspectiva das famílias extrativistas que vivem nos povoados de Centro dos Ferreira, Centro dos Firmino, Vinte Mil e Caxeado sobre a reserva extrativista atualmente?

6.2 COMO AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU CONCEBEM A REENT?

Com o objetivo de compreender como as quebradeiras de coco babaçu percebem a reserva na atualidade, realizamos entrevistas com mulheres que residem nos povoados de Centro dos Ferreira, Centro dos Firmino, Vinte Mil e Caxeado. A seleção das participantes priorizou aquelas que dependem exclusivamente da atividade de quebra do coco babaçu, tanto para o sustento alimentar diário quanto para a comercialização e venda de produtos derivados, considerando a centralidade dessa prática em suas dinâmicas econômicas e socioculturais.

Assim, iniciamos a visita em Caxeado, depois Vinte Mil e seguimos para o Centro dos Firmino e Centro dos Ferreira. Perguntamos a elas se conhecem a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins que fica localizada próximo aos povoados. O Quadro 8 apresenta o nome das entrevistadas, bem como os povoados em que elas moram. A análise das respostas das mulheres sobre o conhecimento e a percepção da Reserva Extrativista revela nuances importantes sobre a forma como essa reserva é vista e vivenciada nas diferentes comunidades. A seguir, uma análise detalhada com base nas respostas obtidas.

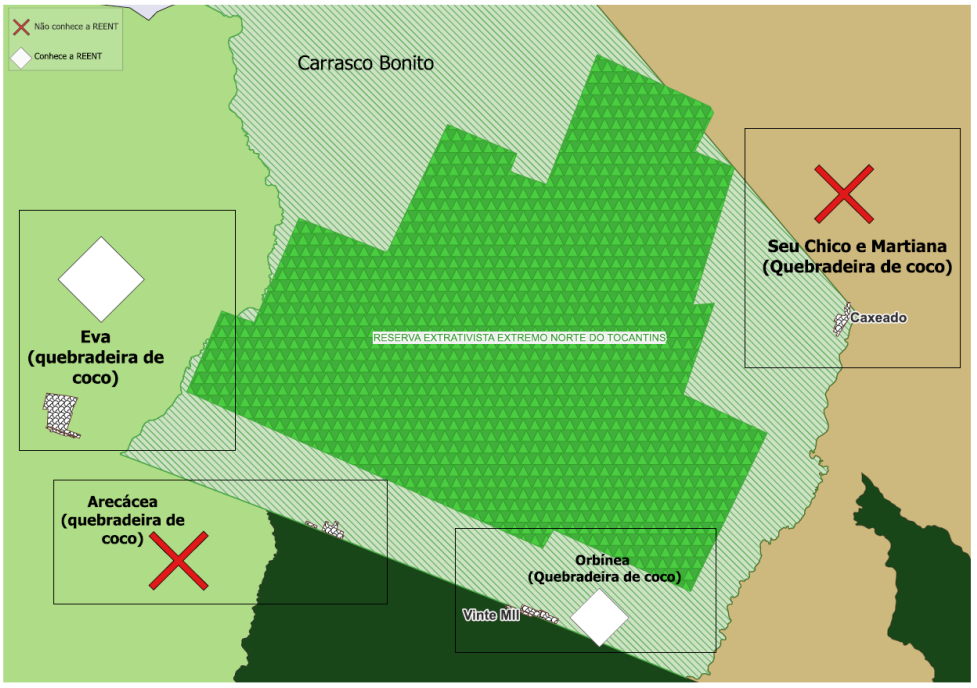
Quadro 8 - Entrevistadas nos Povoados

Nome da Entrevistada	Nome do Povoado	Resposta
Martiana e Seu Chico	Caxeado	Não conhece a reserva.
Orbínea	Vinte Mil	"Sim, conheço. Fica aqui perto."
Arecácea	Centro dos Firmino	Não conhece a reserva.
Eva	Centro dos Ferreira	Conhece a reserva, porém não tem nenhuma relação.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A percepção da Reserva Extrativista varia significativamente entre os entrevistados. Dona Orbínea, do Centro Vinte Mil, confirma o conhecimento da existência de uma reserva próxima à sua comunidade, indicando um reconhecimento claro da área de proteção. No entanto, Arecácea, do Centro dos Firmino, revela desconhecimento sobre a reserva, o que sugere uma falta de informação ou engajamento com a reserva em sua área. Em Caxeado, Dona Martiana e seu Chico, apesar de viverem exclusivamente da quebra do coco, alegaram também não conhecer a reserva, refletindo uma ausência de conexão ou visibilidade da reserva na vida cotidiana da comunidade. O mapa da figura 34 apresenta a percepção das quebradeiras, indicando na legenda qual delas conhece a REENT e qual delas não conhece.

Figura 34 – Mapa da percepção das quebradeiras de coco sobre a REENT



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O reconhecimento da reserva por parte de Dona Orbínea é um indicativo de que, ao menos em Vinte Mil, a reserva pode ter algum grau de influência sobre as práticas locais de extrativismo. A consciência da existência da reserva pode estar associada a uma maior compreensão das regulamentações e potencial impacto sobre a prática da quebra de coco. No entanto, a falta de conhecimento por parte de Martiana e Arecácea sugere que a reserva pode não ter uma presença significativa entre os entrevistados ou que a comunicação sobre a reserva não está suficientemente difundida entre eles. Vale ressaltar que essas conclusões se

referem à análise com base nas entrevistas, não necessariamente representando a opinião e realidade de todas as comunidades.

Além disso, com base nos relatos dos entrevistados, podemos sugerir que a ausência do conhecimento sobre a reserva extrativista que, ironicamente foi criada em prol do uso sustentável da quebra de coco, pode ser explicada por vários fatores e dentre eles, o principal é de ser uma reserva extrativista que, desde a sua criação, vem apresentando dificuldades de beneficiar a população do entorno, somado ao fato de que a maioria da famílias que moram nesses povoados vivem de outras atividades ou programas sociais.

6.3 A TOBASA E A SUZANO COMO ATORES EMPRESARIAIS NO TERRITÓRIO

Maria Senhora (2023), durante nossa conversa, também nos relatou de duas empresas que atuam no REENT e que tem um papel importante: A Vale e a Suzano. Além da atuação dos fazendeiros, que há muito tempo exercem pressão sobre o território, essas corporações também contribuem para dificultar o acesso das quebradeiras de coco às áreas de coleta e para ameaçar o equilíbrio ecológico essencial à sustentabilidade da reserva. Segundo relatos locais, essas empresas têm impactado diretamente a dinâmica territorial. Maria Senhora comenta:

> Aí tem a disputa com a Tobasa, né! Tem quebradeira que trabalha na Tobasa? Não! Não tem não! Ela só compra o coco. Lá em Xambioá, vocês não passaram em Xambioá, né? Não. Xambioá tem uma coisa que tira óleo desse jeito aqui. E lá eu conversei agora com o Carleon, que é residente do sindicato e é presidente da associação deles lá que tira esse tipo de óleo. Aí eles têm muito pouca matéria-prima. Aí eu tava conversando com ele, quem sabe organizar pra nós mandar o coco pra lá, o óleo, óleo não, a amêndoa; Porque lá eles disputam com a Tobasa e têm as máquinas, né. Enquanto eles têm que comprar a amêndoa do coco, a Tobasa compra o coco inteiro. Aí eles disputam com eles. É uma coisa muito desproporcional (Senhora, 2023).

A fala de Maria Senhora ilumina questões centrais sobre o conflito de interesses na REENT envolvendo corporações como a Tobasa, que afetam tanto o acesso das quebradeiras de coco babaçu às áreas de coleta, quanto a viabilidade econômica de pequenos produtores locais. O relato aponta para uma disputa desigual, que será também abordada nos próximos subitens. A Tobasa, ao adquirir o coco inteiro, é privilegiada em relação a associações e pequenos empreendimentos que lidam com a extração de óleo e amêndoas, com acesso limitado à matéria-prima. Esse desequilíbrio reflete não apenas a tensão entre grandes corporações e as comunidades tradicionais, mas também a necessidade de organização local para resistir a pressões externas e assegurar a sustentabilidade do território.

a) A TOBASA

Uma pesquisa recente publicada em 2024, intitulada “O coco Babaçu e a Tobasa: impactos para o povoado Folha Grossa no município de Tocantinópolis-TO”, elaborada por Lidiane Brandão Macêdo do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Norte do Tocantins, dedicou-se a analisar os impactos causados pela empresa Tobasa Bioindustrial no povoado Folha Grossa, localizado em Tocantinópolis/TO, em função da exploração do coco babaçu. O estudo buscou evidenciar como a atuação da empresa, que utiliza o coco babaçu de forma integral, afeta a dinâmica socioeconômica da comunidade. A pesquisa teve como metas específicas apresentar o histórico da empresa, descrever o povoado e os processos relacionados ao extrativismo do coco babaçu, além de discutir os impactos gerais da Tobasa sobre os moradores locais.

Figura 35 - Imagem de satélite da localização da Tobasa em Tocantinópolis - TO

Fonte: Google Earth (2024).

Constatou-se que a Tobasa Bioindustrial, fundada em 1968, é uma empresa pioneira na exploração do coco babaçu, focando inicialmente na produção de óleo e torra a partir das amêndoas. Com o tempo, a empresa evoluiu, especialmente após a entrada do filho do fundador, Edmundo Baruque, que trouxe inovações tecnológicas, permitindo o aproveitamento integral do coco. A empresa fica localizada no Centro de Tocantinópolis, TO, com uma área de 175.000 metros quadrados (Figura 35) e se destaca no mercado brasileiro por sua proposta inovadora desde a sua fundação. Além disso, é líder na produção de carvão

ativado de coco na América Latina, além de outros produtos como biomassas energéticas (Macêdo, 2024).

Para entender melhor sobre os impactos da Tobasa na vida das quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio, estudamos um artigo publicado em 2020 do autor Luciano Laurindo dos Santos, intitulado "*O coco e as cercas: dinâmicas territoriais das quebradeiras de babaçu no bico do papagaio"*. Nesse artigo, o autor explica que a atuação da Tobasa no setor de beneficiamento do coco babaçu tem gerado profundas mudanças na dinâmica tradicional de coleta do fruto. Santos (2020) cita o Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2005), no qual relata que a coleta do coco tem sido realizada principalmente em grandes propriedades voltadas à criação de gado. Devido à degradação das pastagens, os proprietários dessas terras têm optado por vender diretamente o coco para a Tobasa ou arrendar os cocales. No caso da venda direta, o proprietário contrata catadores para recolher os cocos, que são deixados em sacolões à beira da estrada, sendo cada sacolão vendido à empresa por R$ 12,00. Por outro lado, no arrendamento, um agente intermediário negocia o uso do cocal, e o valor do pagamento só é definido ao término da colheita, que depende do volume total de cocos coletados, sem distinção entre frutos verdes, maduros ou podres (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2005, p. 8).

Rocha (2011) também evidencia que a Tobasa exerce um controle rígido sobre a forma e as condições em que o coco babaçu é coletado, por meio de uma rede de catadores espalhados por diversos municípios no estado do Tocantins. Isso altera significativamente as práticas tradicionais das quebradeiras de coco, que historicamente priorizam o aproveitamento integral do fruto. A coleta do coco inteiro, como descrito no fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (2005), impede que as quebradeiras utilizem plenamente o recurso, comprometendo a subsistência de diversas famílias que dependem dessa atividade.

Atualmente, no Bico do Papagaio, é possível observar três formas distintas de exploração do babaçu: a exploração extrativista familiar, baseada nas práticas tradicionais de coleta, quebra e beneficiamento do coco para uso doméstico e comercialização dos subprodutos; a coleta do coco inteiro para abastecimento da Tobasa, praticada por atores também vinculados ao agroextrativismo; e, por fim, a exploração industrial, que visa ao aproveitamento integral do coco para fins comerciais (Fascículo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2005, p.35).

Nesse contexto, o que Santos (2024) nos ajuda a entender é que emerge um conflito entre as quebradeiras de coco e a indústria Tobasa, que se tornou a principal destinatária das amêndoas do babaçu. O ponto de maior discórdia gira em torno do uso integral do fruto, uma prática defendida com firmeza pelas quebradeiras, por meio do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), conforme descrito por Dias (2005). A luta pelo direito de aproveitar todos os subprodutos do coco babaçu simboliza a resistência dessas mulheres contra a crescente industrialização que ameaça suas formas de vida tradicionais.

Embora a Tobasa esteja localizada no município de Tocantinópolis, é possível entender a atuação territorial significativa que a empresa possui no Bico do Papagaio, trazendo impactos diretos na vida e no trabalho extrativista das quebradeiras de coco babaçu. A atuação da Tobasa extrapola os limites do município de Tocantinópolis estando presente também no território da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins e dos povoados do entorno.

Figura 36 - Objetos da Tobasa dentro da Reserva Extrativista

Fonte: Elaboração própria (2023).

A figura 36 ilustra uma caixa recipiente da empresa Tobasa dentro da Reserva Extrativista. Essa imagem foi registrada durante o trabalho de campo, o que possibilitou a observação e reflexão da atuação direta da Tobasa no território.

A presença da empresa no território da REENT tem sido caracterizada por tensões significativas entre as quebradeiras de coco babaçu e a corporação, conforme relatado por Maria Senhora em entrevista. Segundo ela, enquanto a Tobasa adquire o coco babaçu *in natura* diretamente de proprietários de terras, pequenos empreendimentos e associações locais, como a de Xambioá, as quebradeiras enfrentam obstáculos para acessar matéria-prima suficiente destinada à extração de amêndoas e óleo. Essa dinâmica evidencia uma disputa desigual, uma vez que a Tobasa detém vantagens comerciais e tecnológicas que acentuam a pressão sobre os pequenos produtores, comprometendo a sustentabilidade econômica e a autonomia das quebradeiras de coco na região.

Figura 37 - Troncos de babaçus cortados pela Tobasa

Fonte: Elaboração própria (2023).

A presença da empresa no território da REENT tem sido caracterizada por tensões significativas entre as quebradeiras de coco babaçu e a corporação, conforme relatado por Maria Senhora em entrevista. Segundo ela, enquanto a Tobasa adquire o coco babaçu *in natura* diretamente de proprietários de terras, pequenos empreendimentos e associações locais, como a de Xambioá, as quebradeiras enfrentam obstáculos para acessar matéria-prima suficiente destinada à extração de amêndoas e óleo. Essa dinâmica evidencia uma disputa desigual, uma vez que a Tobasa detém vantagens comerciais e tecnológicas que acentuam a pressão sobre os pequenos produtores, comprometendo a sustentabilidade econômica e a autonomia das quebradeiras de coco na região.

No entanto, Maria Senhora revela outro ator social importante a ser evidenciado. Durante a entrevista, após comentar sobre a Tobasa, ela diz: “a Suzano tá lá e diz que vai

ajudar, diz que é um ator social dentro da reserva" (Senhora, 2023). Nesse sentido, o que seria a Suzano e qual sua influência na dinâmica regional e territorial na REENT?

b) A Suzano Papel e Celulose

Para entender a atuação da empresa Suzano, debruçamo-nos a investigar algumas pesquisas que se dedicaram a analisar a Suzano no território extrativista do babaçu e os impactos socioterritoriais. Uma pesquisa publicada em 2018, intitulada Os novos desafios das populações agroextrativistas na Amazônia diante da instalação da empresa Suzano Papel e Celulose na região Tocatina e Maranhense, dos autores Vicente Lemos Alvez e Mariana Leal Conceição Nóbrega, ambos do departamento de Geografia da Universidade de Campinas (UNICAMP), expõe a realidade das populações agroextrativistas no Maranhão, evidenciando a crescente expansão da monocultura de eucalipto promovida pelo Grupo Suzano e seus impactos devastadores sobre a vida e o território dessas comunidades. A Suzano Papel e Celulose está localizada na microrregião de Imperatriz, no estado do Maranhão, conforme a figura 38. Sua principal função é a produção de papel e celulose, com foco no cultivo de eucalipto para abastecer sua fábrica. A instalação da empresa tem promovido a expansão do monocultivo de eucalipto na região, o que gera impactos significativos nas comunidades locais, afetando as práticas agroextrativistas e a vida das populações que dependem desses ecossistemas para sua subsistência (Alvez e Nóbrega, 2018).

Figura 38 - Imagem de satélite da localização da empresa Suzano Papel e Celulose

Fonte: Google Earth (2024).

Segundo Alvez e Nóbrega (2018), a instalação da fábrica de papel e celulose da Suzano em regiões como a microrregião de Imperatriz tem levado ao deslocamento forçado de famílias, principalmente das comunidades de Bacaba, São José da Matança (Estado do Maranhão) e Esperantina (Estado do Tocantins). Este movimento não apenas desalojou essas famílias, mas também alterou significativamente a paisagem e a biodiversidade local, afetando diretamente o acesso a áreas que tradicionalmente foram utilizadas para práticas agroextrativistas, como a agricultura de autoconsumo e a coleta de recursos nativos. Esperantina, Nova Bacaba e São José da Matança, todas situadas nas proximidades da chamada "estrada do arroz" (MA-123).

Conforme explicam os autores (2018), essas populações, cuja subsistência depende da pequena agricultura e da extração de produtos como o coco babaçu e o buriti, enfrentam um dilema grave: ao assinar contratos de concessão para continuar suas atividades em terras que, historicamente ocupam, elas são forçadas a se submeter a regras impostas pela empresa, muitas vezes abandonando suas práticas tradicionais em favor de um modelo de produção que não atende às suas necessidades. Assim, o eucalipto, considerado uma "base florestal da fábrica", substitui formas de vida que sustentam a identidade cultural e econômica dessas comunidades. A análise do contexto revela que a estratégia da Suzano de aquisição de terras não é feita de maneira transparente e frequentemente ignora os direitos das populações locais, levando a uma concentração fundiária que resulta na perda de seus espaços de vida.

A pressão do agronegócio, associada às práticas empresariais que desconsideram as dimensões ambientais e humanas, intensificam os conflitos entre empresas e comunidades camponesas. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais, como o Fórum da Defesa da Cidadania e do Desenvolvimento das Comunidades da Estrada do Arroz, emergem como respostas organizadas a essa violação de direitos, reivindicando melhores condições de vida e a preservação e conservação de seus territórios.

Os autores supracitados ainda apresentam uma análise extremamente valiosa a respeito das ações da Suzano e a falta de transparência em que seus processos de licenciamento ambiental apontam para um cenário preocupante. As licenças para a instalação da fábrica foram concedidas com agilidade, o que levanta questões sobre a responsabilidade ambiental e social da empresa e seu compromisso com a sustentabilidade e a preservação conservação das comunidades afetadas. Assim, o que se observa na microrregião de

Imperatriz é um exemplo evidente de como a lógica do capital pode gerar profundas transformações territoriais, colocando em risco não apenas o ambiente, mas também as formas de vida e de organização social das populações que habitam essas áreas.

Entendemos também que a influência da Suzano extrapola os limites territoriais do estado do Maranhão, a partir do momento em que o povoado de Esperantina, no Tocantins, também é impactado com as ações da empresa.

Uma reportagem publicada no jornal online Observatório do Agronegócio do Brasil - De olho nos ruralistas, em fevereiro de 2020, se dedicou a entrevistar algumas quebradeiras de coco babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins, apresentando alguns relatos das quebradeiras de coco com relação às suas percepções sobre a Suzano. Na reportagem, Dona Socorro, uma importante liderança das quebradeiras de coco babaçu no Tocantins critica a Suzano por suas tentativas de cooptação, sugerindo que a empresa oferece incentivos, como viagens para eventos, que distorcem a verdadeira natureza da liderança. Segundo ela, a pauta se torna superficial, reduzindo o papel das líderes a mera representação em eventos, ao invés de um envolvimento profundo e coletivo na luta.

Rosalva, assessora técnica do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), complementa essa crítica, afirmando que a Suzano está tentando ganhar credibilidade nas comunidades tradicionais, criando associações que aparentam incluir as mulheres nas discussões, mas que, na verdade, mantêm o controle das decisões nas mãos da empresa. Ela alerta para o risco de que iniciativas de empreendedorismo, promovidas pela Suzano, possam minar a autonomia das quebradeiras e enfraquecer suas cooperativas. Assim, a notícia dos relatos ilustra a complexidade das relações entre empresas e comunidades tradicionais, revelando os desafios enfrentados na busca por autonomia e reconhecimento das demandas coletivas.

Vale ressaltar que, na fala de Maria Senhora (2023), ao comentar brevemente sobre a Suzano, deixa evidente que seu posicionamento é de desconfiança com relação à essa empresa, que muitas vezes traz um discurso de solidariedade e ajuda às quebradeiras, mas há a desconfiança dos interesses que estão por trás.

No entanto, há que se considerar que as visões e percepções sobre a Suzano entre as quebradeiras de coco no Maranhão e no Tocantins são diferentes. Nos propomos entender a outra narrativa sobre a empresa e encontramos uma notícia intitulada “Suzano Papel e

Celulose leva empreendedorismo social às quebradeiras de coco babaçu". A reportagem foi publicada pela revista *Desktop*, mas não possui data de publicação. Essa reportagem apresenta a história de Zuleide Pereira de Sousa, que desde os 12 anos quebra coco babaçu para extrair e comercializar seu azeite, trabalha quebrando coco babaçu para sustentar sua família, assim como muitas outras mulheres nos povoados e Reservas Extrativistas do Maranhão. Esses grupos, localizados em povoados como Petrolina, Altamira, São Félix, Coquelândia, Olho D'Água dos Martins, Açaizal e São José da Matança, dependem do coco babaçu não apenas como fonte de alimento, mas também como um importante auxílio na renda familiar. Esse trabalho é especialmente relevante nas Reservas Extrativistas de Ciriaco e Mata Grande (Estado do Maranhão), onde as mulheres desempenham um papel central na economia local.

A reportagem explica que essas comunidades passaram a viver em um novo contexto com a instalação de uma unidade de produção de celulose da Suzano Papel e Celulose, localizada na região da Estrada do Arroz. A empresa, com um histórico de atuação voltada para a sustentabilidade e desenvolvimento das comunidades em sua área de influência, percebeu a importância de manter um diálogo aberto e colaborativo com as quebradeiras de coco. Assim, surgiu a iniciativa de criar um Conselho de Desenvolvimento Comunitário, que visa identificar e atender as necessidades e potencialidades locais.

Além disso, segundo o jornal *Desktop*, a Suzano, em parceria com as comunidades, realizou um diagnóstico local e promoveu oficinas que reuniram representantes dos grupos de quebradeiras, além de contar com a participação da promotoria pública e da Secretaria do Meio Ambiente. Essa abordagem participativa tem como objetivo fortalecer a cadeia produtiva do babaçu, promovendo a organização social em grupos e desenvolvendo estratégias que respeitem a cultura local. Como resultado dessas interações, a Suzano anunciou um investimento de R$ 80 mil, que será aplicado em diversas iniciativas, como a aquisição de uma máquina secadora de amêndoas, um terreno para os grupos de quebradeiras e máquinas forrageiras, entre outros materiais essenciais. Esses recursos visam melhorar as condições de trabalho e potencializar a produção das quebradeiras.

Para Zuleide, a mudança é significativa. Com as novas ferramentas e a possibilidade de adquirir um terreno, ela e suas colegas estão vislumbrando um futuro mais promissor, onde poderão expandir suas atividades e fortalecer a renda familiar.

A análise das narrativas sobre a Suzano revela um panorama complexo e contraditório em relação aos impactos da empresa para as quebradeiras de coco babaçu. Por um lado, há relatos de lideranças e quebradeiras de coco que expressam uma profunda desconfiança em relação às reais intenções da Suzano. A crítica de Dona Socorro, que aponta para a tentativa da empresa de cooptação das lideranças comunitárias, e as observações de Rosalva sobre o controle das decisões mantido pela empresa, evidenciam uma preocupação com a autonomia e a representatividade das mulheres nas discussões sobre seus direitos e necessidades. Esse olhar crítico é respaldado pelas pesquisas de Alvez e Nóbrega (2018), que destacam os deslocamentos forçados de famílias e a substituição das práticas tradicionais por um modelo de produção voltado para o eucalipto.

Por outro lado, a narrativa apresentada na reportagem da revista *Desktop* revela um quadro de colaboração e desenvolvimento. A criação do Conselho de Desenvolvimento Comunitário e os investimentos anunciados pela Suzano em melhorias para as comunidades sugerem uma abordagem mais integrada e sustentável. A história de Zuleide Pereira de Sousa, que vislumbra um futuro mais promissor com a nova estrutura de apoio, traz à tona a possibilidade de uma relação mais positiva entre a empresa e as comunidades.

Entretanto, apesar das iniciativas de diálogo e dos recursos prometidos, os impactos negativos da Suzano para as quebradeiras de coco são evidentes e alarmantes. As alterações na paisagem, o deslocamento forçado e a pressão sobre as práticas agroextrativistas demonstram que a expansão da monocultura de eucalipto resulta em uma perda significativa de modos de vida e da biodiversidade local. As narrativas divergentes sobre a Suzano refletem não apenas a complexidade das relações entre empresas e comunidades, mas também a luta constante por reconhecimento e direitos das quebradeiras de coco, que, apesar de suas esperanças, permanecem vulneráveis diante dos interesses capitalistas. Assim, a Suzano aparece como uma empresa que, mesmo ao promover algumas iniciativas de apoio, causa impactos negativos profundos e duradouros nas vidas e no território das quebradeiras que dependem do babaçu.

Maria Senhora, durante nossa conversa, não tinha muito conhecimento sobre o papel da Suzano no Tocantins e afirmou não poder dar muitos detalhes. Paralelamente a isso, houve outro questionamento feito com relação às quebradeiras de coco babaçu e a REENT. Quais são os maiores desafios que elas enfrentam para a consolidação da REENT?

6.4 QUAIS OS MAIORES DESAFIOS EM TORNO DA CONSOLIDAÇÃO DA REENT SÃO ENFRENTADOS PELAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU ATUALMENTE?

Para abordar este tópico, analisaremos os elementos e resultados obtidos em todas as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo. Isso inclui as informações coletadas na entrevista com Maria Senhora em Esperantina, as conversas com Raimundo Nonatto em Carrasco Bonito e, por fim, os relatos das entrevistas com as quebradeiras de coco babaçu nos quatro povoados visitados.

Para compreender esses desafios, discutimos com a sindicalista Maria Senhora as dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras. É importante destacar que as narrativas, informações e percepções de cada entrevistado apresentam divergências e heterogeneidades, já que cada sujeito social interpreta a realidade a partir de diferentes trajetórias políticas e experiências individuais.

a) A partir dos relatos da sindicalista Maria Senhora

A entrevista com Maria Senhora (2023) aponta que a consolidação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) enfrenta desafios significativos, especialmente para as quebradeiras de coco babaçu, que dependem diretamente dos recursos naturais da área para sua subsistência. Um dos maiores desafios está relacionado à presença e influência de grandes empresas na região, como a Vale e a Suzano. Essas empresas exercem uma pressão significativa sobre o território, dificultando o acesso das quebradeiras de coco às áreas de coleta e ameaçando o equilíbrio ecológico essencial para a sustentabilidade da REENT.

A sindicalista destaca um cenário de competição e desigualdade no mercado de coco, particularmente na região de Xambioá. O fato de que a Tobasa compra o coco inteiro, enquanto a associação local compra apenas a amêndoa, reflete uma desproporção significativa no acesso a recursos e oportunidades econômicas.

Perguntamos à entrevistada se, na opinião dela, a Tobasa se beneficia mais da Reserva, no estado em que se encontra, do que as quebradeiras. Ela responde: “Claro. Claro. É o lugar que tem mais coco. A Tobasa se beneficia muito mais. A quebradeira até quebrar cinco quilos de coco para tirar um litro de azeite, né?” (Senhora, 2023). De fato, a Tobasa possui um poder de mercado maior, o que lhe permite dominar a compra do coco, prejudicando assim os

pequenos produtores e as associações locais que dependem da venda da amêndoa para sustentar sua produção.

A sugestão de enviar a amêndoa de coco para Xambioá, onde há máquinas para extrair óleo, representa uma tentativa de equalizar a competição e melhorar a viabilidade econômica da associação local. Esse tipo de iniciativa poderia ajudar a reduzir a desigualdade enfrentada pela associação e permitir um acesso mais justo ao mercado. Além disso, a colaboração entre diferentes atores e a criação de redes de apoio entre as comunidades locais podem ser estratégias importantes para enfrentar a desigualdade e fortalecer a capacidade de negociação das associações frente às grandes empresas como a Tobasa.

Quando questionado sobre a importância do babaçu para a subsistência familiar no período atual em comparação com os anos 1980, a entrevistada respondeu que essa importância "está menor" hoje em dia. Isso indica que, ao longo das últimas décadas, o papel do babaçu na vida cotidiana das famílias teve uma redução notável. Se antes da criação da reserva, o babaçu era uma fonte primária e elementar para a sobrevivência, atualmente seu papel é menos central.

A entrevista prosseguiu com uma pergunta adicional sobre a dependência da família em relação ao babaçu. A resposta foi que, embora a dependência tenha diminuído, a família ainda mantém uma dependência significativa do babaçu. Esse detalhe revela que, apesar da diminuição da importância, o babaçu continua a desempenhar um papel relevante na subsistência, mostrando uma combinação de adaptação às mudanças após a criação da reserva e manutenção de tradições. Esse contraste entre passado e presente destaca como a subsistência das famílias extrativistas do babaçu pode evoluir ao longo do tempo, influenciada por diversos fatores como mudanças econômicas, sociais e ambientais. O babaçu, embora não seja mais o pilar central da subsistência, continua a ser uma parte importante da vida familiar, refletindo a persistência das práticas tradicionais e a adaptação às novas condições.

Outro desafio apontado por Maria Senhora se dá a partir de uma percepção de enfraquecimento dos movimentos sociais locais, o que compromete a organização e a mobilização das quebradeiras de coco babaçu em defesa de seus direitos e territórios. A presença dominante de famílias influentes na região, também contribui para uma dinâmica de poder que não favorece a consolidação da REENT, tornando a luta por reconhecimento e manutenção do modo de vida tradicional ainda mais complexa.

> A gente vê que os movimentos sociais, como o das quebradeiras de coco, estão perdendo força. Antes a mobilização era maior, mas agora, com as grandes famílias. Elas têm muito poder aqui na região e acabam interferindo nos processos de criação e manutenção das reservas. Isso atrapalha a nossa luta pra manter o modo de vida tradicional e proteger o nosso território (Senhora, 2023).

A presença de famílias influentes na região pode dificultar a consolidação da REENT e dos direitos territoriais para as comunidades locais. Isso reflete uma disputa pelo controle do território entre diferentes interesses, sendo as famílias influentes, política ou economicamente, as quais são peças centrais nessas disputas de poder. Outro desafio abordado pela sindicalista é a questão da evasão dos jovens, que ocorre devido à falta de incentivos adequados para que permaneçam na região e se envolvam nas atividades extrativistas e na defesa do território. Esse fenômeno não apenas enfraquece a continuidade das práticas tradicionais, mas também diminui a força coletiva necessária para enfrentar as ameaças externas e garantir a perpetuação da cultura e do modo de vida das quebradeiras de coco babaçu.

> Os jovens quebra…quebra entre aspas. Por exemplo, tem menina. Essa menina ali. Ela é minha neta. Outro dia fui lá pra roça porque eu não aguento quebrar coco. Eu só fico, eu só abaixo até dessa altura. Ai era uma comida lá pra botar leite de coco, não comemos porque não tinha quem quebrasse coco. A menina não sabe quebrar coco (Maria Senhora, 2023).

Na continuidade da conversa, fizemos a seguinte pergunta a ela: “então a senhora acredita que a tendência que nós estamos caminhando é que daqui vinte anos não vai ter mais quebradeira?”, ao que ela respondeu:

> Não vai ter mais quebradeira. O pior é que não tem um pesquisador que norteia. Até pra nós mesmos, pra nós se preparar mesmo. Pra nortear. Ou faz alguma coisa. Porque daqui vinte e poucos anos, não tem. Aí vai ser uma luta em vão, porque luta pelo coco, aí a empresa vai agradecer lá na frente (Senhora, 2023).

Esse cenário previsto pela sindicalista reflete uma preocupação com a continuidade da prática da quebra de coco babaçu entre as gerações mais jovens. Ela observa uma falta de interesse e habilidade entre os jovens, exemplificado por sua neta que não sabe quebrar coco, uma atividade fundamental para a cultura e economia local. A ausência de jovens capacitados para desempenhar essa tarefa sugere um possível risco para a sobrevivência da atividade tradicional e, por extensão, para a cultura que a sustenta.

A sindicalista apresenta ainda uma importante percepção sobre a questão da evasão dos jovens na quebra do coco:

> Os menino que já se formou lá na escola agrícola, não querem ficar aqui não. Querem sair, ou pra fazer faculdade ou pra trabalhar. Entendeu? É complicado.

> História de jovem. Eu fico desacorçoada com jovem. Assim com essa ideia que tem na cabeça do sindicalista e do movimento social que o jovem tem que ficar no campo. O jovem tem que ficar no campo, mas tem que ter uma política pública que aguente o jovem no campo. E não tem. Não tem nem esperança de ter (Senhora, 2023).

A sindicalista comenta de uma escola agrícola existente no município de Araguaína, no norte do Tocantins. A crítica centralizada é que a formação técnica oferecida pela escola agrícola não resulta em uma retenção efetiva dos jovens no campo. Eles frequentemente buscam oportunidades fora do ambiente rural, seja para prosseguir com a educação superior ou para buscar emprego em áreas urbanas. Esse movimento reflete uma desconexão entre as necessidades e desejos dos jovens e as condições oferecidas nas áreas rurais.

Além disso, o diálogo aponta uma frustração com a falta de esperança em relação ao desenvolvimento de políticas públicas que possam sustentar e criar condições adequadas para que os jovens se estabeleçam e prosperem no campo. A ausência de tais políticas não só compromete o futuro desses jovens, mas também perpetua um ciclo de migração rural-urbana que enfraquece as comunidades rurais. Essa reflexão aponta para a importância de iniciativas que envolvam os jovens em práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que integram inovações que possam revitalizar e assegurar a continuidade dessas práticas.

Maria Senhora ainda comenta que na região da REENT há uma tensão entre as famílias que vivem na reserva e os fazendeiros que ocupam essas áreas. Os fazendeiros, muitas vezes com influência política, estavam na região antes da criação da reserva e nunca tiveram suas terras regularizadas. Isso resultou em conflitos com as populações tradicionais, especialmente em relação ao uso da terra e à produção agrícola.

> Antigamente, os fazendeiros, quando viam que um povoado estava avançando, não aceitavam e partiam para cima das quebradeiras. É o que acontece até hoje, só que de forma mais escondida... As leis que garantem as reservas extrativistas são sempre desrespeitadas, e a pressão nas populações tradicionais cresce né...a gente segue na luta pra tentar ganhar nosso espaço e a nossa forma de viver (Senhora, 2023).

O fato de que essas ações, embora menos visíveis hoje, ainda persistem, destaca a necessidade urgente de vigilância e aplicação rigorosa das leis. A pressão sobre as populações tradicionais e o constante desafio para manter sua forma de viver e garantir seus direitos ilustram a luta contínua pela justiça social e pelo respeito à diversidade cultural e econômica das regiões extrativistas.

A frase expressa pela sindicalista (2023) “estamos cercados por três coisas: Vale de um lado, Susano de outro e a mais fraca, a Tobasa” pode simbolizar uma sensação de estar cercado por desafios ou obstáculos, com apenas algumas alternativas que oferecem diferentes níveis de resistência ou ameaça. Em um contexto mais amplo, isso pode refletir uma análise da situação de poder e influência que molda a realidade enfrentada pelos indivíduos ou grupos envolvidos. É um lembrete que, apesar dos avanços legais, a batalha pela efetiva implementação e respeito às leis é um desafio constante, que exige o esforço contínuo das comunidades e a solidariedade de todos que se preocupam com a justiça e a equidade social.

A sindicalista destaca um dos maiores desafios atualmente da REENT: a ausência da regularização fundiária. Segundo ela, embora a reserva tenha sido criada, a regularização fundiária nunca foi completamente implementada, o que deixou espaço para a continuidade das grandes propriedades rurais, muitas delas ligadas a políticos e fazendeiros locais. Ao questioná-la sobre se ela acha que essa luta pela regularização fundiária, se acontecer, vai haver alguns benefícios, ela nos responde que:

> Acho que vai, mas acho que vai ser muito difícil. Agora eu tive uma reunião com o pessoal do MDA. Por exemplo, no orçamento no governo, hoje não tem um centavo para a regularização fundiária. E no orçamento que tá la no congresso também não tem o suficiente. Entendeu? Eu acho que ainda vai passar o ano que vem pra no outro orçamento, em 2024. Orçamento de 2024 pode ter (Senhora, 2023).

Após esse relato, questionamos ela acerca da existência de algum orçamento com previsão para regularizar a área. Ela explique que:

> Assim, bastante orçamento não tem né. Porque vocês viram o acampamento nosso que tem aqui organizado pelo sindicato. Vocês vão ver. Tem 300 famílias. E tem outra mais pra ca do MST que chegaram anteontem. E eles são, não sei nem que diabo, pq quando chegam são demais ne. Sei que anteontem eles chegaram (Senhora, 2023).

A situação relatada por Maria Senhora ilustra a importância de uma abordagem integrada e bem financiada para resolver os problemas fundiários no país e garantir a segurança e os direitos das famílias que vivem nessas condições. Além disso, traz uma importante reflexão para o debate da regularização fundiária, que está na centralidade das discussões da REENT atualmente.

Por fim, a dificuldade em manter uma unidade e uma organização efetiva entre as diversas comunidades que compõem a REENT também é um obstáculo, já que a fragmentação e a falta de coesão podem comprometer a capacidade de resistência e a busca por políticas públicas que protejam e valorizem o território e as atividades extrativistas.

b) A partir dos relatos do presidente da ARENT

Durante a entrevista, Raimundo Nonatto, presidente da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT), destaca diversos desafios enfrentados por ele e pela comunidade ao longo dos anos.

A criação da REENT, conforme descrito por Nonatto, foi marcada por um processo de implementação que não envolveu consultas adequadas com as comunidades locais. Esse fator gerou um sentimento de surpresa e frustração entre os residentes, que se viram impactados por uma decisão que não considerou suas necessidades e condições específicas. Raimundo comenta: "O governo, tipo. Nós nem sabia, de repente caiu uma bomba aqui dentro, não" (2023). Essa falta de envolvimento e diálogo no processo decisório pode levar a uma resistência local e a uma execução deficiente das políticas ambientais propostas pela reserva.

Raimundo comenta ainda que a criação da reserva teve impactos variados na economia local. Inicialmente, o babaçu era uma importante fonte de renda para as famílias, mas o desmatamento e a expansão das fazendas reduziram significativamente a disponibilidade desse recurso. Destaca que a produção de óleo de babaçu, uma vez promissora, agora enfrenta desafios devido ao desmatamento e à falta de acesso às áreas produtivas. O impacto negativo no meio ambiente e a dificuldade em obter recursos sustentáveis são questões centrais na luta pela conservação da reserva.

> Entrevistadores: depois que criaram a reserva, ficou pior o acesso ao coco?
> Raimundo Nonatto: ficou ficou, ficou sim. Hoje, se você olhar o mapa você vai ver que ela tá toda desmatada (Nonatto, 2023).

O desmatamento, associado à exploração do babaçu por fazendeiros e empresas, comprometeu a biodiversidade local e afetou negativamente a economia das comunidades que dependem dessa fonte de renda. A economia local foi severamente impactada pela diminuição da disponibilidade de babaçu e pela mudança nas práticas de exploração. Raimundo (2023) observa que a renda gerada pelo babaçu foi substancialmente reduzida: "hoje é pouco, hoje é pouco o que a gente quebra". A competição com grandes empresas e a falta de acesso a recursos sustentáveis enfraqueceram a capacidade das comunidades de manter uma economia local viável baseada no babaçu.

Apesar das adversidades, Raimundo demonstra uma forte determinação em lutar pela justiça ambiental e social. A persistência em buscar soluções, como evidenciado pela

participação em audiências e esforços para reativar decretos caducados, é uma característica marcante: “A luta nossa não para. Aqui em várias audiências fora, aqui na batalha, na esperança, nessa desapropriação da reserva” (2023). A resiliência e a esperança são fundamentais para enfrentar os desafios contínuos e buscar melhorias nas condições de vida e na preservação ambiental.

c) A partir dos relatos das quebradeiras de coco babaçu dos povoados

Para entender os desafios que as quebradeiras enfrentam, realizamos entrevistas e conversamos com as mulheres que vivem exclusivamente da quebra do coco babaçu nos povoados em torno da REENT.

Quadro 9 - Entrevistados nos Povoados

Nome/ anônimato	Povoado	Sexo	Idade	Característica	Modalidade
Seu Chico	Caxeado	M	48	Filho de quebradeira de coco	Caderno de Campo
Martiana	Caxeado	F	67	Quebradeira de Coco e comercializa	Caderno de Campo
Arecacea	Centro do Firmino	F	75	Quebradeira de coco e comercializa óleo	Caderno de Campo
Orbínea	Vinte Mil	F	72	Quebradeira de coco	Caderno de Campo
Eva	Centro do Ferreira	F	-	Quebradeira de coco	Caderno de Campo

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

- Caxeado

Em Caxeado, um povoado caracterizado por algumas ruas de paralelepípedo e ausência de pavimentação (Figura 39), com casas de alvenaria e outras de taipa (Figura 40), a realidade das famílias que se dedicam à quebra do coco babaçu reflete de maneira emblemática os problemas enfrentados por essas comunidades.

Figura 39 – Estrada Rural em Caxeado

Fonte: Elaboração própria (2023).

Com base na figura 39, é possível observar a principal rua de Caxeado, com uma placa indicando que a pavimentação está em obra, interligando Caxeado em direção à zona rural do município de Sampaio.

Figura 40 – Casas de alvenaria e taipa em Caxeado

Fonte: Elaboração própria (2023).

A figura 40 ilustra a mudança no padrão das construções nas casas da região. Seu Chico, proprietário de um bar em frente à casa de Martiana, narra a mudança drástica no cotidiano local. Ele relata que sua mãe, solteira com três filhos, sustentou a família exclusivamente através da quebra do coco babaçu. A chegada do Bolsa Família trouxe um alívio financeiro que, paradoxalmente, resultou na diminuição da atividade de quebra do coco na região. Atualmente, seu Chico vive do comércio local, mantendo um bar, e a quebra do coco é menos prevalente.

Encontramos Martiana e seu marido na rua de Caxeado, voltando para a casa após um dia de coleta de coco. Coincidentemente, o casal havia acabado de coletar cocos babaçus e estavam retornando para dar continuidade no trabalho. Eles nos receberam em sua casa e compartilharam como estão envolvidos na colheita e processamento do babaçu para a produção de azeite, amêndoas e carvão, produtos essenciais para sua sobrevivência.

A figura 39 é bastante importante e emblemática para nossa pesquisa. Conseguimos fazer o registro fotográfico sem identificá-los e naquele exato momento, Martiana e seu marido, - que denominaremos aqui de Seu Joca-, estavam retornando da floresta de babaçu, localizada na reserva, onde haviam coletado os cocos. À esquerda da imagem, Martiana carrega as amêndoas do babaçu e, ao lado direito, Seu Joca carrega as demais ferramentas. Ao lado direito deles, vemos as belíssimas árvores de babaçuais que abrangem a delimitação das fazendas inseridas na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT).

Figura 41 - Casal na REENT

Fonte: Elaboração própria (2023).

Martiana é uma das poucas que ainda vive exclusivamente da quebra do coco. Ela e seu marido trabalham arduamente, mesmo após um acidente que resultou na perda de metade do braço direito dele. Sem aposentadoria ou assistência social, seu marido contribui

para o trabalho de quebra do coco, ajudando a esposa na coleta e processamento. Martiana expressa que, se parar por um mês, a família passa fome, ao contrário de outras famílias que conseguem se sustentar com os benefícios sociais. Martiana não deu detalhes do motivo pelo qual ela não recebe benefício social durante nossa conversa.

O casal que nos levou em sua casa, foi extremamente simpático e receptivo. Martiana nos explicou como funciona seu trabalho na produção de amêndoas para carvão, esterco para plantações e a produção do azeite de babaçu.

No mosaico de fotos da figura 42 é mostrado a casa de Martiana e de Seu Joca. Sua cozinha com as principais ferramentas de trabalho que utilizam para a produção do coco babaçu também. As imagens 1 e 4, ilustram os sacos de amêndoas que o casal deixa em estoque, tanto para a utilização diária, quanto para comercialização quando há demanda. No entanto, eles nos lembram que há muita pouca demanda de amêndoas e do azeite babaçu, pois já há muitas feiras locais, próximo da região, com muita oferta. Por isso, ganham pouquíssimo (R$50 reais para 2 litros de azeite babaçu) na venda dos produtos do babaçu na região. A imagem 3 ilustra os cocos babaçus ao pé da árvore no quintal e a imagem 2 mostra a cozinha com o fogão específico para produção do carvão a partir da torra da amêndoa do babaçu.

Figura 42 - Casa de Martiana e seu Joca

Fonte: Elaboração própria (2023).

No mosaico de fotos da figura 42 é mostrado a casa de Martiana e de Seu Joca. Sua cozinha com as principais ferramentas de trabalho que utilizam para a produção do coco

babaçu também. As imagens 1 e 4, ilustram os sacos de amêndoas que o casal deixa em estoque, tanto para a utilização diária, quanto para comercialização quando há demanda. No entanto, eles nos lembram que há muita pouca demanda de amêndoas e do azeite babaçu, pois já há muitas feiras locais, próximo da região, com muita oferta. Por isso, ganham pouquíssimo (R$50 reais para 2 litros de azeite babaçu) na venda dos produtos do babaçu na região. A imagem 3 ilustra os cocos babaçus ao pé da árvore no quintal e a imagem 2 mostra a cozinha com o fogão específico para produção do carvão a partir da torra da amêndoa do babaçu.

A figura 42 mostra as amêndoas retiradas do coco babaçu. Martiana nos explicou e nos mostrou como é feita a retirada e a separação das amêndoas.

Figura 43 - Amêndoas, carvão e estercos do Babaçu

Fonte: Elaboração própria (2023).

Segundo Martiana, a retirada da amêndoa do coco pode ser descrita em várias etapas:

1. Quebra do Coco: Primeiro, o coco babaçu é quebrado. Tradicionalmente, as quebradeiras de coco utilizam um "machado" ou uma pedra para quebrar a casca dura do coco. Em alguns casos, é feito um corte para facilitar a abertura.
2. Separação da Polpa: Após a quebra, a polpa interna (a amêndoa) é retirada da casca. Essa etapa pode ser realizada manualmente com o auxílio de ferramentas, como facas ou espátulas, para soltar a polpa da casca.

3. Retirada da amêndoa: A amêndoa, que é a parte comestível do coco, é retirada da polpa. Em alguns casos, a polpa é ralada ou triturada antes da extração da amêndoa.
4. Secagem: Após a retirada, as amêndoas podem ser secas ao sol ou em secadores para reduzir a umidade e prolongar a sua durabilidade.
5. Processamento: A amêndoa pode ser utilizada de diversas formas, incluindo o consumo direto, a extração de óleo, ou a fabricação de produtos como farinha de coco, esterco e carvão.

Figura 44 - Martiana quebrando coco

Fonte: Elaboração própria (2023).

Martiana nos mostra cuidadosamente o processo da quebra do coco, conforme mostra a figura 44. Ela explica que para o trabalho utiliza ferramentas simples e tradicionais para realizar a quebra do coco. A principal ferramenta é a machadinha, uma espécie de machado pequeno usado para bater e abrir a casca dura do coco babaçu. Além disso, elas utilizam facas ou facões, que ajudam tanto no corte do coco quanto na extração da amêndoa após a quebra. Comenta ainda que, em algumas comunidades, as quebradeiras também fazem uso de pedras resistentes, que servem como base para apoiar o coco ou para bater diretamente na casca e facilitar sua abertura. Outra ferramenta importante é o banco de quebrar coco, uma estrutura simples de madeira onde as quebradeiras se sentam, tornando o processo mais confortável. Esse banco também pode ser usado para apoiar o coco durante a quebra. Todas essas ferramentas fazem parte do trabalho manual e cultural dessas mulheres, refletindo uma

tradição passada de geração em geração. Mas, no caso de Martiana, ela não utiliza o banco e prefere fazer diretamente no chão.

Quando questionada sobre como as quebradeiras entram nas fazendas que se localizam na REENT para a quebra de coco, ela comenta que a logística para entrar é simples, que precisa somente da autorização dos proprietários. Ela comenta que os proprietários nunca a impediram de entrar para a coleta do coco babaçu, no entanto, a autorização é somente para coletar o coco, pois os trabalhos posteriores devem ser feitos, fora da fazenda.

Assim, ela comenta que nas margens da rua, fora das fazendas, as quebradeiras de coco constroem casas feitas de babaçu para realizarem o trabalho da quebra do coco. A figura 43, ilustra essas casas existentes nas margens da rua de Caxeado.

Figura 45 - Casas construídas pelas quebradeiras na REENT

Fonte: Elaboração própria (2023).

Martiana também destaca a falta de apoio e estrutura para a atividade. A associação local, mencionada como inoperante, não promove reuniões ou suporte, o que deixa os trabalhadores isolados e sem coordenação. Ela critica o baixo valor pago pelo coco, que é vendido a preços abaixo do mercado (no momento da pesquisa, ela nos relatou que a amêndoa era vendida a 8 reais o kg) e a dificuldade de escoar a produção, especialmente de carvão e amêndoa de babaçu. “A desorganização e a ausência de uma estratégia coletiva prejudicam o desenvolvimento da atividade” (2023), ela comenta.

O contraste é evidente quando Martiana menciona a Reserva Extrativista de Ciriaco. A Reserva, localizada no estado do Maranhão, é uma unidade de conservação de uso sustentável, criada para garantir os direitos das populações tradicionais que dependem do extrativismo para sua subsistência. Como outras reservas extrativistas, a RESEX de Ciriaco visa a proteção do meio ambiente e a manutenção dos modos de vida dessas comunidades, permitindo a exploração de recursos naturais renováveis de forma sustentável, sem causar prejuízos ao ecossistema. Ela comenta que nessa reserva, as práticas organizacionais são mais eficazes. “Em Ciriaco, as quebradeiras planejam coletivamente, vendem em conjunto e dividem os lucros; seria bom se fosse assim em Caxeado”(2023).

A falta de uma reserva extrativista de uso sustentável efetiva em Caxeado, a desmobilização local e a ausência de um sistema estruturado de apoio são barreiras significativas para a comunidade. As quebradeiras, como Martiana, enfrentam uma realidade de precariedade e incerteza, exacerbada pela falta de infraestrutura e de políticas públicas direcionadas que poderiam melhorar suas condições de vida e trabalho.

Ao ser questionada a respeito da existência de conflitos com latifundiários, ela diz que nunca presenciou conflitos. No entanto, a luta pela organização e pelo reconhecimento da atividade de quebra do coco permanece como um desafio crucial. A situação evidencia a necessidade urgente de políticas públicas mais efetivas e de uma estrutura organizacional que possa apoiar e fortalecer o trabalho das quebradeiras de coco na região.

- Vinte Mil

O povoado de Vinte Mil, localizado no município de Carrasco Bonito, no extremo norte do estado do Tocantins, destaca-se como uma comunidade inserida na Amazônia Legal, em uma região de forte interação socioterritorial. Situado na região conhecida como Bico do Papagaio, o povoado é formado por aproximadamente 1.000 habitantes e apresenta características típicas de localidades rurais.

Vinte Mil é um exemplo da dinâmica territorial característica do norte tocantinense, onde as comunidades rurais desempenham um papel significativo na conservação de práticas culturais e na resistência em um contexto de disputas territoriais. Segundo os dados geográficos do Mapcarta 2024, a localização geográfica do povoado fica a uma altitude de 203 metros, próxima a localidades menores como Bandeirante e Santa Clara e reforça sua relevância como ponto de integração regional.

Essas características fazem de Vinte Mil um objeto de estudo relevante para compreender as dinâmicas de organização social e territorial em áreas periféricas da Amazônia Legal, contribuindo para o entendimento das relações entre comunidade, território e práticas culturais. Realizamos uma entrevista com Orbinea (2023), uma moradora do povoado de Vinte Mil, no município de Carrasco Bonito-TO, para compreender as práticas extrativistas no povoado.

Orbinea, que vive há quinze anos em Vinte Mil, ainda realiza a quebra do coco babaçu, embora não o faça diariamente e não dependa exclusivamente dessa atividade. Segundo ela (2023), "muitos ainda quebram coco, mas não é sempre. Antigamente tinha mais gente que comprava". Orbinea lembra que há cerca de vinte anos, compradores de amêndoas de coco frequentavam a região, mas essa dinâmica mudou, reduzindo o interesse comercial.

Questionada sobre a comercialização em feiras locais, Orbinea afirmou: "Não compensa, porque não tem muita gente que compra mais". Perguntamos a ela a respeito da existência de uma associação de quebradeiras de coco, ela nos diz que "de vez em quando funciona e que a associação está desenvolvendo um projeto voltado aos extrativistas", mas não dá detalhes a respeito desse projeto.

A entrevistada também mencionou a existência de uma máquina para extração de óleo de babaçu no povoado de Centro dos Firminos, algo que não está mais disponível em Vinte Mil. Além disso, comentou sobre a diminuição do interesse pela atividade entre os jovens: "Os jovens não querem mais trabalhar na extração do coco babaçu", explicou.

Sobre o acesso às áreas de coleta, Orbinea afirmou que não há conflitos com fazendeiros: "Qualquer hora que você quiser entrar para coletar coco, você pode entrar que os fazendeiros deixam". Contudo, ela observa que a disponibilidade de babaçu está em declínio: "Cada dia que passa tem menos babaçu", ela explica que isso se dá devido ao aumento da derrubada dos babaçuais na região.

- Centro do Firmino

O povoado Centro dos Firmino, diferente de Caxeado, fica numa estrada rural do município de Carrasco Bonito. A população e as casas se localizam à margem da rodovia TO-201 (Figura 46). Vale lembrar que as famílias de todos os povoados abordados são sem-terra, no contexto da expropriação das famílias após a consolidação da REENT, elas foram se alocando nesses povoados.

Durante a visita ao povoado Centro dos Firmino, percebemos uma atmosfera de desconfiança: os moradores nos observavam atentamente enquanto passávamos de carro, revelando o isolamento da comunidade e a cautela em relação a estranhos.

A primeira parada foi na casa em que um grupo de mulheres se dedicava à quebra do coco babaçu e à produção de óleo. Aproveitamos e compramos dois litros de azeite por R$ 45 (Figura 47).

Figura 46 - Centro dos Firmino (TO)

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 47 - Azeite de babaçu comprado no campo

Fonte: Elaboração própria (2023).

Tivemos a oportunidade de conversar com Arecacea, que compartilhou parte de sua trajetória pessoal e profissional. Ela nos contou que sempre quebrou coco babaçu e que criou seus filhos por meio dessa atividade, ressaltando a importância dessa prática para a subsistência familiar.

Arecace explicou que sua família trabalhava como meeiros, o que significa que eles viviam e trabalhavam em terras de terceiros. Nesse sistema, ela quebrava coco, vendia o produto e repassava metade dos lucros para o proprietário das terras onde morava e trabalhava. Ao ser questionada sobre a organização comunitária e a existência de associações, Arecacea não soube informar os nomes dos participantes e admitiu não ter conhecimento sobre a Reserva Extrativista (REENT). Ela também mencionou que cada quebradeira de coco babaçu produz seu próprio óleo de forma independente, sem qualquer tipo de parceria ou cooperação com a comunidade local, destacando a falta de acesso à terra por parte das quebradeiras.

Essas observações revelam um cenário de isolamento e atomização na produção, ao mesmo tempo que expõem as dificuldades enfrentadas por essas mulheres em termos de organização coletiva e acesso a recursos essenciais, como a terra e o conhecimento sobre a reserva extrativista.

Com base no exposto, a análise da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) revelou que a maioria das mulheres, embora conheçam a reserva, não possuem vínculos diretos com ela e demonstram pouco conhecimento sobre suas iniciativas. O desinteresse crescente entre os jovens pela atividade extrativista, muitas vezes vista como sinônimo de pobreza e sofrimento, compromete a continuidade da prática, que é mantida principalmente pelas mulheres mais idosas.

- Centro dos Ferreira

O Centro dos Ferreira foi o último povoado que visitamos e nesse momento tivemos muitas dificuldades, especialmente no que diz respeito à abordagem das entrevistadas e das famílias. Tivemos que repensar constantemente nossas estratégias para estabelecer um diálogo que não gerasse desconfiança ou intimidação. Ao chegar em Centro dos Ferreira, a receptividade foi instável e complicada, pois nenhuma pessoa que encontramos estava disposta a conversar ou nos dar informações. Esse contexto tornou a tarefa de coleta de dados particularmente difícil.

Quando encontramos Eva, uma quebradeira de coco e tentamos iniciar uma conversa, ela recusou dar qualquer detalhe da sua vida ou outras informações. Sua postura reforçou a percepção de que insistir em alguma entrevista poderia ser inadequado e contraproducente. Assim, Centro do Ferreira se tornou sem dúvida o povoado mais difícil e desafiador de todos. Essa experiência evidenciou a importância de respeitar os limites das pessoas e de reavaliar constantemente as abordagens metodológicas, reconhecendo que, em algumas situações, recuar pode ser a decisão mais ética e respeitosa.

Figura 48 - Vendas e comércios locais nos povoados

Fonte: Elaboração própria (2023).

A figura 48 foi registrada durante o trabalho de campo realizado entre os povoados. Na ocasião, foi possível fotografar o local após a aquisição de um galão de azeite de babaçu em uma pequena venda da comunidade. Ao final da atividade de campo, levamos para casa dois galões de dois litros de azeite de babaçu, como mostramos na figura 46.

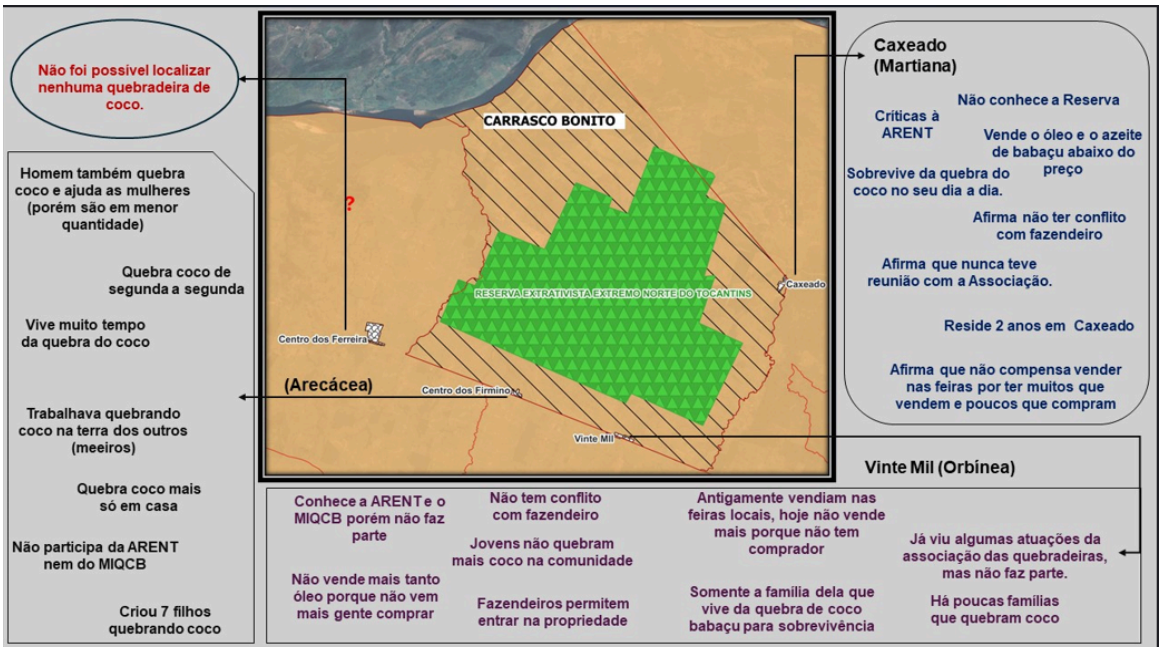
Figura 49 - Azeites de babaçus comprados no trabalho de campo

Fonte: Elaboração própria (2023).

A partir desse cenário, iniciaram-se a sistematização dos dados produzidos nos demais povoados, com foco nas percepções das mulheres sobre a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) e sua relação com o extrativismo do babaçu. As entrevistas foram fundamentais para compreender os desafios enfrentados por essas comunidades e fornecer subsídios para a análise territorial que será apresentada a seguir.

O mapa apresentado na figura 50 sintetiza as principais discussões e informações coletadas durante as entrevistas realizadas nos povoados investigados. Seu objetivo é facilitar a visualização e a compreensão geográfica dos dados, promovendo uma análise mais clara e detalhada das temáticas abordadas ao longo da pesquisa. A representação cartográfica contribui para organizar os resultados de forma espacializada, permitindo identificar relações e padrões territoriais relevantes. Além disso, a figura a seguir mostra os desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco na REENT, evidenciando a falta de infraestrutura e políticas públicas adequadas para apoiar a comercialização dos produtos derivados do babaçu.

Figura 50- Sistematização dos resultados das entrevistas nos povoados



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao questionar as mulheres sobre a reserva extrativista, criada com o objetivo de beneficiar as famílias da região, constatou-se que, embora a maioria tenha conhecimento da existência da REENT, não mantém qualquer vínculo ou envolvimento direto com a reserva, evidenciando um conhecimento limitado sobre seu funcionamento e propósito. Durante as conversas com as quebradeiras de coco babaçu, foi possível observar um desinteresse

crescente por parte dos jovens em relação à atividade, o que representa um obstáculo para o fortalecimento do extrativismo do babaçu na região. A prática tem se mantido, em grande parte, restrita às mulheres mais idosas. Esse fenômeno pode ser atribuído à ausência de políticas públicas voltadas ao incentivo da permanência dos jovens na atividade extrativista, contribuindo para que o extrativismo do babaçu seja frequentemente associado a condições de pobreza e sofrimento, em vez de ser valorizado como uma prática tradicional e sustentável.

As distâncias entre os povoados e o limite da Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins (REENT) variam de acordo com a localização de cada comunidade. O povoado de Vinte Mil está situado a 1,6 km do limite da REENT, enquanto o Centro do Firmino encontra-se a 1,65 km de distância. Já o Centro do Ferreira está a 3,35 km, e o povoado de Caxeado do fica a 3,41 km do limite da reserva. Essas variações destacam a proximidade relativa das comunidades em relação à REENT.

Figura 51- Desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco nas comunidades da REENT

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Analisando a figura 51, que ilustra as estratégias e a comercialização dos produtos derivados do babaçu, como o azeite e as amêndoas, fica evidente que o território da reserva extrativista apresenta uma estrutura precária e carece de políticas públicas para facilitar a comercialização desses produtos. A venda em feiras ou comércios locais tornou-se inviável devido à alta concorrência e à baixa demanda. As quebradeiras relatam que, embora

anteriormente houvesse maior demanda pelo azeite de babaçu, hoje o interesse pelos produtos da planta é insuficiente para sustentar-se exclusivamente dessa atividade.

Durante a entrevista com um representante da Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (ARENT), foi mencionado o projeto Pindowa, financiado pela Suzano, uma empresa global líder em papel e celulose, apresentado no subitem anterior. Lançado em 2021, o projeto tem o objetivo de promover o empreendedorismo social sustentável e incentivar a exportação de produtos de babaçu dos estados do Maranhão e Tocantins. No entanto, as quebradeiras entrevistadas nas comunidades de Caxeado, Vinte Mil, Centro dos Ferreiras e Centro dos Firmino desconheciam esse projeto e algumas apontaram a falta de um fortalecimento coletivo nessas localidades.

As entrevistadas destacaram a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes de apoio ao desenvolvimento de agroindústrias locais. A *práxis* das mulheres no desenvolvimento de políticas territoriais é fundamental, enfatizando os desafios atuais que enfrentam e suas demandas sociais. A busca pela justiça territorial sustentável deve partir das ações e do protagonismo dos sujeitos locais.

Alguns desafios enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu na REENT tornam-se evidentes a partir das observações de campo e das entrevistas realizadas:

- Comunidades Tradicionais vs. Interesses Econômicos: as comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu, enfrentam a pressão de grandes proprietários que buscam expandir suas atividades na região. Essa tensão entre a preservação das práticas tradicionais e a exploração econômica é um conflito central;
- Pressão por Expansão vs. Sustentabilidade: há uma constante oposição entre a necessidade das comunidades locais de manter suas práticas sustentáveis e os interesses de corporações que buscam aumentar a produção agrícola e pecuária. Esses interesses muitas vezes são incompatíveis com a sustentabilidade e com a prática extrativista;
- Conflitos de Terras e Recursos: a disputa pelo uso e controle dos recursos naturais, como o coco babaçu, evidencia um confronto direto entre as necessidades das comunidades tradicionais e os interesses econômicos. Isso resulta em um cenário de negociações e conflitos frequentes;
- Precariedade na Comercialização e Baixa Valorização dos Subprodutos do Babaçu: quanto aos problemas relacionados à baixa demanda e preços dos subprodutos do

babaçu, o valor pago pelo coco é significativamente baixo, sendo abaixo do mercado, o que dificulta a sustentabilidade econômica da atividade. No momento da pesquisa de campo (setembro de 2023), o preço estava em 8 reais o kg da amêndoa do babaçu, o que inviabiliza a geração de renda suficiente para as quebradeiras de coco. Além disso, há uma grande dificuldade de escoar a produção, especialmente de subprodutos como o carvão e a amêndoa de babaçu, cujos preços também são desvalorizados pela falta de estrutura e mercado. A ausência de um planejamento coletivo e uma estratégia de comercialização organizada agrava a situação, contribuindo para a desorganização da produção e a falta de uma inserção mais competitiva no mercado;

- Limitações no Acesso a Financiamento e Infraestrutura para Agroindústrias Locais: a dificuldade de acessar financiamento e infraestrutura adequada para desenvolver uma agroindústria local é um dos principais entraves enfrentados pelas quebradeiras de coco babaçu. A falta de recursos financeiros impede a modernização e expansão das atividades produtivas, o que dificulta a transformação dos subprodutos do babaçu em itens de maior valor agregado. Sem uma agroindústria bem estruturada, a comunidade continua dependente da venda de matérias-primas a preços baixos, o que agrava a precariedade econômica.

6.5 POR QUE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA SEGUE SENDO UM DESAFIO HÁ MAIS DE 20 ANOS?

A regularização fundiária na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) permanece um desafio devido a uma série de fatores históricos, sociais e políticos. A falta de uma política pública consistente que reconheça e priorize as necessidades das comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu, contribui para esse cenário de incerteza.

Além disso, a ausência de clareza nas delimitações das terras e a sobreposição de interesses econômicos, especialmente de grandes fazendeiros e empresários do agronegócio, agravam a situação. A resistência por parte desses setores, que muitas vezes possuem apoio político e econômico significativo, dificulta a implementação efetiva de políticas de regularização.

O descompasso entre as demandas das comunidades locais e os interesses de grupos externos perpetua o impasse, enquanto as famílias que dependem da terra para subsistência enfrentam a insegurança de um futuro incerto.

A regularização fundiária na REENT continua sendo um desafio devido a vários fatores que foram destacados nas entrevistas:

- **Burocracia e Complexidade do Processo:** a burocracia envolvida na regularização fundiária é um dos maiores obstáculos. O processo é lento e, muitas vezes confuso, dificultando a obtenção de uma demarcação clara e oficial das terras para as quebradeiras de coco babaçu;
- **Conflitos de Interesse:** existem interesses antagônicos que perpetuam o problema. Há uma pressão constante de grandes proprietários e empresas do agronegócio que desejam expandir suas atividades sobre terras que deveriam ser destinadas à REENT;
- **Resistência de Grupos Econômicos:** grupos econômicos com interesses na exploração das terras frequentemente resistem à regularização. Para eles, a demarcação oficial representa uma limitação às suas atividades e uma perda potencial de recursos.

Nas entrevistas realizadas, há menções sobre dificuldades históricas em relação ao acesso à terra, o que impacta diretamente a regularização fundiária. Além disso, os depoimentos indicam que os conflitos com fazendeiros e as práticas de expropriação de terras das comunidades dificultam ainda mais o processo. As quebradeiras de coco e suas famílias enfrentam o desafio de resistir às pressões por parte de grandes proprietários de terra, que possuem interesses econômicos antagônicos aos modos de vida das comunidades tradicionais.

6.6 EXISTEM INTERESSES ANTAGÔNICOS E DIALÉTICOS QUE ATUAM NO TERRITÓRIO DA REENT ATUALMENTE? QUAIS SÃO ELES?

Na REENT existem interesses antagônicos e dialéticos que moldam as dinâmicas territoriais. De um lado, há as comunidades tradicionais, como as quebradeiras de coco babaçu, que lutam pela preservação de seus modos de vida, com base na sustentabilidade e no uso comum dos recursos naturais. Elas defendem a consolidação de suas terras, o direito ao território e a manutenção de práticas extrativistas, como a quebra do coco e a produção de óleo. De outro lado, estão os interesses de grandes fazendeiros e empresários do agronegócio,

que buscam expandir suas atividades agrícolas e pecuárias, muitas vezes utilizando métodos intensivos que ameaçam os recursos naturais da região.

Esses interesses representam uma lógica de exploração econômica que é incompatível com as práticas sustentáveis das comunidades locais, gerando conflitos sobre o uso e posse da terra. Esse embate revela uma contradição entre o desenvolvimento econômico impulsionado pelo agronegócio e a busca por justiça social e ambiental promovida pelos movimentos sociais e pelas comunidades da REENT.

Há a presença de grandes fazendeiros e empresários do agronegócio que, muitas vezes, adotam práticas intensivas de uso da terra, como a monocultura e a pecuária, que entram em conflito com as práticas sustentáveis das comunidades locais. Esses interesses latifundiários representam uma lógica de exploração econômica orientada pela maximização de lucros e pela expansão contínua das fronteiras agrícolas, sem levar em consideração os impactos ambientais e sociais. Como resultado, surgem conflitos sobre o uso e a posse da terra, com relatos de ameaças de expropriação e pressão para intensificar atividades que degradam os recursos naturais da REENT, como o desmatamento e a degradação do solo. No entanto, a ocorrência desses conflitos não aparece nas falas das entrevistadas da nossa pesquisa, aparecem nos levantamentos bibliográficos de outras pesquisas mais antigas. Assim, não podemos afirmar nesta pesquisa a ocorrência de conflitos com latifundiários no território da REENT atualmente, a partir das falas das nossas entrevistadas.

Além dos latifundiários e do agronegócio, a presença de grandes corporações, como a Suzano Papel e Celulose e a Tobasa, reforça a complexidade dos interesses no território. A Suzano, com seu modelo de produção baseado na monocultura de eucalipto, tem promovido a expansão dessa atividade na região, o que impacta diretamente as comunidades extrativistas, tanto pelo deslocamento de famílias quanto pela degradação dos recursos que elas utilizam para suas práticas tradicionais. A empresa, embora busque promover iniciativas que aparentam beneficiar as comunidades, é vista com desconfiança pelas lideranças locais, que acreditam que suas ações visam mais à manutenção do controle sobre as terras e os recursos do que ao verdadeiro fortalecimento da autonomia das quebradeiras de coco.

A Tobasa, por sua vez, tem um papel importante na cadeia produtiva do babaçu, comprando os produtos extraídos pelas quebradeiras. No entanto, sua atuação também gera tensões, pois, ao concentrar o mercado, acaba impondo condições que muitas vezes limitam a

capacidade das quebradeiras de negociar preços justos ou de manter o controle sobre a produção. Essa relação assimétrica pode enfraquecer as cooperativas locais e contribuir para a vulnerabilidade das comunidades diante das pressões externas.

Portanto, os interesses em disputa na REENT são profundamente antagônicos. De um lado, está a luta pela justiça social e ambiental promovida pelas comunidades tradicionais e pelos movimentos sociais, que defendem a preservação dos territórios extrativistas e suas práticas sustentáveis. Do outro, estão os interesses latifundiários, do agronegócio e de grandes corporações, que buscam expandir suas atividades sem considerar os impactos negativos sobre os modos de vida das populações locais e sobre o meio ambiente. Essas tensões refletem uma contradição estrutural entre a lógica de exploração capitalista e a busca por um desenvolvimento que respeite as culturas tradicionais e os ecossistemas da região.

O trabalho de campo e a análise das entrevistas revelam a presença de grandes fazendeiros que utilizam a terra para atividades agrícolas e pecuárias, em contradição com as práticas sustentáveis das comunidades extrativistas, como as quebradeiras de coco. Há relatos de ameaças de expropriação e tentativas de intensificar o uso da terra de maneira que contraria os modos de vida das populações tradicionais. As entrevistadas mencionam que esses interesses externos buscam a expansão do agronegócio, enquanto as comunidades lutam pela preservação da REENT e de suas práticas extrativistas e comunitárias.

6.7 POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS SOCIAIS NO TERRITÓRIO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E REPASSE AO MUNICÍPIO DE CARRASCO BONITO

O município de Carrasco Bonito, no início do ano de 2025, apresenta uma importante dinâmica no que se refere aos benefícios sociais oferecidos pelo Programa Bolsa Família (PBF). O programa, destinado a proporcionar uma rede de proteção social e garantir uma renda mínima para famílias em situação de vulnerabilidade, tem se mostrado um mecanismo central para a manutenção social e econômica da população local.

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome de janeiro de 2025, o município que possui uma estimativa de 3.362 habitantes (IBGE 2024), conta com 1.734 pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que estão distribuídas em 494 famílias (Quadro 10). Este valor indica que, em média, cada família recebe auxílio para 3,5 pessoas, o que pode ser interpretado como um reflexo da

centralidade do programa na estrutura social e econômica do município. No quadro 10 apresentamos os dados sobre o Programa Bolsa Família (PBF).

Quadro 10 - Dados do Bolsa Família no Município de Carrasco Bonito

Categoria (Bolsa Família)	Valor
Pessoas (janeiro/2025)	1.734
Famílias (janeiro/2025)	494
Benefício Médio Mensal (janeiro/2025)	R$ 735,54
Valor Mensal Repassado (janeiro/2025)	R$ 363.358,00
Total de Benefícios do Bolsa Família (janeiro/2025)	2.885
BRC - Renda de Cidadania	1.734
BCO - Complementares	372
BPI - Primeira Infância (PBF)	293
BET - Benefícios Extraordinários de Transição	0

Adaptado de: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025).

O benefício médio mensal pago aos beneficiários de Carrasco Bonito é de R$ 735,54, o que representa um total de R$ 363.358,00 repassados ao município (Quadro 10). Este valor, embora variável conforme a composição familiar e a modalidade de benefício, reflete o esforço do governo federal em fornecer um suporte financeiro essencial para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O total de benefícios do Bolsa Família no município de Carrasco Bonito, em janeiro de 2025, é de 2.885, com diferentes modalidades de transferências financeiras.

Quadro 11 – Total de Benefícios Variáveis Familiares

Categoria	Valor
Total de Benefícios Variáveis Familiares	486
BVG - Gestantes	47
BVN - Nutriz	20
BV - Crianças	378
BVA - Adolescente	108

Adaptado de: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025).

Os dados apresentados no Quadro 11 sobre o total de Benefícios Variáveis Familiares no município de Carrasco Bonito, evidenciam a distribuição das transferências

financeiras realizadas no âmbito do Programa Bolsa Família, conforme diferentes categorias de beneficiários. Ao todo, foram concedidos 486 benefícios variáveis, dos quais a maior parte está concentrada na categoria de crianças (BV-Crianças), que somam 378 benefícios, representando cerca de 77,8% do total. Este dado reflete o foco do programa em garantir assistência às famílias com crianças, visando a proteção social e o suporte financeiro a essa população vulnerável.

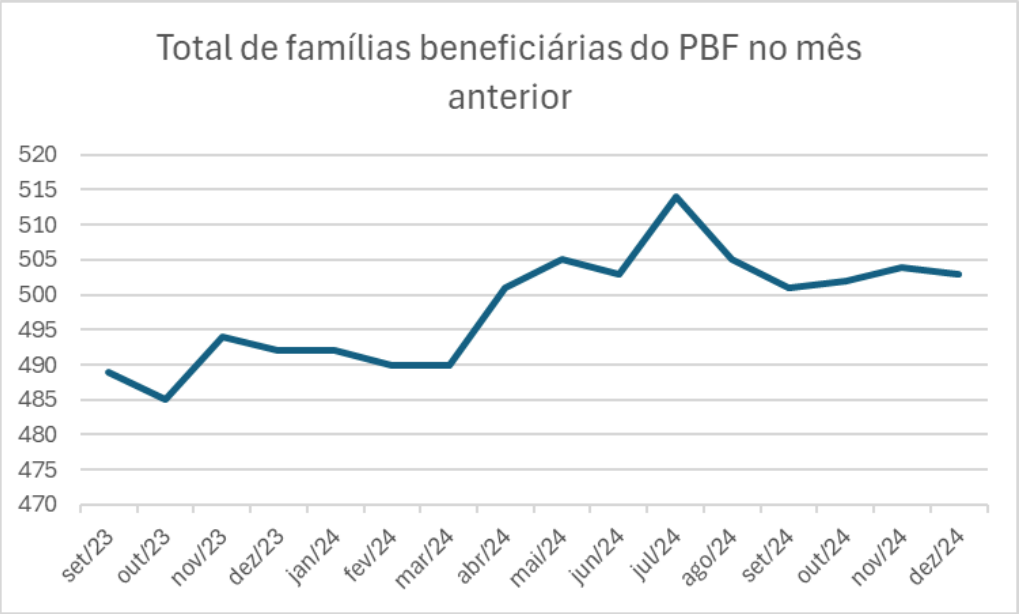
A segunda maior categoria é a de adolescentes (BVA-Adolescente), com 108 benefícios concedidos, representando aproximadamente 22,2% do total. Este indicador sugere que o programa também desempenha um papel importante na assistência a jovens em idade escolar, buscando garantir condições para sua permanência e desenvolvimento educacional.

Por outro lado, as categorias de gestantes (BVG-Gestantes) e nutrizes (BVN-Nutriz) apresentam números significativamente menores, com 47 e 20 benefícios, respectivamente.

Em suma, a distribuição dos Benefícios Variáveis Familiares em Carrasco Bonito reflete uma priorização clara das famílias com crianças e adolescentes, alinhada aos objetivos do programa de fortalecer a segurança alimentar e social dessas faixas etárias. Contudo, os números relativamente baixos das categorias de gestantes e nutrizes indicam a possibilidade de ações mais direcionadas para ampliar o acesso e garantir maior equidade no alcance do programa para esses grupos específicos.

Os dados sobre o total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Carrasco Bonito, entre setembro de 2023 e janeiro de 2025, mostram variações significativas ao longo do período analisado. Inicialmente, entre setembro de 2023 e março de 2024, o número de famílias beneficiárias apresentou estabilidade, com pequenas flutuações. O menor valor foi registrado em outubro de 2023, com 485 famílias, enquanto o maior desse período foi em novembro de 2023, com 494 famílias. Esse cenário sugere uma manutenção no ritmo de inclusão de famílias no programa, com ajustes pontuais.

Figura 52- Total de Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês anterior



Adaptado de: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2025).

A partir de abril de 2024, houve um crescimento gradual no número de famílias beneficiárias, que alcançou o pico de 514 em julho de 2024. No entanto, após o pico de julho, o número voltou a oscilar levemente, com valores próximos a 501-505 famílias até dezembro de 2024, refletindo uma tendência de relativa estabilidade.

Um dado que chama atenção é o salto significativo no número de famílias beneficiárias em janeiro de 2025, quando o total chegou a 1.159, mais do que o dobro do registrado nos meses anteriores. Esse aumento requer uma análise mais detalhada, pois pode estar associado a fatores como crises socioeconômicas, crescimento da pobreza local ou mudanças nas políticas públicas de assistência social. Contudo, ainda não é possível determinar com precisão as causas desse crescimento, devido à ausência de informações sobre o processo de cadastramento e outros fatores envolvidos recentemente.

A análise dos dados do Bolsa Família no município de Carrasco Bonito evidencia a importância do programa para a população local. A distribuição dos benefícios, especialmente voltada para a renda de cidadania, e os benefícios variáveis destinados a gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes, indicam que a população vulnerável está sendo atendida em suas necessidades básicas. O acompanhamento e a continuidade deste tipo de apoio são essenciais para a promoção do desenvolvimento social e a redução das desigualdades no município.

7 A RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS E AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: DESAFIOS SOCIOTERRITORIAIS

Neste capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa, retomando os objetivos e as questões centrais. Através do método de categorização e codificação proposto por Bardin (2011), realizamos uma análise sistemática das respostas coletadas, com o intuito de responder às perguntas de pesquisa e alcançar os objetivos delineados. Essa abordagem nos permitiu organizar e interpretar os dados de forma a destacar as categorias emergentes, proporcionando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas socioterritoriais das quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio e os impactos da criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.

Enfim, chegamos ao ponto central deste trabalho: compreender o que mudou na vida das quebradeiras de coco babaçu do Bico do Papagaio, residentes nos povoados de Caxeado, Vinte Mil, Centro do Ferreira, Centro do Firmino e no município de Carrasco Bonito, após a criação do decreto da REENT. Quais movimentos e processos socioterritoriais estão relacionados às lutas socioterritoriais no Bico do Papagaio e à criação do decreto da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins? E quais são os desafios atuais que essas quebradeiras ainda enfrentam para manter seus territórios?

Inicialmente, elencamos as categorias da pesquisa de acordo com os objetivos específicos, para que, a partir da análise dessas e das unidades de registro e sentido, pudéssemos alcançar o objetivo geral. As categorias identificadas foram: Movimentos e Atores Socioterritoriais envolvidos na criação do decreto da REENT; Concepção e percepção das quebradeiras e sua relação socioterritorial com a REENT; Desafios e estratégias atuais das quebradeiras.

A primeira categoria de análise relacionada ao primeiro objetivo específico visou (a) compreender quais movimentos e processos socioterritoriais estão relacionados às lutas socioterritoriais no Bico do Papagaio e à criação do decreto da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. Nesse sentido, a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) foi resultado de uma articulação complexa entre diversos atores. As quebradeiras de coco babaçu emergem como as principais protagonistas dessa luta, apoiadas por sindicalistas, ONGs (como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu) e movimentos sociais, que ampliaram a visibilidade da causa. Os governos

federal e estadual também desempenharam um papel necessário, especialmente durante o governo Collor, quando houve uma abertura política para a criação de reservas extrativistas, inspirada no modelo da Reserva de Xapuri, no Acre, e na luta de Chico Mendes. A participação de figuras como Alfredo Wagner e a presença das quebradeiras em eventos como a ECO 92 evidenciam a articulação entre atores locais, nacionais e internacionais na consolidação da REENT.

Quadro 12 – Análise dos resultados a partir das categorias e unidades da pesquisa

Categorias	**Unidades de Registro**	**Unidades de Sentido**
Movimentos e Atores Socioterritoriais envolvidos na criação do decreto da REENT	Quebradeiras de coco babaçu e sindicalistas	“Foi no tempo do Collor, tinha uma ideia de criar uma reserva, reserva lá dos Xapuri, do Acre, época do Chico Mendes, monte de... de reserva e aí teve essa abertura aí... bora criar uma reserva de babaçu né... e essa coisa, essa ideia foi saída das quebradeiras lá na ECO 92. Inclusive a Dona Raimunda tava lá, no evento” (Senhora, 2023).
	Ong’s e associações (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu)	“A principal força por trás da criação da REENT foram as quebradeiras de coco babaçu, que lutaram incansavelmente para garantir a proteção das áreas que utilizam para a coleta. Elas sempre foram a base da luta, com apoio de ONGs e movimentos sociais que deram visibilidade e suporte à causa” (Nonatto, 2023)
	Governos Estadual e Federal (decreto federal das reservas e decreto estadual da REENT)	“A ideia foi do presidente, dissemos ‘nois quer uma reserva lá no bico’ inclusive Alfredo Wagner também tava lá nesse, nesse evento. Tinha um bocado de gente lá nesse evento. Ele voou de avião e escolheu ali (Senhora, 2023).
Concepção e percepção das quebradeiras entrevistadas e sua relação socioterritorial com a REENT	Povoado de Caxeado	Não conhece a reserva.
	Povoado de Vinte Mil	Sim, conheço. Fica aqui perto."
	Centro do Firmino	"Não conhece a reserva."
	Centro dos Ferreira	Conhece a reserva, porém não tem nenhuma relação.

Desafios e estratégias atuais das quebradeiras	Ausência de políticas públicas eficazes para a comercialização como cooperativas e agroindústrias	As entrevistas destacam a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes de apoio ao desenvolvimento de agroindústrias locais.
	Dificuldade na comercialização e escoamento dos produtos derivados do babaçu (azeite e amêndoas)	Há pouca demanda de amêndoas e do azeite babaçu, pois já há muitas feiras locais, próximo da região, com muita oferta.
	Baixa valorização dos subprodutos do babaçu	Por isso, ganham muito pouco: 50 reais 2 litros de azeite babaçu) na venda dos produtos do babaçu na região.
	Baixíssimo interesse dos jovens pelo trabalho extrativista	"Os jovens quebra…quebra entre aspas. Por exemplo, tem menina. Essa menina ali. Ela é minha neta. Outro dia fui lá pra roça porque eu não aguento quebrar coco. Eu só fico, eu só abaixo até dessa altura. Ai era uma comida lá pra botar leite de coco, não comemos porque não tinha quem quebrasse coco. A menina não sabe quebrar coco" (Senhora, 2023).
	Enfraquecimento da mobilização e da organização política das quebradeiras de coco babaçu	"A gente vê que os movimentos sociais, como o das quebradeiras de coco, estão perdendo força. Antes a mobilização era maior, mas agora, com as grandes famílias. Elas têm muito poder aqui na região e acabam interferindo nos processos de criação e manutenção das reservas. Isso atrapalha a nossa luta pra manter o modo de vida tradicional e proteger o nosso território" (Senhora, 2023).
	Como estratégias atuais, as quebradeiras recorrem a benefícios sociais como o Bolsa Família como renda principal. Entram nas fazendas sob autorização dos fazendeiros e comercializam os subprodutos do babaçu em feiras locais.	Ela comenta que os proprietários nunca impediram de entrar para a coleta do coco babaçu, no entanto, a autorização é somente para coletar o coco, pois os trabalhos posteriores devem ser feitos, fora da fazenda. Assim, ela comenta que nas margens da rua, fora das fazendas, as quebradeiras de coco constroem casas feitas de babaçu para realizarem o trabalho da quebra do coco.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A pesquisa identificou que a luta pela criação da REENT foi liderada pelas quebradeiras de coco babaçu, com o apoio de sindicalistas, ONGs e movimentos sociais, como o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. A participação dos governos federal e estadual foi crucial, especialmente durante o governo Collor, quando houve uma abertura política para a criação de reservas extrativistas. A articulação entre esses atores foi fundamental para a consolidação da REENT.

Na segunda categoria de análise, ao responder o segundo objetivo específico que consistiu em (b) analisar como as quebradeiras de coco percebem e concebem a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins e como se dão as relações socioterritoriais nesta reserva e, com base nos relatos das quebradeiras de coco dos povoados de Centro dos Ferreira, Centro dos Firmino, Vinte Mil e Caxeado, é revelado que o conhecimento sobre a reserva e suas implicações para a prática do extrativismo é escassa entre as entrevistadas. Isso evidencia um panorama de desinformação, distanciamento e até mesmo um certo desconhecimento sobre a existência e os objetivos da REENT. A REENT não está integrada ao cotidiano das quebradeiras entrevistadas nas comunidades e há uma desconexão do trabalho extrativista das quebradeiras, bem como a ausência de uma relação socioterritorial significativa com a reserva extrativista.

Dona Orbínea, do povoado Vinte Mil, foi a única entrevistada que demonstrou um conhecimento claro sobre a proximidade da reserva. No entanto, o fato de ela ser a única entre as entrevistadas a apresentar essa percepção sugere que, mesmo nas áreas próximas à reserva, a percepção e o conhecimento sobre essa reserva não alcança de forma abrangente a população local. A presença da REENT, portanto, só existe no papel. Assim como nos outros povoados, como Caxeado e Centro dos Firmino, as entrevistadas demonstraram total desconhecimento da reserva.

Dona Martiana e Seu Chico, apesar de viverem exclusivamente do extrativismo do coco babaçu, não possuem informações sobre a REENT, o que revela um distanciamento da reserva. Arecácea, do Centro dos Firmino, compartilha da mesma percepção, o que sugere que, para essas comunidades, a reserva não constitui um elemento relevante ou sequer perceptível em suas práticas cotidianas. Esse desconhecimento pode ser atribuído à ausência de estratégias eficazes de comunicação e à falta de uma presença institucional ativa da REENT, além da inexistência de uma consolidação efetiva da reserva enquanto espaço de

gestão compartilhada e participação comunitária. Como resultado, as quebradeiras de coco não estabelecem vínculos diretos com a reserva.

A falta de conhecimento da REENT, especialmente em áreas onde o extrativismo do coco babaçu é uma atividade central para a subsistência das mulheres, levanta questões sobre o papel da reserva no fomento ao uso sustentável dos recursos naturais e sua efetividade como política pública. A criação da REENT, que visa promover a conservação ambiental e a sustentabilidade do extrativismo, não resultou em um alcance efetivo. A ausência de políticas públicas eficazes que envolvam as quebradeiras de coco, somado à não desapropriação de terras e à tomada integral do latifúndio no território da reserva, resultou no distanciamento dessas comunidades com a REENT. Assim, as quebradeiras de coco entrevistadas nos povoados possuem uma percepção e uma concepção irrisória e desarticulada sobre a reserva extrativista.

No contexto socioterritorial, a relação das quebradeiras com a REENT está marcada pela falta de recursos e suporte para o desenvolvimento das atividades extrativistas de forma sustentável. Embora a reserva tenha sido criada para proteger o uso extrativista e promover o acesso a recursos naturais de maneira sustentável, as dificuldades em sua implementação e o distanciamento das políticas públicas voltadas para a sua gestão indicam que as quebradeiras ainda enfrentam desafios significativos para consolidar suas práticas dentro de um modelo que garanta a continuidade da atividade extrativista sem prejudicar o meio ambiente.

Quanto à nossa terceira categoria, a partir do último objetivo específico, propomos (c) identificar os desafios e estratégias atuais das quebradeiras para a consolidação dos seus territórios. Os principais desafios identificados incluem a falta de políticas públicas eficazes, a dificuldade de comercialização dos produtos, o desinteresse dos jovens e o enfraquecimento da mobilização política.

A pesquisa revela os múltiplos desafios enfrentados pelas quebradeiras, especialmente no que se refere às dificuldades em assegurar seus direitos territoriais e melhorar sua situação econômica. A presença de grandes corporações como a Vale e a Tobasa exerce uma pressão significativa sobre o território e sobre as práticas extrativistas locais, dificultando o acesso das quebradeiras às áreas de coleta e comprometendo a sustentabilidade da REENT. As quebradeiras entrevistadas destacam que enfrentam um mercado

desproporcionalmente controlado por essas grandes empresas, o que dificulta o acesso aos recursos necessários para a produção local, como o coco.

Outro desafio destacado é a diferença no valor pago pelas grandes empresas e pela associação local, que compra apenas a amêndoa, enquanto a Tobasa compra o coco inteiro, o que dá à empresa um poder de mercado muito maior. Essa dinâmica econômica desigual prejudica os pequenos produtores e a autonomia das comunidades locais. Nota-se também o enfraquecimento dos movimentos sociais locais, o que compromete a organização e a mobilização das quebradeiras de coco em defesa de seus direitos e da REENT. A presença de famílias influentes, com grande poder político e econômico, também contribui para uma dinâmica de poder desigual na região, dificultando a consolidação da reserva.

A pesquisa revelou ainda a evasão dos jovens do campo, que buscam educação superior ou empregos em áreas urbanas, o que enfraquece a continuidade das práticas tradicionais e a força coletiva necessária para resistir às pressões externas. As quebradeiras destacam a falta de políticas públicas adequadas para garantir que os jovens permaneçam no campo e se envolvam nas atividades extrativistas.

Concluímos com base nos relatos que a criação da REENT ocorreu sem um processo de consulta adequado às comunidades locais, o que gerou frustração e surpresa entre os residentes. O desconhecimento das reais condições e necessidades das populações tradicionais resultaram em um processo de implementação que não atendeu às expectativas da comunidade.

A região carece de políticas públicas direcionadas ao apoio ao extrativismo sustentável. As quebradeiras destacam que a falta de uma reserva extrativista efetiva, impede o desenvolvimento de uma estrutura que possa realmente apoiar as quebradeiras e melhorar suas condições de vida e trabalho. A ausência de um suporte estatal adequado deixa as mulheres vulneráveis à precariedade.

Quanto às estratégias atualmente adotadas pelas quebradeiras de coco babaçu nos povoados, os relatos indicam diversas práticas adaptativas diante dos desafios enfrentados. Observa-se, em muitos casos, a substituição parcial ou total da atividade extrativista por outras ocupações econômicas locais, como pequenos comércios e vendas informais, visando complementar a renda familiar. A coleta do babaçu ocorre, frequentemente, em áreas privadas, mediante permissão dos fazendeiros, com o processamento do fruto sendo realizado fora

dessas propriedades, incluindo a produção de azeite de babaçu e de amêndoas para comercialização. A comercialização dos produtos derivados do babaçu é majoritariamente individual, com baixa escala de produção e pouca inserção em mercados mais amplos, sendo raramente expostos em feiras locais.

Entre as estratégias propostas para enfrentar essas limitações, destaca-se a sugestão de uma sindicalista entrevistada, que propõe o envio das amêndoas de coco para o município de Xambioá (TO), onde existem máquinas adequadas para a extração do óleo. Essa medida poderia potencializar a competitividade local, agregando valor à produção e contribuindo para a redução da desigualdade entre as associações de quebradeiras e as grandes corporações do setor. Além disso, a dificuldade de escoamento da produção constitui um obstáculo significativo, agravado tanto pela limitada infraestrutura de transporte quanto pela ausência de uma rede de comercialização estruturada.

As quebradeiras do MIQCB buscam fortalecer a organização comunitária, ampliar a visibilidade da luta e pressionar por políticas públicas que atendam às suas demandas. Já as quebradeiras de coco dos povoados que não estão vinculadas necessariamente ao MIQCB recorrem às estratégias para seu sustento por meio dos programas sociais como o Bolsa Família, bem como à coleta do babaçu sob autorização dos fazendeiros para a entrada na reserva. No entanto, a superação desses desafios requer um esforço conjunto entre as comunidades, os movimentos sociais e o poder público.

A presença do Programa Bolsa Família (PBF) revela-se um fator de extrema relevância para a análise, uma vez que os resultados indicam que, com a ampliação do benefício para as famílias de Carrasco Bonito, Caxeado, Vinte Mil, Centro do Firmino e Centro do Ferreira, observou-se uma redução significativa na atividade extrativista do babaçu. Esse declínio pode ser atribuído ao fato de que, com o suporte financeiro proporcionado pelo programa, muitas famílias e quebradeiras passaram a se afastar da coleta e da extração do babaçu, direcionando seus esforços para outras formas de sustento. Entre essas novas dinâmicas de trabalho, destaca-se o investimento em pequenos comércios, como mercearias e vendinhas locais.

Apesar da criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) representar uma conquista histórica para as quebradeiras de coco babaçu, sua implementação não foi acompanhada de políticas públicas eficazes que garantem a integração

efetiva das comunidades locais e promovessem um impacto socioterritorial significativo para essas mulheres extrativistas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final deste trabalho desperta múltiplas sensações, entre elas, algumas angústias. Ainda que a pesquisa tenha sido capaz de alcançar seus objetivos, o processo investigativo revelou a complexidade das dinâmicas territoriais e sociais envolvidas no território pesquisado. E como toda pesquisa nas Ciências Humanas é inacabada, esta também não fugiu à regra, pois novas questões emergiram à medida que nos aprofundamos no tema.

Ao iniciarmos nossas indagações sobre como as quebradeiras de coco babaçu vivem, resistem e sobrevivem com seu modo de vida extrativista em um território marcado pela expansão da fronteira agrícola na Amazônia Oriental, formulamos hipóteses e suposições que, em muitos momentos, foram desconstruídas e descartadas ao longo do trabalho de campo. Foi apenas por meio do contato direto com essas mulheres, ao escutarmos atentamente suas histórias e experiências, que pudemos compreender, de fato, a complexidade da realidade vivida na região.

O percurso investigativo revelou um cenário marcado por contradições, desafios e resistências, levando à constatação de que a consolidação do decreto da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins teve poucos impactos socioterritoriais significativos. A principal mudança observada foi o aumento da dependência das quebradeiras de coco babaçu em relação aos fazendeiros para o acesso à reserva. O constatado é que, de fato, após o decreto, as dificuldades de comercialização, consolidação e manutenção do modo extrativista segue sendo presente e um desafio inacabado. Desde 1992, quando estabelecido o decreto da REENT, é uma reserva que não existe na prática. Não há uso sustentável, não houve desapropriação e nem a regularização fundiária. O que há hoje são propriedades privadas inseridas na reserva.

Na verdade, o que entendemos é que com a criação do decreto da reserva, as quebradeiras de coco e suas famílias extrativistas se viram rodeadas de fazendeiros que, sob autorização, permitem que elas entrem nas fazendas somente para a coleta do coco. Ou seja, após o decreto, a dinâmica territorial foi sendo transformada pela lógica capitalista e suas contradições inerentes em que, de um lado, fazendeiros tem a posse de suas terras com árvores de babaçus e, do outro, as famílias das quebradeiras de coco permanecem em povoados, sem serem assentados ou terem terras à beira da estrada e em zonas rurais,

sustentando-se por meio do Bolsa Família, vendinhas locais e pouco do extrativismo do babaçu.

Além disso, é fundamental destacar que a violência, muitas vezes associada à luta pela terra, não se manifesta da mesma forma nas áreas ocupadas pelas quebradeiras de coco, já que estas são áreas consolidadas pelo agronegócio. As áreas de atuação das quebradeiras de coco babaçu entrevistadas na REENT, por sua vez, apresentam-se mais pacificadas, uma vez que essas comunidades já possuem uma relação estabelecida com os fazendeiros e garantem sua sobrevivência por meio dessa negociação.

A ausência de impactos visíveis e positivos reforça a necessidade de repensar as estratégias de implementação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT). Isso inclui a efetivação de processos de desapropriação de terras que garantam o acesso e o uso dos recursos naturais pelas comunidades locais, bem como o enfrentamento de interesses antagônicos que comprometem o desenvolvimento territorial sustentável. Sem essas mudanças estruturais, a REENT continuará sendo percebida como irrelevante pelas quebradeiras de coco babaçu, e os desafios enfrentados pelas comunidades tradicionais permanecerão sem solução adequada.

Assim, reitera-se a concepção de Saquet (2009), de que a luta pelo território pressupõe redes, identidade e poder. A luta territorial deve garantir a presença das redes dessas territorialidades, a manutenção da identidade, mas também a apropriação desse território por meio do poder, além de deter o poder sobre esse território. Defendemos que território é o espaço controlado pelos povos para a garantia da sua sobrevivência. Para isso, é necessário conquistar o território, tomar poder e garantir o seu uso extrativista. Assim, a REENT poderá de fato causar verdadeiros impactos positivos socioterritoriais para a manutenção dos direitos extrativistas e territoriais das quebradeiras de coco babaçu.

Deixamos, portanto, para esta pesquisa, três perguntas em aberto que, talvez, não possam ser plenamente respondidas neste momento: será que, de fato, as quebradeiras entrevistadas relatam a inexistência de conflitos com os fazendeiros devido às boas relações de negociação estabelecidas para acessar suas propriedades e coletar o babaçu, ou estariam omitindo informações por motivos diversos, como medo de retaliações ou pressões sociais? Se a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins tivesse sido realizada desde o início, considerando a desapropriação das terras sob maior participação ativa das

quebradeiras de coco babaçu, seria possível uma maior viabilização das políticas públicas aliado aos interesses, demandas e desafios reais das quebradeiras de coco naquele território? E, será que essa realidade no entorno da REENT no Bico do Papagaio é um caso isolado com relação às quebradeiras de coco babaçu no Brasil ou existem outros?

Reafirma-se que a luta pelo território não se limita à sua formalização jurídica, mas abrange a apropriação política, social e econômica por parte das comunidades que dele dependem. O reconhecimento legal, embora fundamental, é insuficiente para garantir a efetivação dos direitos territoriais se não vier acompanhado de mecanismos que assegurem a participação ativa das populações locais na gestão e no uso dos recursos naturais. Enquanto as quebradeiras de coco babaçu não tiverem controle efetivo sobre o território que habitam e do qual dependem para sua sobrevivência, a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins (REENT) continuará sendo uma conquista simbólica, existindo mais como um dispositivo legal do que como uma realidade concreta no cotidiano dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. **O destino da floresta:** reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia, p. 17-48, 1994.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** *[S. l.]*, v. 18, 2008. DOI: 10.5380/dma.v18i0.13423. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423. Acesso em: 12 jan. 2025.

ALMEIDA, Rutileia Lima. **Geografia regional contemporânea do bico do papagaio:** a região e a regionalização. XI Encontro ANPEGE. São Paulo, Unesp, 2015.

ARROYO, Priscila. Maria do Socorro, quebradeira de coco: "Quando a palmeira é derrubada, é como se morresse uma mãe de família". **De Olho nos Ruralistas**, 22 dez. 2019. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/2019/12/22/maria-do-socorro-quebradeira-de-coco-quando-a-palmeira-e-derrubada-e-como-se-morresse-uma-mae-de-familia/. Acesso em: 26 set. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Bertha K. A amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas . In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento:** Amazônia. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. [396]-401.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Editora Garamond, 2004.

BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: **Lamparina**, v. 3, p. 209-229, 2007.

BECKER, Bertha. **A urbe amazônida**. Editora Garamond, 2018.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da amazônia. **Estudos avançados**, v. 19, p. 71-86, 2005.

BECKER, Bertha. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 5, p. 15-30, 2010.

BOLONHÊS, Alice Cristófaro; OLIVEIRAS, PS de; ABREU, Kate Dayana. Relatório de pesquisa–Projeto Conexão Local: **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2013.

BOURDIEU, Pierre. E**sboço de uma teoria da prática.** Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, v. 19, 1983.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA).** Relatórios de Cidadania. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/index.php?codigo=170389&aM=0. Acesso em: 20 jan. 2025.

CASTILHO, Mariana Wieckoolkmer. **Documento Final da Caracterização da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009.108 p

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **RESERVAS EXTRATIVISTAS:** UMA ALTERNATIVA DE PRODUÇÃO E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. NUPAUB/USP: Encontro dos Povos do Vale do Ribeira, [s. l.], 2001. Disponível em: http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/resex.pdf. Acesso em: 21 nov. 2020.

DA SILVA FREITAS, Josimar et al. Reservas extrativistas sem extrativismo: uma tendência em curso na Amazônia?. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 12, n. 1, p. 56-72, 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** 2000. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/handle/1/750 Acesso em: 31 jan 2025.

DOS SANTOS, L. L. **O COCO E AS CERCAS:** DINÂMICAS TERRITORIAIS DAS QUEBRADEIRAS DE BABAÇU NO BICO DO PAPAGAIO. Formação (Online), [S. l.], v. 27, n. 52, 2021. DOI: 10.33081/formacao.v27i52.6933. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6933. Acesso em: 26 set. 2024.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos babaçuais:** do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro Agropecuário, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Belém, 2005. Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/1736 Acesso em 31 jan. 2025.

FRANCISCO, Maria Luíza Oliveira de. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. Ponta Grossa: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 27-36, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas, 2002.

GODELIER, Maurice. **Le Matériel et l'idéel.** Paris, Fayard, 1984.

GODOI, Emília Pietrafesa de; AGUIAR, Vilênia V. Porto. Mulheres e territórios vividos em contextos rurais: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial. **Cadernos Pagu**, p. 207, 2018.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. Editora Contexto, 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. Editora Contexto, 1989.

GUIMARÃES JUNIOR, José Carlos; MIRANDA, Ires Paula de Andrade; LASMAR, Dimas José. **O extrativismo da piaçava (Leopoldinia piassaba Wallace) no município de Barcelos-AM. 2021.** Disponível em: https://repositorio.inpa.gov.br/handle/1/38080 Acesso em 21/01/2025.

HADDAD, Rogério Delbone et al. Analise social, econômica e histórica das reservas extrativistas da Amazônia: lutas e trajetórias. Espacio abierto: **Cuaderno venezolano de sociologia**, v. 28, n. 2, p. 93-110, 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins é criada*. 2024. Disponível em: https://uc.socioambiental.org/pt-br/noticia/2222. Acesso em: 14 abr. 2025.

ISA, **Unidade de Conservação no Brasil. Reserva Extrativista do Extremo Norte do Brasil**, 2024. https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/631

KAYSER, Bernard. **O geógrafo e a pesquisa de campo Teoria e Método.** São Paulo: Seleção de textos, P 25-40. 1985.

LIMA, Maria do Socorro Bezerra; MOREIRA, Érika Vanessa. A pesquisa qualitativa em geografia. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 37, p. 27-55, 2015. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4708 . Acesso em: 24 de setembro de 2024.

MACÊDO, Lidiane Brandão. **O coco babaçu e a Tobasa:** impactos para o Povoado Folha Grossa no Município de Tocantinópolis - TO. 51 f. 2024. Monografia (Graduação) - Curso de Educação Educação do Campo, UFNT, Tocantinópolis, 2023. Disponível em: https://umbu.uft.edu.br/handle/11612/6663 Acesso 26 de setembro de 2024.

MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 54, n. 2, p. 27-55, 1992. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1992_v54_n2.pdf Acesso em 25/01/2025. Acesso em 10 jan. 2025.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & mares:** espaço e indivisão na pesca marítima. Annablume, 1993.

MEDEIROS, Ana Lucia; DOS SANTOS, Luana Borges; ANDRE, Claudomiro Moura Gomes. Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 45, p. 44-62, 2018.

MEIRA, Márcio. **A persistência do aviamento:** colonialismo e história indígena no Noroeste Amazônico. EdUFSCar, 2018. Disponível em: https://books.scielo.org/id/bwwtm. Acesso em 30/01/2025.

MOURÃO, Fernando. **Pescadores do litoral sul do Estado de São Paulo.** FFLCH/USP São Paulo, 1971.

OLIVEIRA, Marcelo Romarco; SOUSA, Dayane Neves. A luta pela regularização fundiária da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **Acta Geográfica**, v. 10, n. 23, p. 111-129, 2016 .Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/3409. Acesso em 10 jan. 2025.

PAULILO, M. A S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v.2, n. 2, p. 135-148, jul/dez.1999.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PAULINO, E.T. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.2, n.1, p.199-211, 2008.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 6, p. 479-499, 2011. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=peixoto+2011+guerrilha+do+araguaia+&btnG= Acesso em: 28/01/2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Prefeitura de Carrasco Bonito. **História da ocupação.** Disponível em https://www.carrascobonito.to.gov.br/?meio=654. Acesso em: 20 ago. 2024.

RAFFESTIN, Claude. ***Por uma geografia do poder*.** São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, L. L. dos; CURY, M. J. F.; SILVA, R. G. da C. . Territorialidades e lutas sociais na Amazônia oriental: narrativas campesinas na região do Bico do Papagaio (1980 a 2016). **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 15, n. 37 Ago., p. 197–222, 2020. DOI: 10.14393/RCT153709. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/54971 . Acesso em: 31 jan. 2025.

SANTOS, Luciano Laurindo dos. **Territorialidades transfronteiriças de poder do Bico do Papagaio:** Pará, Tocantins e Maranhão, na temporalidade de 1970 a 2016. 2019. Tese de Doutorado. Disponível em: https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/3191 Acesos em 21/01/2025. Acesso em: 31 jan. 2025.

SANTOS, Luciano Laurindo dos. **Territórios, territorialidades e lutas sociais na Amazônia Oriental.** 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. 218 p. ISBN 978-65-5861-483-8.

SANTOS, Milton. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646. Acesso em 13 ago. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 19, n. 1, p. 5-15, 2011. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645701 Acesso em 13 ago. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana:** 2003/2001. Edições, Porto Alegre, 2003. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/01/01_marcos.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, p. 73-94, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por una geografía de las territorialidades y las temporalidades**. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UNLP), 2015.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. O marketing ecológico das Reservas Extrativistas: estudo de caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. **Revista de Geografia** (Recife), v. 34, n. 1, p. 99-121, jan./jun. 2017.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Quebradeiras de coco:"babaçu livre" e reservas extrativistas. **Veredas do Direito–Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 28, p. 147-166, 2017.

SOUSA, Dayane Rouse Neves. **Transformações na vida das populações tradicionais a partir da criação da Resexdo Extremo Norte do Estado do Tocantins.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) -Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.2015. 111p

SOUSA, José Raul de ; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559. Acesso em: 15 jul 2024.

SOUZA, Fernando da Cruz. **Quebradeiras de coco babaçu:** bem-estar humano na região do Bico do Papagaio, Tocantins. 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/836f71b3-648a-44ab-afbc-b088e69d0446. Acesso em: 15 jul 2024.

STAKE, Robert. Estudos de caso em pesquisa e avaliação educacional. **Educação e Seleção**, São Paulo, n. 07, p. 5–14, 2013. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/edusel/article/view/2539. Acesso em: 12 fev. 2025.

STAKE, R. E. Qualitative Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **The Sage handbook of qualitative research.** London: Sage Publications, 2000. p. 435-454.

STR/CNS/CUT. **Chico Mendes**. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri; Conselho Nacional dos Seringueiros; Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, 1989.

UFV/ICMBio. **Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioprodutivo em Unidades de Conservação Federais.**Viçosa-Brasília, 2014.

VIEIRA, Manuel da Silva. **O direito à terra e o conflito fundiário no Bico do Papagaio – TO**. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 6, n. 14, p. 189-215, jan./abr. 2018.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. Ed: Bookmen, ISBN 85-7307-852-9 v. 2, 2001.

YOHANNES, Liabeth. **The evolving importance of babassu (Attaleaspeciosa) to the livelihoods of the extractivist communities of Extremo Norte Extractive Reserve, Brazil.** University of Maryland, Baltimore, EUA, 2013.

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO ICMBIO

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 88393-1	Data da Emissão: 15/06/2023 09:02:41	Data da Revalidação*: 15/06/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular	
Nome: Taynara Marcondes de Liz	CPF: 113.109.569-36
Título do Projeto: Solicitação de autorização para realização de pesquisa científica na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins	
Nome da Instituição: Universidade Estadual Paulista	CNPJ: 48.031.918/0001-24

SISBIO

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Estimativa da realização da viagem à Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins	06/2024	07/2024
2	Preparação/construção do campo (pré-campo).	09/2023	03/2025

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros).
3	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros)
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen.
8	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.

9	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
10	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0883930120230615

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 88393-1	Data da Emissão: 15/06/2023 09:02:41	Data da Revalidação*: 15/06/2024
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Nome: Taynara Marcondes de Liz	CPF: 113.109.569-36
Título do Projeto: Solicitação de autorização para realização de pesquisa científica na Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins	
Nome da Instituição: Universidade Estadual Paulista	CNPJ: 48.031.918/0001-24

Dados do titular

SISBIO

Outras ressalvas

1		RESEX Extremo Norte do Tocantins

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins	TO	Cerrado	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0883930120230615

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - RAIMUNDO NONATTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **"Dinâmicas agrárias e políticas públicas no Bico do Papagaio: desafios para a consolidação do território das quebradeiras de coco babaçu"**

Nome do (a) Pesquisador (a): TAYNARA MARCONDES DE LIZ

Nome do (a) Orientador (a): ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

1. **Natureza da pesquisa**: o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade: analisar os impactos socioterritoriais que a política pública da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins trouxe para a manutenção da vida e dos territórios tradicionais das quebradeiras de coco babaçu.
2. **Participantes da pesquisa**: até dez participantes, envolvendo: participantes do Movimento Sem Terra, do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), gestores do Instituo Chico Mendes de Biodiversidade e líderes da Associação da reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.
3. **Envolvimento na pesquisa**: ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) realize perguntas abertas voltadas ao tema da pesquisa, colete informações, realize registros fotográficos quando necessário e solicitado, realize gravações dos relatos durante a entrevista/conversa.
4. **Sobre as entrevistas**: serão realizadas de maneira dinâmica e aberta, com algumas perguntas ao tema. A entrevista poderá- com o consentimento do entrevistado- ser gravada do início ao fim.
5. **Riscos e desconforto**: a participação nesta pesquisa n++ão infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Sigilo sobre a Identidade dos Sujeitos da Pesquisa**: Sua identidade, bem como informações ou qualquer outro meio que porventura possa identificá-lo, serão mantidos em sigilo. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Confidencialidade dos Dados:** As informações coletadas neste estudo que não forem publicadas na pesquisa não serão divulgadas de qualquer outra forma e os documentos que contiverem tais informações serão destruídos de acordo com as Normas vigentes da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).
8. **Benefícios**: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as análises identificadas acerca dos principais conflitos socioterritoriais e impactos existentes para a consolidação do território das quebradeiras de coco babaçu situado no Bico do papagaio, com recorte espacial para a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa caracterizar a atuação do Estado e dos sujeitos inseridos no Bico do Papagaio; compreender quais movimentos e processos socioterritoriais estão relacionadas à luta pela terra no Bico do Papagaio e na consolidação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins; analisar como as quebradeiras de coco percebem e concebem a reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins e identificar desafios e estratégias das camponesas para a consolidação dos seus territórios, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

9. **Pagamento**: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Documento assinado digitalmente
gov.br TAYNARA MARCONDES DE LIZ
Data: 12/01/2025 12:06:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

"Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Resolução CNS 466/12, VII.2 e Resolução CNS 510/16)"

Pesquisador: NOME E O TELEFONE PARA CONTATO

Orientador: Profa. Dra. Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol -

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Luis Alberto Gobbo

Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526

E-mail cep.fct@unesp.br

ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - MARIA SENHORA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: **"Dinâmicas agrárias e políticas públicas no Bico do Papagaio: desafios para a consolidação do território das quebradeiras de coco babaçu"**

Nome do (a) Pesquisador (a): TAYNARA MARCONDES DE LIZ

Nome do (a) Orientador (a): ROSANGELA APARECIDA DE MEDEIROS HESPANHOL

1. **Natureza da pesquisa**: o sra (sr.) está sendo convidada (o) a participar desta pesquisa que tem como finalidade: analisar os impactos socioterritoriais que a política pública da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins trouxe para a manutenção da vida e dos territórios tradicionais das quebradeiras de coco babaçu.
2. **Participantes da pesquisa**: até dez participantes, envolvendo: participantes do Movimento Sem Terra, do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), gestores do Instituo Chico Mendes de Biodiversidade e líderes da Associação da reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins.
3. **Envolvimento na pesquisa**: ao participar deste estudo a sra (sr) permitirá que o (a) pesquisador (a) realize perguntas abertas voltadas ao tema da pesquisa, colete informações, realize registros fotográficos quando necessário e solicitado, realize gravações dos relatos durante a entrevista/conversa.
4. **Sobre as entrevistas**: serão realizadas de maneira dinâmica e aberta, com algumas perguntas ao tema. A entrevista poderá- com o consentimento do entrevistado- ser gravada do início ao fim.
5. **Riscos e desconforto**: a participação nesta pesquisa n++ão infringe as normas legais e éticas. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Sigilo sobre a Identidade dos Sujeitos da Pesquisa**: Sua identidade, bem como informações ou qualquer outro meio que porventura possa identificá-lo, serão mantidos em sigilo. Somente o (a) pesquisador (a) e seu (sua) orientador (a) (e/ou equipe de pesquisa) terão conhecimento de sua identidade e nos comprometemos a mantê-la em sigilo ao publicar os resultados dessa pesquisa.
7. **Confidencialidade dos Dados:** As informações coletadas neste estudo que não forem publicadas na pesquisa não serão divulgadas de qualquer outra forma e os documentos que contiverem tais informações serão destruídos de acordo com as Normas vigentes da CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa).
8. **Benefícios**: ao participar desta pesquisa a sra (sr.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre as análises identificadas acerca dos principais conflitos socioterritoriais e impactos existentes para a consolidação do território das quebradeiras de coco babaçu situado no Bico do papagaio, com recorte espacial para a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa caracterizar a atuação do Estado e dos sujeitos inseridos no Bico do Papagaio; compreender quais movimentos e processos socioterritoriais estão relacionadas à luta pela terra no Bico do Papagaio e na consolidação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins; analisar como as quebradeiras de coco percebem e concebem a reserva extrativista do Extremo Norte do Tocantins e identificar desafios e estratégias das camponesas para a consolidação dos seus territórios, onde pesquisador se compromete a divulgar os resultados obtidos, respeitando-se o sigilo das informações coletadas, conforme previsto no item anterior.

9. **Pagamento**: a sra (sr.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

A sra (sr.) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a sra (sr.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do (a) pesquisador (a) do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem: Confiro que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a execução do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa

Maria Deusdete da Silva

Nome do Participante da Pesquisa

_____

Assinatura do Participante da Pesquisa

gov.br Documento assinado digitalmente
TAYNARA MARCONDES DE LIZ
Data: 12/02/2025 12:05:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Assinatura do Pesquisador

_____

Assinatura do Orientador

"Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. (Resolução CNS 466/12, VII.2 e Resolução CNS 510/16)"

Pesquisador: NOME E O TELEFONE PARA CONTATO

Orientador: Profa. Dra. Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol –

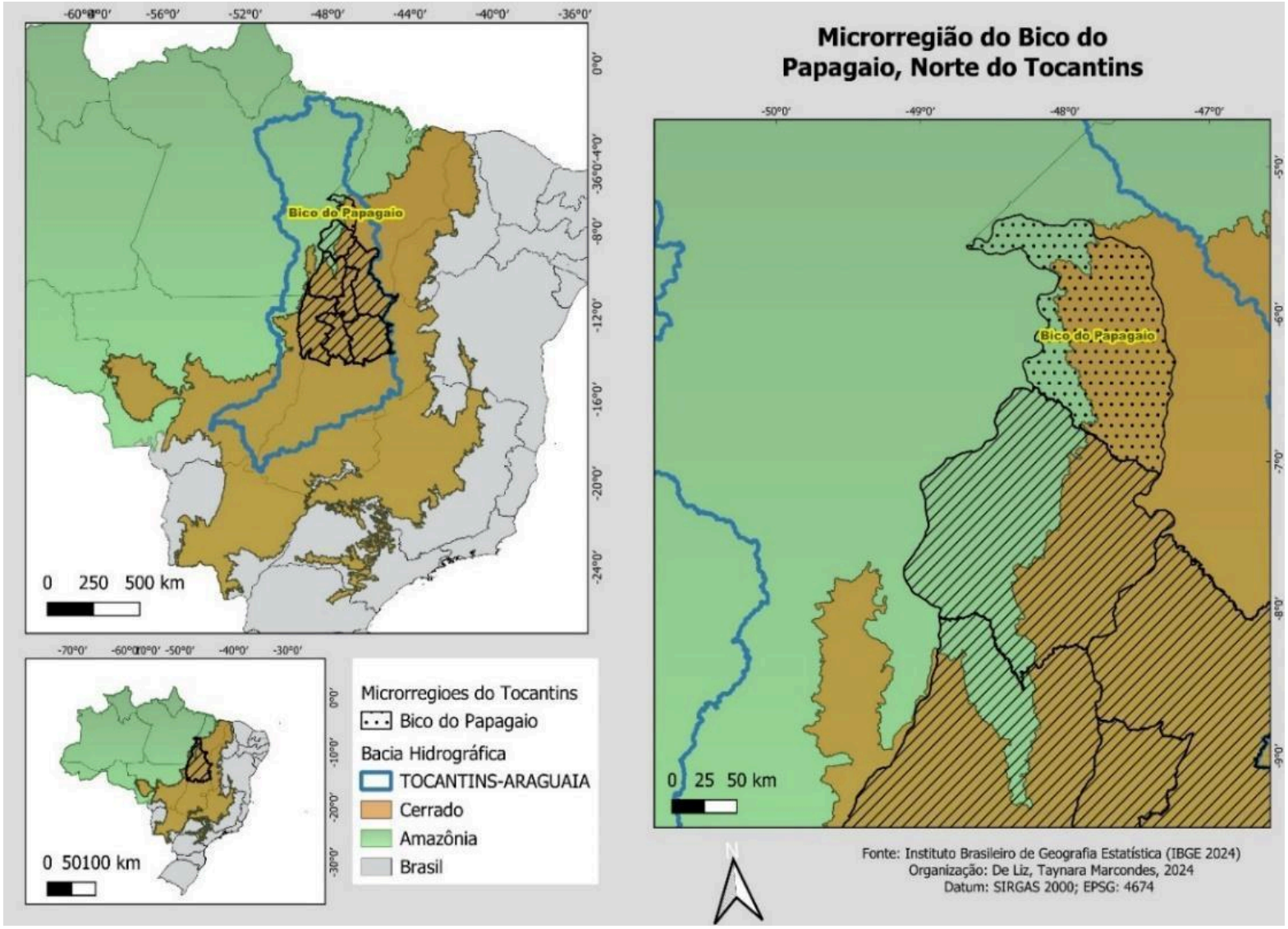
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa: Profa. Dra. Edna Maria do Carmo

Vice-Coordenador: Prof. Dr. Luis Alberto Gobbo

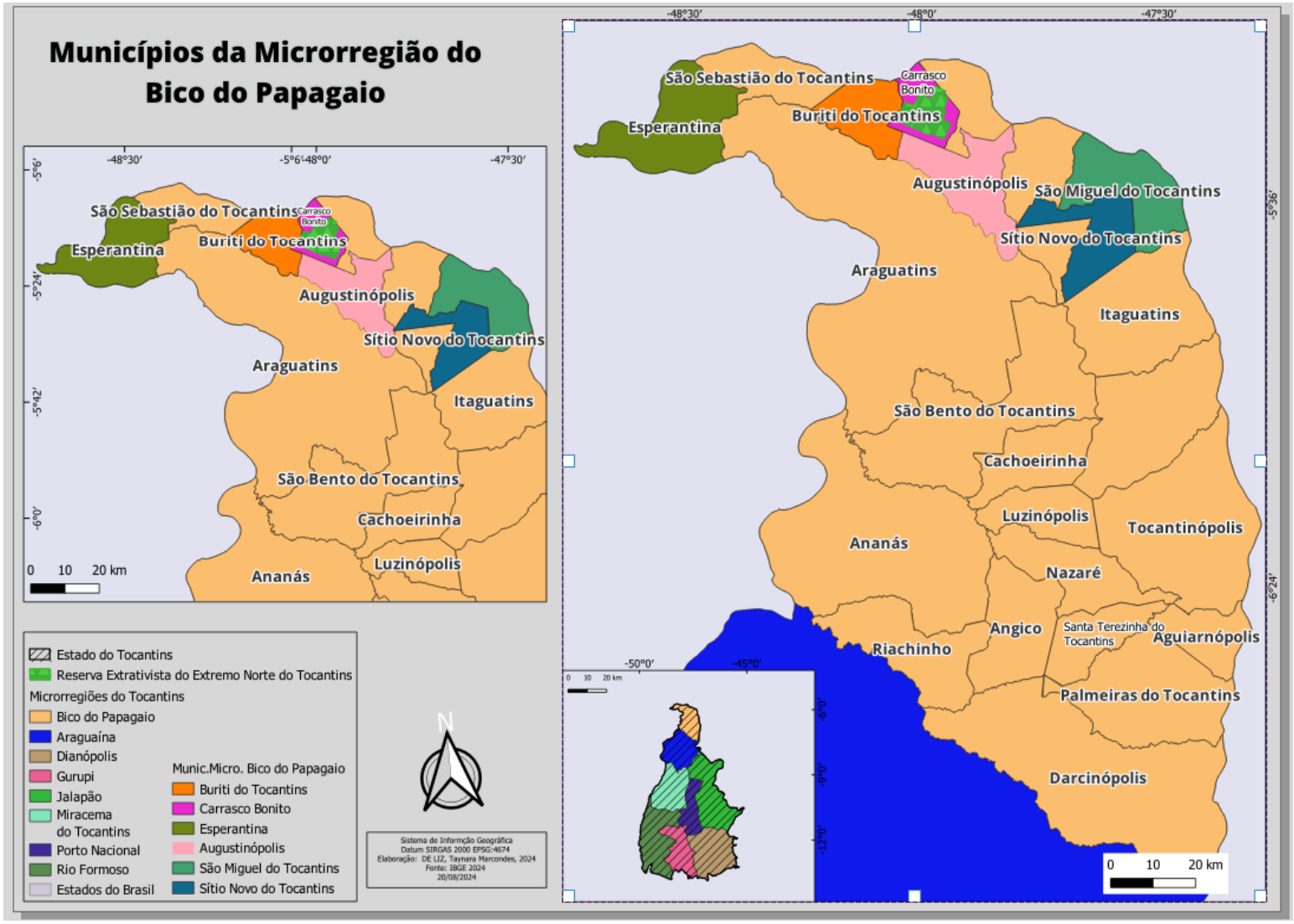
Telefone do Comitê: 3229-5315 ou 3229-5526

E-mail cep.fct@unesp.br

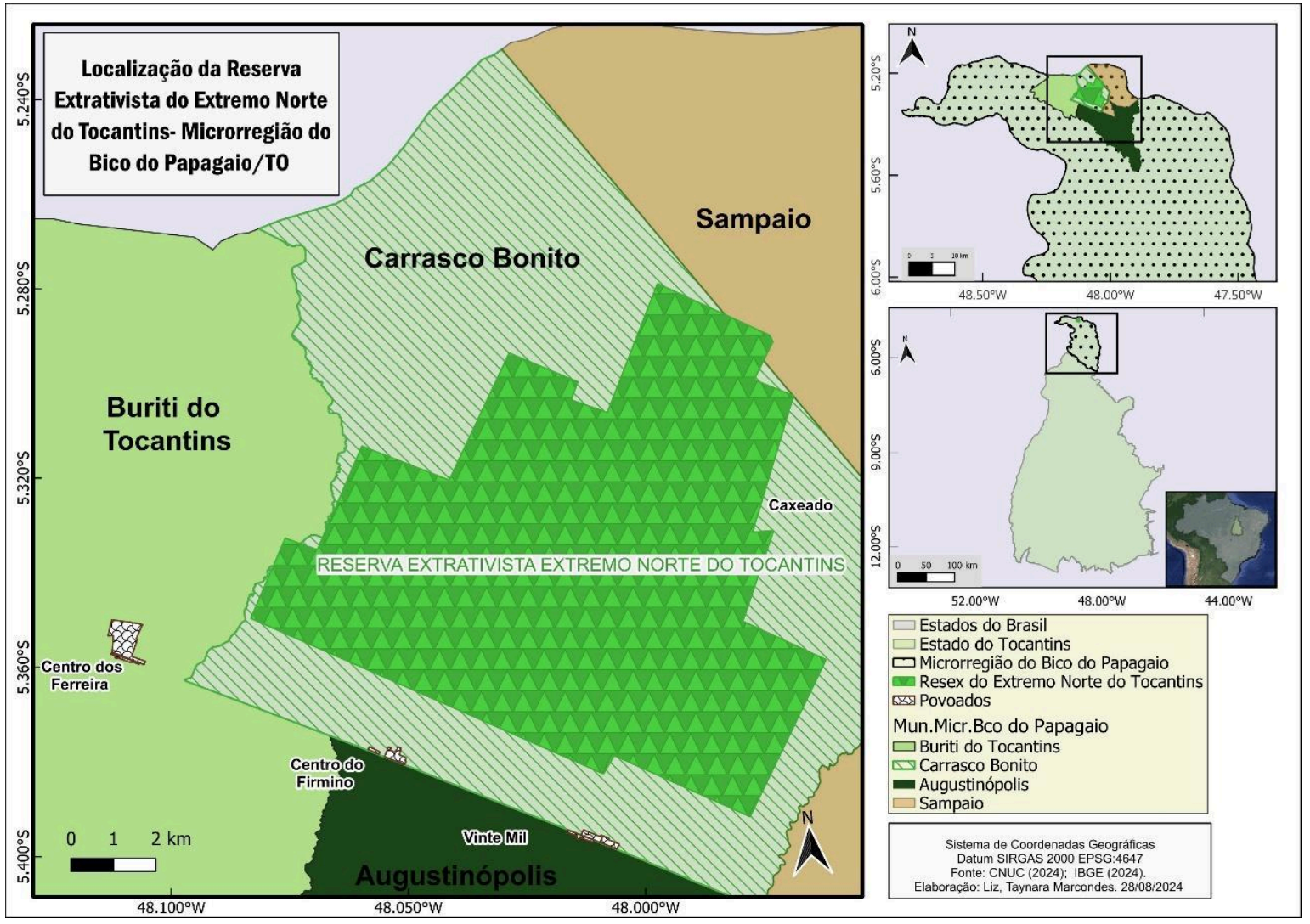
ANEXO D - FIGURA 5: MAPA DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO E A REGIÃO DE TRANSIÇÃO ENTRE CERRADO E AMAZÔNIA



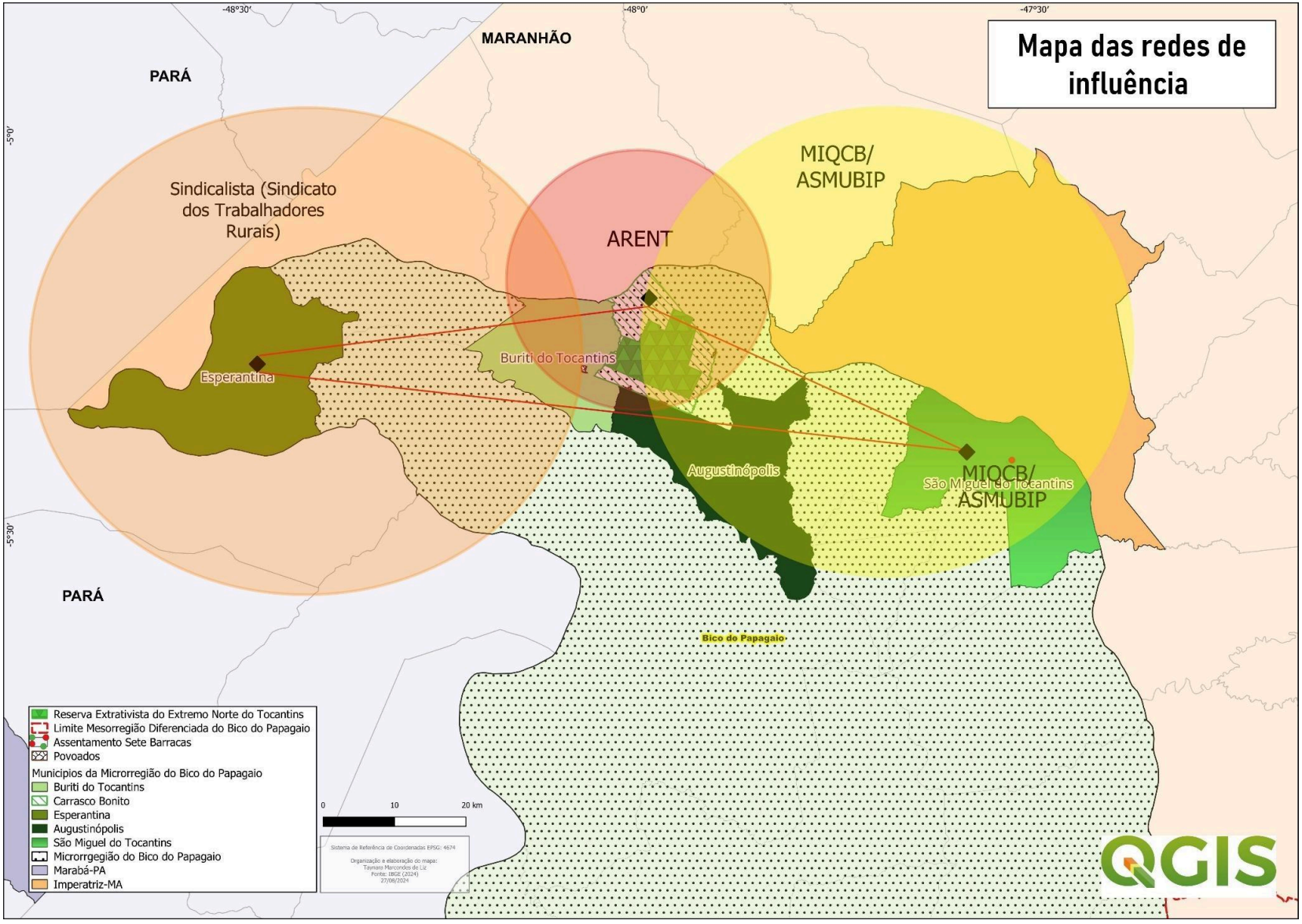
ANEXO E - FIGURA 6: MAPA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO



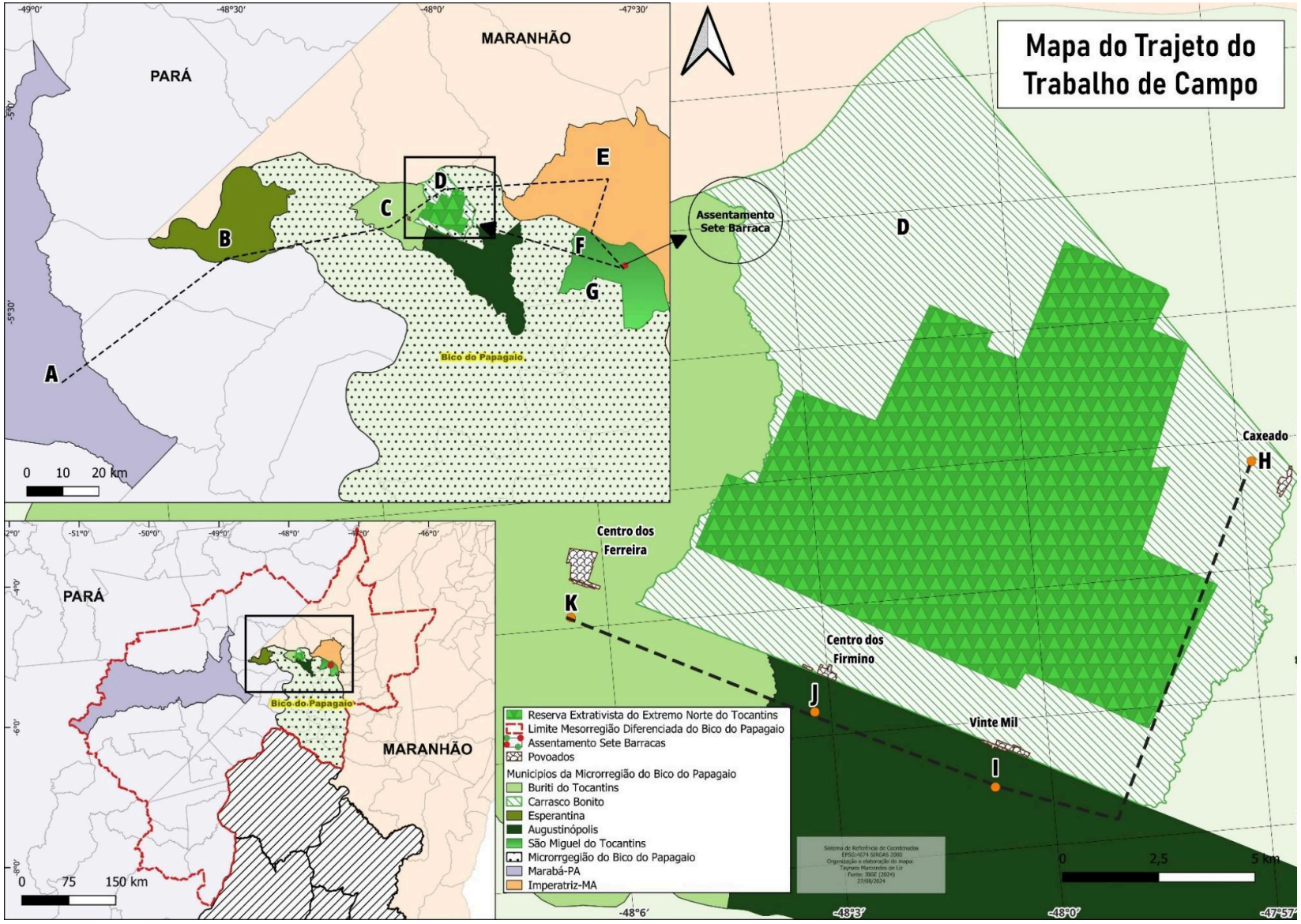
ANEXO F - FIGURA 7: MAPA DA RESERVA EXTRATIVISTA DO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS



ANEXO G - FIGURA 11: MAPA DAS REDES DAS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS



ANEXO H - FIGURA 16: MAPA DO TRAJETO DO TRABALHO DE CAMPO



ANEXO I - FIGURA 34: MAPA DA PERCEPÇÃO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO SOBRE A REENT